

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS**

**"MATO GROSSO: CELEIRO DO MUNDO". UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES
DE PODER E AS IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

LUCINEIA SOARES DA SILVA

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva

São Carlos
Abril/2020

**"MATO GROSSO: CELEIRO DO MUNDO". UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES
DE PODER E AS IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

LUCINEIA SOARES DA SILVA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de doutora em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva

São Carlos
Abril/2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Lucineia Soares da Silva, realizada em 02/04/2020:

Maria Aparecida de Moraes Silva

Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva
UFSCar

Prof. Dr. João Carlos Barrozo
UFMT

Profa. Dra. Maria Orlanda Pinassi
UNESP

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho
UFSCar

Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez
UFSCar

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Maria Aparecida de Moraes Silva João Carlos Barrozo, Maria Orlanda Pinassi, Joelson Gonçalves de Carvalho, Fábio José Bechara Sanchez e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ao) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Maria Aparecida de Moraes Silva

Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva

Dedicatória

Dedico esse trabalho a todas as mulheres que do seu jeito, em seus espaços, nas condições possíveis, gritando, em silêncio, sorrindo, chorando, felizes, sofrendo, nos enfrentamentos, nas articulações, pensando, agindo, estudando, labutando, criando, educando, mudando, conversando, resistindo e lutando por igualdade de direitos.

*A todas as mulheres que vivem e morrem por essa luta –
PRESENTE!!!*

AGRADECIMENTOS

A Deus, Oxalá e todas as energias místicas que dão forças nos momentos de lutas.

Ao estado de Mato Grosso, por meio dos trabalhadores e dos mais pobres que, ao terem boa parte de sua renda tributada possibilitaram a realização e o financiamento desse trabalho.

À Universidade de Mato Grosso - UNEMAT, na pessoa do professor doutor Paulo Alberto Santos Vieira pela articulação e muito trabalho na realização desse Dinter em conjunto com o Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar e Instituto Federal de Ensino de Mato Grosso – IFMT.

Aos meus pais, Seu Juarez e Dona Luzia, aos meus irmãos Luzimar e João Batista, à minha cunhada Marta, à sobrinha Sofia e aos sobrinhos Luiz Gustavo e João Pedro, ao pai da minha filha, Jesus, por estarem sempre comigo, por acreditarem no que faço e, por todos os dias, me darem a força necessária para seguir.

À minha filha Rebecca Kerina, que, na fase atual da vida, é minha companheira, já fazendo algumas discussões e participando da militância enquanto mulher preta que é.

À minha orientadora, professora doutora Maria Moraes, pelas considerações, orientações feitas de maneira lúcida e firme que me fizeram evoluir nesse processo.

Aos professores, técnicos e colegas do Curso de Doutorado em Sociologia, aos trabalhadores da Biblioteca Central da UFMT, da UNIVAG e Estevão de Mendonça, do Superintendência de Arquivo Público de Mato Grosso, do Núcleo de Documentação e Informação História Regional – NDIH da UFMT e outras instituições consultadas. Hoje, enquanto pesquisadora, entendo o quanto são importantes esses espaços, com seus acervos conservados e de acesso ao público para promoção e desenvolvimento da ciência.

Tainá Reis, Ivone Jesus Alexandre e Agilson Poquiviqui foram muito mais que consultores e confidentes, foram amigas construídas e solidificadas nas agruras do dia-a-dia, nos choros depois de um dia confuso, nas opiniões sobre o texto, nas análises, nas leituras e muito nas risadas soltas, livres nas diversas conversas em volta de um mesa.

Aos colegas da Secretaria de Estado de Saúde, familiares e amigos que me apoiaram e incentivaram, por acreditarem em mim sempre, mesmo quando eu esmorecia.

MUITO OBRIGADA

“(...) é claro que havia também aqueles que nunca tinham saído.

Numa festa no Palácio dos Bandeirantes um político pergunta para um empresário:

- Você por aqui?

E o empresário responde:

Eu tô sempre aqui, vocês políticos é que mudam.”

Documentário Democracia em Vertigem (2019)

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi compreender como as relações de poder se materializaram nas políticas públicas, a partir da compreensão da formação da ideologia que denomina o estado de Mato Grosso como “Celeiro do Mundo” e da imagem do agricultor-empresário. O estado de Mato Grosso foi governado, no período de 2003 a 2010, por um dos maiores representantes do agronegócio brasileiro, Blairo Maggi. Para delinear a construção dessa ideologia, propomos como objetivos específicos: a) identificar a possível coesão do grupo dominante da elite agrária na eleição de um de seus representantes para governador do Estado; b) analisar a elaboração da Lei 7.958 de 2003 (Renúncia Fiscal) e a política de gastos tributários (os beneficiados pela política e as perdas de receita das políticas de saúde e educação) e, por fim, c) analisar o desenvolvimento social nos municípios com maior número de beneficiados pelos programas de desenvolvimento estadual e demais municípios. A metodologia utilizada foi quantitativa e qualitativa. Na análise qualitativa, usou-se a pesquisa documental (documentos públicos e reportagens), entrevistas de roteiro semiestruturado, foto documentação e geoprocessamento. Na abordagem quantitativa analisou-se a quantidade de doadores, valores doados e renunciados e, ainda, indicador social (IDH e o IDHM). O recorte temporal abrange as políticas públicas em Mato Grosso, desde a década de 1960 até 2018, com ênfase no ano de 2003 - quando da elaboração e aprovação da Lei da Renúncia Fiscal -, e 2015 e 2016 - ano da CPI da Renúncia Fiscal. Os resultados apontam que as políticas públicas implantadas para a ocupação de Mato Grosso pautaram-se em atender ao sistema produtivo e que não houve uma priorização do setor do agronegócio, após a eleição de um representante do setor, houve uma continuidade e, num segundo momento, uma expansão para outros setores econômicos. A pesquisa demonstra a fragilidade da Lei 7.958/2003 que institui o Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso na sua origem, e das instituições do Estado que deveriam zelar pelo cumprimento de seus objetivos. O farto rol de políticas públicas financiadas pelo fundo público legitimou e atendeu a acumulação do capital monopolista, financeiro e internacional. A receita renunciada em virtude da lei impacta diretamente no financiamento da saúde e da educação por possuírem vinculação de receita garantida pela Constituição Federal: saúde e educação. Os financiamentos do SUS e da Educação são duplamente prejudicados quando uma política de renúncia tributária é instituída pelo Estado ao considerarmos que ambas possuem, em um imposto indireto e regressivo, sua maior fonte de receita, o ICMS. Somado a essa situação, temos um estado formado por grandes latifúndios, luta por acesso à terra ou pela continuidade da posse, no caso dos indígenas e o registro de 11 mortes entre 2017 e 2018. Assim, ser “celeiro do mundo” não está no fato de produzir alimentos, mas sim *commodities* para o mercado externo, fruto de uma ocupação que não promoveu a reforma agrária, mas sim a formação de grandes latifúndios e monopólios financiados e beneficiados por políticas públicas e que sempre estão se articulando para manter seus privilégios.

Palavras-Chave: Estado. Ideologia. Relação de Poder. Renúncia Fiscal. Políticas Públicas. Mato Grosso.

ABSTRACT

The objective of this research was to understand how the power relations materialized in public policies, from the understanding of the formation of the ideology that calls the State of Mato Grosso as “Celeiro do Mundo” and the image of the farmer-businessman. The State of Mato Grosso was governed, from 2003 to 2010, by one of the greatest representatives of Brazilian agribusiness, Blairo Maggi. To outline the construction of this ideology, we propose as specific objectives: a) to identify the possible cohesion of the dominant group of the agrarian elite in the election of one of its representatives to governor of the State; b) analyze the drafting of Law 7,958 of 2003 (Tax Waiver) and the tax spending policy (those benefited by the policy and the loss of revenue from health and education policies) and, finally, c) analyze social development in the municipalities with the greatest number of beneficiaries from state development programs and other municipalities. The methodology used was quantitative and qualitative. In qualitative analysis, documentary research (public documents and reports), semi-structured script interviews, photo-documentation and geoprocessing were used. The quantitative approach analyzed the number of donors, amounts donated and surrendered, and also a social indicator (HDI and MHDI). The time frame covers public policies in Mato Grosso from the 1960s to 2018, with an emphasis on 2003 - when the Tax Waiver Law was drafted and approved - and 2015 and 2016 - year of the CPI on Tax Waiver. The results show that the public policies implemented for the occupation of Mato Grosso were based on serving the productive system and that there was no prioritization of the agribusiness sector after the election of a representative of the sector, there was continuity and, in a second moment, an expansion to other economic sectors. The research demonstrates the fragility of Law 7,958 / 2003 that instituted the Development Plan of Mato Grosso at its origin, and of the State institutions that should ensure the fulfillment of its objectives. The abundant list of public policies financed by the public fund legitimized and met the accumulation of monopoly, financial and international capital. The revenue waived by virtue of the law directly impacts the financing of health and education because they are linked to the revenue guaranteed by the Federal Constitution: health and education. SUS and Education financing is doubly impaired when a tax waiver policy is instituted by the State when we consider that both have, in an indirect and regressive tax, their greatest source of revenue, the ICMS. In addition to this situation, we have in a state formed by large latifundios the struggle for access to land or for the continuation of possession, in the case of the indigenous people, the record of 11 deaths between 2017 and 2018. Thus, being a “breadbasket of the world” is not in fact to produce food, but commodities for the foreign market, the result of an occupation that did not promote land reform, but the formation of large latifundios and monopolies financed and benefited by public policies and that are always articulating to maintain their privileges.

Key Words: State. Ideology. Power Relationship. Tax Waiver. Public policy. Mato Grosso.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Projeto de Colonização implantado pelo governo Júlio Campos (1983-1986)	28
Figura 02 - Reportagens no Jornal Correio do Estado em 1968 sobre a matança de indígenas.....	36
Figura 03 - Manchetes sobre Dom Helder No Jornal Correio do Estado.....	48
Figura 04 - Vista aérea do Projeto Colonização Juína, 1982.....	63
Figura 05 - Sapezal, imagem aérea.....	108
Figura 06 - Fachada do Hospital.....	115
Figura 07 - Praça Municipal Dona Lucia Borges Maggi.....	116
Figura 08 - Centro Municipal de Educação Infantil em Sapezal.....	117
Figura 09 - Escola Municipal de Ensino Infantil em Sapezal.....	118
Figura 10 - Notificações por Estado.....	135
Figura 11 - Declaração de doadores para prestação de contas ao TER- MT, campanha 2002.....	155
Figura 12 - Demonstração gráfica da composição do Comitê Multisetorial Econômico e das atribuições já desenvolvidas pelos representantes do Estado.....	164
Figura 13 - Justificativas utilizadas pelos parlamentares para alteração do Projeto de Lei 404/2003.....	167
Figuras 14 - Fluxograma da tramitação do Projeto de Lei 404/2003 na Assembleia Legislativa em 2003.....	169
Figura 15 - Entrega do Relatório Final da CPI ao Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso em 21 de dezembro de 2016.....	187

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - % de Evolução no número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total – Censo 1970 e 2006.....	55
Tabela 02 – Comparação entre as Admissões e Desligamentos no setor de Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca em Sapezal de 2007 a 2016.....	131
Tabela 03 - Quantidade produzida e valor da produção das lavouras temporárias e permanentes – Município Sapezal.....	132
Tabela 04 – Distribuição dos credenciados pelo PRODER por Município de Regiões de Planejamento.....	183
Tabela 05 - Valores estimados das perdas de receita para o SUS e para educação estadual, valores não corrigidos.....	214
Tabela 06 A - A projeção da Renúncia Fiscal do PRODEIC por região de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.....	224
Tabela 06 B - A projeção da Renúncia Fiscal do PRODEIC por região de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.....	225

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação dos doadores na eleição de 1994 em Mato Grosso (pessoa jurídica)	143
Quadro 02 - Relação dos doadores de Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais na eleição de 2002 em Mato Grosso (pessoa jurídica)	148
Quadro 03 - Deputados eleitos para Assembleia Legislativa de Mato Grosso nas eleições de 2002.....	173-175
Quadro 04 - Deputados eleitos para Assembleia Legislativa de Mato Grosso nas eleições de 2002.....	221-222

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Localização dos doadores da campanha ao governo do estado de Mato Grosso para candidato Blairo Maggi, eleição 2002.....	152
Mapa 02 - Localização dos doadores da campanha ao governo do estado de Mato Grosso para candidato Blairo Maggi, reeleição 2006.....	153
Mapa 03 - Distribuição por regiões do número de empresas credenciadas ao PRODEIC e o número de doadores para as campanhas ao governo das eleições de 2002 a 2014.....	180
Mapa 04 - Distribuição das empresas credenciadas ao PRODEIC por município.....	181
Mapa 05 - Crescimento da Hanseníase nos estados brasileiros.....	210
Mapa 06 - IDHM – Dimensão Longevidade dos municípios de Mato Grosso – Censo 2010.....	228
Mapa 07 - IDHM – Dimensão Renda dos municípios de Mato Grosso – Censo 2010.....	230
Mapa 08 - IDHM – Dimensão Educação dos municípios de Mato Grosso – Censo 2010.....	232
Mapa 09 - IDHM dos municípios de Mato Grosso – Censo 2010.....	233

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Percentual do valor pago por Função Orçamento Federal 2008.....	99
Gráfico 02 - Gastos com educação, saúde apurados para fins de cumprimento do mínimo e renúncia fiscal previsto na LDO.....	206

LISTA DE SIGLAS

ACIR	Associação Comercial e Industrial de Rondonópolis
ACRISMAT	Associação dos Criadores de Suínos de Mato Grosso
AI	Ato Institucional
AMPA	Produtores de Algodão
APROSMAT	Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso
BBC	British Broadcasting Corporation
BEMAT	Banco do Estado de Mato Grosso
BR	Brasil A Rodovia
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CARMAT	Associação de Crédito e Assistência Rural em Mato Grosso
CASEMAT	Companhia de Armazéns e Silos de Mato Grosso
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEDEM	Conselho Estadual de Desenvolvimento Empresarial
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPA	Planejamento Agrícola
CEPAG	Conselho Estadual de Política Agropecuária
CEMAT	Centrais Elétricas de Mato Grosso
CGE	Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso
CIB	Comissão Intergestora Bipartite
CIBRAZEN	Companhia Brasileira de Armazenamento
CIT	Comissão Intergestora Tripartite
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CODEAGRI	Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Mato Grosso
CODEIC	Conselho Comercial e Industrial do Estado...
CODEMAT	Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso
COFINS	Conselho Fiscal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CONFAZ	Conselho Nacional de Política Fazendária
COOAMAT	Cooperativa Agroindustrial de Mato Grosso

CORREXPORT	Corredores de Exportação
COSEMS	Conselho Estadual das Secretarias Municipais de Saúde
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CT	Conselho Técnico da SAGRI –
CTN	Código Tributário Nacional
CAQi	Custo Aluno-Qualidade Inicial
CAQ	Custo Aluno-Qualidade
DEFAZ	Delegacia Fazendária
DERMAT.	Departamento de Estradas de Rodagens do Estado de Mato Grosso
DRU	Desvinculação de Recursos da União
DTC	Departamento de Terras e Colonização
EJA	Educação para Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMPA	Empresa Mato-grossense de Pesquisa Agropecuária
FAMATO	Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso
FAPEMAT	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso
FBC	Fundação Brasil Central
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FECOMERCIO	Federação do Comércio do Estado de Mato Grosso
FIEMT	Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FINAM	Fundo de Investimentos da Amazônia
FOREMAT	Fórum de Empresários de Mato Grosso
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNDEI	Fundo de Desenvolvimento Industrial
FINAM	Fundo de Investimentos da Amazônia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICM	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
ICMS	Imposto Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IFMT	Instituto Federal de Mato Grosso
IGP-DI	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INDEA	Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso.
INTERMAT	Instituto de Terras de Mato Grosso
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal Lei de Diretrizes Orçamentárias
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NDIH	Núcleo de Documentação e Informação História Regional
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PA	Projeto de Assentamento
PAC	Projeto de Ação Conjunta
PAD	Projetos de Assentamento Dirigido
PAGEMAT	1º Plano Geral de Governo Estado de Mato Grosso
PAR	Projeto de Assentamento Rápido
PDS	Partido Democrático Social
PEA	Projeto Especial de Assentamento
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PFL	Partido da Frente Liberal
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PIS	Programa Integração Social
PLADE	Plano de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAFE	Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POLAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PNAFE	Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados
PROALMAT	Programa de Incentivo ao Algodão de Mato Grosso
PROMAT	Programa Especial do Estado de Mato Grosso
POLONOROESTE	Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
PROBOR	Programa de Incentivos à produção da borracha vegetal
PRODEA	Programa de Desenvolvimento Ambiental
PRODEAGRO	Programa Para o Desenvolvimento da Agropecuária
PRODECIT	Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Mato Grosso
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PRODEI	Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Mato Grosso
PRODEIC	Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural
PRODOESTE	Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
PROMAT	Programa Especial do Estado de Mato Grosso
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTERRA	Programa de redistribuição de terras e de estímulo a agroindústria do norte-nordeste;
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
QRF	Quantificação da renúncia Fiscal
RAG	Relatórios Anuais de Gestão
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SANEMAT	Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso
SAGRI	Secretaria de Estado de Agricultura
SASE	Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SD	Solidariedade
SEAF	Secretaria de Estado de Agricultura e Assuntos Fundiários

SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SICME	Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia
SEFAZ	Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso
SEPLAG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral
SIMA	Serviço de Informação de Mercado Agrícola
SINTEP	Sindicato dos trabalhadores da Educação Pública de Mato Grosso
SOIA	Sistema Operacional Integrado da Agropecuária
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
STF	Supremo Tribunal Federal
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TELEMAT	Empresa de Telecomunicações de Mato Grosso
TRAMA	Terra, Trabalho, Memória e Migração
TREMT	Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
UDN	União Democrática Nacional
UERP	Unidade de Estimativa da Receita Pública
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	18
1 EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E OCUPAÇÃO DE MT: ARRANJOS ESTATAIS- IDEOLÓGICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO “CELEIRO DO MUNDO”	24
1.1 IDEOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE	27
1.2 CONTEXTO NACIONAL	32
1.3 DA “PAZ SOCIAL” À OCUPAÇÃO DE MATO GOSSO	52
2 O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: DAS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS AO ENDIVIDAMENTO PÚBLICO.....	67
2.1 A INTERVENÇÃO DO ESTADO: RENÚNCIA TRIBUTÁRIA	70
2.1.1 Estrutura e reforma administrativa	82
2.1.2 Governos do estado de Mato Grosso e as políticas fiscais e tributárias	84
2.2 A INTERVENÇÃO DO ESTADO: O ENDIVIDAMENTO PÚBLICO.....	91
3. DA BURGUESIA DO AGRONEGÓCIO AO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO.....	104
3.1 SAPEZAL, UMA ILHA CERCADA PELO AGRONEGÓCIO	108
3.1.1 “A economia é dos sulistas, mas a massa é nordestina.”	127
3.2 DO REI DA SOJA AO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO	140
4. O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE MATO GROSSO (LEI 7.958 DE 2003), OS INCENTIVOS FISCAIS.....	157
4.1 A LEI E SEUS BENEFICIÁRIOS.....	162
4.1.1 A lei	162
4.1.2 As empresas beneficiadas.....	171
4.2 A CPI DA RENÚNCIA FISCAL E SONEGAÇÃO FISCAL.....	185
5. CONSEQUÊNCIAS	201
5.1 O IMPACTO DA RENÚNCIA PARA O FINANCIAMENTO DO SUS E EDUCAÇÃO	205
5.2 OS MUNICÍPIOS RICOS E OS DEMAIS MUNICÍPIOS	220
CONSIADERAÇÕES FINAIS	238
REFERÊNCIAS	243

APRESENTAÇÃO

Na presente tese, aprofundamos o estudo sobre a produção anterior desenvolvida no mestrado. O financiamento estadual para estratégia saúde da família no estado de Mato Grosso, 2003 a 2011¹, tinha como objetivo geral: analisar o financiamento estadual para Estratégia Saúde da Família - ESF no estado de Mato Grosso, no período de 2003 a 2011; objetivos específicos: a) analisar a contrarreforma no SUS em Mato Grosso; b) analisar a implantação da Estratégia Saúde da Família, a partir do seu marco regulatório; c) analisar o financiamento da Secretaria de estado de Saúde de Mato Grosso; d) analisar o Orçamento do estado de Mato Grosso destinado à área de saúde, em especial à atenção primária e para a Estratégia Saúde da Família nos instrumentos de planejamento: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual e Planos Estaduais de Saúde.

Essas inquietudes me alertaram sobre a necessidade de continuidade da pesquisa. A entrada no campo da Sociologia possibilitou uma reflexão sobre os achados na dissertação a partir da introdução das categorias sociológicas de relação de poder e ideologia.

Na metodologia utilizada na dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social-Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, trabalhei com três indicadores propostos por Fagnani (2009): direção do gasto social, magnitude do gasto social e natureza das fontes de financiamento.

Os indicadores apontaram uma oscilação no financiamento da Secretaria de Estado de Saúde, em virtude da dependência sobre a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS. Sobre a direção dos gastos, houve uma redução no financiamento da Estratégia Saúde da Família e um aumento na participação das organizações sociais sem fins lucrativos no orçamento da secretaria. Comparando do orçamento da secretaria com outros gastos do estado, as renúncias fiscais apresentaram um crescimento considerável entre 2003 e 2011, acima do percentual destinado à saúde.

Restaram, então, alguns questionamentos: Por que a priorização dessa política? Quem são esses beneficiários pela renúncia fiscal? Qual é o impacto dessa renúncia no financiamento das políticas sociais?

¹ Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso em 2011.

A partir de então, esta tese tem, enquanto objetivo, compreender como as relações de poder se materializaram nas políticas públicas, com destaque para o Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso instituído pela Lei nº 7.958 de 2003. Para alcançar tal objetivo, houve a necessidade de compreender o processo de formação da ideologia que denomina o estado de Mato Grosso como “Celeiro do Mundo” e da imagem do agricultor-empresário.

O estado de Mato Grosso foi governado, no período de 2003 a 2010, por um dos maiores representantes do agronegócio sojicultor brasileiro, Blairo Maggi. Para delinear a construção dessa ideologia, propomos como objetivos específicos: a) identificar a possível coesão do grupo dominante da elite agrária na eleição de um de seus representantes para governador do estado; b) analisar a elaboração da Lei 7.958 de 2003 (Renúncia Fiscal) e a política de gastos tributários (os beneficiados pela política e as perdas de receita das políticas que compõem a seguridade social - saúde, previdência e assistência - e educação) e, por fim, c) analisar o desenvolvimento social nos municípios com maior número de beneficiados pelos programas de desenvolvimento estadual e demais municípios.

Para cumprir com esses objetivos, a pesquisa valeu-se de métodos qualitativos e quantitativos, pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Entretanto no decorrer do cumprimento dos créditos, das leituras indicadas pelo grupo de pesquisa Terra, Trabalho, Memória e Migração - TRAMA², e pelas orientações da professora Maria Moraes, foram incluídas na metodologia entrevistas de roteiro semiestruturado, além das observações registradas em diário de campo e a utilização do geoprocessamento.

As referências bibliográficas partiram dos seguintes temas: ideologia, Estado, políticas públicas, relações de poder e hegemonia que serão trabalhadas no decorrer da tese.

Parte da realização desse trabalho foi possível devido a dois aspectos de minha trajetória pessoal: primeiro por minha formação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Mato Grosso e, segundo, por minha atuação como servidora pública do Estado de Mato Grosso há vinte e três anos. Desses, quinze anos foram dedicados ao trabalho com planejamento, orçamento público e políticas públicas. Dessa forma, os contatos realizados, a proximidade com os documentos, com a sua localização e a leitura ficaram mais acessíveis,

² Coordenado pela Professora Doutora Maria Aparecida de Moraes Silva, o Grupo Terra, Trabalho, Memória e Migração - TRAMA aglutina pesquisadores (as) e estudantes cujas reflexões estão ancoradas nas seguintes temáticas: capital, terra, trabalho, memória, migração, cultura e gênero. Está vinculado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar.

em virtude do espaço que ocupo e da formação construída, principalmente, pelo próprio Estado, por meio da política de Educação Permanente do Sistema Único de Saúde - SUS e da Secretaria de Estado de Gestão de Mato Grosso.

A pesquisa documental apresentou desafios, apesar de haver um acervo preservado nas instituições. Os documentos, relatórios, estudos técnicos realizados pelas secretarias não são de fácil acesso. Mesmo sendo protocolado o pedido em tempo hábil, em algumas situações, os mesmos não foram disponibilizados.

Para identificar se houve no período estudado a instituição de política pública com foco na renúncia fiscal, foi preciso consultar diretamente nos documentos históricos as informações referentes a cada governo. O recorte temporal³ foi iniciado em 1960, período em que houve intensificação do processo de ocupação do território mato-grossense.

Inicialmente, os documentos analisados foram as Mensagens enviadas à Assembleia Legislativa em virtude da abertura do ano legislativo. Elas traziam o discurso do próprio governador, analisando os avanços do ano anterior e a projeção para o ano que iniciava. Foram as Mensagens que mostraram o caminho até as políticas públicas. O que não estava suficientemente compreendido no corpo da Mensagem, buscávamos em outras referências como: os projetos de lei enviados à Assembleia, Diário Oficial e Relatórios técnicos.

As instituições nas quais foi realizada a pesquisa documental foram: Hemeroteca da Biblioteca Central da Universidade Federal de Mato Grosso, Arquivo Público Central de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação História Regional (NDIH) do Instituto de Geografia, História e Documentação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Biblioteca Estadual Estevão de Mendonça.

Nesse processo de pesquisa e elaboração da tese, é preciso mencionar que na metodologia inicial não estavam previstas as entrevistas, mas o recurso a esse instrumento metodológico trouxe significativas contribuições à tese. Um exemplo disso é a questão do trabalho no agronegócio, especificamente nas fazendas de Sapezal. O trabalho em Sapezal não se apresenta como nas reportagens anunciadas pela grande mídia. O trabalhador é braçal, de baixa escolaridade, jovem, migrante e com uma faixa salarial que não chega a dois mil reais, muito longe dos dez mil reais propagados nos Globos Repórteres. Além disso, percebeu-se a crescente tendência à substituição da mão de obra humana, resultado da

3 O autor Abutakka (2017) dividiu o processo histórico de formação do estado em sete etapas. A etapa da qual partiremos é a sexta, a partir das décadas de 60 e 70, no período da Ditadura Militar (1964 a 1985).

evolução tecnológica permanente. Essa situação faz com que os trabalhadores sejam obrigados a migrar continuamente em busca de sobrevivência.

Outra questão foi a facilidade de acesso aos dados sob responsabilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso – TRE. A pesquisa de campo, nesse aspecto, buscou junto ao órgão a relação dos doadores das campanhas para governador e, a partir daí, foram identificados os principais doadores para as eleições estaduais entre pessoa física e jurídica.

Para ter acesso aos doadores da campanha de Dante de Oliveira em 1994 e 1998 e a de Blairo Maggi em 2002 e 2006, foi solicitado via ofício junto ao presidente do TRE Mato Grosso, processo físico da prestação de contas dos candidatos. Após deferimento do então presidente do TRE Mato Grosso, esses processos físicos, tanto de Dante de Oliveira quanto de Blairo Maggi, foram disponibilizados para consulta e cópia.

Outra instituição importante e que mantém um acervo histórico preservado é o Instituto Memória da Assembleia Legislativa⁴. Para conseguir compreender como o processo transcorreu dentro da Assembleia Legislativa foi preciso acesso ao processo físico de tramitação da Lei 7.958 de 2003, desde o status de projeto de lei até a lei propriamente dita. O mesmo foi disponibilizado para consulta.

Foram encontradas algumas dificuldades que se assemelham aos de outros órgãos de controle: o não acesso aos valores reais renunciados por beneficiário ou programa em virtude do sigilo fiscal é um exemplo

Sobre o sigilo fiscal há duas linhas de entendimento: a primeira é que, por se tratar de receita pública, não há a necessidade do sigilo; a segunda linha que hoje é a dominante principalmente no Judiciário - entende que se trata de informações pessoais e, portanto, não podem ser divulgadas, segundo a Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso – SEFAZ.

Apesar de todos os percalços, a pesquisa foi realizada e os desafios foram superados. A tese está organizada a partir de seções e as considerações finais.

A primeira seção refere-se à ocupação de Mato Grosso a partir da década de 1964, destacadamente, após o golpe e a instauração de uma ditadura militar. Nesse regime, priorizava-se um modelo econômico excludente e concentrador ao dificultar o avanço, por exemplo, da reforma agrária voluntária e ao priorizar a ocupação das terras pelas grandes empresas de capitais. Ainda no início da seção, destaca-se um conceito que permeia todo esse trabalho, ideologia, pois é na construção da ideologia “celeiro do mundo” que se materializa

⁴ A partir de minha identificação como pesquisadora, e informando o número do processo 896/2003, do protocolo 3066/2003, e o número da lei 7.958, a atendente disponibilizou o processo físico, onde foi possível visualizar todo o trâmite do projeto de lei até a sua aprovação em lei.

todo o preço pago pelo território para ser agro, ser pop, como massivamente recebemos essa informação pelos meios de comunicação. Mas, houve também resistência e uma parte do território foi utilizada por quem combatia a ditadura militar. A “paz social” propagada pela ditadura militar não se fez de fato para grande parte da população que ficou à margem do Estado.

A segunda seção refere-se à figura do Estado de acordo com a função que desempenha por meio das políticas públicas. Essa seção trata introdutoriamente do fundo público, já que, tanto a renúncia tributária quanto o endividamento público tratam-se, na verdade, de uma disputa por este, com o objetivo da reprodução e acumulação do capital. Por isso, a seção 2 traz essas duas formas de apropriação do fundo público: a renúncia tributária e os empréstimos realizados pelo nível federal e também estadual.

Uma das questões tratadas durante o exame de qualificação referia-se ao fato de que Blairo Maggi não podia ser visto como causa, mas sim como representante de um processo histórico – processo demonstrado desde a primeira seção. Contudo, uma vez que a Lei 7.958 de 2003 foi elaborada, apresentada e defendida em seu primeiro governo, foi preciso retomar o caminho feito pelo mesmo e por sua família para compreender esse ponto. Por isso, a terceira seção refere-se ao conceito do “agronegócio”, assim como as relações de poder constituídas a partir da figura do Sr. André Maggi e as inserções das demandas do grupo do agronegócio na agenda dos governos. Isso fez de Sapezal um município e um corredor de exportação da produção da região para o exterior por meio do Porto Hermosa no Amazonas. A seção traz também uma análise, ainda que incipiente, sobre o trabalhador no município a partir das entrevistas realizadas na pesquisa de campo. E, por fim, o processo eleitoral em 2002, os doadores e a eleição de um governador representante do agronegócio no estado.

A quarta seção, que deveria ser a última, mas não foi devido à dimensão que tomou a tese em virtude, principalmente, da grande quantidade de dados advindos dos documentos pesquisados (Relatórios da CPI, delações premiadas, Relatório da Controladoria Geral do Estado). Assim, fez-necessária à sua divisão. Portanto, a seção analisa a Lei 7.958, seu processo dentro da Assembleia Legislativa, aprovação e as consequências. Essa seção tem como base teórica a pesquisa realizada por Thompson (1987) sobre a Lei Negra na Inglaterra, seus motivos e, por fim, suas consequências. Acorados na reflexão de Thompson, buscamos compreender as relações que deram como resultado a uma elite uma política pública de renúncia fiscal tão frágil institucionalmente e que foi amplamente utilizada como instrumento para corrupção e sonegação fiscal.

E, por fim, a quinta seção denominada “Consequências” numa correlação estabelecida com o trabalho de Thompson (1987) em “Senhores e Caçadores” analisa o impacto no financiamento de duas importantes políticas para a concretização da cidadania, saúde e educação. Ainda nesta seção, é apresentada a situação dos municípios circunvizinhos aos municípios que possuem maior número de empresas cadastradas no PRODEIC. A intenção é demonstrar até que ponto a renúncia tributária consegue distribuir “desenvolvimento” de fato, ou se continua sendo uma política que intensifica a concentração e mantém as desigualdades regionais.

Nas considerações finais, apresento os principais aspectos a partir de um processo de ocupação das terras amazônicas que possibilitaram a formação dos grandes latifúndios por capital nacional e estrangeiros. Esses latifúndios têm como ideologia motora a revolução verde, que transmutou o capital do centro urbano para a zona rural, expulsou os pequenos agricultores atendidos por políticas anteriores como a “marcha para oeste”. Assim, passam-se governos e o Estado permanece a legitimar esse processo produtivo explorador e expropriador. O mesmo Estado que legitima é o que seguiu os ideários neoliberais e permitiu que o setor privado construísse uma cidade, Sapezal, e que nela fosse instituído um local chamado “cinzeiro”. As políticas públicas atenderam a formação do estado agrícola “celeiro do mundo” a um custo que toda a sociedade mato-grossense está pagando todos os dias e duplamente. Primeiro, por meio dos impostos que incidem sobre o seu consumo e, segundo, por ter seu acesso restrito às políticas públicas de saúde e educação e pela redução dos valores que deveriam ser aplicados nessas políticas, tanto pelo governo estadual quanto municipal, que recebem menos em virtude da redução da arrecadação do ICMS ao renunciá-lo, de acordo com a política que beneficia alguns segmentos econômicos.

Dessa forma, a conta não fecha nunca, porque a distância entre a receita e a despesa passa por tributar de fato quem vive à custa do Estado, que não são os trabalhadores e os mais pobres, pelo menos não deveriam ser esses os maiores onerados. Mas são.

1 EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E OCUPAÇÃO DE MT: ARRANJOS ESTATAIS-IDEOLÓGICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO “CELEIRO DO MUNDO”.

O objetivo desse capítulo é analisar o processo de ocupação do território amazônico, em destaque Mato Grosso, compreendendo o papel do Estado nesse cenário e como Mato Grosso estava inserido e foi impactado pelo contexto internacional e nacional a partir da década de 1960.

Na década de 1960, recorte temporal da pesquisa que buscou compreender o processo de ocupação de Mato Grosso, a ideologia desenvolvimentista começa a entrar em crise. O aumento da inflação, segundo os neoliberais e os teóricos desenvolvimentistas ligados ao setor privado, estava relacionado ao déficit público e às elevações salariais. Havia, ainda, as lutas dos movimentos sociais por reformas distributivas, como a agrária, lutas essas justificadas pelo avanço da miséria e da pobreza no país, desconstruindo a retórica de que o crescimento econômico vindo da industrialização chegaria a todos e todas. (BIELSCHOWSKY, 2000). O bolo cresceu, mas as fatias foram distribuídas para poucos.

O desenvolvimento industrial pautado na substituição de importações estagnou. Para a retomada do crescimento eram necessárias “reformas institucionais profundas que viabilizassem a redistribuição de renda.” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 424), proposta que vinha desde os grupos conservadores, reformistas e revolucionários. Foram as propostas de reformas, que sequer foram realizadas, que levaram ao golpe de 1964.

Nesse período, já atendendo à nova forma de acumulação do capital, o Estado debatia a expansão da fronteira agrícola, também como enfrentamento às tensões sociais provocadas pelo esgotamento das terras no sul do país e aos conflitos sociais na região Nordeste por reforma agrária. Avançar para o Amazonas e suas florestas e, posteriormente, ao cerrado, passou a ser uma das respostas à expansão do capital monopolista⁵ e resolução das lutas sociais por reformas. “Integrar para não entregar” passou a ser o lema das políticas públicas. Com efeito, o “integrar” foi voltado para o campo econômico em detrimento do social, e o “não entregar” caracterizou uma reforma agrária que não ocorreu. (IANNI, 1979).

⁵ Esta expressão foi usada por Lenin para definir um novo estágio no desenvolvimento do capitalismo no final do século XIX, em que a vida econômica era dominada por grandes corporações, o capital bancário fundira-se com o capital industrial para formar oligarquias financeiras e as principais nações capitalistas estavam engajadas na expansão imperialista. (WILLIAN; BOTTOMORE, 1996, p. 59-60).

Isso porque de maneira feroz, a política de mercado livre e aberto atendeu às necessidades de acumulação do capital⁶, em grande parte estrangeiro. (IANNI, 1979). Para dar conta de todas essas ações, o Estado e a elite nacional subordinados aos países hegemônicos centrais precisavam de um aparato institucional que compensasse as suas fragilidades. Portanto, “(...) nessas condições, a ordem social é possível com base em um exercício de ferro do poder político, que exige um Estado onde os mecanismos coercitivos operem de maneira recorrente (OSORIO, 2015, p. 5)”. A ditadura militar instalada após o golpe civil militar de 1964 tinha as características necessárias para dar conta das novas formas de reprodução e acumulação do sistema capitalista.

Assim, a partir da década de 1970, o Estado toma para si a responsabilidade sobre a política de colonização. Castro (1994, p.47) apresenta um conceito mais restrito de colonização: “povoamento precedido de planejamento governamental ou privado e, na história contemporânea, esse processo está estreitamente relacionado à apropriação privada do uso do solo e ao surgimento do trabalhador livre, enquanto classe social.”.

A colonização foi utilizada pelo governo brasileiro como estratégia para a ocupação de “vazios demográficos” a partir de núcleos familiares. Destacamos que esses territórios não eram vazios, mas habitados por povos indígenas e tradicionais ribeirinhos e pescadores. As primeiras experiências de ocupação desses territórios ocorreram já na década de 1930, no que foi denominado “Marcha para o Oeste”, também organizada por um Governo Ditatorial. Naquele momento, uma das preocupações do governo era o fato de uma grande quantidade de terra estar nas mãos de estrangeiros, assim, o incentivo à pequena propriedade era uma estratégia para a segurança nacional e uma forma de defesa do território. (CASTRO, 1994).

Mas é a partir do golpe civil-militar e da instauração de uma ditadura militar que são criadas as condições políticas e econômicas para atender ao novo modo de acumulação capitalista: o monopolista.

A denominação ditadura militar, ao invés de governo civil-militar, é definida pelo fato de que até o golpe há participação dos grandes empresários, das empresas de comunicação, do capital nacional e estrangeiro enquanto sócios, incentivadores, porém, após a instauração da ditadura, quem conduziu política e economicamente o país foram os militares:

⁶ Na acumulação primitiva do capital a expropriação de terra tem a função de transformar o camponês em força de trabalho. (MARX, 2013). No caso analisado por Marx - a Europa do século XIX - a disponibilização dos homens para o trabalho assalariado atendia às necessidades do capital industrial do período.

Os militares ocuparam não apenas a Presidência da República, mas também cargos centrais em todos os órgãos da administração federal direta e indireta, de ministérios a empresas estatais, nos seus principais escalões. Alguns se tornaram, até, governadores de Estado. Controlavam a sociedade por meio da comunidade de informações, encabeçada pelo SNI e formada por centenas de milhares de agentes e informantes (há quem fale em dois milhões de informantes), e cujo aparato repressivo possuía tentáculos operacionais que se apresentavam como siglas macabras: OBAN, DOI-CODI, CIE, CISA, Cenimar. (POMAR, 2012, p. 3).

O Estado responde e age conforme a realidade, isso porque a função do Estado é definida por seu tempo histórico e a partir das relações necessárias para sua concretização. Pereira (2011, p. 144) assim o define: “(...) o Estado, além de ser um conceito complexo, é um fenômeno histórico e relacional”; Faria (2001) acrescentaria o seu caráter contraditório. O Estado Moderno apresenta quatro elementos, “(...) um conjunto de instituições e prerrogativas, dentre as quais o poder coercivo, (...) o território (...) uma máquina burocrática (...); um conjunto de condutas e comportamentos (...)” (PEREIRA, 2011, p. 142). A autora analisa que tais elementos teóricos são difíceis de serem aplicados e controlados na prática da ação governamental. (PEREIRA, 2011).

Num Estado Capitalista, o desenvolvimento está pautado no processo de acumulação de capital. Ianni (2004, p. 12) nos deixa claro que não se trata de um capitalismo de Estado⁷, é o Estado se fazendo presente: “(...) através de medidas fiscais, cambiais e monetárias, o Estado amplia e refina a sua capacidade de controle sobre as possibilidades de poupança e investimento, revelando tendência monopolística”. Foi o que observamos na pesquisa de campo junto aos documentos oficiais dos governos no período de 1960 a 1994 disponíveis no Arquivo Público do estado de Mato Grosso, Biblioteca Estevão de Mendonça, na Hemeroteca e no Núcleo de Documentação e Informação História Regional da Universidade Federal de Mato Grosso, o Estado interferiu diretamente e indiretamente para que Mato Grosso atendesse a acumulação de capital da elite agrária.

A ação do Estado responde aos desequilíbrios estruturais gerados pelo próprio sistema capitalista. A transição da economia agrária para industrial-agrária é compreendida como processo vinculado ao Estado Desenvolvimentista. A “(...) industrialização de tipo capitalista, como ocorre no Brasil, produziu-se com o desenvolvimentismo⁸, que é seu ingrediente

⁷ “A maneira pela qual o poder público ingressa na economia nacional não implica distorção do regime de mercado nem obstrução das possibilidades de expansão da empresa privada.” (IANNI, 2004, p. 192).

⁸ (...) o desenvolvimentismo é a ideologia de uma ruptura apenas parcial de nações que optam pelo desenvolvimento capitalista. Implica que as soluções das contradições do sistema são resolvidas com o processo de industrialização, ou seja, com a implantação de uma sociedade burguesa industrial. Luta-se, na verdade, para a conversão do capital agrícola, comercial ou financeiro em capital industrial. (BERNADES, 2009)

ideológico fundamental. (...) é a ideologia da nova classe dirigente, na fase de ascensão ao poder.” (IANNI, 2004, p. 98). Essa ideia inicia-se ainda em 1930 e se consolida no Programa de Metas do governo Juscelino Kubistchek de Oliveira de 1956 a 1960.

Este capítulo trará uma contextualização do processo de ocupação de Mato Grosso, a partir de uma análise do que ocorria no mundo, no Brasil e como isso reverberava no estado. Todo esse processo utilizando-se da categoria ideologia, pois é a partir desta que buscamos compreender como as relações de poder impactam nas políticas públicas, a ideologia “celeiro do mundo” abarca todas as ações públicas e utiliza-se das leis para materializar essas relações.

O capítulo inicia-se trazendo a categoria ideologia como o instrumento de análise entendendo que todo o processo utiliza-se da construção de um imaginário que faz de Mato Grosso o “celeiro do mundo” a partir de algo natural, suas condições ambientais e que, conforme as leituras e entrevistas, esse imaginário foi devidamente construído para atender as necessidades do capital.

1.1 IDEOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE

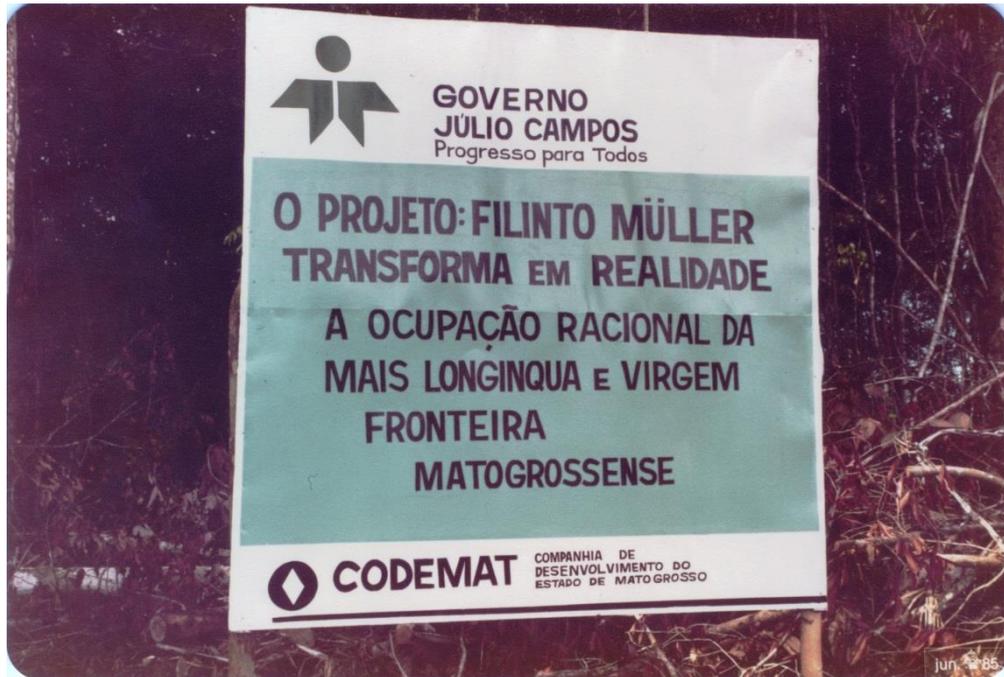
Antes de iniciarmos este capítulo que analisará o processo de ocupação de Mato Grosso, a partir do que ocorria no mundo e no país é preciso apresentar o conceito de ideologia que balizará toda a tese.

Quando Mato Grosso é citado numa reportagem, documentário ou em outro meio de comunicação sempre lhe é atribuído à ideia de ser responsável pelas maiores safras de soja, algodão, milho. Grande parte desse resultado é consequência de um conjunto de políticas públicas executado pelos governos federal, estadual e municipal.

Um exemplo foi que no governo de Júlio Campos em 1985, primeiro governador eleito pelo voto direto, que foi realizado uma grande ação publicitária nos estados da região sudeste e sul com objetivo de trazer para Mato Grosso o maior número de imigrante e fazer do estado “celeiro agrícola do Brasil” colonizando, principalmente, as terras situadas na região norte do estado. As fotos abaixo, juntamente com os relatos encontrados nos documentos pesquisados, mostram a primeira aparição da palavra “celeiro” e, por detrás dela, todo um conjunto de ideias, construídas para legitimar o avanço do capitalismo monopolista no país e na floresta amazônica.

Figura 1 - Projeto de Colonização implantado pelo governo Júlio Campos (1983-1986)





Fonte: Acervo do Arquivo Público de Mato Grosso

Essa base material, o agronegócio, a produção de alimento para o Brasil e para o mundo, a riqueza que deveria ser produzida a partir deles para a sociedade é o que Marx (1991, p. 37) chama de “consciência invertida”, pois toda consciência “(...) jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real.” A constatação desta falsa consciência ou desta consciência invertida se dá porque:

(...) se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico. (MARX, 1991, p. 37).

Portanto, teremos, no decorrer deste trabalho, que a formação da ideologia “celeiro do mundo” “(...) oculta o caráter contraditório do padrão essencial oculto, concentrando o foco na maneira pela qual as relações econômicas aparecem superficialmente”. (BOTTOMORE, 2001, 294).

Por trás dessa ideologia, temos um conjunto de políticas públicas que a sustentaram: a expulsão dos indígenas, dos posseiros e das comunidades tradicionais dos seus territórios, a formação das grandes fortunas, dos latifúndios, o capital financeiro interno e externo e a priorização desse segmento econômico em detrimento de outros, como a agricultura familiar, assistência social, saúde, educação e segundo estudos realizados por Vieira (2018), são prejudicados ao receberem menores alocações de recursos públicos pelo Estado.

Isso porque a classe que possui os meios de produção possui também o domínio das ideias, segundo Marx (1991, p. 72)

Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideia; que regulem a produção e a distribuição das ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época.

A elite do campo articulou-se no período da ditadura militar. Houve um aumento na participação do capital monopolista e a transformação das propriedades em empresas agrícolas com objetivo de modernizar economicamente e tecnologicamente o campo (MACIEL, 2014). As ideias dominantes da classe que dominava os meios de produção em conjunto com o capital externo eram de aumentar as pautas de exportação priorizando o mercado externo, em detrimento da produção de alimentos, possibilitando o aumento de divisas que sustentava o padrão de financiamento do “milagre econômico”. (MACIEL, 2014).

Vários teóricos, a partir de Marx, também trabalharam com o conceito de ideologia, Antônio Gramsci, Louis Althusser, Lukács, e transformaram uma concepção negativa em um conceito positivo ou até neutro. Gramsci, inclusive, propõe uma distinção entre as “ideologias arbitrárias” e “ideologias orgânicas” e as explica:

É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias à uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, “desejadas”. Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Na medida em que são “arbitrárias”, elas não criam senão “movimentos” individuais, polêmicas, etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma). (GRAMSCI, 1978, p.63)

Utilizaremos Gramsci, pois, em conjunto com o conceito de ideologia, a tese também fará uso da categoria analítica hegemonia. Outro ponto sobre o conceito trabalhado por Gramsci está no fato de o mesmo ter analisado o papel do que ele define como aparelhos ideológicos (educação, meios de comunicação, etc.) e os intelectuais na formação da ideologia. (BOTTOMORE, 2001, p. 297).

Gramsci conceitua como ideologia, algo para além do abstrato e defende que o conceito receba “(...) o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vidas individuais e coletivas”. (GRAMSCI, 1978, p. 16).

Portanto, a ideologia “celeiro do mundo” se cimenta em outro conceito trabalhado por Gramsci, o bloco histórico. O bloco histórico referencia “(...) tanto à estrutura na qual as classes são constituídas ao nível econômico (sobre esta base, Gramsci distingue entre classes “fundamentais e frações de classe), como ao nível político no qual as classes e as frações de Classe se combinam”. (HALL; LUMLEY; MCLENNAN, 1983, p. 62).

Para Gramsci, as ideias dominantes não são formuladas apenas pela classe dominante, mas sim pelo “(...) resultado da relação de forças entre as frações do bloco dominante.” (HALL; LUMLEY; MCLENNAN, 1983, p. 64). Temos então a apresentação por Gramsci do conceito de hegemonia, que amplia a compreensão sobre as relações estabelecidas nos blocos de poder, apresentando assim uma realidade que não é homogênea, equilibrada, de igualdades, mas sim de oposição, de relações de forças dentro das classes e entre as classes.

Gramsci nomina o grupo que está no poder ou que domina como “hegemonia política”, onde a disputa ocorre no espaço da sociedade civil.

Essa visão mais ampliada do conceito de ideologia, assim como a questão da hegemonia, é a busca por uma análise para além das políticas públicas, enquanto instrumentos somente técnicos, mas também, políticas que materializam a correlação de forças na disputa pelo fundo público e que, historicamente, beneficiaram o setor do agronegócio e que expandiu para outros segmentos econômicos, numa construção hegemônica, a partir da sociedade civil e, posteriormente, a sua concretude pela tomada da sociedade política.

Conforme veremos no decorrer da pesquisa, está muito atrelado a como a política na perspectiva de Gramsci (1984) colabora na compreensão deste processo, em que:

(...) a política é ação permanente e dá origem a organizações permanentes, na medida em que efetivamente se identifica com a economia ... como um impulso imediato à ação, que nasce no terreno permanente e orgânico da vida econômica, mas supera-o, fazendo entrar em jogo sentimentos e aspirações em cuja atmosfera incandescente o próprio cálculo da vida humana individual obedece a leis diversas daquelas do proveito individual etc (GRAMSCI, 1984, p. 14).

Portanto, ao conceito ideologia somam-se outros conceitos, hegemonia, política, bloco histórico, Estado e relações de poder que contribuiram para a análise deste capítulo e dos demais.

1.2 CONTEXTO NACIONAL

“Somente o Estado tem capacidade de apresentar interesses sociais estreitos como interesses sociais de uma comunidade, como projetos de todos.”

(OSORIO, 2015, p. 18)

Para compreender a ocupação de Mato Grosso é preciso um resgate histórico a partir da “nossa” Revolução Burguesa utilizando como base as obras de Florestan Fernandes (1981). O autor analisou a transição dos “senhores rurais” para aristocracia agrária, uma das faces da modernização conservadora que ocorreu porque o Brasil possuía características econômicas e sociais que contribuiram para essa modernização sem uma revolução: “(...) 1) preponderância da exportação; 2) importação como mecanismo corretivo da especialização na produção agrícola e 3) dependência em face do exterior para formar e aplicar o excedente econômico”. (FERNANDES, 1981, p. 87).

A essa modernização sem revolução foi dado o nome de modernização conservadora, sendo que:

A ‘modernização conservadora’ acarretou a ampliação da exploração extensiva e intensiva da agricultura brasileira, fazendo com que as áreas cultivadas e a produtividade do setor agrícola fossem enormemente incrementadas. Mas o privilegiamento dos cultivos agroexportadores fez prolongar o problema do desabastecimento interno, desamparando os pequenos produtores que se viram pressionados por todos os lados. Os efeitos desta política agrícola foram o aumento

da concentração fundiária, o crescimento do trabalho assalariado (principalmente dos jornaleiros), a queda do nível de renda da população rural e a ampliação das desigualdades regionais. (MACHADO, 2006, p. 39).

Na transição do capitalismo competitivo⁹ para o monopolista, do capitalismo comercial para o industrial, mesclava-se na ideologia burguesa a “forte orientação democrático-nacionalista” (FERNANDES, 1981, p. 215). Contudo, tratava-se de uma ilusão, pois as frações de classe mantinham o poder e as formas de dominação. Na nova configuração, a classe burguesa aproveita as oportunidades para “absorção de práticas financeiras, de produção industrial e de consumo inerentes ao capitalismo monopolista”, estabelecendo assim uma nova relação com o imperialismo. Há uma aliança da burguesia agrária brasileira com a burguesia emergente industrial por isso é uma modernização sem revolução estabelecendo uma nova relação com o imperialismo numa condição brasileira e latino-americana sob o jugo do imperialismo, em especial o norte americano.¹⁰

Oliveira (1981, p. 88) nos coloca que, após a Revolução de 1930, considerada a nossa Revolução Burguesa, o avanço do processo de industrialização e de acumulação do capital se deu a partir de um Estado não mediador, mas o núcleo da contradição entre as duas principais classes, burguesia industrial e a classe operária “(...) e, por força destas, das demais que eram periféricas, latifundiários e massa urbana não-operária.”

Parte desta “revolução” atendia às pressões que vinham do capitalismo monopolista mundial. A burguesia brasileira conseguiu, mesmo sob tais pressões, manter seu poder e ter atendidas suas demandas junto ao Estado, aumentando sua intimidade com o capital

⁹ Esse período compreende a consolidação da economia urbano-industrial. É nesse momento em que há a consolidação e disseminação do mercado, ganhando uma acepção sociológica. Esta é uma das questões-chaves para entendermos a fase da consolidação de uma ordem social competitiva no Brasil. A outra questão seria o surgimento das chamadas cidades-chaves que concentraram a expansão do mercado e o desenvolvimento da indústria no Brasil. (CARMO, 2009, p. 6).

¹⁰ Fica uma reflexão sugerida na arguição na banca de defesa e que será utilizada no posteriormente, que para além do imperialismo é preciso adentrar ao conceito da transnacionalização do capital, que “(...) no entender de Furtado, o processo de transnacionalização é impelido pelas necessidades do padrão de desenvolvimento capitalista que havia amadurecido nos Estados Unidos¹⁶. Trata-se de um imperativo tecnológico, que resulta de um determinado padrão de acumulação que tem como fundamentos a grande concentração do poder econômico, as economias de escala, o elevado coeficiente de capital e o acentuado progresso técnico ao nível dos bens de consumo, donde a necessidade de homogeneizar e generalizar seus estilos de vida para outras áreas do planeta” Além de considerar que não é possível que isso ocorra sem um braço financeiro “(...)isto é, a constituição de um sistema financeiro internacional capaz de prover liquidez (criar moeda) aos grandes grupos transnacionalizados à revelia das autoridades monetárias nacionais. (HADLER, 2009, 65-68).

financeiro externo¹¹. Essa classe usou das estruturas institucionais para coibir as revoltas dos trabalhadores e fazer do Estado um “instrumento exclusivo do poder burguês, tanto no plano econômico quanto nos planos social e político”. (FERNANDES, 1981, p. 217). Esse comportamento se perpetua em outros tempos históricos - no próximo capítulo compreenderemos como o Estado atuou para atender as demandas do capitalismo por meio do seu aparato institucional e ideológico.

O golpe civil-militar¹² deu ao sistema capitalista a ordem desejada para a volta à “normalidade” sem romper estruturas. Mesmo que, externamente, estivesse em curso a transição do capitalismo competitivo para o monopolista, internamente, houve apenas uma nova forma de submissão ao imperialismo. O capitalismo competitivo foi constituído pelas economias exportadoras (coloniais e neocolônias) e o avanço do mercantilismo interno e da indústria. Já o monopolista agrava a situação de dependência externa, desigualdade e das condições dos trabalhadores. (FERNANDES, 1981).

O capitalismo monopolista se estrutura no Brasil a partir de outro golpe de Estado, o de 1964. Isso porque avançam no mundo vitórias socialistas e os países capitalistas centrais precisavam deter este avanço, além de precisarem das matérias-primas e do mercado interno para expansão do capitalismo. E para que tudo isso fosse possível, era instituído uma nova regra ou norma, “(...) sem estabilidade política, não há cooperação econômica – (...) exigindo das burguesias e dos Governos pró capitalistas das nações periféricas que ponham “a casa em ordem”, (...)”. (FERNANDES, 1981, p. 254). Por isso, a América Latina passa as décadas de 1960 e 1970 por um processo intenso de ditaduras militares, estrutura de governo perfeita para atender à fome desenfreada do capitalismo monopolista por mercados fornecedores de matéria prima barata, participação do capital financeiro estrangeiros nas empresas brasileiras e mercado consumidor.

11 Para a agricultura, principalmente a partir dos anos 1960, as mudanças que ocorreram no setor, como substituição dos insumos, modernização dos maquinários estabeleceram uma dependência do setor ao crédito, ao mercado externo. O Estado novamente participa instituindo financiamentos públicos para infraestrutura e programas de isenção fiscal. Portanto, para Delgado (1985, p. 119) esta dependência altera a ordem da mercadoria e do dinheiro, passando agora a ser na agricultura capitalista Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro. “(...) o papel dos bancos passa a ser crucial, uma vez que detendo virtualmente o monopólio de uma mercadoria bastante especial, o dinheiro, por eles passarão necessariamente as demandas crescentes de crédito de curto e de longo prazo.”

12 (...) o golpe de março-abril de 1964 teve forte presença do grande capital e de outros setores civis e, neste sentido, pode ser denominado “cívico-militar”. Mas uma vez derrubado Jango e entronado Castello Branco, instaurou-se a Ditadura Militar. Ou seja, a partir de 1964, a forma assumida pelo domínio burguês foi precisamente um regime militar, uma ditadura castrense. (POMAR, 2012, p. 04).

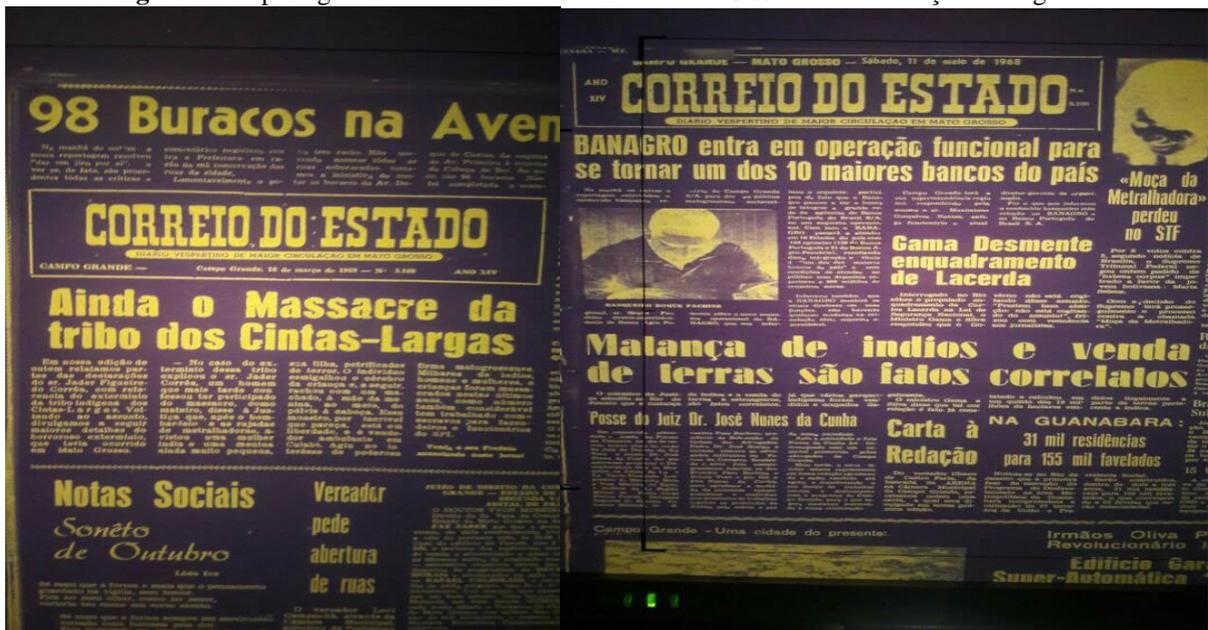
Nesse momento, o conceito de bloco histórico e bloco de poder apoiam a compreensão por que a burguesia, que estava se consolidando, permite e até colabora para que a ordem política se altere tão drasticamente e até violentamente por 20 anos. Primeiro, como forma de conter as pressões populares que cobravam as reformas e, segundo, porque no próprio bloco de poder havia uma crise de hegemonia. A ditadura militar “(...), portanto, cumpriu com duas principais funções, desorganizou e reprimiu severamente as classes subalternas e, por fim, redefiniu a hegemonia política no seio do bloco de poder.” (SEVES, 2013, p. 22).

É no momento de crise do modelo desenvolvimentista e da transição do capitalismo competitivo para o monopolista que a ocupação da Amazônia, com forte presença do Estado, ocorre. Movimento denominado de expansão da fronteira trata da acumulação por parte do capital, em detrimento de outras formas de produção realizada pelos posseiros, indígenas ou povos tradicionais. (IANNI,1979). Todo esse movimento estatal, e também privado, acena para o que Marx (2013, p. 970) apresentou no *Capital* ao tratar da transformação do “solo em artigo puramente comercial, ampliar a superfície da grande exploração agrícola, aumentar a oferta de proletários absolutamente livres, proveniente do campo etc.”.

Foram transformados em proletários os que não conseguiram fixar na terra, os que não conseguiram resistir (indígenas) e os que não foram mortos nos conflitos agrários, isso porque o Estado brasileiro não realizou a reforma agrária e ainda dificultou a colonização espontânea, uma forma indireta de reforma agrária.

São inúmeros os relatos da dizimação completa de etnias ou aldeias indígenas. A não possibilidade de transformá-los em trabalhadores assalariados concedia aos dominadores o direito do extermínio (WRIGHT, 2015) ou o deslocamento completo para outros lugares, não considerando todo o vínculo dos povos com o território, conforme os jornais da época noticiavam no ano de 1968 (Figura 2).

Figura 2 - Reportagens no Jornal Correio do Estado em 1968 sobre a matança de indígenas.



Fonte: Jornal Correio do Estado, publicado em março e maio de 1968.

Ao contrário do que ocorreu em outros países da América Latina, com suas exceções, as relações e os interesses sociais da elite ligada ao modelo econômico anterior, agroexportador, não sofreu uma ruptura ou declínio. Efetivamente, parte dos recursos provenientes das receitas da exportação dos produtos da economia primária financiou o desenvolvimento da indústria. Porém, mesmo dependendo do setor primário, uma nova ordem hegemônica consolidou-se no estado brasileiro alterando o bloco de poder e mantendo o Estado e seu aparato institucional e ideológico como principal agente no avanço da elite ligada à indústria. (OSÓRIO, 2015).

Essa revolução sem rupturas, numa relação de dependência dos recursos produzidos pela economia primária para investir em áreas estruturantes do setor industrial tem, enquanto resultado, assim como no campo, uma industrialização também concentrada e seletiva. Entretanto, chega um tempo em que os acordos sociais existentes até então, os mesmos que deram conta do Estado desenvolvimentista, deixam de existir. Há um avanço de países governados por ditaduras militares e civis-militares, que iniciam processo de abandono do projeto industrial para mercado interno e partem à exploração de seus recursos naturais. (OSÓRIO, 2015).

Outra justificativa para o avanço das ditaduras civis-militares e militares na América Latina era a de deter o avanço do comunismo, o que na verdade representava a manutenção dos Estados Unidos no topo do imperialismo capitalista. Os golpes foram assim desenhados

na América Latina, Brasil em 1964, Bolívia em 1971, Chile e Uruguai em 1973, Peru em 1975 e Argentina 1976. (OSORIO, 2015).

A tão propagada “paz social”, paz promovida à base de muita violência e controle do Estado sobre os definidos como “subversivos”, na realidade era pano de fundo para promover a reprodução do capitalismo a partir da exportação de matérias primas e alimento (OSORIO, 2015). Por isso, a necessidade de ocupar e formar os latifúndios sem a participação dos pequenos agricultores, posseiros, indígenas ou povos tradicionais.

Foi a partir do golpe civil militar e a instauração de um governo ditatorial que ocorreu também a inserção de novas estratégias para o desenvolvimento da Amazônia. Os governos pós-64 propõem políticas, planos e ações necessários ao alcance dos propósitos e intenções de ocupação do território. No período de 1970 a 1973, o governo federal é o principal agente no processo de colonização, determinando, via Decreto n. 1.164 de 1 de abril de 1971, como devolutas as terras localizadas a cem quilômetros de cada lado do eixo das rodovias situadas na Amazônia Legal (IANNI, 1974). O Estado passa a ser exclusivamente o responsável em coordenar o processo de colonização cabendo-lhe às competências de planejar, realizar pesquisas de interesse da Amazônia e investir em infraestrutura. A iniciativa privada, a partir de autorização dada pelo poder público, também ocupou o território por meio das grandes empresas colonizadoras.

Num governo ditatorial, a hegemonia do Poder Executivo possibilita a execução de complexas políticas públicas porque, além de deter um corpo técnico, financiamento e instituições, há ausência dos demais Poderes, pois o Executivo atua por meio de Atos Institucionais, estabelece total dominação por uso da força. (IANNI, 1979).

Oliveira (1981, p.24) nos apresenta, numa análise sobre a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, uma teoria sobre planejamento no sistema capitalista que não tem como horizonte a alteração no modo de produção. Isso porque planejar não é o suficiente para alterar as contradições do modo de produção capitalista. O “(...) o planejamento num sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital.” Quando planejado, o sistema repõe ao início da cadeia produtiva o que estava contida no produto. Um exemplo citado pelo autor é a extração de parte da mais-valia ao final do processo por meio dos impostos. Essa parte de mais-valia apropriada nos impostos retorna à burguesia em forma de capital a partir, por exemplo, das políticas de renúncia fiscal instituídas na época, ou diretamente pelo Estado, por meio de obras e a instituição de empresas públicas.

Portanto, os programas, as políticas e as instituições criadas nesse período não tiveram outro objetivo a não ser promover a acumulação do capital. Para dar conta dessa função, foi preciso uma ação estatal de maior abrangência, criando todo um aparato estatal e ideológico. Em 1970, o governo cria por meio do Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, responsável por coordenar os projetos referentes aos assentamentos de famílias sem-terra e/ou com pouca terra. Esses colonos foram selecionados, principalmente, no Sul do País, diminuindo assim as tensões sociais provocadas pela escassez de terra naquela região. (BARROZO, 2014).

Além do INCRA, temos em 1967 a criação da Superintendência Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, antiga Fundação Brasil Central (FBC) que, seguindo a ideologia desenvolvimentista, concebia que, através de investimentos estatais na malha viária, criar-se-iam condições de interligar a Amazônia aos grandes centros.

Esse processo de colonização oficial, estatal e privado, passou a ser estratégia de contenção das tensões sociais e ainda atender às demandas do capital. A política nacional tomou um caráter de segurança interna, protegendo o golpe instituído em 1964. (IANNI, 1979). Essa proteção foi a base de muita “(...) repressão política contra todas as organizações e lideranças que buscavam representar os interesses do campesinato e proletariado do campo.” (IANNI, 1979, p. 42). Essa repressão provocou uma desmobilização dos movimentos sociais e das lutas por reforma agrária no Nordeste e Sul do país. A colonização não apresentava, de fato, soluções para a crise social que se alastrava em tais localidades.

Em virtude da demora do Estado, o que se pode tratar de uma estratégia de expropriação em demarcar as terras, regular a posse e uso, somado ao fluxo contínuo da colonização voluntária e oficial, a Amazônia deixa de ser “terra de ninguém” e passa a ter o mesmo conflito já vivenciado pelos novos ocupantes da terra nas regiões de origem.

Ianni (1979) também analisou que a colonização dirigida pelo Estado possuía a função de regular o exército de reserva de trabalhadores nas diversas regiões da Amazônia. O objetivo era atender o crescimento extensivo do capital e também evitar a ida dessa massa de trabalhadores para os grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro. Portanto, retirou-se do nordeste e do sul do Brasil o excedente da população do campo, para a não realização da reforma-agrária, mantendo a estrutura fundiária que privilegiava os latifundiários, usineiros e empresários. Quando essa massa de migrantes chegou à Amazônia, também não conseguiu ter garantido acesso, uso ou permanência na terra, resultado da ação, omissão e favorecimento do Estado à mesma elite econômica historicamente privilegiada. Desse modo, tem-se o que foi denominado de Contrarreforma Agrária.

A expansão extensiva do capitalismo na Amazônia era um modo de preservar intactas as estruturas de apropriação econômica e dominação política no Nordeste e no Centro-Sul, para beneficiar a acumulação capitalista acelerada. (IANNI, 1979, P. 53).

Essa Contrarreforma Agrária aplicada pelo Estado também se configurou a partir do momento que o INCRA passou a atuar como controlador estatal sobre as atividades desenvolvidas pelos colonos, em que:

Era e é através do INCRA que os colonos se definem como colonos; ou transformam-se de posseiros em colonos; recebem ordem para ocupar, permanecer ou sair da terra; recebem algum título; provisório ou definitivo; de propriedade; adquirem o direito, isto é, a documentação sobre a terra, sem a qual não podem pleitear empréstimo no Banco do Brasil. Até mesmo o contato dos colonos com visitantes e pesquisadores interessados em conhecer as suas condições de vida e trabalho, de uso e posse de terra, tende a ser controlado pela burocracia do INCRA. (IANNI, 1979, p. 68).

O que era para ser um órgão responsável pela reforma agrária passou a ser, na prática, uma barreira à colonização espontânea, que era a forma de colonização que tinha o potencial objetivo de realizar a reforma agrária. (IANNI, 1979). A partir de 1974, o Estado decidiu-se pela colonização particular, mas a estrutura jurídica já havia se iniciado no Estatuto da Terra em 1964 em que se estabelece as duas formas de colonização: oficial e particular.

Vale lembrar que o INCRA foi a junção de dois órgãos criados nos primeiros anos do golpe militar, IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e o INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário. O “(...) período de existência dos dois órgãos promotores da contrarreforma agrária dos militares, IBRA e INDA, de 1964 a 1970, esteve marcado por um processo intenso de corrupção, grilagens e venda de terras para estrangeiros.” (OLIVEIRA, 2007, P. 122).

Baseada em estudos de Marx e seus discípulos sobre acumulação primitiva, podemos observar que a acumulação do capital não ocorre somente via relações estabelecidas entre o capital e as formas de produção, mas também com as formas de produção não capitalista. Essas formas de produção não capitalista envolvem o cenário mundial e outros métodos, como “(...) política colonial, o sistema de empréstimos internacionais, a política de interesses privados, a guerra.” (LUXEMBURG, 1970, p. 398).

Enquanto estratégia de domínio imperialista nesse momento, temos a intensificação da política neocolonial e a oferta de empréstimos internacionais aos países que são de interesse dos países capitalistas centrais, destacando os da América Latina. A disponibilidade internacional de recursos para empréstimos aos países da América Latina é consequência daquilo que Harvey (2014) denominou como sobreacumulação, um excedente que pode ser tanto de capital (mercadoria, moeda e capacidade produtiva) como também da força de trabalho. Não alcançando uma taxa de lucro desejável, e para resolver a crise¹³, o capital sempre buscará uma nova forma “externa” para se equilibrar, a incorporação de territórios e sua “reorganização espacial proporcionam tal opção” (HARVEY, 2014, p. 78).

Dessa forma, o capital precisava investir “(...) em empreendimentos lucrativos usando força de trabalho e matéria-prima mais baratas, terra de baixo custo e assim por diante” (Harvey, 2014, p. 117). O Brasil, especificamente a Amazônia, apresenta essas características. Assim, para a ditadura militar que detinha o monopólio da violência, a Amazônia era considerada território capitalista e precisava se abrir ao comércio. Nesse momento, a colonização privada passou a ser a oportunidade do capital sobreacumulado se apropriar das terras, das empresas estatais e privadas e de imediato ter uso lucrativo. Para isso, o Estado organizou o seu aparato estatal.

Em 1971, pelo Decreto 68.524, o Estado (por meio do INCRA) estabelece a participação das empresas em projetos que atendam as condições: “a) nas áreas declaradas prioritárias para a Reforma Agrária; b) nas áreas compreendidas pela faixa de até dez quilômetros à direita e à esquerda das novas rodovias; c) nas terras devolutas incorporadas ao patrimônio da União” (IANNI, 1979, p.86). A colonização privada que passa a ser a estratégia prioritária adotada pelo Estado aumenta a partir de 1976 e estabelece sua organização por meio de cooperativas de desenvolvimento agropecuário - os colonos deveriam ser também cooperados, outra forma ideológica de imposição norte-americana.

O cooperativismo no Brasil tem sua legislação instituída também na ditadura militar, Lei n.º 5.476/71, vigente até os dias atuais, priorizou no corpo da lei o tipo de cooperativa

¹³ Para o autor de O Capital: As condições gerais da crise (na medida em que são independentes das oscilações dos preços) devem ser deduzidas das condições gerais da produção capitalista. A simples relação assalariado-capitalista implica: 1. Que a maioria dos produtores (os operários) sejam não consumidores (não-compradores) de uma grande parte de seus produtos, a saber, os meios e os materiais de trabalho. 2) Que a maioria dos produtores, os operários, não possam consumir um equivalente de seu produto senão se eles produzem mais do que esse produto - a mais-valia ou sobre produto. Sempre lhes é preciso se sobreprodutores produzindo além de suas necessidades, a fim de poderem ser, nos limites de suas próprias necessidades, consumidores, compradores. (MARX, 1973, p. 286).

prestadora de serviços o que acarretou um cooperativismo que contribuiu também para a expansão da modernização conservadora do setor agrário brasileiro:

As cooperativas entram neste circuito garantindo ao mercado que os pequenos produtores abasteçam com seus produtos ao preço de mercado vigente, subordinando assim o pequeno agricultor ao capital, porém sem destruí-lo. Já para o grande produtor, as cooperativas entre outros benefícios, “apresenta-se como um empreendimento econômico capaz de atenuar a descapitalização dos grandes produtores rurais, permitindo-lhes ampliar a retenção de sua parcela no preço final dos produtos.” (MACHADO, 2006, p. 78).

Parte desta isenção está vinculada ao Ato Cooperativo, que está definido no artigo 79 da referida Lei das cooperativas, (...) “Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais” (BRASIL, 1971). Isso explica, por exemplo, o fato de grandes empresários rurais participarem de cooperativas, como é o caso do empresário Erai Maggi, sócio proprietário da empresa Bom Futuro¹⁴ que foi ouvida pela Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Renúncia Fiscal na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. O mesmo foi questionado pelos deputados o por quê de uma empresa, do porte da Bom Futuro, participar de uma cooperativa, se havia algum ganho como isenção de impostos federais; ele não soube responder à comissão. As CPIs resultantes da Lei 7.958 de 2003 objeto desta pesquisa será tratada no Capítulo 4 desta tese.

Então, podemos explicar ao empresário Erai Maggi que a partir do Ato Cooperativo foi instituído pelo governo um rol de isenções tributárias às cooperativas, um exemplo, no regulamento que trata sobre o Imposto de Renda de 1999, no artigo 182, onde:

(...) As sociedades cooperativas que obedecerem ao disposto na legislação específica **não terão incidência do imposto** sobre suas atividades econômicas, de proveito comum, sem objetivo de lucro (Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, art. 3º, e Lei nº 9.532, de 1997, art. 69). (BRASIL, 1999), grifo nosso.

Portanto, é nesse contexto que as cooperativas expandiram, enquanto forma de organização das atividades agrícolas, principalmente nas ocupações realizadas por meio de

¹⁴ O Grupo Bom Futuro, segundo informações do seu *site*, está no mercado há trinta anos. Trabalha com o agronegócio subdividido em Agrícola, Pecuária, Piscicultura, Sementes, Armazenagem e Transportes e tem como sócios proprietários os Eraí Maggi Scheffer, Elusmar Maggi Scheffer, Fernando Maggi Scheffer e José Maria Bortoli.

empresas colonizadoras, possibilitando o avanço da acumulação capitalista no campo em detrimento das formas não capitalistas.

A incorporação das práticas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) no INCRA intensificou as ações realizadas pelas colonizadoras privadas em virtude também do aumento do interesse destas na Amazônia. A mudança na forma de disponibilização das terras por parte do INCRA, por licitação, para a colonização privada, e o aumento no tamanho das terras a serem vendidas, impactam diretamente no acesso do pequeno produtor à terra. (IANNI, 1979).

Somado a isso, houve um esforço por parte de todo aparato institucional (INCRA, FUNAI e órgãos estaduais) na demarcação e regularização fundiária para o atendimento dos interesses do capital nacional e internacional em detrimento, é claro, dos posseiros, indígenas e povos tradicionais. Se no período de 1970 a 1974, buscou-se atender às demandas e reduzir as tensões vividas na região Nordeste, no período de 1974 a 1978 registraram-se tensões sociais na região sul do país, em virtude, entre outras situações, da dificuldade da reprodução das pequenas propriedades pelo avanço dos latifúndios. As gerações seguintes não têm a garantia de acesso a terra, além disso, o endividamento junto aos bancos e a desvantagem para com o grande capital que inicia sua entrada no setor. (IANNI, 1979).

O Programa Fundiário da Amazônia 1975/1979 era dividido em quatro subprogramas: “A) ações discriminatórias, regularização fundiária e licitações; B) Projetos de Assentamento Dirigido (PAD); C) Projetos Integrados Agroindustriais; D) Projeto de Cooperativas de colonização.” (IANNI, 1979, p. 99). Todos os subprogramas tinham como objetivo ocupar o território a partir de unidades de produção familiar, empresas médias de produção agropecuária, empresas familiares rurais, empresas agropecuárias, florestais e agroindustriais integradas e cooperativas¹⁵.

Os subprogramas deveriam se organizar a partir do que estava estabelecido no Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA¹⁶. O

¹⁵ As definições sobre como cada unidade é classificada segue suas normativas, por exemplo, a agricultura familiar foi assim definida na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural qualquer um que não detenha área maior do que quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família; além de silvicultores, extrativistas, garimpeiros, fiscoadores e pescadores que atendam aos mesmos requisitos.

¹⁶ POLOAMAZÔNIA – criado em 25 de setembro de 1974 com o objetivo de promover a ocupação e desenvolvimento integrados em 15 áreas da Amazônia Legal. Atingiu três áreas (Aripuanã, Juruena e Xingu – Araguaia), recursos destinados à infraestrutura (rodovias, eletrificação, pesquisa).

Estado tinha papel fundamental, pois era o principal provedor das condições de infraestrutura capazes de alavancar as atividades econômicas e também de oferecer condições de vida com dignidade aos colonos. Essa participação do Estado ocorreu tanto na Esfera Federal como nas Estaduais, pois Mato Grosso integra os estados amazônicos. Nos documentos analisados, Planos e Mensagens à Assembleia, são destacados pelos governadores, tanto no discurso de abertura da sessão solene, quanto no decorrer do documento, ações realizadas para darem conta de infraestrutura que atendesse ao setor produtivo, neste caso, o setor primário, principalmente.

Retornando às ações federais, a colonização realizada pelas empresas privadas e também pelo Estado não tinha o intuito de promover a reforma agrária, o que fica evidente quando em seus projetos sinalizam que os colonos seriam escolhidos a dedo: “(...) hoje, para ter acesso a um dos nossos lotes, o agricultor é escolhido a dedo. Precisa ter know-how, cadastro no Banco do Brasil e fazer um depósito mínimo de 100 mil cruzeiros.” (IANNI, 1979, p. 108).

Durante a pesquisa, especificamente sobre o período da ditadura militar, percebeu-se que outra política pública teve grande contribuição para a modernização da agricultura, o sistema de crédito rural. O Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR foi criado pela Lei nº 4.829 de 5 de novembro de 1965, que estabelece um sistema pois integra um conjunto de atores do sistema financeiro, do Estado, da sociedade civil, dos produtores. O sistema tem enquanto objetivos:

- I - estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;
- II - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;
- IV - incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo;

O Conselho Monetário Nacional¹⁷ tinha a atribuição de definir, com exclusividade, as normas operativas do sistema e ao Banco Central cabia o controle do sistema. Fazem parte do

¹⁷ Criado depois desta lei, Lei 4.595 de 31 de dezembro de 1964.

Sistema de Crédito, os bancos oficiais: Banco Central da República do Brasil, Banco do Brasil S. A, Banco de Crédito da Amazônia S. A, Banco do Nordeste do Brasil S.A e Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

O Estado estava representado por suas instituições, sendo: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA; Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA; Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDE. Além de outros órgãos auxiliares que operavam com crédito rural e em acordo com as diretrizes definidas por esta lei: Bancos de que os Estados participem com a maioria de ações; Caixas Econômicas; Bancos privados; Sociedades de crédito, financiamento e investimentos; Cooperativas autorizadas a operar em crédito rural, entre outras, desde que admitida pelo Conselho Monetário Nacional.

O crédito destinado ao setor contemplava todas as etapas de produção do mesmo setor, podendo ser utilizado para custeio, investimentos, comercialização e industrialização de produtos do agronegócio. As exigências iniciais aos beneficiados pelo crédito rural eram idoneidade, orçamento do que planejava ser feito e fiscalização pelo financiador.

A simplicidade dos requisitos ou até a baixa complexidade dos critérios remetem ao que veremos mais à frente na Lei objeto desta pesquisa, Lei nº7. 958 de setembro de 2003, que trata dos incentivos fiscais concedidos pelo estado de Mato Grosso ao setor produtivo.

Após a implantação do SNCR, na análise realizada por Junior e Leite (2014) a região Centro-Oeste passa por uma mudança na questão do financiamento; do percentual sobre o valor total do financiamento, a região Centro Oeste sai de 9,2% em 1970 para 26,2% em 2006, equiparando as regiões Sul e Sudeste. Outra questão apresentada pelos autores está no fato que mesmo a região possuindo “(...) um número de estabelecimentos com empréstimo é reduzido, mas concentra grande volume de recursos, o que indica uma concentração no financiamento (inclusive o valor médio dos contratos é sete vezes superior à média nacional.” (JUNIOR e LEITE, 2014, p. 90). Assim como também está em Mato Grosso os maiores valores financiados (acima de 100 mil).

Portanto, o SNCR serviu ao latifúndio, no eixo Centro-Sul, principalmente as lavouras. O PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado em 1995 – isto é, após 30 anos do SNCR - altera um pouco esse contexto com “a inclusão de novos públicos no financiamento estatal (ocupantes, parceiros e assentados da reforma agrária) e a ampliação dos empréstimos nas explorações com menor área total”. (JUNIOR e LEITE, 2014, p. 92). Entretanto, a evolução do sistema não possibilitou alteração profunda do público atendido pelo financiamento. Com efeito, a despeito do PRONAF, ocorreu uma maior concentração de empréstimos de altos valores no setor das commodities (soja, milho, café e

cana de açúcar); esse setor mantém o privilégio de ser amplamente beneficiado pelo crédito rural oficial do país. (JUNIOR e LEITE, 2014).

Temos então a cooptação de uma política que, por não deixar claro em seu objetivo o que se pode produzir, deixa margem para que se produza de um tudo, menos alimento por exemplo. Por exemplo, Mato Grosso importa quase metade dos hortifrutigranjeiros consumido no estado e isso aparece no planejamento de alguns governadores, o “celeiro do mundo” importa a comida do seu povo:

O estado que se vangloria por segurar a balança comercial do Brasil no azul, que transformou 8,6 milhões de hectares em lavouras mecanizadas de grãos, e tem 25 milhões de hectares de pastagem ainda não conhece sua própria produção interna de alimentos. ((O)ECO, 2008, p. 2)

Há também o financiamento feito pelas tradings, agroindústrias e exportadores de grão, com juros menores que as instituições financeiras oficiais e que chegam a movimentar 10 vezes mais que os bancos estatais. Enfim, os grandes produtores mesclam todas as formas disponíveis de financiamento e fazem estrategicamente, ou seja, sempre buscando as melhores condições de juros e custos. (JUNIOR e LEITE, 2014).

É clara a participação do Estado no desenvolvimento do agronegócio no país e em Mato Grosso, tanto diretamente como de forma indireta, por meio do seu aparelho estatal e ideológico. No caso de Mato Grosso, o acesso ao crédito remete a outras clivagens, como laços de parentesco e origem - o que justifica as falas na oitiva de Erai Maggi sobre a questão da família. (JUNIOR e LEITE, 2014).

Importante a inserção do Sistema Nacional de Crédito Rural nesta seção porque, assim como as demais políticas apresentadas anteriormente, essa também é uma ação que está a serviço do capital, sua acumulação e reprodução, nesse período (ditadura militar e abertura do governo democrático), já fortemente embasadas pelas diretrizes do neoliberalismo.

Osorio (2015, p.10) afirma que são os Estados-Nação a melhor configuração para atender à reprodução do capital financeiro ao invés dos Estados frágeis¹⁸ e seriam a melhor opção para a expansão do capital. E o Brasil, sob ditadura militar, conseguia atender ao capital financeiro, em específico, ao preservar “(...) uma "ordem" e uma "paz social" dentro

18 O Estado é apresentado nesse quadro como uma entidade frágil e fraca diante de processos e novos atores que o excedem e que - como novidade da "globalização" - limitam sua soberania. Mais em profundidade, a suposição implícita é que o capital financeiro internacional, conglomerados multinacionais e organizações financeiras internacionais não respondem aos interesses do Estado. (OSORIO, 2015, p. 2)

dos limites estabelecidos, a submeter o trabalho às condições e exigências do capital (...). Assim, o Brasil era terreno fértil para a internalização do capital financeiro externo, pois apresentava, a partir da instauração da ditadura militar, um Estado autoritário que permitiria as mudanças econômicas necessárias para atender ao capital.

O Estado-Nação possui variações de acordo com o seu grau de soberania. Na América Latina, a soberania do projeto nacional em relação aos países capitalistas centrais não ocorreu. Tivemos, na prática, a submissão da nossa classe hegemônica aos ditames das hegemônias centrais, isso porque a “burguesia periférica não conta com a vocação de burguesia “nacional”¹⁹. (OSORIO, 2015, p. 10).

Nesta relação de dependência estabelecida, o capital financeiro movimentava-se ininterruptamente entre Estados-Nação em busca das melhores condições de lucros, sem controle e concentrados em grupos, classes, regiões e estados. O acesso a empréstimos externos também atendia às demandas das elites locais (OSORIO, 2015). Estas lucravam com a entrada do capital financeiro, constituindo as novas fortunas latinas por meio dos lucros dos empréstimos, ou pelas obras, investimentos e ações públicas financiadas por estes, ou vendendo serviços ou produtos para o Estado. Foi o que observamos repetidamente nos documentos analisados.

Outra teoria que sustentou ideologicamente esse processo foi a do “crescimento econômico com endividamento”, em que a entrada de capital financeiro externo aumentava a disponibilidade de recursos para a realização de investimentos em atividades produtivas. (IANNI, 1979). Os teóricos dessa linha acreditavam que o aumento da atividade produtiva devolveria à sociedade e ao Estado os recursos necessários para o pagamento da dívida contraída. E, de fato, isso ocorreu no período posterior a 1964, resultado de um conjunto de ações políticas e econômicas realizadas pelo Estado brasileiro. Porém, à custa da absorção de empresas pequenas, médias e até grandes pelas grandes empresas estrangeiras ou nacionais, ocasionando a concentração e centralização do capital, o que se denomina intensificação da acumulação capitalista. (IANNI, 1979). Esse comportamento ocorreu também na agricultura, o capital estrangeiro chega às lavouras e aos projetos de colonização. Esse acesso irrestrito

¹⁹ O debate sobre a existência de uma burguesia nacional gira em torno do papel das classes sociais na construção do Brasil como Estado nacional independente dentro do sistema capitalista mundial. A essência da discussão é decifrar o comportamento da burguesia na luta de classes. Trata-se de definir a sua capacidade de impulsionar a revolução democrática (a integração do conjunto da população no desenvolvimento) e a revolução nacional (a superação dos laços de dependência externa em relação aos centros dominantes do sistema capitalista mundial). O problema remete à análise dos determinantes objetivos e subjetivos da luta de classes em cada formação social. A discussão a respeito do papel da burguesia na formação dos Estados nacionais organiza-se tendo como ponto de referência o processo de revolução burguesa, cuja essência consiste em criar as bases materiais e estatais do poder burguês. (SAMPAIO JR, 2001, p. 01)

aos empréstimos externos também pode ser compreendido pelo que Harvey (2014) chamou de acumulação por espoliação. A acumulação por espoliação é um conceito que Harvey (2014) busca semelhanças à acumulação primitiva para explicar os problemas enfrentados pelo capitalismo contemporâneo e também contribui para resolver as crises de sobreacumulação.

Externamente, ocorria nos países capitalistas centrais, principalmente nos Estados Unidos, o que foi denominado de financialização e orquestração de um sistema financeiro internacional que, para corrigir crises, precisava de novos mercados, mercados capitalistas. Para isso o poder do Estado se fazia presente para as devidas alterações em suas legislações e instituições. O marco para as alterações no Estado foi pautado por uma doutrina político-econômica denominada neoliberalismo, em que a privatização e abertura do mercado eram seu marco ou como Harvey (2014, p, 130) apresenta “o “braço armado” da acumulação por espoliação”.

Marx (2013) define que há dois tipos de propriedade privada, a propriedade privada gerada a partir da força de trabalho do seu proprietário e a outra propriedade privada que parte da exploração da força de trabalho de outras pessoas. E conclui que o crescimento do segundo tipo de propriedade acontece pela morte da primeira. Dados da pesquisa que vão ser apresentados no decorrer dos capítulos mostrarão que Mato Grosso passou por esse processo, ao despojar não só o pequeno produtor, denominado, na maioria das vezes, como posseiros, mas também os indígenas. A formação dos grandes latifúndios, principalmente nos municípios fundados a partir do agronegócio, como Sapezal (melhor analisado no capítulo 3) foi possível por meio da compra de terras de proprietários que não possuíam ou capital próprio ou acesso a financiamento que pudessem fazer suas terras produzirem e serem sustentáveis.

A chegada das grandes empresas, dos latifundiários, dos grileiros intensificou a luta pela terra, “(...) o primeiro a ser expropriado é o índio; e o segundo é o posseiro. (...) vencem os índios, caboclos, sitiantes e posseiros, com base em seu poder econômico, pela burocracia ou pela violência.” (IANNI, 1979, p. 23).

Entretanto, “(...) aonde há poder há resistência (...)” (FOUCAULT, 1988, p. 104-105). Ainda, antes do golpe, a luta pela reforma agrária se intensifica assim como se intensifica o processo de industrialização. Surgem em vários pontos do Brasil movimentos sociais: no nordeste, as Ligas Camponesas, e em outros lugares, as Associações Cívicas e as Irmandades, formados por trabalhadores rurais e organizados pelo então Partido Comunista do Brasil – PCB.

Para o contexto do Brasil era uma mudança significativa “(...) os integrantes dessas entidades iam entendendo que era preciso enfrentar o grande proprietário e até o governo. Isso era uma mudança política de grande profundidade na vida tranquila do interior das fazendas.” (OLIVERA, 2007, p. 106).

Como o momento era de enfrentamento da nova burguesia contra a elite dos latifúndios, isso acabou beneficiando inicialmente o movimento, que expandiu suas ações para outros estados, como Mato Grosso. O contexto nacional, de certa forma, contribuiu para a institucionalização do movimento, com a realização de congressos, criação do jornal A Liga, Federação das Ligas Camponesas de Pernambuco, além da organização em outros estados chegando a aproximadamente 70 a 80 mil trabalhadores vinculado a alguma Liga. (OLIVEIRA, 2007).

As Ligas representavam mais que uma luta contra a concentração da terra e pela reforma agrária, era também um movimento que questionava o próprio sistema capitalista. “(...) A luta de classe ganhava contornos profundos com o avanço da organização dos camponeses.” “(...) Ela ganha sua dimensão maior: a luta contra o capital. E, com ela a sua dimensão internacional. O avanço da luta camponesa estava na raiz das revoluções socialistas que ocorreram no pós-segunda guerra.” (OLIVEIRA, 2007, p. 110). Na bipolaridade da guerra fria, capitalismo versus comunismo, o Brasil caminhou para atender às designações do maior representante do sistema e do imperialismo, os Estados Unidos da América, que era barrar o avanço das revoluções em sua grande parte compostas pelos camponeses. (OLIVEIRA, 2007).

Além dos movimentos sociais, havia um consenso entre a classe política, na esquerda e nos liberais, que a reforma agrária era essencial para a continuidade da industrialização, principalmente quando se estagnasse o modelo de substituição de importação. Essa estagnação ocasionaria uma ampliação do mercado interno, que consumiria mais produtos industrializados na agricultura e esta produziria mais para atender às cidades, um ciclo. Outro consenso era a necessidade de se enfrentar as questões sociais, a miséria em que se encontrava uma grande parte da população. João Goulart envia ao Congresso o que ainda não era a reforma agrária desejada, mas havia o compromisso de ser o início de uma. (OLIVEIRA, 2007).

Entretanto, conforme avançou a alteração do sistema de governo, de democrático para ditatorial, do capitalismo competitivo para o monopolista, a violência contra os movimentos também se acirrou, chegando ao auge com o golpe militar de 1964 em que várias lideranças

foram mortas ou desaparecidas o que enfraqueceu os movimentos de lutas. (OLIVEIRA, 2007).

A colonização dirigida ou oficial realizou uma contrarreforma agrária, a ditadura militar optou por um modelo econômico político concentrador e excludente ao privilegiar o avanço do capitalismo na indústria e na agricultura. Nesse cenário, não cabia a realização de uma reforma agrária.

A contrarreforma agrária também foi uma resposta à burguesia agrária apoiadora do golpe de 1964. Foi necessária como resposta às políticas implementadas pelo presidente João Goulart – Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.914 de 2 de março de 1963)²⁰ e criação da Superintendência de Política Agrária, com transformações para os trabalhadores rurais e para os moradores das áreas rurais como um todo. O objetivo era iniciar uma reforma agrária no país. (IANNI, 1979).

Em Mato Grosso, a resistência aconteceu pela ação também de membros da igreja católica. O caso mais emblemático trata-se da luta travada na região do Araguaia por Dom Pedro Casaldáliga, Bispo prelado da Prelazia de São Félix com apoio de outros religiosos que seguiam a Teologia da Libertação²¹. Utilizou diversas formas de resistência para combater a violência empregada pelos militares e as empresas agropecuárias contra um território já ocupado por indígenas, posseiros, camponeses. Uma destas formas de resistência era a ação política de denúncia sobre a violência sofrida à imprensa e ao Jornal Alvorada. A “publicação da sua Carta Pastoral, um documento importante de denúncias, o qual divulgou os problemas vividos naquela região” (MENEZES, 2014, p. 22) foi de extrema importância ao movimento de resistência. Até hoje esses documentos mantêm esse caráter ao possibilitar que estudantes e a sociedade possam ter acesso ao que de fato foi a “fronteira agrícola” para uma grande parcela da população de Mato Grosso, - população original, vale destacar.

Além dos documentos que relatavam a violência sofrida pela população e pela igreja, houve outras formas de resistência, como a pintura de um conjunto de 11 murais, denominados Murais da Libertação. Pintados “pelo pintor Maximino Cerezo Barredo, sacerdote, missionário claretiano, nascido na Espanha, também podem ser considerados como

²⁰ Se, por um lado, a lei estabelecia direitos para os trabalhadores, ela não levava em conta os temporários, o que produziu a conversão de vários trabalhadores efetivos em temporários, como foi o caso dos cortadores de cana. (SILVA, 1999)

²¹ A Teologia da Libertação é uma corrente teológica de interpretação do cristianismo que enfatiza a atuação político-social do cristão em prol da transformação das estruturas de exploração da sociedade capitalista (causadora de injustiça, pobreza, violência, sofrimento e etc.) (GUTIÉRREZ, 1975 apud GOMES, 2009).

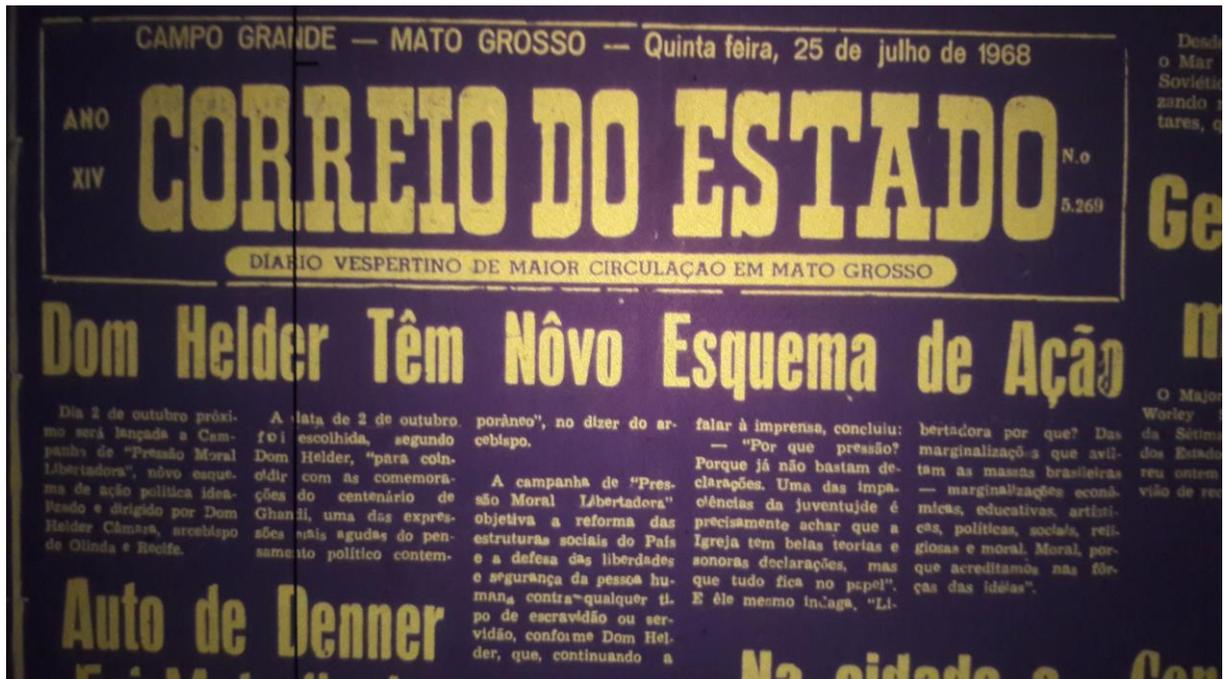
uma forma de resistência dessa Igreja libertadora.” (MENEZES, 2014, p. 28). Os murais estão distribuídos em diversos municípios de Mato Grosso e possuem também uma função pedagógica, já que a maioria desta população não sabia ler e escrever e, portanto, a partir dos murais a população originária se reconhecia e compreendia a importância das suas lutas. (MENEZES, 2014).

Na pesquisa realizada nos acervos do Núcleo de Documentação e Informação História Regional (NDIH) do Instituto de Geografia, História e Documentação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), num dos jornais da época, a manchete reflete bem como os militares enxergavam a igreja católica quando a mesma se posicionara contra a tomada das terras já ocupadas pelas empresas agropecuárias, na sua maioria, com capital estrangeiro.

Figura 3 - Manchetes sobre Dom Helder No Jornal Correio do Estado.



Fonte: Acervo público do NDIH, jornal Correio do Estado publicações de 5 e 25 de julho de 1968.



Fonte: Acervo público do NDIH, jornal Correio do Estado publicações de 5 e 25 de julho de 1968.

No ano dessas publicações, em decorrência do AI 5, Dom Helder foi considerado “morto-vivo” pelos militares. Dessa forma, nenhum meio de comunicação poderia mencioná-lo ou entrevistá-lo. Dom Helder foi um grande apoio para as ações de resistência em Mato Grosso, “se dou pão aos pobres, todos me chamam de santo. Se mostro por que os pobres não têm pão, me chamam de comunista e subversivo”, (BRASIL, 2018, p. 1).

Atualmente, há diversas frentes de resistências, os movimentos sociais que lutam em defesa da reforma agrária, como o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, os indígenas que buscam a demarcação de seus territórios, as comunidades que são atingidas pelas barragens, MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, os trabalhadores rurais então denominados movimento dos boias-frias, com todo peso de preconceito e estigma que a denominação traz, os movimentos em forma de marchas, Movimento Grito da Terra Brasil e a Via Campesina. Além das lutas que vão além das nossas fronteiras, os brasiguaios e dos brasileiros, no Paraguai e na Bolívia (OLIVEIRA, 2007).

Nessa conjuntura, é implantado no Brasil o imperialismo com a formação dos grandes monopólios e a expansão do capitalismo monopolista, não como um efeito interno do desenvolvimento do sistema capitalista, mas sim pela “reorganização do aparelho de Estado, pela militarização do poder político estatal e, também, pela reorientação da política econômica orquestrada pelo Estado brasileiro” (SEVES, 2013, p. 14) o que tivemos foi a intensificação da ocupação da Amazônia e de Mato Grosso a partir de um Estado opressor.

A luta pela terra se fez mais difícil em tempos que a “paz social” não era sinônimo de “justiça social”.

1.3 DA “PAZ SOCIAL” À OCUPAÇÃO DE MATO GROSSO

“Distribuir alguma terra, para não distribuir as terras.”

(IANNI, 1979, p. 81)

A ocupação de Mato Grosso contribuiu para a nacionalização do capital estrangeiro, seja na aquisição de terras, empréstimos ao governo, sociedade em empresas públicas e privadas brasileiras. Era preciso concluir essa nacionalização ao permitir que o capital de outras regiões, que não a do centro da expansão da industrialização, também seguisse as leis de reprodução do capital e suas formas. (OLIVEIRA, 1981).

Antes de continuarmos a análise sobre a ocupação de Mato Grosso, retomemos Oliveira (1981), que nos apresenta a categoria de “regiões”, que contribui para compreendermos a organização do Estado a partir dos territórios. As regiões fundamentam-se pela “especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar e essas formas e, portanto, também nas formas de luta de classes e do conflito social em escala mais geral.” (OLIVEIRA, 1981, p. 27).

O que preside uma região é o sistema de produção capitalista. No caso de Mato Grosso, a forma do capital que sobrepõe às outras é a da monocultura, ou economia primária, por meio de latifúndios administrados por grandes empresários, dependentes do mercado externo. Já as classes resultantes desse modo de produção são a elite agrária - ou burguesia do agronegócio -, os trabalhadores assalariados, os posseiros, o pequeno agricultor, os indígenas, as comunidades tradicionais e os sem terras. (OLIVEIRA, 1981).

Em conjunto com o conceito de região, a partir do entendimento de qual é a função do território para o Estado e o Capital, é possível compreender porque a colonização propiciou a acumulação do capital. Arrighi (1996, p. 33) analisa que há duas lógicas de poder ou formas de governo a partir da dominação do território. A primeira seria de governantes territorialistas que “identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza/o capital como um meio, um subproduto da busca de expansão territorial.” Entendo esses governos como os da época das grandes navegações, em que uma das formas de medir o poder de uma nação era pelo número de colônias, extensões de seus

domínios além-mar. A segunda lógica seria a de governantes capitalistas, que “identificam o poder com a extensão de seu controle sobre os recursos escassos e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto da acumulação de capital”. No caso do segundo tipo, há particularidades no Brasil, as extensões territoriais também são vistas, além de meios para acumular, também como fonte de prestígio e status social.

Entretanto, é inegável que, principalmente a partir da década de 1930 com o avanço da industrialização e, posteriormente, com a retomada da inserção da Amazônia no sistema capitalista, o território torna-se um meio para a acumulação do capital. Mas, como argumenta Arrighi (1996), é possível em momentos históricos a relação das duas lógicas de governos.

Entretanto, esse conceito de território analisado por Arrighi (1996) é criticado por apresentar um território desprovido de história, relações sociais, poder, conflitos e de resistências. Um território em que o Estado, ao propor políticas públicas para o desenvolvimento do sistema capitalista não considera o diferente, ou seja, a cultura, os saberes locais, as especificidades e inclusive coloca o diferente como uma oposição ao avanço do progresso. (CANTELMO, 2015).

O que para Milton Santos segundo Souza (2006, p. 253) numa análise sobre a sua obra, a essência do conceito de território é considerar “(...) o espaço geográfico é uma totalidade dinâmica, produto das múltiplas totalizações a que está submetido o processo da história, a cada instante.” Portanto, nessa análise sobre a ocupação de Mato Grosso é preciso considerar um conceito sobre território mais abrangente, pois, além do passado, é preciso pensar no presente e no futuro:

(...) em uma categoria essencial para a elaboração sobre o futuro. O uso do território se dá pela dinâmica dos lugares. O lugar é proposto por ele como sendo o espaço do acontecer solidário. Estas solidariedades definem usos e geram valores de múltiplas naturezas: culturais, antropológicos, econômicos, sociais, financeiros, para citar alguns. Mas as solidariedades pressupõem coexistências, logo pressupõem o espaço geográfico. (SOUZA, 2006, p. 253)

Esse território não é homogêneo. Já ocupado, foi laboratório na década de 1930 com a Marcha para o Oeste, processo que teve continuidade nas décadas de 1960 e 1970 - mais de 29 colônias oficiais foram parcialmente implantadas, em que “cada lote variava entre 10 e 15 ha. Nestas condições foram retalhadas 8.739 parcelas, que acolheram 68.920 habitantes.” (CASTRO, 1994, p. 72).

Apesar do volume de colônias, a demanda por terra não foi atendida, em virtude do intenso fluxo migratório vivido naquele momento. Os que chegavam a Mato Grosso não encontravam lotes para ocupar e, os que conseguiram um lote, deparavam-se com condições

de vida precárias. O prometido pela Colonizadora e/ou pelo Estado não foi cumprido. Portanto, condições básicas de vida, como saneamento básico, escolas, hospitais e estradas, não existiam. Tal situação, somada à possibilidade de devolução dos lotes pelos colonos e a compra de lotes em outra colônia, fizeram com que ocorresse uma emigração interna no interior do estado. (CASTRO, 1994).

Outra questão importantíssima e grave relacionada à ocupação do território foram as vendas de terras devolutas pelo Estado, a partir de 1950. Nas Mensagens enviadas à Assembleia Legislativa, a venda de terras devolutas é apresentada pelo governador do Estado Dr. Fernando Corrêa da Costa, na abertura da Sessão Legislativa de 1962, como sendo uma importante fonte de receita para o Estado. Em 1960, a receita proveniente da venda de terras devolutas representou 19,59% da receita arrecadada; em 1961, o percentual decresce para 3,31%.

É importante entender o conceito de terras devolutas e a legitimação da sua venda no pretexto de beneficiar a ocupação do território mato-grossense. Entende-se por terras públicas, o que, segundo Gislaene Moreno (2007), é empregada com o mesmo sentido de terras devolutas:

Artigo 1º — São do domínio do Estado de Mato Grosso as terras a) – transferidas ao seu patrimônio pela Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891; b) - arrecadadas como herança jacente; c) - que não estejam, por título legítimo, sob domínio de terceiros; d) - de ilhas fluviais, situadas em seus rios interiores; e) – adquiridas por qualquer outro meio legal (MATO GROSSO, 1977, pg. 8).

A questão do acesso a terras no Brasil inicia-se no período colonial pela concessão de sesmarias numa combinação com sistema possessório. A partir da publicação da Lei nº 601 de 1850, ou Lei de Terras, este acesso ocorre por meio de um contrato de compra e venda sob a responsabilidade do Império. Após a promulgação da República e da primeira Constituição, passa a ser dos estados, e não mais da União, a responsabilidade sobre o controle das terras devolutas.

Em 1949, em Mato Grosso, é publicado o Código de Terras por meio da Lei nº 336 de 06 de dezembro:

[...] em que se ‘criou uma comissão especial para proceder a discriminação das terras devolutas para vendas ou para estabelecimento de núcleos coloniais’. Esse novo código esteve pautado em ‘dois aspectos fundamentais, regulamentação da propriedade e colonização’, sendo modificado diversas vezes depois, demonstrando a desordem que imperava no que concerne às questões envolvendo as terras da região e sua legislação (SALGUEIRO, 2012, p. 10).

Salgueiro (2012) aponta que de 1949 até a década seguinte, as modificações na legislação definiram como estratégia principal de ocupação a colonização realizada por empresas privadas. A legislação sobre o acesso à terra passou por inúmeras alterações desde a época da colônia.

Em virtude de vários questionamentos e denúncias sobre irregularidades nas vendas realizadas no primeiro mandato do governador Fernando Correa da Costa (1951-1956), houve uma pausa e redução na colonização realizada pela iniciativa privada. Já no segundo mandato do governador Fernando Correa da Costa, é assim analisada a gestão sob as terras devolutas:

A política de colonização foi transformada num rendoso negócio de terras para a maior parte dos concessionários, que não cumpriram os contratos firmados com o Estado e usaram a terra para especular em benefício próprio. O tratamento dado às questões de terras foi tão fraudulento, que ocasionou a suspensão das atividades públicas do D.T.C. (Departamento de Terras e Colonização) por diversas vezes, culminando com o seu fechamento em 1966 (MORENO, 1999, p. 78).

O processo de ocupação estava tão desorganizado que foi instituído um termo “beliches fundiários” para designar propriedades que possuíam mais de um dono. A desorganização estadual favoreceu também uma ação por parte da ditadura militar, a federalização das terras devolutas a partir de 1971, por meio do Decreto nº 1164/1971, que teve grande impacto nos estados.

Além dos “beliches”, o não controle por parte do governo de Mato Grosso possibilitou a formação de latifúndios por uma mesma família ou pessoa, mesmo sendo proibido. As vendas eram feitas em nome de familiares e até de “laranjas”, pessoas que cediam o nome para a compra das terras e, depois, por meio de um contrato, era garantido “o direito ao título àqueles que nem mesmo figuravam nos contratos de compra e venda do imóvel.” (CASTRO, 1994, p. 74).

No Brasil, o cercamento ou a venda das terras devolutas também foi garantido pelo Estado. Parte dessas terras vendidas possuíam proprietários, os posseiros e indígenas, comunidades tradicionais que foram expulsas, assim como pequenos proprietários ou arrendatários do século XIX na Europa. A formação dos latifundiários no Brasil foi baseada na acumulação primitiva do capital.²²

²² A transformação do direito de propriedade a partir da apropriação da terra de outro é o que Luxemburgo (1970) apresenta como primeiro aspecto para acumulação do capital, a “primitiva” ou “original”.

Se observarmos a evolução do perfil dos estabelecimentos agropecuários pelo seu tamanho da década de 1970 ao ano de 2006, no último censo realizado há alteração na distribuição das terras, de acordo com a extensão, em todos os estados brasileiros. Os estados que apresentaram maior evolução nos estabelecimentos de 100 a menos de 1000 hectares foram: Pará, Rondônia, Mato Grosso, Roraima e Distrito Federal. E, acima de 1000 hectares, apresentaram maior crescimento os Estados de: Rondônia, Mato Grosso, Amazonas, Pará e Acre. Já os estados que reduziram o número de propriedades com tamanho menor que 10 hectares foram: Maranhão, Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Mato Grosso, conforme Tabela 1.

Em Mato Grosso, há a configuração de um território basicamente formado por médias e grandes propriedades²³, com o agravante da redução das micro e pequenas propriedades. A redução das pequenas propriedades e o aumento de grandes latifúndios foi resultado da expropriação de uma grande massa da população de suas condições de subsistência e meios de trabalho, em benefício de um número reduzido de pessoas. Essa transformação no campo, a formação dos latifúndios a partir da colonização, é consequência também do modelo desenvolvimentista de Estado presente no Brasil no período.

23 A classificação da propriedade rural ocorre por meio do módulo fiscal, que é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município. A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares. Sua utilização na classificação dos imóveis rurais está presente na Lei nº 8.629/1993 (Art. 4, II e III), na definição de pequena propriedade (imóvel de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais) e média propriedade (imóvel rural de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais), ficando entendido que o minifúndio é o imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal, e a grande propriedade aquela de área superior a 15 módulos fiscais.

Tabela 1 - % de Evolução no número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total – Censo 1970 e 2006.

REGIÕES DO BRASIL	% Evolução (CENSO 1970 E 2006) *				
	Menos de 10 ha	10 a menos de 100 ha	Menos de 100 ha	100 a menos de 1000 ha	1000 ha e mais
Região Norte					
Rondônia	2771%	1838%	1996%	317%	917%
Acre	141%	100%	110%	-44%	102%
Amazonas	-26%	-25%	-25%	-61%	269%
Roraima	129%	1841%	1063%	262%	-55%
Pará	4%	54%	28%	407%	177%
Amapá	21%	18%	19%	94%	17%
Tocantins (Censo 1985)	91%	79%	81%	-34%	-18%
Região Nordeste					
Maranhão	-60%	124%	-45%	39%	-9%
Piauí	-13%	57%	3%	-9%	-22%
Ceará	114%	-33%	47%	-33%	-45%
Rio Grande do Norte	-32%	-7%	-24%	-29%	-33%
Paraíba	-4%	-8%	-5%	-12%	-38%
Pernambuco	-19%	9%	-14%	-24%	-38%
Alagoas	21%	-17%	13%	-10%	-7%
Sergipe	2%	12%	4%	-15%	-40%
Bahia	47%	31%	40%	-5%	57%
Região Sudeste					
Minas Gerais	90%	-3%	28%	-26%	-27%
Espírito Santo	205%	-22%	25%	-41%	-5%
Rio de Janeiro	-20%	-35%	-26%	-34%	-47%
São Paulo	-36%	-29%	-32%	-24%	-15%

REGIÕES DO BRASIL	% Evolução (CENSO 1970 E 2006) *				
	Menos de 10 ha	10 a menos de 100 ha	Menos de 100 ha	100 a menos de 1000 ha	1000 ha e mais
Região Sul					
Paraná	-44%	-29%	-37%	46%	11%
Santa Catarina	5%	-15%	-8%	-14%	-3%
Rio Grande do Sul	-3%	-23%	-16%	-8%	-12%
Região Centro-Oeste					
Mato Grosso do Sul (Censo 1975)	-40%	41%	-1%	57%	33%
Mato Grosso	-33%	324%	108%	317%	301%
Goiás	54%	34%	38%	-2%	19%
Distrito Federal	229%	36%	107%	108%	50%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Censo IBGE Agropecuário

Em 1977, é criado o Instituto de Terras de Mato Grosso - INTERMAT, um correlato do INCRA na esfera estadual, com o objetivo de gerir as questões fundiárias do estado de Mato Grosso, porém:

(...) paralelamente ao DTC e ao INTERMAT, existiam o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que arrecadava glebas em diversas regiões do Estado, a CODEMAT que colonizou parte do noroeste do Estado (Aripuanã, hoje Juína, Castanheira, Colniza) e grandes colonizadoras no norte de Mato Grosso como a Indeco, Sinop, Feliz, Juruena e também Sr. José Paraná, especificamente em Juara, sendo que nenhuma destas empresas, autarquias e Institutos trocavam ou mantinham um banco de dados único iniciando assim o emaranhado de títulos e glebas no Estado. (MATO GROSSO, 2009, p. 9)

Anteriormente, é criada a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso – CODEMAT no Governo de Pedro Pedrossian (1966-1971). Empresa com grandes responsabilidades e uma ampla autonomia na execução das políticas e planos.

A partir de 1974, a colonização privada se torna a principal estratégia do governo para a ocupação do território. O governo institui diversos programas de investimento principalmente para o setor viário (rodovias e ferrovias) com intuito econômico e também para ocupar a região. Um destes programas é o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZONIA – instituído pelo Decreto 74.607 de setembro

de 1974, com o objetivo de promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais da Amazônia Legal. Em Mato Grosso, o Programa foi operacionalizado através dos polos Aripuanã (município de Aripuanã); Juruena (municípios de Alta Floresta, Sinop, Porto dos Gaúchos e Diamantino) e Xingu (municípios Araguaia, Luciara, São Felix do Araguaia, Santa Terezinha, Nova Xavantina e Canarana).

Nesse período, correspondente ao Governo Jose Garcia Neto (março de 1975 a agosto de 1978), diversas ações foram realizadas, como a criação do Sistema Operacional Integrado da Agropecuária – SOIA – coordenado pela Secretaria de Agricultura, com a participação de mais cinco entidades: Empresa Mato-grossense de Assistência e Extensão Rural – EMATER que congregou a CARMAT, Companhia de Armazéns e Silos de Mato Grosso – CASEMAT; Companhia de Desenvolvimento Agrícola – CODEAGRI (novo); Empresa Mato Grossense de Pesquisa Agropecuária – EMPA e o Instituto de Terras de Mato Grosso – INTERMAT. Várias ações foram desencadeadas ou tiveram continuidade no processo de aperfeiçoamento do sistema produtivo, como a implantação do Serviço de Informação de Mercado Agrícola – SIMA, defesa sanitária animal, inseminação artificial, Programa Cavalo Pantaneiro, Programa Fiscalização de Pesca, Programa Sementes, Programa de Renovação e Revigoração de Cafezais, Armazenamento e Comercialização, Assistência Técnica e Extensão Rural, entre outros.

Os projetos de Colonização continuaram sendo executados, ainda que na fase de projetos. A Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso - CODEMAT continuava atuante, coordenando as principais obras do governo, inclusive a colonização. Há uma menção sobre a preocupação do governo em “saneá-la”, ou seja, reduzir suas atribuições, esta instabilidade dentro da empresa ocasiona poucas atividades desenvolvidas pela mesma em 1975.

O governo publicou uma nova estrutura administrativa em 1975. Em outras alterações na estrutura organizacional do estado, criou o Conselho Comercial e Industrial do Estado – CODEIC como atribuição de promover o desenvolvimento agrícola do estado, através de mecanização, fomento e comercialização de insumos básicos. Nesta mesma nova estrutura criou a Companhia de Desenvolvimento Agrícola – CODEAGRI – vinculada à Secretaria de Agricultura. A criação de empresas públicas foi bastante utilizada pelos governos, um assunto interessante a ser estudado, pois o Estado era o maior acionista, o restante da sociedade poderia ser composto por outros sujeitos. No caso da CODEAGRI:

Artigo 3º. O Capital da Companhia (...):

§ 1º - O Estado participará do capital da Companhia com a maioria das ações pela subscrição e integralização inclusive com a incorporação de bens, não podendo essa partição ser inferior a 60% (sessenta por cento) do valor do capital inicial e de seus sucessivos aumentos.

§ 2º - Os lavradores e criadores, associações rurais, cooperativas de produtos, de beneficiamento e de comercialização no setor agropecuário ou Prefeituras Municipais, terão preferência na subscrição de ações. (MATO GROSSO, 1976, p.4)

Em torno de 60% das ações eram provenientes de recursos públicos, oriundos de toda sociedade por meio da arrecadação dos impostos, taxas e contribuições. Essa arrecadação, ao final, financiava ações destinadas ao segmento produtivo. Ainda, o Artigo 12º isentava a Companhia de pagar os tributos estaduais e deveria haver a constituição de uma Assembleia que seria a responsável em receber e avaliar o Balanço Anual e submetê-lo posteriormente ao Tribunal de Contas do Estado.

Considerando os objetivos da Companhia, e o fato desta ter executado inúmeros trabalhos para o desenvolvimento da agropecuária no estado e a importância de termos conhecimento sobre como essa Assembleia foi constituída e qual era a sua representatividade. Realizamos pesquisa junto aos órgãos do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, UFMT e não foi possível a localização de documentos que respondesse a esses questionamentos.

Apesar das análises encontradas se referirem à ação estatal por meio das empresas públicas para o desenvolvimento do setor industrial, a lógica de existirem é a mesma para o setor primário. No caso de Mato Grosso, para a expansão da colonização e da atividade econômica. A “(...) intervenção do Estado no País faz parte de um padrão de desenvolvimento capitalista, cujos elementos mais importantes são a fraqueza do setor produtivo nacional e os laços de dependência em relação ao centro capitalista mundial.” (COROZZA, 1981, p. 211). Portanto, além do governo federal, o estadual mobilizou suas instituições para o atendimento do setor produtivo, uma congregação de esforços que são as duas tendências apontados por Ianni (1979, p. 302) “(...) crescente participação estatal na Economia e política econômica planejada e a singularidade da convergência de ambas, (...) sem elas não se pode compreender o tipo de capitalismo monopolista vigente no Brasil.”.

O fato dos governadores de Mato Grosso desse período histórico estarem ligados ideologicamente e politicamente ao governo federal também contribuiu para que o estado tivesse recebido um grande volume de recursos federais disponibilizados por meio dos Programas Especiais Federais. Essa proximidade ideológica é visível nos discursos e nos instrumentos legais de planejamento do Estado. O Governo de José Manoel Fragelli teve

amplo acesso aos Programas Federais, acesso este que pode ser melhor compreendido por sua participação efetiva no golpe civil-militar de 1964.

Na Mensagem enviada à Assembleia referente ao exercício de 1974 e que traz as ações desenvolvidas em 1973, é interessante notar como a percepção e convicção de cada um reflete ideias e ideologias. No discurso, o governador Fragelli declara sua visão sobre o presidente que toma posse, General do Exército Ernesto Geisel:

Saudamos com entusiasmo cívico e confiança o quarto Governo da Revolução, a ser presidido por um brasileiro de mente lúcida, espírito realista, firme e serena energia, formação e **convicções democráticas**, cujo equilíbrio revelou-se na orientação que se traçou, de dizer não às proposições intempestivas ou ilegítimas, e de ouvir, aberto a quaisquer pleitos, sugestões ou críticas construtivas para exame imparcial e atento de verdade (MATO GROSSO, 1974, p. 01 - Grifo nosso).

E mais:

[...] Mas, em nenhuma **democracia**, todo esse amplo acervo de providências, levando a uma linha ordenada de ação, pode entrar em execução obrigatória sem o prévio assentimento legislativo (MATO GROSSO, 1974, p. 02 - Grifo nosso).

Destacamos que nesse período estavam vigentes os Atos Institucionais, inclusive o mais restritivo aos direitos civis e políticos, AI 5. Esse Ato dava poderes ao Presidente para fechar o Congresso e as Assembleias Legislativas - o que ocorreu logo em seguida -, suspender direitos políticos e cassar mandatos (num total foram aproximadamente 341 deputados federais e estaduais, senadores e vereadores cassados e 30 prefeitos), sem mencionar os cidadãos comuns, demitir ou remover juízes, suspensão do direito ao habeas corpus, censurar os meios de comunicação e alterar a Constituição sem nenhum controle pelo Legislativo (CARVALHO, 2007). O ato teve vigência até 31 de dezembro de 1978, portanto, até o governo de Garcia Neto em Mato Grosso, substituído por Cássio Leite de Barro.

O que tivemos foi um regime que representou retrocessos incalculáveis ao desenvolvimento do Estado brasileiro, sobretudo, pelo fato de que parte desses recursos disponibilizados aos estados para investimentos em áreas complexas, como energia, transporte e comunicações, foram oriundos de empréstimos internos e externos, que produziram impacto no fundo público, que são visíveis até hoje. Este assunto será detalhado no próximo capítulo

Um dos Programas executados no governo Fragelli, o PRODOESTE, aparece como um grande momento para o estado. Outros programas foram citados pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN, tais como: Programa de Integração Nacional – PIN; SUDAM com os Incentivos Fiscais; Programa de redistribuição de terras e

de estímulo à agroindústria do norte-nordeste – PROTERRA; Corredores de Exportação – CORREXPORT; Programa de Incentivos à produção da borracha vegetal – PROBOR.

No contexto do II PND, o PRODOESTE e o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), criado em 1975, serviram de ponto de partida para a incorporação do cerrado ao processo de modernização conservadora da agricultura brasileira. Tais instrumentos de política territorial garantiram financiamentos para a criação de suporte físico e tecnológico adequados às transformações do cerrado. Com efeito, recursos financeiros foram canalizados para abertura de estradas vicinais, armazéns e silos, infra-estrutura de pesquisa, usinas de beneficiamento, frigoríficos, distritos industriais, e linhas de crédito rural. Na verdade, a estratégia era viabilizar a rápida inserção de áreas de cerrado, previamente desmatadas, no complexo agroindustrial brasileiro, já concentrado no eixo Sul-Sudeste. (SILVA, 2005, p. 1).

Além dos Programas Federais nas atividades realizadas pelos técnicos da SEPLAN, há estudos visando a obtenção de empréstimos internos e externos, “que serviam, em primeira instância, para patrocinar o acesso à terra na região pelos grandes grupos econômicos”. (MORENO, 2007, p. 156). Esses empréstimos, concedidos algumas vezes por instituições bancárias internacionais, também representavam uma das fases de consolidação do sistema capitalista, a mundialização, em que “(...) o capital rompe fronteiras econômicas e, assim, “internaliza” processos que antes constituíam dimensões “externas”.” (OSORIO, 2015, p. 8).

Nas conclusões preliminares do Relatório Projeto de Colonização, como estrutura sócio econômica da fronteira agrícola em Mato Grosso a presença de uma empresa estrangeira no Grupo Sinop (colonizadora escolhida para o estudo) demonstra uma parte do modelo econômico adotado pelo regime militar a partir de 1964, por meio de “apoio e incentivo às empresas capitalistas que aspiravam investir em “novas áreas”. Por isso, uma ação tão articulada entre órgãos estatais como Banco do Brasil, Cibrazem, Incra, Emater e o próprio Grupo Sinop (MATO GROSSO, 1982, p. 52).

Em 1973, um grupo de empresários e Ministros de Estado participaram de uma viagem pela Amazônia e tomaram a decisão de formar dois grupos de investidores, um voltado à agropecuária e outro à colonização:

Os três ministérios promotores da viagem criarão uma comissão que vai institucionalizar 11 áreas prioritárias para o desenvolvimento integral da Amazônia. São áreas situadas sempre na região de influências de estradas construídas ou a construir: Xingu, Juruena, Aripuanã, Rondônia, Araguaia, Tocantins, Altamira, Tapajós, Alenquer, Manaus e Amapá.

A partir daí, duas frentes de colonização foram redefinidas na Amazônia: a frente da Cuiabá-Santarém foi entregue **aos empresários privados, que investiram preferencialmente no Mato Grosso**, e a frente da BR-364 no então território de Rondônia, onde o INCRA mesclou projetos destinados a colonos e projetos

destinados a médios e mesmo grandes fazendeiros. (OLIVEIRA, 1991, p. 87 e 88).
Grifo nosso.

Assim, o planejamento pensado por um Estado dependente a serviço do capitalismo monopolista e com forte participação na Economia, criou estruturas especiais, surgiram grupos sociais novos (como os tecnocratas) que atuaram com maior ou menor intensidade, de acordo com os interesses econômicos, de determinadas classes, conforme cenário nacional e internacional (IANNI, 1979).

A SUDECO e o INCRA coordenaram em conjunto a ocupação do território da Amazônia e Centro-Oeste. São responsáveis pela condução de diversas políticas e programas, como o POLOCENTRO e o POLOAMAZÔNIA, que serão detalhados no decorrer dos capítulos. No período que compreende 1980 a 1992, em Mato Grosso, foram implantados pelo INCRA 59 projetos de colonização e assentamentos, cada um caracterizado a partir dos objetivos que se pretendia alcançar. Foram classificados da seguinte forma: Projeto de Assentamento Rápido – PAR, Projeto de Ação Conjunta – PAC, Projeto Especial de Assentamento – PEA e Projeto de Assentamento – PA. (MORENO, 2007).

Em Mato Grosso, foram 09 PAR, localidades onde já havia um mínimo de infraestrutura, 03 PAC, sendo que a ação conjunta acontecia entre o INCRA e uma cooperativa; 01 PEA no município de Lucas do Rio Verde de total responsabilidade do INCRA atendia a famílias retiradas compulsoriamente de territórios em conflitos (sem terras do acampamento Encruzilhada do Natalino-RS) e, por fim, 46 PA que o INCRA deveria integrar “(...) na região de sua localização para emancipação do projeto em curto prazo, com a implementação da infra-estrutura já existente e com a regularização das parcelas, redimensionando-as para recebimento de trabalhadores rurais sem-terra.” (MORENO, 2007, p. 167).

Foram assentadas 17.694 famílias. A meta do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA era de 41.900 famílias, o que representou um déficit de 58%. Os motivos para esse déficit foram vários: a presença de áreas de garimpo - associada às péssimas condições de vida e trabalho nos assentamentos, atraiu parte dos colonos para esta atividade -, as doenças, a baixa renda proveniente da atividade agrícola que fez com procurassem melhores ocupações, o não acesso ao crédito rural em virtude do não título de propriedade, a demora na titulação da terra, dificuldade para comercialização por produzirem pequenas quantidades, entre outros. (MORENO, 2007).

O INCRA também possuía, enquanto atribuição, a aprovação e fiscalização da colonização particular realizada por Empresas Colonizadoras. Entre as décadas de 1970 e 1980 “foram registradas no INCRA/MT 33 empresas privadas, que implantaram no estado 88 projetos de colonização. A CODEMAT também se registrou para a implantação do projeto Juína.” (MORENO, 2007, p. 173).

Para entender o porquê dessas características, pesquisando nos jornais locais, encontramos essa matéria feita pelo analista político Onofre Ribeiro comentando sobre a extinção da CODEMAT e do DERMAT. Na reportagem, publicada em 12 de janeiro de 1992, ele afirma:

Quando tomou posse em 1967, o governador Pedro Pedrossian era um jovem engenheiro de 38 anos, ambicioso e determinado a tirar Mato Grosso do sono em berço esplêndido. Mas tão logo se elegeu e começou a armar o seu secretariado, esbarrou nas oligarquias políticas tradicionais, tanto do sul como do norte de Mato Grosso. E começou a receber todas as indicações para preencher todos os cargos. (RIBEIRO, 1992, p. 1). Pedro Pedrossian, sentindo a necessidade de buscar uma saída para se desvincular das interferências, criou um super órgão, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, a CODEMAT, que tinha autonomia para:

[...] assinar convênios financeiros com a União, para contratar e demitir pessoal, contratar e realizar obras diretamente ou através de empreiteiras, de contrair empréstimos nacionais e internacionais, [...] (RIBEIRO, 1992, p. 01)

A CODEMAT continuou sendo um órgão forte até o Governo Fragelli (1971-1975). No Governo Garcia Neto (1975-1978) inicia-se o processo de desmonte do órgão, mas a sua extinção ocorreu na reforma administrativa no Governo de Dante de Oliveira (1995-2002).

Um dos projetos de Colonização realizado pelo Estado por meio da CODEMAT foi Juína, conforme figura abaixo.

Figura 04 - Vista aérea do Projeto Colonização Juína, 1982.



Fonte: Jornal suplementar Mato Grosso, Governo Frederico Campos, 1982. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

Além da colonização privada realizada pelo INCRA, havia também as iniciativas estaduais, coordenadas pela CODEMAT, sendo nesse período as que se transformaram em grandes municípios, projeto Alta Floresta, Apiacás, Paranaíta, implantadas pela colonizadora Integração, Desenvolvimento e Colonização – Indeco, e os municípios de Aripuanã, Juruena e Colniza, inicialmente pela empresa Rendanyl, revendida para Cotriguaçu Colonizadora do Aripuanã S.A, pela Juruena Empreendimentos de Colonização Ltda e Colniza respectivamente. (MORENO, 2007). Outra Empresa Colonizadora já citada anteriormente foi Sinop – Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná, que iniciou com 200 mil hectares e passou para mais de 600 mil hectares, Gleba Celeste, de onde surgiram os municípios de Sinop, Vera, Cláudia e Santa Carmem entre os anos de 1971 a 1991. (MORENO, 2007).

Assim, sucessivamente, inúmeros projetos de colonização se transformaram em municípios no estado, alguns deles: Água Boa, Nova Xavantina, Canarana, Tapurah, Nova Mutun, Sorriso, Tangará da Serra, Matupá, Marcêlandia, Colíder, Terra Nova do Norte, entre outros. Do total de 83 municípios que foram criados de 1970 ao início de 1990, metade era de projetos particulares de colonização. (MORENO, 2007). A autora aponta que o sucesso atribuído às colonizações particulares está relacionado ao perfil dos colonos, pessoas com

maiores recursos financeiros e com conhecimento na área agrícola. Este perfil também explica que os tamanhos disponibilizados para esse colono eram maiores do que as áreas destinadas aos colonos assentados pela colonização oficial. (MORENO, 2007).

Ianni (1986) apresenta que agricultura e ditadura estão muito próximas no golpe de 1964. É a elite agrária a maior agitadora contra as políticas que estavam sendo implantadas para a realização da reforma agrária. Posteriormente ao golpe, é essa mesma elite que pressiona por políticas públicas que mantenham e ampliem seus privilégios. Temos, portanto, a manutenção das estruturas agrárias no Nordeste e Sul de Mato Grosso, concentrada e excludente. A ocupação da Amazônia por meio da colonização também produziu uma estrutura agrária concentrada, excludente e com avanço da acumulação capitalista no campo.

Mato Grosso foi o estado que mais se utilizou das empresas privadas para o processo de critério de colonização. Para a definição de quem ocuparia cada pedaço do território foi utilizado como as características de cada grupo de migrante. Os sulistas, por já produzirem para fins de comercialização, foram privilegiados com as melhores localizações. Aos nordestinos, couberam as beiras das BRs em construção. (OLIVEIRA, 2007)

Na leitura dos documentos (Mensagem à Assembleia, Relatórios, Pareceres, Livros) é perceptível que o Estado não tenha utilizado somente a política de colonização e o aparato institucional como estratégias para atender aos interesses da elite agrária na tomada da Amazônia e inserção desta no sistema capitalista. Houve outras políticas e ações realizadas que favoreceram o avanço da acumulação e reprodução do capital na região em consonância com os ditames do capitalismo nacional e internacional. “O aparelho de Estado é posto a serviço da formação e expansão do latifúndio e empresa, por meio da sua parafernália burocrática, as isenções de impostos, os favores creditícios, a proteção econômica e política; (...)” (IANNI, 1986, p. 247).

Essas outras intervenções, a renúncia tributária e os empréstimos serão analisados no próximo capítulo, a partir da leitura dos Documentos Históricos, Relatórios, Mensagens, Estudos, Livros, disponíveis nos acervos públicos da Universidade Federal de Mato Grosso e nos órgãos do Estado de Mato Grosso, considerando todo processo construído da ideologia “celeiro do mundo” como a ideia dominante de um classe que se utilizou do Estado para reprodução e acumulação capitalismo monopolista.

2 O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: DAS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS AO ENDIVIDAMENTO PÚBLICO

Há três significados para a palavra política no idioma inglês. A primeira (polity) refere-se aos domínios da política e da sociedade civil, a relação ou proximidade entre ambos depende do momento histórico e do lugar que ocupam. A segunda, trata da atividade política (politics), a luta pelos cargos, a questão dos partidos. A terceira diz respeito à ação pública (policies), como ocorre o processo de elaboração e implementação de uma ação pública que são (...) “dispositivos políticos-administrativos coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos” (MULLER, 2002, p. 7). Parte do que buscaremos compreender neste trabalho é como a política, enquanto atividade política (politics), é disputada pelas classes e frações e, posteriormente, os resultados desta disputa no Estado e para a sociedade, que são as políticas públicas de fato ou policies.

Durante o processo de elaboração de uma política pública há o momento da definição das prioridades, quando haveria a inserção dos problemas identificados na agenda de governo. Nesse momento, pode ocorrer o que Muller (2002) chamou de “janelas políticas”, que são consequência de um conjunto de elementos que inicialmente não estavam definidos como critério para a seleção dos problemas a serem enfrentados pelo Estado. As janelas são momentos oportunos para que determinadas áreas ou demandas sejam escolhidas como prioridade para a ação estatal, ou seja, a formulação de políticas públicas.

Além dos processos eleitorais, crises, guerras, outros eventos de impacto podem oportunizar essas janelas e, portanto, a ascensão de determinadas demandas ao ponto central do governo. No Brasil, o golpe civil-militar e, posteriormente, a ditadura militar oportunizaram esta janela ao capitalismo monopolista. A partir de então, temos um aumento exponencial do capital externo na economia brasileira, a concentração latifundiária como marca principal da ocupação da Amazônia, concentração de renda, mudanças nas relações de produção no campo com a proletarianização do campesinato, “(...), além disso, o financiamento da acumulação passa a depender fundamentalmente de recursos externos, principalmente por meio do endividamento estatal” (MACIEL, 2014, p. 69).

Durante a pesquisa documental²⁴, foi nítida a presença de várias políticas públicas voltadas para o setor produtivo no estado de Mato Grosso. Os empréstimos tomados pelos

²⁴ Os documentos consultados foram as Mensagens enviadas a Assembleia Legislativa pelos governadores a partir de 1966 até o governo de Dante de Oliveira (1995-2002), Relatórios governamentais produzidos pelas áreas técnicas das Secretarias, Diário Oficial do estado de Mato Grosso, acervo fotográfico, audiovisual, jornais e revista do período.

governos federal e estadual para financiar os diversos programas implantados para a ocupação de Mato Grosso foram unanimidade e explicam boa parte do que foi o “milagre econômico”. Por isso, neste capítulo propomos um debate em torno do endividamento público, tendo como ponto de partida o período da Ditadura Militar.

Muller (2002, p. 76) compreende que as “(...) as políticas públicas são indissociáveis da ação dos indivíduos ou dos grupos envolvidos, de sua capacidade de produzir discursos concorrentes, de seus modos de mobilização.” Assim, ao propormos a compreensão da política de renúncia tributária, é preciso analisar o contexto do território e as dinâmicas do coletivo.

Bonetti (2011) complementa a análise ao argumentar que a forma como as políticas públicas são elaboradas e executadas está diretamente ligada à relação estabelecida entre o Estado, as classes sociais e a sociedade civil. A partir desta relação, são definidas as políticas públicas a serem priorizadas, planejadas e executadas. Para cada tempo histórico há um conjunto de produção social, econômico, cultural, articulando-se, relacionando-se e construindo ideologias que transformam verdades relativas em absolutas. Portanto, podemos entender políticas públicas como o “resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil.” (BONETTI, 2011, p.18).

Desse modo, as políticas públicas vão ganhando contorno de acordo com o contexto que estão inseridas. Para que elas “existam” é preciso que haja a formação de um quadro de ação que “(...) funcione como uma estrutura de sentido, ou seja, que mobilize elementos de valor e de conhecimento, assim como instrumentos de ação particulares, com o fim de realizar objetivos construídos pelas trocas entre os atores públicos e privados.” (MULLER, 2002, p.16). Esse quadro de ações toma outra formatação a partir do capitalismo monopolista. O que anteriormente era resolvido pelos mecanismos de mercado a partir da igualação da taxa de lucros, passa a ter o Estado como principal agente, “(...) como força externa ao sistema, para organizar e soldar, por meio da política econômica, os distintos interesses do capital, atuando como árbitro deste processo para garantir a reprodução do sistema.” (OLIVEIRA, 2009, p. 40). Se havia alguma crítica sobre a expansão das funções do Estado, a crise de 1929 derruba as últimas resistências.

As políticas públicas terão caráter redistributivo, necessário para garantir a sustentação do sistema a longo prazo. A função distributiva assume que o Estado, ao deixar a distribuição de renda somente por conta do mercado, e considerando que o sistema é organizado por meios

das classes que não partem do mesmo ponto, inclusive dentro da própria classe, haverá um crescimento da desigualdade de renda, o que levará à impossibilidade de reprodução da força de trabalho, principalmente os mais pobres. A função estabilizadora também parte do princípio que, quando o sistema não consegue manter a inflação e o nível de emprego controlado, é preciso que o Estado interfira por meio de políticas fiscais, monetárias, para que seja possível retomar o crescimento ou também como instrumento para “(...) desacelerar o crescimento do nível de preços e ainda para conciliar os objetivos domésticos com os vinculados ao comércio internacional e à balança de pagamentos.” (OLIVEIRA, 2009, p. 44).

Destacamos a função legitimação, pois é por meio dela que é feita a construção do consenso e a obtenção de apoio das classes sociais presentes naquele território. O Estado institui políticas públicas e consequentemente as financia para que a classe dominada tenha garantida sua reprodução material “(...) e, com isso, garantir, a coesão social em torno dos projetos implementados, evitando-se questionamentos do sistema e garantindo a legitimidade da ação estatal.” (OLIVEIRA, 2009, p. 64-65). No orçamento público são classificadas como despesa social. No Brasil, não foi essa atuação do Estado, ao contrário dos demais países onde o processo de industrialização promoveu uma ampliação na distribuição de renda e maior acesso a políticas públicas universais, educação, saúde, moradia. No Brasil, essas consequências não ocorreram para a classe trabalhadora.

Se nos países capitalistas centrais essa nova visão sobre o papel do Estado foi a base para a formação e consolidação do Estado de Bem Estar Social - tanto para enfrentar a crise de 1929 quanto para barrar o avanço do comunismo -, na América Latina, deveria garantir a industrialização “(...) diante da fraqueza financeira da burguesia, atuando como agente estruturante e organizador desse processo, o que deu origem ao que se conhece na literatura da CEPAL como “Estado Desenvolvimentista” (OLIVEIRA, 2009, p. 45).

As políticas públicas, a partir da década de 1930, já abrangiam o território nacional e tinham cunho intervencionista e regulatório em quase todas as áreas, social, econômica, educacional, assistencial, previdenciária. O Estado focava-se em políticas estruturantes para a industrialização da economia. O Estado, no sistema capitalista, exerce duas funções: a de acumulação e de legitimação. Nesse momento histórico, a função prioritária era promover a acumulação do capital, por meio de uma maior alocação de recursos voltados ao capital social, o que, indiretamente, aumentava o lucro das empresas ao promover aumento da produtividade da força de trabalho ou redução dos custos. (OLIVEIRA, 2009).

O Estado Desenvolvimentista está dividido em dois períodos, o primeiro da década de 1930 até 1964, quando, impossibilitado de realizar reformas instrumentais (fiscais, tributárias,

financeiras), utiliza-se da criação de empresas públicas “(...) como instrumento de financiamento, mediante a contratação de recursos externos, e da criação de inúmeros fundos fiscais vinculados para assegurar recursos de investimentos para os setores nascentes”. (OLIVEIRA, 2009, p. 74). O segundo momento é a partir do golpe militar e da instituição de um governo ditatorial. Nesse período, realizadas as reformas que, até então não haviam sido realizadas, entretanto, com outro cunho, outros objetivos tratava-se de um ciclo de crescimento sustentado, entre outras políticas, pelo endividamento público.

Mato Grosso coaduna com o mesmo modo de operacionalização do Estado, utilizando-se das políticas públicas para promover a acumulação do capital no território como já analisado no capítulo anterior, a partir de ações públicas implantadas pelos diversos governos para o setor econômico, duas delas a renúncia tributária e o endividamento público que também ganham maior dimensão a partir do Estado Desenvolvimentista e que veremos a seguir.

2.1 A INTERVENÇÃO DO ESTADO: RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

O Estado é conduzido pela lógica do mercado, ao invés de procurar corrigi-lo.

Oliveira, 1998, p. 88

A participação maior do Estado trata-se de “alargamento das funções do Estado” com objetivo de assegurar os lucros dos monopólios, que pode ser de forma indireta com o financiamento por meio do orçamento público, pelas compras realizadas pelo Estado e de forma direta, com “(...) – créditos, subvenções, garantias de empréstimos, responsabilidade estatal por campos de investimento complementares etc. – cada vez mais predominantes.” (BEHRING, 2002, p.37). Analisaremos particularmente no estado de Mato Grosso duas formas de atuação com o capitalismo monopolista, as renúncias tributárias de forma direta e os empréstimos realizados pelo Estado. Este último sendo operacionalizado por meios dos orçamentos públicos.

O Brasil, assim como Mato Grosso, estava inserido numa fase do capitalismo, que se estruturou principalmente a partir do golpe militar de 1964, denominado capital monopolista caracterizado “(...) pela reorganização do mercado e do sistema de produção, através das

operações comerciais, financeiras e industriais da “grande corporação” (predominantemente estrangeira, mas também estatal e mista)” (FERNANDES, 1981, p. 225).

Nesse contexto, falar sobre renúncia tributária passa pelo debate do que foi denominado como uma apropriação “ex-ante” do fundo público, apropriação que inicialmente atendia “(...) acumulação do capital, de um lado, e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais.” (OLIVEIRA, 1998, p. 19-20).

Oliveira (1998, p. 28) vai mais longe ao apontar o fundo público como uma substituição ou uma imitação do capital financeiro no processo produtivo, isso porque nas duas formas analisadas neste capítulo - a dívida pública a partir da emissão de títulos e os incentivos - “(...) é o fundo público que agiliza a circulação do capital, e em muitos casos cumpre o papel da famosa ponte invisível Keynesiana entre quem poupa e quem investe.”:

Do ponto de vista da teoria marxista, dissolveu-se a tendência à formação de uma taxa média de lucro, para dar lugar, no mínimo, a duas taxas médias: a do setor oligopolista e a do setor concorrencial "primitivo". E o fundo público é decisivo na formação da taxa média de lucro do setor oligopolista, e pelo negativo, pela sua ausência, na manutenção de capitais e capitalistas no circuito do setor concorrencial "primitivo". (OLIVEIRA, 1988, p. 14)

Toda essa ação é possível porque uma das formas de materialização do fundo público ocorre quando o mesmo retira da sociedade recursos por meio do recolhimento de impostos, taxas e contribuições e destina parte destes recursos para o financiamento das políticas públicas. (SALVADOR, 2015). Portanto, quando o Estado renuncia recolher impostos, taxas ou contribuições de um determinado setor produtivo, há impacto para toda a sociedade, uma vez que se reduz a base de cálculo para o financiamento da ação estatal. Promove-se a acumulação de capital, pois o setor beneficiado pela isenção poderá manter ou ampliar sua taxa de lucro, considerando sua condição privilegiada perante aos demais integrantes da mesma atividade econômica e sobre o setor produtivo como um todo.

O fundo público para reprodução do capital, segundo Salvador (2010, p. 91) ocorre:

1. Como fonte importante para a realização do investimento capitalista. No capitalismo contemporâneo, o fundo público comparece por meio de subsídios, de desonerações tributárias, *por incentivos fiscais, por redução da base tributária da renda do capital* como base de financiamento integral ou parcial dos meios de produção, que viabilizam, como visto anteriormente, a reprodução do capital. (grifo nosso)

2. Com fonte que viabiliza a reprodução da força de trabalho, por meio de salários indiretos, reduzindo o custo do capitalista na sua aquisição. Além disso, é a força de trabalho a responsável diretamente, no capitalismo, pela criação do valor.

3. Por meio das funções indiretas do Estado, que no capitalismo atual garante vultosos recursos do orçamento para investimentos em meios de transporte e infraestrutura, nos gastos com investigação e pesquisa, além dos subsídios e renúncias fiscais para as empresas.

4. No capitalismo contemporâneo, o fundo público é responsável por uma transferência de recursos *sob a forma de juros e amortizações da dívida pública para o capital financeiro*, em especial as classes rentistas. (Grifo nosso)

É no orçamento público que essas questões se materializam, tanto o financiamento quanto os gastos sociais. Assim como o Estado, o orçamento ganha as funções e os contornos que o tempo histórico lhe pede. No Estado de Bem Estar Social, o orçamento deixa de ser apresentado como um instrumento meramente contábil para assumir funções que contribuem para política econômica, “(...) manejado quer para amortecer as flutuações cíclicas da economia, ao ser direcionado para influir no nível de emprego, quer para combater as oscilações do nível de preços e mesmo para promover melhor distribuição de renda.” (OLIVEIRA, 2009, p. 84).

Por isso, o orçamento público - e tudo o que lhe corresponde - não é somente econômico, mas também político. Qual classe social será tributada? Qual setor pagará menos impostos? Que segmento econômico será isento de tributação? Quem não pagará imposto sobre a renda? Onde será a maior incidência dos impostos: consumo, propriedade ou renda? Qual política pública receberá mais recursos? Qual território será prioridade na alocação de recursos públicos? Quem receberá mais recursos saúde, educação ou segurança pública? Todas estas perguntas são respondidas, não só analisando a peça orçamentária já finalizada, mas também através de todo o caminho percorrido até a sua elaboração. Há luta entre as classes, suas frações “(...) para definir a direção e a forma de ação do Estado, ao mesmo tempo em que se transforma ela [*a peça orçamentária*] em importante instrumento de controle que a sociedade possui sobre o Executivo, por meio de seus representantes políticos. (OLIVEIRA, 2009, p. 84).

Duas categorias analíticas auxiliam na compreensão sobre o orçamento público num Estado capitalista. Considerando que as funções do mesmo são de acumulação e legitimação, a primeira categoria trata-se do Capital Social, que é dividido em investimento social e consumo social; estas despesas promovem a acumulação privada lucrativa ao aumentar a produtividade e reduzir custo da reprodução do trabalho mantendo as demais variáveis sem

alteração. A segunda categoria é a Despesa Social, que “compreende projetos e serviços exigidos para a manutenção da harmonia social – para cumprirem a função de “legitimação” do Estado.” (O’CONNOR, 1977, p. 20).

Por que mencionarmos essas duas categorias? No caso do Brasil, o comportamento do fundo público no seu desdobramento no orçamento público foi diferente dos países capitalistas centrais. Nestes, não só se alavancou a acumulação do capital, mas também houve a legitimação por meio da ampliação dos direitos e acesso a serviços públicos universais, como educação, saúde, moradia, saneamento básico aos cidadãos. Ou seja, nos países de capitalismo central garantiu-se o investimento e o consumo social, e também destinaram-se recursos para as despesas sociais. No Brasil, a apropriação do fundo público promoveu a acumulação do capital e pouco alterou a vida dos trabalhadores.

Para termos noção do quanto foram priorizadas as despesas sociais nos países capitalistas centrais, especificamente os Estados Unidos, nos níveis locais e estaduais, segundo O’Connor (1977, p. 107):

(...) a despesa total do poder público aumentou 70 vezes desde o início do século até a década de 1960. Entre 1960 e 1969 os gastos com educação cresceram de 18,7 para 47,2 bilhões de dólares; os rodoviários de 9,4 para 15,4 bilhões; os da previdência de 4,4 para 12,1 bilhões; os de saúde e hospitalares de 3,8 para 8,5 bilhões. (...). Em suma se o governo federal ganhou o título de Estado-bélico-previdenciário os governos locais e estaduais merecem o nome de “estados-produtividades”.

O fundo público no Brasil, na questão do orçamento público, não vislumbrou um caminho semelhante aos demais países. Conforme analisamos anteriormente, da década de 1930 até 1960, o Estado manteve uma estrutura sem grandes reformas, mesmo atuando como impulsionador da industrialização. A carga tributária brasileira permaneceu semelhante, mesmo o Estado precisando de maiores recursos para financiar as políticas intervencionistas (OLIVEIRA, 2009).

A tão necessária reforma no sistema tributário esbarrou em duas questões, a primeira de cunho econômico, pois a industrialização não significou uma ampliação da base de tributação. Ou seja, não representou melhores salários, ampliação da classe trabalhadora e não foi suficiente para impactar na arrecadação do Estado, pelo menos não a curto-prazo. A segunda, de cunho político, pois a reforma tributária poderia trazer descontentamento à frágil governabilidade que sustentava o governo. Então, o Estado utilizou-se de outros mecanismos para ampliar sua capacidade de financiamento a partir de suas novas funções enquanto Estado

Desenvolvimentista, “(...) das empresas públicas, e criou, em boa medida, fundos vinculados para garantir recursos para as áreas e setores específicos. (...) Além disso, fez uso do instrumento do endividamento e da emissão de moedas para atender às suas necessidades (...)” (OLIVEIRA, 2009, P.148).

A partir do golpe civil militar e a instauração de um governo ditatorial, as reformas aconteceram - administrativa, tributária e financeira -, o que ocasionou a manutenção e ampliação da capacidade de financiar as funções de Estado, inclusive mantendo o papel de maior impulsionador do crescimento do país. Enquanto o Estado agiu para a acumulação do capital, a função de legitimação não foi priorizada da mesma forma. (OLIVEIRA, 2009).

No Brasil, o Welfare State não se constitui, pois “(...) as políticas sociais tiveram a sua trajetória em grande parte influenciada pelas mudanças econômicas e políticas ocorridas no plano internacional e pelos impactos reorganizadores dessas mudanças na ordem política interna.” (PEREIRA, 2002, p. 125). O exemplo desta influência está nas mudanças ocorridas internamente no Brasil após a crise de 29. Com a queda de poder dos cafeicultores, entram no circuito político e econômico outros ramos de atividades econômicas, como o gado, açúcar e um setor industrialista. O Brasil passa por momento de modernização, porém uma modernização conservadora, inclusive com grandes períodos autoritários.

Uma característica importante a ser mencionada sobre a sociedade burguesa brasileira e as implicações desta para com a política social é a relação de dupla articulação entre o Brasil e os países capitalistas centrais²⁵. Todas as ações internas tinham como objetivo manter a ordem, fortalecer o capitalismo e manter o controle burguês sobre o Estado nacional (FERNANDES, 1975).

Com esses objetivos seria difícil instituir no Brasil uma rede de proteção social com base no modelo de Estado de Bem-Estar Social. Então, desenvolvemos uma proteção social que traz características próprias, por exemplo, o fato de ter sido nos regimes autoritários o maior avanço das políticas sociais. Havia motivos para esses avanços, que seriam “mostrar

²⁵ São países que possuem um conjunto de características, como: setor industrial diversificado; economia desenvolvida e fortalecida; Setor agropecuário modernizado; mão de obra qualificada, com uso de tecnologias em todos os seguimentos de atividade; elevado desenvolvimento científico e tecnológico; modernos sistemas de transportes e de comunicação; excelente qualidade de vida; população economicamente ativa inseria, especialmente, no setor secundário e terciário da economia; entre outros. Alguns países considerados como países capitalistas centrais, segundo Banco Mundial e FMI: Alemanha, Andorra, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chipre, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Liechtenstein, Luxemburgo, Mônaco, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, San Marino, Cingapura, Suécia, Suíça e Taiwan. (FREITAS, 2009)

serviços para justificar sua ação interventora; encobrir a dureza do regime de exceção e; distribuir bens e serviços para não distribuir poder” (PEREIRA, 2002, p. 126).

Todo o período que se estende de 1930 até 1990 nos apresenta um país que consegue, segundo os estudos sobre modelos de Estado de Bem-Estar Social, mesclar os elementos de um modelo liberal, conservador e social-democrático e ainda acrescentar particularidades próprias, consequência da nossa colonização, como o clientelismo, paternalismo, populismo e a patronagem (PEREIRA, 2002).

Uma observação importante ao analisarmos o Brasil frente ao cenário internacional é que estamos sempre tardiamente colocados frente aos acontecimentos ou às novas conjecturas políticas, econômicas e sociais. Enquanto os países capitalistas centrais estavam vivenciando a reação burguesa, o Brasil pós-1964, em virtude do milagre econômico, estava com o fordismo chegando às indústrias, o que ocorria principalmente pela internacionalização da economia brasileira e pela política de substituição das importações (BEHRING, 2011).

Essa articulação entre os países hegemônicos e os periféricos ocorreu em diversas áreas: econômicas, financeiras, educacionais e, saúde e tinha, enquanto objetivo, muito além do que se propunha, a ideia era “(...) elevação do poder de decisão e de controle das burguesias e dos Governos pró-capitalistas das nações periféricas” (FERNANDES, 1981, p. 254). O resultado desta intervenção seria o estabelecimento de uma ordem e paz que, na verdade, seria uma tentativa de evitar os conflitos e confrontos resultantes de uma piora na condição de vida da população pelo advindo do capitalismo monopolista e ao mesmo tempo frear “(...) requisitos igualitários, democráticos e cívico-humanitários da ordem social competitiva, que operariam, na prática, como obstáculos à transição para o capitalismo monopolista.” (FERNANDES, 1981, p. 254).

O financiamento do Estado ampliou a carga tributária, mas priorizou o setor produtivo ao “(...) absorver a maior fatia dos recursos e receitas que transitavam pelo orçamento público, via incentivos, isenções, benefícios fiscais, subsídios creditícios e pesados investimentos nas áreas de infraestrutura e da indústria de base.” (OLIVEIRA, 2009, p. 161). Os governos federal e estadual utilizaram-se de todas as formas para promover a acumulação de capital, instituindo leis que renunciavam receita para determinados segmentos econômicos, conceitualmente chamado de renúncia tributária.

O'Connor (1977), a partir de Marx, nos apresenta que as finanças tributárias são uma das primeiras formas de luta entre as classes, porque o enriquecimento de uma boa parte da elite, econômico ou político, tem como base a não tributação, seja na pessoa física ou pessoa jurídica. Construído ideologicamente, é preciso isentar para que haja progresso e

crescimento econômico. Para que as famílias ricas continuem a investir em determinadas regiões ou setores não podem pagar impostos e assim segue o derrame ideológico. Um exemplo dessa luta trata-se da substituição da taxa sobre a renda de pessoa física para a pessoa jurídica ou empresarial. Nos EUA houve uma grande articulação para a criação do imposto empresarial, assim “(...) os líderes das empresas admitiram que fossem taxadas suas rendas empresariais, e não as pessoais, porque as corporações do setor monopolista controlavam os preços e, assim, podiam transferir o tributo ao consumidor.” (O’CONNOR, 1977, p. 207). Essa alteração da base de incidência do imposto explica porque, no sistema tributário do tipo regressivo, parte da carga tributária incide sobre o consumo, ou seja, quem realmente paga o imposto é o consumidor, já que estes impostos são inseridos no preço do produto, portanto, a classe trabalhadora e os mais pobres são a os mais penalizados, O’Connor (1977, p. 213).

Para resumir, o sistema tributário cumpre duas funções principais: *primeiro*, permite que o capital monopolista aumente seus ganhos e bens, assim jogando importante papel no fortalecimento da classe dominante. Apesar de tais despesas serem nominalmente cobertas por taxas de lucros, as crescentes despesas estatais aumentam os lucros e pesam sobre o salário real, *porque os tributos das empresas são transferidos para os consumidores sob a forma de preços mais elevados*. Segundo, para cobrir os custos das despesas de capital de caráter social e das despesas correntes de cunho social *o sistema toma recursos das pequenas empresas e da classe trabalhadora*. (Grifo nosso)

Neste rol de benefícios tributários, o capital monopolista foi beneficiado pelas renúncias fiscais. Cabe contextualizar que o governo ditatorial promoveu alterações significativas no processo orçamentário brasileiro para que fossem possíveis as concessões “(...) o orçamento espelhando os interesses das classes comandantes do regime foi um instrumento funcional da política econômica em curso durante o regime ditatorial.” (SALVADOR, 2010, p. 173).

As renúncias tributárias estão inseridas no conceito de gastos tributários, são uma forma de financiamento indireto pelo Estado para o capital e, segundo Salvador (2015, p. 14):

Estudo realizado por especialistas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destaca certo consenso em relação ao conceito de gastos tributários no sentido de que são receitas que o Estado deixou de arrecadar em virtude da aplicação de concessões ou de regimes fiscais, sendo uma das ferramentas de que os governos dispõem para executar as políticas públicas. Sua finalidade é favorecer ou promover certos setores, atividades, regiões ou agentes econômicos. Os gastos tributários também são chamados de “renúncia fiscal” em alusão ao fato de que, desta forma, o

Estado desiste de parte ou de toda a aplicação do regime fiscal geral, com base em um objetivo maior da política econômica ou social.

A ditadura militar na reforma tributária de 1966, a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional – CTN), considerada um marco para a construção de um sistema tributário robusto, estruturado para dar condições às renúncias tributárias, estabelece que:

- a) Foram criados os dois principais tributos sobre o consumo, o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICMS, ambos incidentes sobre o valor agregado;
- b) Foram criados os Impostos Únicos sobre Combustíveis, Lubrificantes, Energia Elétrica e Minerais;
- c) Foi transferida a competência para cobrança do Imposto de Exportação – IE dos estados para a União;
- d) Foi tornada universal e homogênea a incidência do Imposto de Renda – IR, cuja cobrança antes era feita apenas para determinadas categorias de rendimentos; (SOARES, 2004, p. 9).

No capítulo V, trataremos das exclusões de crédito tributário. São duas formas de exclusão, por isenção ou por anistia, ambas com necessidade de leis específicas determinando, entre outras questões, os critérios para concessões, se geral ou delimitado a um determinado segmento ou território e o prazo de vigência do mesmo.

Porém, antes deste novo sistema tributário, uma das primeiras experiências de políticas públicas de renúncia tributária foi a partir da criação da Superintendência Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959. Oliveira (1981) apresenta a contradição entre o motivo para a criação da SUDENE e os resultados obtidos pelas políticas implantadas por ela. Também observa um ciclo, em que os acontecimentos no nordeste atenderam as demandas da região centro-sul e, posteriormente, como esses acontecimentos, a partir da SUDENE, reverberaram no restante do país.

O que acontece na Região Nordeste a partir de uma política pública de renúncia tributária é a “(...) transferência da hegemonia da burguesia internacional-associada do Centro-Sul para o Nordeste. (...) assegurando a homogeneização monopolista do espaço econômico nacional.” (OLIVEIRA, 1981, p. 125), além de outras ações estatais, como a isenção alfandegária para a importação de equipamentos e a possibilidade de criação de empresas públicas pela SUDENE, tornando o Estado produtor.

A reação da ação do Estado, agora produtor, foi a expansão das indústrias da Região Centro-Sul para o Nordeste a partir do seu beneficiamento direto pelas políticas públicas implantadas pela SUDENE, atendendo a necessidade de expansão do capital monopolista.

A forma de renúncia tributária denominada 34/18 é a materialização da “quase completa transformação do excedente captado pelo Estado em capital” (OLIVEIRA, 1981, p. 119). Ao permitir que parte do imposto de renda pudesse ser investida na própria indústria ou em outra empresa, ao invés de transferi-lo ao fundo público, o Estado lança mão dos recursos em benefício da acumulação do capital e não para o financiamento de políticas públicas que consagrariam a sua função de legitimação. Esse benefício, que antes somente era permitido para as empresas nacionais, estendem-se para as de capital estrangeiro. (OLIVEIRA, 1981).

Esse código, 34/18, refere-se a dois artigos em decretos diferentes que versam sobre a renúncia tributária. Trinta e quatro refere-se ao Artigo do Decreto nº. 3.995, de 14 de dezembro de 1961 que aprovava o Plano Diretor da SUDENE para o ano de 1961. Este artigo definia “(...) a dedução até 50%, nas declarações do imposto de renda, de importância destinada ao reinvestimento ou aplicação em indústria considerada pela SUDENE, de interesse para o desenvolvimento do Nordeste.” (BRASIL, 1961, p. 10). Já o dezoito refere-se a um artigo do Decreto nº. 4.239, de 27 de junho de 1963, que aprovava o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965, em que há várias alterações para a concessão do benefício de renúncia tributária sobre o imposto de renda devido, mas sem prejuízo à reprodução e acumulação sistema capitalista monopolista.

Ao ampliar tanto as possibilidades de investimento (o imposto de renda podia ser investido na própria empresa ou em terceiros) há formação de grandes conglomerados que se desmembravam economicamente e politicamente “(...) uma imensa concentração de renda e de poder é gestado como subproduto desse processo, que se soma à tendência geral de qualquer economia capitalista.” (OLIVEIRA, 1981, p. 130). Assim, o Nordeste “resolveu” suas questões sociais, enfraquecendo sua economia regional e suas forças populares. E o que era remédio virou o veneno para o tão almejado desenvolvimento desejado pela SUDENE.

É importante visualizar o que aconteceu no Nordeste porque a receita aplicada pelo Estado será repetida em outras regiões, como a Amazônia e o Centro-Oeste. Veremos, no decorrer do capítulo, inúmeras políticas, programas e projetos implantados no território de Mato Grosso com intuito de promovê-lo como “celeiro do mundo”.

Mato Grosso é considerado como pertencente à Amazônia Legal, portanto, as legislações que contemplavam esse território repercutiam tanto nos projetos como nas leis estaduais de incentivos ao desenvolvimento econômico do Estado. Nesse período, para a

Amazônia Legal, havia legislações que tinham como estratégia a Política de Incentivos Fiscais e Financeiros: a Lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1966 tratava sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; a Lei nº 5.174 de 27 de outubro de 1966 dispunha sobre a concessão de incentivos fiscais a favor da Região Amazônica.

A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM era responsável por coordenar, dirigir e executar a implantação de programas e projetos para o desenvolvimento da Amazônia e também pela Política de Incentivos Fiscais do Governo Federal naquele território. Portanto, a primeira referência sobre as políticas de renúncia tributária no território da Amazônia que temos é a praticada pela SUDAM. A Política de Incentivos Fiscais era considerada “[...] um dos principais instrumentos utilizados pelo Governo Federal para a formulação do modelo brasileiro de desenvolvimento” (ALMEIDA, 1978, p. 21).

Os incentivos tratavam da isenção e redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis; isenções e reduções dos impostos de importação e sobre produtos industrializados e; isenção de quaisquer imposto e taxas incidentes sobre a importação de bens doados. Parte desses recursos também constituía o Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM²⁶. O Fundo financiava até 75% do total de um projeto aprovado pela SUDAM, à variação desse percentual dependia da complexidade e de seu enquadramento na faixa de prioridade estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento Regional.

Esse tipo de benefício dado ao setor privado tem caráter concentrador, pois privilegia quem tem mais imposto para pagar, já que os valores deduzidos estão relacionados diretamente ao valor devido ao Fisco. As empresas menores desfrutaram de menos incentivos, o que mantém um ciclo limitador para elas e, ao mesmo tempo, coloca nas mãos dos grandes grupos econômicos o crescimento regional.

Analisando essa mesma política no Nordeste, efetivada pela SUDENE, Oliveira (1998, p. 109) apresenta que, num planejamento, não são mais as características geográficas e sociais do local, onde será implantado o empreendimento o determinante, mas sim qual estratégia a empresa tem para articulação junto ao poder estatal. Portanto não foram determinantes as grandes extensões de terras, mão de obra barata, recursos minerais abundantes para que as empresas se instalassem no Nordeste, foi a dedução fiscal mais as ações das estatais que realmente impactaram na decisão destes grandes grupos em se deslocarem para essa região. Considerando as similaridades entre as políticas aplicadas pela SUDAM e SUDENE,

²⁶ Instituído pelo Decreto-Lei n. 1376 de 1974

podemos relacionar que na Amazônia e em Mato Grosso são as renúncias tributárias e ação estatal que atraíram de fato as grandes corporações econômicas e financeiras.

Existiam outros tipos de incentivos, como aqueles destinados a investimento em qualificação e formação, pesquisa, além das empresas instaladas em áreas da SUDAM poderem reinvestir metade do imposto devido mais 50% de recursos próprios em projetos para modernização de sua empresa ou indústria, desde que aprovados pela SUDAM. Até o ano de 1978, foram aprovados pela SUDAM 551 projetos econômicos, sendo 335 projetos pertencentes ao setor agropecuário, 168 ao setor industrial, 24 serviços básicos, 9 agroindustriais e 15 setoriais. O documento encerra garantindo que os incentivos fiscais possibilitaram a mudança no perfil econômico da Amazônia Legal ao sair de fornecedor de matéria prima e ao assumir:

[...] o patriótico compromisso de carrear divisas para o País, como retribuição justa ao esforço do Governo Federal, que não lhe tem negado apoio para torná-lo economicamente estável e socialmente compatível ao mais alto padrão da civilização brasileira (ALMEIDA, 1978, p. 33).

A forma de financiar o desenvolvimento da Amazônia pelo governo federal ocorreu entre outras políticas pela renúncia de receita, assim como a venda de terras devolutas, foram os métodos utilizados para a reprodução de acumulação de um capital monopolista. Esse cenário foi construído para atender a classe que apoiou o golpe civil militar de 31 de março e a subsequente ditadura militar. Os estados e municípios seguiram as mesmas orientações. Mato Grosso, de maneira mais incisiva, instituiu sua política de renúncia fiscal por meio da Lei 3.177 de 05 de junho de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 951 de 29 de agosto de 1972, que deixou claro sua intenção: “Dispõe sobre estímulos a industrialização, cria Fundo de Expansão Econômica e dá outras providências”.

Esses estímulos ocorreram de duas formas: por meios fiscais, reduzindo o pagamento do ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias anual devido e de forma complementar, e por meio de ações realizadas pelo poder estatal para melhoria da infraestrutura do empreendimento industrial, como acesso à rede de água e esgoto, energia, cessão de terrenos para instalação da indústria e assistência técnica e legal. Na Lei, há criação do Fundo de Expansão Econômica, cuja receita é formada por 20% dos 40% do valor do ICM pertencente ao Estado. Foi definido que um conselho colegiado e deliberativo, Conselho Estadual de Desenvolvimento, criado a partir da Reforma Administrativa (que estava em estudo pelo

governo), seria o responsável para dar vista aos projetos, por meio de uma análise dos “aspectos técnicos, econômicos, financeiros, legais e administrativos, bem como as repercussões no desenvolvimento econômico de Mato Grosso” (MATO GROSSO, 1972, p. 01) e, posteriormente, a concessão do estímulo pelo governador.

Em 29 de agosto de 1972, o Poder Executivo publicou o Decreto nº 951 que, além de regulamentar a Lei 3.177, criou, na Secretaria de Governo e Coordenação Econômica, o Escritório de Incentivos Fiscais. Esse Escritório tinha como atribuições pesquisar, examinar e sugerir as medidas necessárias à formulação da política de estímulo do Estado. A estrutura do Escritório era formada pelo Diretor (Secretário de Governo e Coordenação Econômica), uma Comissão Executiva, (composta por servidores requisitados a qualquer tempo de outras secretarias e os Diretores dos Departamentos de Planejamento e do Orçamento, um representante das Secretarias de Indústria e Comércio, Agricultura e Fazenda) e uma Secretaria Administrativa.

Para a empresa poder pleitear o estímulo, seria necessário que:

I - Implantem novos estabelecimentos industriais; II — Ampliem, remodelem ou reequipem suas instalações industriais pré-existentes, resultando aumento de produção ou da produtividade; III — Promovam o aumento do consumo de insumos e outras matérias-primas, produzidos TIQ Estado; IV — Passem a fabricar novos produtos, desde que disso não resulte diminuição da capacidade produtiva pré-existente; V — Instalem-se em regiões consideradas prioritárias para o desenvolvimento do Estado; VI — Exploreem ou venham a explorar empreendimentos turísticos no Estado (MATO GROSSO, 1972, p. 2).

Uma informação que consta no Decreto é que, posteriormente, em resoluções aprovadas pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento, o Escritório estabeleceria uma lista dos setores da indústria que seriam priorizados para a concessão do benefício fiscal. Essa priorização deveria estar em consonância com os planos e programas estaduais de desenvolvimento, assim como os ajustamentos necessários à Política de Industrialização. A elaboração da Política de Industrialização era uma das atribuições do Escritório de Incentivos Fiscais. Nesse sentido, buscamos a confirmação se a Política citada havia sido elaborada seguindo as priorizações definidas pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento.

2.1.1 Estrutura e reforma administrativa

A pesquisa documental iniciou-se pelo Diário Oficial do Estado, por meio de consulta de palavras-chave. Os resultados das normativas publicadas trazem somente o decreto que criou o Escritório de Incentivos Fiscais e regulamentou a lei que institui os incentivos fiscais.²⁷ Depois dessa data, não há referência à criação do Conselho. O texto da Lei diz que o Conselho seria criado a partir da Reforma Administrativa do governo Fragelli; na pesquisa no Diário Oficial, a partir das palavras Reforma Administrativa, não há menção de ela ter ocorrido. Portanto, podemos compreender que a Política de Incentivos Fiscais no governo Fragelli foi sancionada diretamente por ele, com base em pareceres emitidos pelo Diretor do Escritório de Incentivos Fiscais. Porém, a não criação do Conselho prejudicou a definição dos setores industriais a serem priorizados, parte de sua atribuição.

Considerando que o Escritório passou a ser uma peça fundamental na efetivação da Lei - assim como na garantia de suas prerrogativas, como o desenvolvimento industrial do Estado, a definição dos instrumentos de controle, os setores a serem priorizados etc. -, incluímos o Escritório na pesquisa do Diário Oficial do Estado.

O Diário Oficial não trouxe muitos resultados que apontassem a estruturação ou a publicidade dos atos administrativos do Escritório de Incentivos Fiscais, sendo mencionado em apenas um decreto de 1972²⁸. Posteriormente a essa menção, os dados encontrados trouxeram apenas informações sobre o orçamento disponível para unidade de acordo com o exercício vigente, o último resultado se refere ao exercício de 1975.

A reduzida informação encontrada no Diário Oficial nos levou novamente ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Nele, foi possível localizar o Projeto de Lei nº 24 que dispõe sobre a reestruturação administrativa do Estado de Mato Grosso. No corpo do Projeto, há a criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento; o Projeto foi enviado no mês de junho de 1972. O Artigo 3º definiu como seria a composição do Conselho: pelos Secretários de Estado, Presidentes de Autarquias e Empresas Estatais e Diretores de órgãos descentralizados, cuja competência era a definição e coordenação da política de desenvolvimento econômico e social do governo, tendo em vista sua compatibilidade com a

²⁷ Decreto n. 951 de 29 de agosto, publicado em 31 de agosto de 1972.

²⁸ O Escritório aparece no Decreto nº 1.379 de 29 de dezembro de 1972 que trata do Regimento Interno da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. No Capítulo II – Da Organização, o Escritório é um órgão, e, no Capítulo VI – Disposições Finais, o Artigo 22 traz que “o Escritório de Incentivos Fiscais, terão sua área de competência definida em regulamentação específica” (MATO GROSSO, 1972, p. 4).

política da União. A presidência do Conselho seria exercida pelo Secretário de Planejamento e Coordenação Geral.

A busca pela Lei que trataria da nova reestruturação administrativa do Estado, contemplando o que definia a Lei 3.177 e o Decreto 951 de 1972, não obteve êxito. Em consulta aos Diários Oficiais de Mato Grosso, do período de junho a dezembro de 1972, não foi localizado nenhuma publicação semelhante ao projeto de lei. Entretanto, havia várias publicações de estruturação de secretarias, inclusive a publicação da Lei nº 3.278 de 13 de novembro de 1972, que criou a Secretaria de Administração na estrutura do governo e apresentou nessa Lei outras ações importantes. A Lei cria, na estrutura administrativa do Estado, a Secretaria da Administração e dá outras providências. Essas providências se iniciam no Artigo 2º, quando é estabelecido que haverá atividades auxiliares à Administração organizadas por meio de sistemas que serão: pessoal, material e compras, orçamento, estatística, contabilidade, modernização e estruturação administrativa, planejamento, administração financeira, entre outras.

A percepção é a de que essa Lei foi utilizada como “barriga de aluguel” para incluir outras alterações importantes na estrutura administrativa do Estado. A questão é que não foi contemplada nesse arranjo a criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento e, conseqüentemente, o que ele deveria cumprir enquanto orientador das políticas públicas para o desenvolvimento do Estado, em especial na Política de Incentivos Fiscais. Portanto, houve, se é que podemos conceituar assim, uma minirreforma, porém, algumas questões não foram contempladas, entre elas a criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento. Relembrando que, para a Lei de Incentivos Fiscais e para o Decreto que a regulamentou, o Conselho possuía um papel fundamental, não só na execução dessa Lei especificamente, mas também na definição dos setores industriais prioritários para a concessão do benefício fiscal, considerando “os planos e programas estaduais de desenvolvimento e o ajustamento necessário à política de industrialização e de estímulos práticos pela União e outros Estados.” (MATO GROSSO, 1972, p. 2).

O próprio Decreto já demonstra como o poder sobre a decisão dos setores a ser incentivados estava na mão do governador. No Parágrafo 2º do Artigo 5º, orienta-se que até a instalação do Conselho Estadual de Desenvolvimento, caberia ao governador aprovar a concessão do incentivo fiscal a partir do parecer do Diretor do Escritório de Incentivos Fiscais. No regimento interno da Secretaria Estadual de Planejamento e Coordenação Geral, a secretaria tem por finalidade, entre outras, promover a política de Incentivos Fiscais do Governo. Porém, a unidade Escritório de Incentivos Fiscais não tem suas competências

instituídas nesse Decreto, mas sim em regulamentação específica, ou seja, em outro instrumento. Esse ato sobre a regulamentação do Escritório não foi localizado na pesquisa junto aos documentos disponíveis na Biblioteca Estadual Estevão de Mendonça, Arquivo Público e Universidade Federal de Mato Grosso.

Essas normas, leis e programas foram instrumentos que o Estado utilizou para dinamizar o setor produtivo visando seu crescimento. Entretanto, estes mesmos instrumentos apresentam fragilidades para suas realizações, monitoramentos e avaliações, o que pode acarretar prejuízos à sociedade, já que os interesses apresentados inicialmente não são cumpridos.

2.1.2 Governos do estado de Mato Grosso e as políticas fiscais e tributárias

A fragilidade institucional não é um acaso, mas produzida para que assim o seja. O corpo da lei já estabelece quem tomará as decisões até que o Conselho seja criado, portanto, a exceção passou a ser regra executada pelo governo.²⁹

O governo José Manuel Fontanillas Fragelli (1971-1975) se encerra sendo beneficiado pela consistente presença do Governo Federal. Nas considerações finais do relatório apresentado pela equipe da SEPLAN, o discurso vai muito além de um estudo técnico. O próprio texto considera que, em virtude da ausência de dados suficientes, não é possível prever os efeitos diretos e indiretos dos programas federais na economia do Estado. Prevê, apenas, que Mato Grosso se tornará um grande polo agropecuário e com condições para desenvolver uma indústria para os recursos extrativistas e produtos primários.

Se analisarmos o grande esforço apresentado a partir da execução de sete programas federais, além das ações estaduais, temos clareza do porquê Mato Grosso é o maior produtor de grãos do país - “celeiro do mundo”. Certamente, algo construído com grande participação do Estado brasileiro. Esse “celeiro do mundo” não foi uma decisão puramente nacional, o financiamento pelo Estado após Golpe Militar foi a base de muitos empréstimos internacionais em atendimento aos países capitalistas hegemônicos centrais.

Do governo de Garcia Neto (março de 1975 a agosto de 1978) até o Governo de Júlio Campos (março de 1983 a março de 1987) não há outra menção nos documentos analisados sobre política estadual para renúncia fiscal. O que temos nesse período é um conjunto de

²⁹ Veremos posteriormente que a mesma fragilidade para o monitoramento e avaliação permanece na Lei 7.958 de 2003, já no governo Blairo Maggi, trinta e um anos depois.

ações estatais que garantiram ao imperialismo condições de realizar-se, primeiro pela transformação de grande extensão de terra devolutas em propriedades privadas, com participação de capital estrangeiro e sem o controle do Estado. Em seguida, por este mesmo Estado, por meio dos incentivos fiscais, possibilitou que latifúndios se transformassem em empresas agropecuárias. Por fim, as ações realizadas diretamente como a construção, pavimentação e manutenção do sistema viário, comunicação e energia deram às empresas a infraestrutura necessária para o desempenho das suas atividades. Percebemos, por meio da produção de leis e decretos, a movimentação política que favoreceu a elite agrária.

Um exemplo desta não ruptura por parte do Estado pode ser identificado quando analisamos o primeiro planejamento que norteou o governo de Frederico Campos (1979 a 1983), o 1º Plano Geral de Governo Estado de Mato Grosso – PAGEMAT. A apresentação do Plano pelo governador descreve um estado que busca superar os problemas decorrentes da divisão e que será transformado “(...) num dos esteios da agricultura do país.” (MATO GROSSO, 1980, pg. 15). Essa transformação será pela priorização de áreas já contempladas em outros planos, da mesma forma que os anteriores “(...) tem seu embasamento econômico no tripé: Agropecuária, Transporte e Energia”. (MATO GROSSO, 1980, pg. 15)

Analisando as ações destinadas às três áreas priorizadas na PAGEMAT, é perceptível que o setor da agropecuária tem importância na estrutura estatal. Na Secretaria de Estado de Agricultura – SAGRI, coordenadora de forma direta e de forma indireta, havia seis instituições, sendo: Assistência Técnica – EMATER; Defesa Agropecuária – INDEA; Fomento Agropecuário – CODEAGRI; Planejamento Agrícola – CEPA; Pesquisa Agropecuária – EMPA e; Abastecimento – CASEMAT. Foram criados mais dois órgãos, o Conselho Estadual de Política Agropecuária – CEPAG e Conselho Técnico da SAGRI – CT.

Nesse conjunto de instituições, há as empresas estatais que foram amplamente criadas tanto pelo governo federal quanto estadual como mecanismo de expropriação do fundo público para a acumulação do capital, já que os recursos que financiavam as empresas eram recursos públicos.

Para que fosse possível essa transferência de recursos do público para o privado era preciso um Estado autoritário e, portanto, também um conjunto de leis autoritárias que permitiu essa “estatização-privatização do público”, que não é menos Estado ou menos regulação, “ela elimina o público, e como decorrência perverte a própria ação estatal, que perder o poder de estabelecer as diferenças entre interesses gerais e particulares. Nisto consiste o que tem sido chamado a “privatização” do Estado.” (OLIVEIRA, 1998, p. 85).

Essa mesma expropriação do fundo público pela política de renúncia tributária ocorria também por meio do financiamento realizado pelos bancos estatais. Nos documentos analisados, são diversos os produtos citados pelo Banco BEMAT ao setor do agronegócio. Oliveira (1998), analisando particularmente os bancos que financiaram a região Nordeste, conclui que essa maneira de ação se replicou em outros estados. A expropriação dos recursos depositados pelo trabalhador e das empresas de forma compulsória ocorria principalmente por meio do PIS/PASEP e do FGTS remunerando abaixo da taxa de mercado, inclusive da taxa da poupança, entretanto cobrando juros mais altos nos empréstimos concedidos.

Durante a ditadura militar, os governos atenderam a indústria, mantendo e ampliando a estrutura agroexportadora, dando condições à formação dos grandes latifúndios na Amazônia e Cerrado e, ao mesmo tempo, não promovendo a reforma agrária no Nordeste e Sul. No período de transição para governo democrático, a partir da década de 1980, caminhou-se para a consolidação de um modelo econômico que ampliou as exclusões econômicas e sociais, porém legitimado pelo “direito ao voto”. A transição de regime alterou em parte a composição do Bloco de Poder e o grupo hegemônico constituído no Estado autoritário (OSORIO, 2015), é possível visualizar esta não ruptura a partir dos documentos analisados.

O que teremos, a partir da década de 1980, é a reestruturação neoliberal na América Latina como todo, caracterizada por uma “reprimarização” da economia e um declínio da produção industrial. Entretanto, neste período, o tipo de agricultura não é semelhante àquela do passado, agora são os empresários que comandam as lavouras a partir “de critérios capitalistas de acumulação intensiva. A velha oligarquia encabeçou esta reconversão, em estreita associação com as grandes empresas do agrobusiness.” (KATZ, 2016, p. 20).

Essa década começa com o governo de Júlio Campos, “de chapa e cruz”³⁰. Seu estilo de governo segue os ditames do ex-presidente Juscelino Kubitschek, seu slogan de governo “Quarenta anos em quatro” segue o do presidente, “Cinquenta anos em cinco”. Segundo o próprio Júlio Campos, por ser um grande admirador, se reportou ao slogan de JK por acreditar na potencialidade do progresso para o Estado (BORGES, 2007).

Outra semelhança com a política de Kubitschek foi o uso constante dos empréstimos para realizar investimentos. O governo Júlio Campos (1983-1986)³¹ “deixou o Estado com a

³⁰ “Chapa e Cruz” é um linguajar cuiabano que designa quem é cuiabano de origem, que nasceu, viveu e morreu em Cuiabá e cidades vizinhas. Júlio Campos em 1972 é eleito prefeito de Várzea Grande, sua cidade natal e vizinha da capital Cuiabá, separadas pelo rio Cuiabá, cargo que assume até janeiro de 1977. Elege-se deputado federal mais votado em 1978 pelo Arena.

³¹ Júlio Campos renunciou em maio de 1986 para se candidatar a deputado federal. Uma vez eleito, assumiu seu vice, Wilmar Peres de Farias, e seu discurso de abertura do ano Legislativo de 1986 foi marcado fortemente pela

capacidade de endividamento praticamente esgotada.” (SIQUEIRA, 2002, p. 2014). No Plano de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso – PLADE, realizado sob seu mandato, três áreas foram definidas como prioritárias: Educação, Transporte e Energia, para o período de 1983 a 1987.

A escolha da educação é justificada, não só pelo fato de cumprir um direito constitucional, mas também por garantir aos mato-grossenses “a elevação de seu nível cultural, proporcionando-lhes condições de escolher e adotar novas tecnologias, responsáveis pelo aumento da produção e da produtividade” (MATO GROSSO, 1983, pg. 11). Portanto, assim como as duas outras prioridades, a educação tem, enquanto objetivo, atender ao sistema produtivo, estabelecendo uma política educacional que forma trabalhadores e não cidadãos.

O investimento em Transporte e Energia alcança os cidadãos, porém, na justificativa presente no documento, a ordem de apresentação dos termos explicita que o setor produtivo é objetivo final para os investimentos realizados: “escoamento, comercialização, novas áreas ao processo produtivo, oportunizar às indústrias, capacidade produtiva, reforçam os setores agropecuário e industrial e por fim conforto e bem-estar ao homem do interior. ” . (MATO GROSSO, 1983, p. 12). Um fato apontado para o período é a introdução da soja, a partir da década de 80 no estado, e o seu avanço já nos primeiros anos.

Júlio Campos busca no plano intensificar a colonização, principalmente na região Norte e “transformar Mato Grosso no “celeiro agrícola do Brasil”. Assim, farta propaganda foi veiculada nas regiões Sudeste e especialmente Sul, acelerando processo de colonização.” (SIQUEIRA, 2002, P. 214).

Políticas de renúncias tributárias estaduais instituídas, basicamente, foram as produzidas pela Política de Incentivos Fiscais no governo Fragelli. Contudo, mesmo nesse governo não se cumpriu nem o mínimo que estava previsto na Lei e, muito menos, nos anos seguintes, mantendo o caráter de política de governo e não de Estado.

O governador que vive a redemocratização do Brasil é Carlos Bezerra, que governa entre 15 de março de 1987 a 2 de abril de 1990. Ao contrário dos outros governos, não há um Plano que oriente o seu governo, pelo menos não foi encontrado nas pesquisas de campo. Portanto, os documentos utilizados tratam das Mensagens Enviadas à Assembleia, anualmente, e outras referências bibliográficas e documentais. Em sua primeira mensagem, o

preocupação com o déficit financeiro vivenciado pelo Estado. Wilmar Peres de Farias fez reflexões sobre o impacto deste cenário nos próximos governos.

governo informa que as diretrizes de ação setorial do seu governo estavam fundamentadas no tripé: Educação, Saúde e Agricultura, seu slogan foi “em direção ao Social”.

É no ano de 1988 que temos a segunda ação direta pelo Estado de uma política pública para isenção fiscal. Em 1988, há a criação do Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Mato Grosso – PRODEI³². O PRODEI tratava-se de um adiamento do pagamento do ICMS pelas empresas que queriam se instalar em Mato Grosso, as que desejassem expandir sua produção em até cinco anos ou aquelas que gostariam de reativar suas atividades encerradas há mais de 2 anos. (RAMMINGER e GRASEL, 2006).

O benefício tinha vigência de cinco anos, prorrogáveis até quinze anos se fosse de interesse do Estado. As isenções eram escalonadas, começando em 70%, chegando ao quinto ano com 40%. As empresas tinham até cinco anos para pagar o imposto não recolhido. (RAMMINGER e GRASEL, 2006)³³. Para ter acesso ao PRODEI, as empresas deveriam, entre outros requisitos, gerar emprego e utilizar matéria-prima da região, o que poderia resultar em aumento na arrecadação de tributos e crescimento dos setores ligados à indústria.

Nas Mensagens à Assembleia, não há informações sobre como o PRODEI foi implantado, ocorrências, fatos, etc., cita-se apenas que o PRODEI tem o objetivo de fomentar a implantação e expansão de empresas industriais de médio e grande porte, com incentivos fiscais (ICM). O Programa teve início em novembro de 1988, tendo 32 projetos aprovados e 35 cartas consulta.

O próximo governador foi Jaime Veríssimo de Campos, que inicia seu mandato em 15 de março de 1991 e vai até 31 de dezembro de 1994. Jaime Veríssimo é irmão do ex-governador Júlio Campos. Portanto, uma família “chapa e cruz” continua no poder. O primeiro documento apresentado nesse mandato trata das Diretrizes Gerais de Governo, que inicia apresentando um estado com sérias dificuldades. Esse discurso é o mesmo que foi dito em governos anteriores, a impressão é que é uma espécie de mantra a ser repetido seguidamente, até que se torne uma verdade para toda a sociedade. A partir desse governo, o planejamento do Estado será assim estruturado:

Todas as propostas e todos os programas desenvolvidos em nosso Estado estarão, assim, voltados para o alcance de melhores dias e maior bem-estar de nosso povo. Nenhum segmento será esquecido e nosso trabalho desenvolver-se-á em duas fases intercomplementares.

³² Lei n.5.323 de 19 de julho de 1988 e sua regulamentação pelo Decreto n.1.066 de 12 de outubro de 1988.

³³ Em 2000, já no governo de Dante de Oliveira, o prazo de direito ao benefício passa para 15 anos fixos e o limite aplicado sobre o imposto também fixo de 70% e mais 5% deveriam ser recolhidos para o FUNDEIC.

A primeira, de **RECONSTRUÇÃO**, tornou-se necessária, devido ao estado em que se encontram nossas estradas, escolas, postos de saúde, armazéns e toda a infraestrutura econômica e social hoje destruída, mal equipada e mal administrada.

Na segunda fase, a de **CONSTRUÇÃO**, os problemas de cada setor, serão estudados e conduzidos de forma planejada, com a participação das instituições governamentais em seus três níveis, Federal, Estadual e Municipal, integradas às representações políticas e de classe do povo mato-grossense, num desempenho harmônico entre os poderes públicos constituídos. (MATO GROSSO, 1990, p. 1).

No documento “Relatório da Administração Pública” (período de 1991 a 1994), destacamos que na apresentação há menção sobre a assinatura junto ao Banco Mundial, do Programa de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso- PRODEAGRO, com os seguintes “macro objetivos: o de melhoria da qualidade de vida, através da produção e renda e o de utilização auto sustentada dos ecossistemas onde se realizam tais atividades”. (MATO GROSSO, 1994, p. 9). Nesse período, também foi elaborado o Plano de Modernização da Agropecuária Mato-grossense, tendo como metas a diversificação e a expansão. Os incentivos citados são os da SUDAM, FUNDEI, PRODEI e FCO, que, a princípio, contribuíram para a expansão do setor industrial no período. Não há nos documentos analisados avaliações e números sobre o PRODEI.

O último governador analisado é Dante de Oliveira. Eleito duas vezes, governou o Estado de 1995 a 2002, saindo para se candidatar ao senado (não foi eleito). Seu governo nasce de uma ampla coligação de dez partidos. Possuíam a proposta de construção de um projeto de longo prazo para o Estado que proporcionasse à população justiça, democracia e desenvolvimento. Dante de Oliveira, conhecido como o homem das Diretas Já, apresentou o instrumento que guiou seu governo, Plano de Metas Mato Grosso 1995-2006, Plano Estratégico & Programa de Governo de 1995 – 2006 e o mesmo plano mais a versão atualizada para o período de 1999-2002. Assim como os outros governadores, estabeleceu suas prioridades, sendo essas muito semelhantes aos demais governos: educação, estradas e energia. Os princípios básicos que orientaram as grandes decisões deveriam ser pautados pela democratização e descentralização, sustentabilidade, qualidade de vida, equidade social e regional.

As diretrizes passam por um Estado moderno e forte, descentralização da ação do poder público e desenvolvimento científico e tecnológico por meio da cooperação entre estado, municípios e iniciativa privada. As políticas estruturantes foram energia, educação, emprego e renda, telecomunicações e transporte. Na leitura do diagnóstico, fica a impressão de estar lendo uns dos primeiros documentos referentes ao governo de 1966, em todos os

planos. Apesar destas áreas terem recebido financiamento de diversos programas federal e estadual, transportes e energia são as primeiras identificadas como carentes de investimentos.

A circulação de cargas e passageiros está diretamente dependente de uma malha viária mal conservada e com estrutura que não suporta a demanda crescente. Estado de Mato Grosso, detentor de um enorme potencial hídrico, apresenta uma matriz energética totalmente dependente em relação aos derivados de petróleo. (MATO GROSSO, 1995, p. 31-32)

Já a política de renúncia fiscal é apontada como mecanismo para estimular e atrair novos investimentos para o estado. Há uma meta instituída para a revisão da política de incentivos fiscais, que buscou integrá-la ao objetivo de desenvolver o estado; esse mecanismo é amplamente utilizado neste governo.

No realinhamento do Plano de Metas, compreendendo o período de 1999-2002, há cinco objetivos específicos que representam o que é denominado como “aspirações do povo mato-grossense”. Um deles é transformar Mato Grosso em importante polo agroindustrial. Alcançar isso, ainda assegurando a conservação da biodiversidade do território (outro objetivo do Plano), é um grande desafio, considerando que a prática da agropecuária vigente no estado escolhido e priorizado por todos os governos anteriores é enormemente contraditória a um modelo ambientalmente sustentável.

O termo “vocação” é utilizado como justificativa ideológica para se priorizar o setor agropecuário. Pelo que já apresentamos até o momento, a voca o não foi algo natural, foi construído ideologicamente e concretizado por meio de políticas que direcionaram a atividade produtiva do Estado para atender basicamente   necessidade de um sistema capitalista monopolista e imperialista. Produzir no campo, em grande quantidade, por meio de latifúndios com capital estrangeiro para equilibrar a balança comercial, produzindo d visas, que serão utilizadas para amortecer a d vida pública originária de empréstimos feitos para financiar políticas que atendem o setor produtivo. Então, observamos o poder estatal dando sustentac o ao capital e, posteriormente, legitimando suas a o es por meio de instrumentos institucionais, como o Plano de Metas apresentado aqui.

Nas Mensagens   Assembleia Legislativa, o governo apresenta os números referentes   implementa o do PRODEI e outras políticas. Em 1995, houve aprecia o de 24 projetos, 11 projetos econômico-financeiros aprovados. Em 1996, foram 43 Cartas Consultas³⁴ e 209 processos do FUNDEI, PRODEI, FCO e Câmara Setorial dos Distritos Industriais aprovados.

³⁴ Carta Consulta deveria demonstrar que tipo e montante financeiro de investimentos ele faria, além da região e a quantidade de empregos a serem criados. (VIEIRA, 2018, p. 176)

Em 1997 foram 25 empresas com contratos aprovados e 23 projetos aprovados em fase de contratação e, em 1998, foram 8 cartas consultas aprovadas, 5 projetos econômico financeiros aprovados e 6 processos contratados. Não foram localizadas as Mensagens referentes ao segundo mandato de Dante de Oliveira que seguiu até 2002.

Tanto a partir dos documentos analisados, quanto pelas referências teóricas já existentes, notamos que o Estado brasileiro, tanto federal quanto estadual, pautou suas ações para o setor produtivo. Além de priorizar o setor produtivo, o setor agropecuário foi o que mais recebeu atenção por parte do Estado.

Boa parte dessa atenção ocorreu por meio do financiamento indireto, de renúncias tributárias como vimos e também pelo financiamento direto por meio de ações estatais executadas pelo próprio Estado, porém financiadas também por recursos oriundos de empréstimos nacionais e internacionais. Veremos essa política de empréstimos e suas consequências no item abaixo.

2.2 A INTERVENÇÃO DO ESTADO: O ENDIVIDAMENTO PÚBLICO

Marx (1996, p. 872) afirmou que “(...) a dívida pública converte-se numa das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva.” Por isso, independente do tipo de governo, democrático ou ditatorial, o sistema da dívida pública, assim como no período colonial, o moderno sistema tributário e o protecionismo consolidam as relações capitalistas de produção. Um sistema tributário robusto sustenta a dívida pública. Marx (1996) argumenta que mesmo que inicialmente o Estado não recorra ao aumento de tributos para pagar os empréstimos realizados ou o pagamento dos juros pelos títulos emitidos, chegará um momento em que esses aumentos não poderão mais ser protelados. A base de incidência dos tributos que serão aumentados recairá “(...) sobre os meios de subsistência mais necessários, encarecendo-os, portanto, e traz em si mesmo o germe da progressão automática. A tributação excessiva não é um incidente; é um princípio.” (MARX, 1996, p. 874).

A importação da dívida pública, assim como da política fiscal, ganha um novo fôlego a partir das teorias de Keynes. Para este autor, esses foram instrumentos utilizados para alcançar o pleno emprego; foi agregada uma nova função para a dívida pública, a de política monetária, por promover a regulação sobre a liquidez e as taxas de juros. (OLIVEIRA, 2009).

A dívida pública se apresenta de três formas. Na primeira, há a emissão de moeda pelo Estado, não há pagamento de juros, mas é necessário cumprir algumas regras para a emissão

de novas moedas, pois o desequilíbrio entre moedas circulando e o que é produzido pode gerar efeitos inflacionários. A segunda forma é a contratual por meio de contrato assinado já que haverá dois entes, o Estado e o credor - que pode ser interno e externo -; a partir da compra de um bem, serviço ou empréstimo é estabelecido um contrato entre as partes, há cobrança de juros nesta operação, que pode ser fixada na assinatura do contrato ou estar atrelada a um indicador que será mensurado no futuro. A terceira forma é a mobiliária, nesta, o Estado coloca no mercado financeiro títulos com prazo determinado para resgate, também paga juros e os agentes compradores agirão de acordo com a melhor taxa oferecida, mas também consideram a capacidade do governo de pagar suas dívidas. (OLIVEIRA, 2009).

No mundo, mas principalmente nos países capitalistas centrais, houve uma tentativa de estabelecer um parâmetro para controlar a dívida pública. O acordo de Maastricht ³⁵ estabeleceu em 1992 que os países que integravam a União Europeia (EU) poderiam ir até o nível de 60% da relação dívida/PIB. (OLIVEIRA, 2009).

O Estado, ao tomar um empréstimo tem, enquanto justificativa, o aumento tanto do capital social, que trata da acumulação ao possibilitar o aumento do lucro do capital, como também o aumento das despesas correntes de caráter social. Isso é visível nos empréstimos realizados pelo governo brasileiro que financiaram os programas federais já analisados anteriormente e que tinha enquanto meta investimentos em áreas estruturantes para o capital, como energia, sistema viário, comunicação e colonização. Toda essa ação dava margem ao setor privado expandir sua atuação em Mato Grosso e ao mesmo tempo aumentava as despesas de custeio para manter todo esse aparato institucional e infraestrutura instalada a partir destes investimentos (O'CONNOR, 1977).

Havia uma aposta de que ao promover a acumulação privada ocorreria indiretamente o aumento no número de empregos, renda, nível salarial, no lucro, o que ocasionaria ampliação da base que poderia ser tributada, aumentando a arrecadação do Estado e, portanto, o pagamento da dívida. É claro que tudo isso é indiretamente, ou seja, “(...) de fato, a garantia dos empréstimos estatais está no poder tributário e na capacidade de ampliar a base tributária mediante o crescimento do PNB.” (O'CONNOR, 1977, p. 191).

³⁵ O Tratado Maastricht (formalmente Tratado da União Europeia, TUE) foi assinado em 7 de fevereiro de 1992 pelos membros da Comunidade Europeia na cidade de Maastricht, Países Baixos. [2][3] No mês de dezembro de 1991, a mesma cidade hospedou o Conselho Europeu que elaborou o tratado.[4] Com sua entrada em vigor em 1º de novembro de 1993,[5] foi criada a União Europeia e foram lançadas as bases para a criação de uma moeda única europeia, o euro. O Tratado de Maastricht foi emendado pelos tratados de Amsterdã, Nice e Lisboa. (site: https://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Maastricht)

O Brasil, a partir das reformas de 1964, estabelece novas regras para “organizar a casa” e abrir espaço para ampliação da dívida pública:

Em 1967, o Decreto-Lei 263 de 28/2/1967, autorizou o Poder Executivo a promover o resgate dos títulos que não tinham cláusula de correção monetária, estabelecendo o prazo de seis meses para sua apresentação por seus titulares, prazo que posteriormente, com a regulamentação deste decreto, foi estendido para 04/01/1969, quando então prescreveriam (OLIVEIRA, 2009, p. 307).

O golpe civil militar brasileiro foi organizado bem antes, “pelos principais lideranças da burguesia nacional, que prepararam antecipadamente todo um programa de abertura ao capital estrangeiro e desmantelamento dos movimentos populares, contando com apoio do governo americano e das empresas multinacionais” (BRANFORD, 1987, P.96-97):

1964 – BRASIL: com apoio americano, militares depõem o presidente Goulart, dando início a 20 anos de regime militar. A dívida externa brasileira salta de US\$ 2,9 bilhões em 1964 para US\$ 103 bilhões em 1984. Quase 5 mil oponentes do regime são exilados, presos, torturados e “desaparecidos”. (BRANFORD, 1987, p.96-97)

O capital financeiro, por meio dos empréstimos, foi a base do milagre econômico no período de governo militar o que também explica parte das políticas públicas executadas em Mato Grosso – que serviram para concretizar a base real da ideologia “celeiro do mundo”, construída a muitas “mãos” e instituições.³⁶

36 Parte deste capital financeiro internacional disponibilizado à América Latina por meio de empréstimos era resultado de uma nova ordem mundial que começou em meados da década de 1940 e vai até 1970. O Acordo de Bretton Woods, que estabelecia o ouro como ativo de reserva, além de promover regras para o mercado monetário internacional, também tornou os EUA hegemônico nessa área. A crise do acordo a partir de 1970 (...) foi marcada pela presença dos países em desenvolvimento na absorção de recursos financeiros internacionais com uma oferta aparentemente ilimitada de crédito. Esta ampla liquidez internacional estava relacionada a dois fatores básicos: num primeiro momento, com o choque do petróleo em 1973,2 houve uma transferência de recursos aos países exportadores de petróleo, que transformavam seus superávits em eurodepósitos, reciclados pelo sistema financeiro internacional - os chamados petrodólares. Simultaneamente, ocorreu uma profunda crise de oferta no Primeiro Mundo, a partir da qual se iniciou todo um processo de reestruturação produtiva. As políticas econômicas nesta fase caracterizaram-se pelo chamado stop and go, que visava restringir a demanda para viabilizar o equacionamento externo, conter as pressões inflacionárias e manter o processo de reestruturação. Neste contexto tinha-se uma restrita demanda crédito nos países desenvolvidos, o que explica o excesso de liquidez internacional e, conseqüentemente, a oferta "ilimitada" de recursos para os países em desenvolvimento, em especial para aqueles com projetos de investimento e com preocupações de aumentar a capacidade de exportação - geração de divisas.”. (BAER, 2003, p. 86-87)

O milagre econômico promoveu situações interessantes, parte dos valores emprestados nem saiu dos bancos, (...) o endividamento era tão desnecessário que, de cada dez dólares emprestados, sete nunca saíram dos cofres dos bancos credores, esterilizados como reservas (...) fenômeno recorrente em toda América Latina dominada por monetaristas.” (BRANFORD, 1987, p. 150). Em virtude da relação estabelecida entre o nível de reserva e a taxa de juro, o Brasil era o reservatório da América Latina dos eurodólares que estavam com excesso de liquidez no mercado.

Toda essa explicação serve para afirmar o argumento de que a ocupação da Amazônia e de Mato Grosso, intensificada a partir da instituição da ditadura militar, ia ao encontro de todas as necessidades apontadas pelos países hegemônicos. Pois: ampliava a fronteira agrícola para fornecimento de matéria-prima, mercado de consumo aos produtos industrializados, mercado para o capital financeiro das grandes corporações, ampliação da participação das empresas estrangeiras no mercado interno e, por fim, promovia a quase aniquilação das revoltas sociais no nordeste e no sul por reformas agrárias, seja sufocando os movimentos de lutas ou incentivando a vinda desses trabalhadores, pequenos proprietários, posseiros para as terras “fartas” e “férteis” da região.

Todas essas ações foram amplamente financiadas por empréstimos em quase todos os governos. Os empréstimos também serviram como mecanismo de alívio no caixa, para pagamento de empreiteiras, pagamento de salários dos servidores públicos e até despesas de custeio. Em 1977, quando houve a divisão de Mato Grosso e criou-se o estado de Mato Grosso do Sul, os efeitos da dependência do processo de financialização do capital e do capitalismo central foram sentidos. A divisão do estado não foi um processo de consenso. Garcia Neto escreveu ao Presidente Ernesto Geisel, em abril de 1977, argumentando sobre os enfrentamentos que viriam a partir da divisão: “(...) dividir Mato Grosso seria, a meu ver, transformar um Estado financeiro e administrativamente consolidado em duas unidades inviáveis (...)” (MATO GROSSO, 1979, p. 11).

As argumentações de Garcia Neto não surtiram efeito e a divisão ocorreu. No corpo da lei é definida que uma Comissão deveria ser criada após a divisão, para propor Programas de apoio ao desenvolvimento dos dois estados. Essa comissão³⁷ só foi instituída seis meses depois. Em virtude do tempo escasso, a Comissão decidiu optar em analisar primeiramente a situação orçamentária dos dois estados e identificar a situação fiscal de cada um. O estudo apontou, numa projeção para 1979, déficit para o estado de Mato Grosso e superávit para o

³⁷ Por meio do Decreto nº 81.601 de 25 de abril.

orçamento de Mato Grosso do Sul. É criado, então, o Programa Especial do estado de Mato Grosso – PROMAT, com a missão de dotar o estado com as condições básicas de infraestrutura econômica e social, que se desdobrou nos subprogramas: Transporte; Desenvolvimento Urbano; Saneamento; Desenvolvimento Industrial; Desenvolvimento Rural; Educação; Saúde e Despesa com Custeio.

Grande parte desse déficit refere-se às questões ligadas aos compromissos de pagamentos dos empréstimos internos e externos. As soluções passam pelo Governo Federal contraindo novos empréstimos e repassando para o estado com a finalidade de redução da dívida oriunda das obras rodoviárias. O documento cita, inclusive, a empresa que deveria receber o recurso: Andrade Gutierrez.

O estado começa sentir o efeito do endividamento externo, entretanto, a ação proposta é “intensificar a sua atuação na agropecuária brasileira, em geral, e da Amazônia, em especial, para produzir divisas.” (IANNI, 1979, p. 236). Era preciso transformar Mato Grosso em “celeiro do mundo”, não para produzir alimento para o mundo, mas para que houvesse geração de divisas a partir da exportação dos produtos agropecuários. A construção da ideologia não é algo solto no contexto social e territorial. O esforço do Estado em criar uma justificativa ideológica tem como intenção o equilíbrio da balança comercial. O movimento era de integrar para não entregar, produzir para exportar, gerar divisas e pagar a dívida - ou seus juros, já que a dívida era considerada impagável -, continuar a emprestar, aumentar o endividamento e, conseqüentemente, a dependência ao capital financeiro. Um moinho que mói não só um sistema produtivo arcaico, colonial, primário, mas todo um território povoado por indígenas, comunidades tradicionais, sua fauna e flora.

O “milagre econômico” da década anterior veio cobrar suas dívidas. O estado de Mato Grosso apresentou em seus aspectos econômicos e financeiros: déficit público em torno de 1,8 bilhão de Cruzeiros, amortização dos empréstimos externos na importância de 500 milhões de cruzeiros, atraso de três meses dos salários dos servidores públicos, entre outras situações. Foram inúmeros esforços por parte da equipe técnica do estado em busca de soluções junto ao Governo Federal, porém “(...) foram minuciosos trabalhos com resultados mínimos e morosos” (MATO GROSSO, 1985, p. 22). Morosidade que elevava ainda mais os débitos do estado em virtude do aumento dos custos das obras de infraestrutura, por exemplo. Esse cenário negativo do estado reflete nas ações desenvolvidas pelas áreas, pouca atividade estruturante. Um exemplo é o da CODEMAT que, nos anos anteriores, realizou dezenas de atividades e neste relatório estão registradas cinco atividades que, em maioria, são de

assessoria ou assistência técnica. Há uma redução das políticas executadas pelo estado em virtude do seu comprometimento fiscal.

Segundo Oliveira (1998, p.167), a dívida externa é para o capitalismo monopolista a consolidação da relação de dependência dos países periféricos. Promove um novo modo de acumulação do capital, financiando no território a expansão do capital produtivo das multinacionais, trata-se da “(...) extraterritorialização dos mecanismos financeiros da acumulação do capital.”.

O programa federal mais citado nos documentos analisados é o POLONOROESTE. No âmbito desse programa, foram executadas ações nas áreas da assistência técnica e extensão rural, pesquisa agropecuária, abastecimento de insumos e mudas, armazenamento, estradas municipais, educação, abastecimento de água na zona rural, saúde e saneamento, fiscalização integrada, monitoramento ambiental.

No setor do transporte, assim como na pasta da agricultura, temos menção ao POLONOROESTE II. Na agricultura, há elaboração do novo Código de Terras de Mato Grosso e a participação na elaboração da proposta do PRODEAGRO-POLONOROESTE II – Projeto de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso.

A parte da Colonização e da Regularização Fundiária foi duramente penalizada pelas mudanças na esfera federal. O estado buscou apoiar as colônias, acompanhando melhoria na infraestrutura, o assentamento nas agrovilas e crédito especial para reforma agrária. Novamente, os empréstimos são utilizados pelo governo como financiador das políticas públicas. A SEPLAN realizou atividades relacionadas à renegociação das dívidas do estado e, ao mesmo tempo, buscou operações de crédito em moeda estrangeira e importação de equipamentos.

Os empréstimos com a Caixa Econômica Federal tinham como objetivo o financiamento de obras públicas, desde duplicação da Avenida Miguel Sutil em Cuiabá e bairros até construção de unidades escolares, 02 hospitais regionais, aquisição de helicóptero, Programa Rodoviário (PROTERRA) – Escoamento de Safras.

O governo³⁸ até conseguiu regularizar os salários, temporariamente, e fez menção do impacto do pagamento dos encargos da dívida interna que somavam 20% do que era arrecadado, porém concluiu seu mandato com três meses de atraso de salários, mais décimo terceiro do funcionalismo público estadual.

³⁸ Carlos Bezerra, de 15 de março de 1987 a 2 de abril de 1990, o governador que vive a redemocratização do Brasil.

Na maioria das mensagens enviadas à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, há a descrição da realização de empréstimos para financiar ou o déficit público ou políticas públicas. A partir da década de 70, a dívida pública cresce exponencialmente³⁹ nos países capitalistas. Esse crescimento é explicado pelo aumento dos empréstimos externos e acompanha m movimento internacional:

Neste sentido, a economia brasileira, ao elevar seus níveis de endividamento externo, nada mais fez do que acompanhar um movimento geral que envolveu diferentes economias "em desenvolvimento" num momento em que o euromercado buscava novos clientes fora dos EUA e Europa. Por outras palavras, a economia brasileira foi "capturada", juntamente com várias outras economias, num movimento geral do capital financeiro internacional em busca de oportunidades de valorização. (Cruz, 1984, p. 12)

Em conjunto com a disponibilidade de recursos externos, havia a conjuntura econômica interna que levava a busca dos empréstimos para dar fôlego ao ciclo expansivo da economia, tanto do setor privado quanto público.

A partir de 1974, o cenário internacional começa a sentir os efeitos da crise, principalmente pelo aumento no preço do petróleo que chega a quadruplicar. Entretanto, internamente, o Brasil ainda consegue manter um bom índice de crescimento econômico. Esse cenário vai se agravando em virtude do custo da dívida externa associada: "(...) a uma conjuntura internacional extremamente adversa que rebate tanto pelo lado do comércio de mercadorias e dos serviços produtivos como pelo lado do custo da dívida que começa a operar como auto alimentador dos desequilíbrios globais do setor externo.". (CRUZ, 1984, P. 16).

Em 1977, apesar desse cenário, ainda havia disponibilidade de recursos internacionais a serem emprestados. A política econômica brasileira aceitou o acesso ao crédito ao estimular as empresas públicas, principalmente, por restringir o seu financiamento com recursos próprios, a buscar junto aos bancos internacionais maciços recursos para financiamento dos grandes projetos públicos. Além de estabelecer mecanismos de proteção cambial. (CRUZ, 1984).

Até um determinado período, o endividamento era, em grande medida, do setor privado realizado no sistema financeiro internacional "(...) basicamente por empresas privadas

³⁹ "A partir do golpe de 1964, a penetração do capital externo na economia brasileira aumentou exponencialmente. Tendo como referência o valor do dólar em dezembro de 1985, pesquisa do Banco Central mostra que o volume total de investimentos e reinvestimentos estrangeiros na economia brasileira salto de 956 milhões de dólares no período 1951-1960 para 2,12 bilhões na década seguinte (1961-1970), 12,3 bilhões entre 1971-1979 e nada menos que 9,49 bilhões apenas entre 1980 e 1984 (Banco Central do Brasil, 1985). (MACIEL, 2014, p. 68)

e, no que toca às captações diretas, por filiais de empresas internacionais em operação na indústria de transformação e, também, por grandes empresas privadas de capital nacional.” (CRUZ, 1984, p. 197). As empresas eram de todos os ramos, indústria, comércio, construção civil, serviços. Esse “entusiasmo” segue mesmo com a crise internacional, o Estado avançou com a teoria desenvolvimentista, a partir do programa de substituição de importações, no qual o desenvolvimento da industrial nacional possibilitaria a não mais dependência do mercado industrial externo.

Mas, a crise começa a produzir uma redução das buscas por empréstimos externos por parte das grandes empresas privadas nacionais, principalmente as do setor que produziam bens de capitais. Estas eram atendidas pelo crédito subsidiado do BNDE, temos, nesse período, o início do processo de estatização da dívida externa brasileira. O II PND utiliza-se de empréstimos externos para a execução dos programas que atenderam a ocupação da Amazônia e de Mato Grosso, isso porque havia orientação de que os recursos internos para empréstimos deveriam ser disponibilizados ao setor privado. Assim, diante de tantos caminhos adotados pelo governo brasileiro, o trato da dívida pública sempre foi para buscar o equilíbrio das contas financeiras, financiar as empresas estatais para execução dos grandes programas, recomposição da reserva cambial, equilíbrio no fechamento do balanço de pagamento. Entretanto, segundo Cruz (1984, p. 210-211):

Chegava-se, assim, ao final de um processo onde, em meio a contradições cada vez mais aguçadas, esgotavam-se os vários expedientes de curto prazo acionados pelas autoridades visando induzir crescentes tomadas de recursos externos, agora não mais numa conjuntura de desaceleração do crescimento, mas num quadro abertamente recessivo. Em última instância, era a própria política recessiva, acordada entre os credores internacionais e as autoridades econômicas como a política adequada para fazer frente aos desajustes do balanço de pagamentos, que determinava formas externas ao processo de “estatização” da dívida externa brasileira.

Essa priorização no pagamento dos juros da dívida se estende do governo ditatorial ao democrático. Assim como os militares, os governos civis buscaram sempre políticas que contribuíssem para o pagamento da dívida. No governo de Fernando Henrique Cardoso, além dos juros altos estabelecidos pelo governo e as metas do superávit primário, houve a instituição da Desvinculação de Recursos da União, a DRU, e também a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000 que trouxe uma austeridade com objetivo de atender ao pagamento dos juros e amortizações da dívida.

Em Mato Grosso, é o homem das “Diretas Já” que assume o governo, Dante de Oliveira. Em 1995, recebe o governo estadual com uma dívida pública que equivalia a 3,4

vezes a receita própria ou para cada real arrecadado o Estado devia três reais e quarenta centavos. Mato Grosso ocupava a terceira colocação dos estados mais endividados do país, consequência de todo processo já analisado anteriormente, ficando em segundo e primeiro lugar, Goiás e Mato Grosso do Sul. (ALBANO, 2001). Não coincidentemente, estados com a economia basicamente voltada ao agronegócio.

Em 1997, é publicada a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, que estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

Inicia junto ao Governo Federal a renegociação da dívida pública, a proposta do governo era que o comprometimento sobre a receita Corrente Líquida fosse de 10%, entretanto, a Secretaria de Tesouro Nacional, argumentando o tamanho da dívida, propõe ou impõe 15%, ficando alguns contratos fora da renegociação em virtude de cláusulas impeditivas.

Em julho de 1997, o estado de Mato Grosso assina o contrato de refinanciamento da sua dívida pública, após meses de trabalho, segundo o então secretário de Fazenda, após a confirmação dos contratos, “(...) aí, surgia a necessidade de verificar o contrato original, fazer pesquisa para saber que dívida era aquela e, no fim, acabava sempre se confirmando: a dívida existia. Isso é que era triste.” (ALBANO, 2001, p. 81)

A assinatura do contrato de refinanciamento, alongado para 30 anos o prazo de pagamento, com juros de 6% ao ano e mais variação do IGP-DI, ocorreu em 11 de julho de 1997. Nele foram inseridas todas as dívidas, consolidando o pagamento em 22% da nossa receita, sendo 15% da Receita Corrente Líquida para dívidas refinanciadas e 7% para outros débitos, incluindo tributos federais. (ALBANO, 2001, p. 82).

O governo Dante de Oliveira apostava que, ao garantir condições para agroindustrialização, conseguiria desencadear um movimento convergente para o desenvolvimento do estado. Nos próximos capítulos poderemos compreender quem foram de fato os ganhadores dessa aposta.

Uma ação que impactou em todo o governo foi a realização da Reforma Administrativa ou a contrarreforma aos moldes do que defendia Bresser Pereira no Governo Federal. Com a implementação do Projeto de Modernização Administrativa e Gestão Pública do Estado de Mato Grosso⁴⁰, ficou autorizado a adesão ao Programa de Apoio à

⁴⁰ Por meio da Lei Estadual n. 6.695, de 19 de dezembro de 1995 e do Decreto n. 752, de 12 de janeiro de 1996, que regulamentou a referida lei.

Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados (PNAFE). O Programa seria a terceira e última oportunidade das unidades federativas renegociarem com a União. Compreendia “[...] medidas de ajuste fiscal e saneamento financeiro, bem como linhas de crédito condicionadas a essas medidas”. (BRASIL, 1995, p. 2).

É interessante observar que, em 1995, o governo federal tinha apenas elaborado o seu Plano de Reforma que só se concretizaria a partir de 1998. Já para os estados, o processo se deu de maneira mais rápida. Em 1995, o estado de Mato Grosso aprovou a lei que autorizava a renegociação das suas dívidas para, assim, cumprir com as medidas exigidas. Em 1996, publicou o Decreto regulamentando como se daria o processo dentro da máquina estatal. A Lei Estadual n. 6.695/95 estabelece metas a serem cumpridas no âmbito da despesa, principalmente com pessoal, privatização de empresas estatais concessão de serviços públicos, entre outras. E na receita, as metas eram de combate à sonegação e evasão fiscais, plena exploração das bases tributárias estaduais, modernização e melhoria dos sistemas de arrecadação e entre outras metas a redução e controle do endividamento estadual. (MATO GROSSO, 1995, p. 1-2). Interessante é que o que segue no corpo da lei é contraditório à meta estabelecida, no Artigo 9º - Mato Grosso ficava autorizado a contrair os empréstimos necessários à quitação, principalmente, dos débitos pendentes com a folha de pagamento dos servidores.

Para as privatizações e concessões, a reforma esbarrou num problema: a baixíssima liquidez dos ativos dessas instituições, ou seja, não havia recursos financeiros suficientes para quitar as dívidas que surgirão a partir dessas ações. Assim, foi preciso contrair mais empréstimos para, primeiramente, capitalizá-las e, depois, realizar suas liquidações. Isso parecia contraditório, já que o discurso defendia a necessidade das privatizações, extinções ou concessão das empresas estatais e banco estatal (TELEMAT, CEMAT e BEMAT, SANEMAT) para organizar as finanças estaduais (ARAÚJO, 2005).

Portanto, o governo Dante de Oliveira segue os moldes das políticas realizadas anteriormente pelos outros governadores. Temos uma ampliação do imperialismo, pois a privatização e concessão de serviços públicos atendem ao aumento da participação do capital para dentro dos serviços públicos, inclusive com a mudança conceitual do que era função exclusiva do Estado e das ações que poderiam ser feitas pela iniciativa privada, conforme Plano da Reforma elaborado por Bresser Pereira.

As dívidas, em sua maioria, são renegociações, mas, pela leitura dos documentos, não é possível identificar o destino específico dos valores.

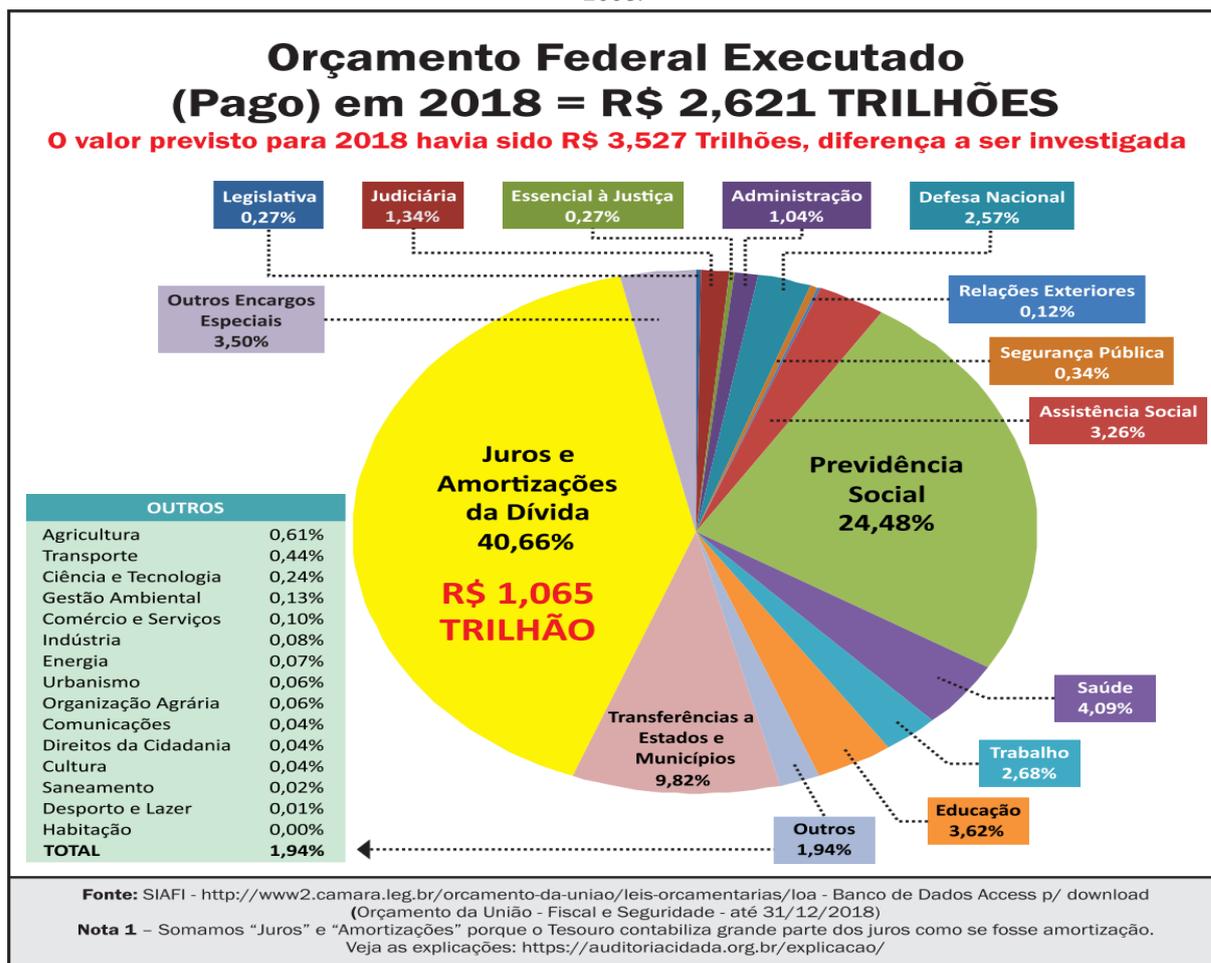
Relacionando as datas e algumas informações é possível observar nas Mensagens à Assembleia e nos Relatórios de Avaliação alguma aproximação, porém, sem a certeza da origem da despesa e da ação estatal.

Essa imprecisão no acompanhamento da origem da dívida, especificamente para que ela foi feita e nos diversos contratos de renegociação posteriores dificulta uma análise mais completa, o que remete à fragilidade dos processos dentro do aparato institucional e ideológico.

Para Oliveira (1988), a dívida pública é um importante mecanismo de transferência dos recursos públicos para privado. No orçamento executado de 2018, a União destinou aproximadamente 41% do orçamento público para pagamento dos juros e amortização da dívida (gráfico 1).

A reportagem do Jornal Folha de São Paulo expôs a gravidade da dívida pública no Brasil: “(...) Dívida pública do país já deve ter superado os R\$ 400 bilhões; renda per capita fica menor após a crise. Brasileiro já nasce devendo R\$ 2.320,00” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1999, p. 1), A reportagem cria consciência coletiva que todos somos responsáveis pela dívida pública.

Gráfico 01 – Percentual do valor pago por Função Orçamento Federal 2008.



No orçamento federal de 2018, a União destinou ao pagamento de Juros e Amortizações da Dívida aproximadamente quarenta por cento do orçamento, a segunda maior alocação trata-se das despesas referentes a Previdência Social, o que corresponde quase a metade do que é pago à dívida pública. Isso significa que nenhuma outra despesa, mesmo se somados conseguem ser tão impactantes na direção dos gastos público quanto a dívida. E de como pesa para as demais políticas, como saúde, educação, habitação, cultura, esporte receber a devida prioridade na destinação de recursos que garanta a sua efetividade.

Como vimos neste capítulo, o fundo público tem papel importantíssimo para acumulação produtiva do capital. Se nos países capitalistas centrais ele também foi utilizado

para a formação do Estado de Bem-Estar Social, por aqui em terra Parecis isso não ocorreu, “(...) dominado pelo patrimonialismo, com o fundo público canalizando recursos, no passado, para acumulação do capital industrial e, no presente com o predomínio dos interesses do capital financeiro.” (SALVADOR, 2010, p. 388).

Ainda que o financiamento das políticas sociais no Brasil para a formação de uma rede de proteção social seja incipiente, não podemos deixar de mencionar que há uma disputa pelo orçamento público, tanto na sua origem, na forma como o Estado tributa seus cidadãos e o setor produtivo quanto na destinação destes recursos recolhidos da sociedade. Essa retirada do excedente que a sociedade produz não é homogênea ou equitativa, o sistema tributário brasileiro é extremamente regressivo, ao ter como principal base de incidência os tributos sobre o consumo de bens e serviços, muito pouco sobre a renda e quase nulo sobre o patrimônio. Assim, o Estado retira de forma igual de uma base totalmente desigual, num país onde a condição salarial é baixíssima. Esse cenário se agrava a partir do neoliberalismo e dos governos que seguiram a cartilha do Consenso de Washington.

Veremos no próximo capítulo como essa nova ordem mundial ditou as regras no Brasil e em especial em Mato Grosso, no que tange à fundação de municípios que compartilharam por muito tempo uma gestão híbrida - Sapezal, por exemplo, fundada por uma colonizadora que dirigiu o município em conjunto com a prefeitura, inclusive na questão fundiária urbana, legitimada pelos ideários neoliberais. A articulação de uma fração da classe hegemônica, que como vimos anteriormente, sempre esteve no Estado, se transforma a ponto de garantir uma representação direta dos interesses do setor dentro do Executivo. Será o governador do estado, uma persona que materializa inicialmente a fração do agronegócio e, posteriormente, a classe econômica do estado, já que a política de renúncia tributária é possível de ser pleiteada pela maioria dos segmentos econômicos do estado e de outros.

3. DA BURGUESIA DO AGRONEGÓCIO AO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Nesta seção o objetivo é analisar o caminho percorrido por um representante do setor do agronegócio no cargo de governador do estado de Mato Grosso. A partir das análises iniciais, vimos a necessidade de estudar a criação do município de Sapezal. A cidade foi fundada por André Maggi, pai de Blairo Maggi, materializando as ideias do neoliberalismo no cerrado mato-grossense. Também analisaremos nesta seção os doadores da última campanha de Dante de Oliveira, da eleição e da reeleição de Blairo Maggi.

Parte da trajetória da família Maggi ocorreu no município de Sapezal, desde a sua fundação até o momento atual. Desse modo, fez-se necessário ir até o município e realizar entrevistas junto aos moradores, gestores e trabalhadores. Foram entrevistados dois servidores municipais, um trabalhador representante dos trabalhadores assalariado rural e uma trabalhadora terceirizada. O objetivo era compreender como esses sujeitos percebem a participação do Estado, por meio das políticas públicas, no desenvolvimento da cidade. Outra fonte para analisarmos o processo de eleição no primeiro mandato de Blairo Maggi foram os vídeos relacionados aos debates eleitorais. Buscamos esse material nas emissoras TV Centro América e TV Gazeta, entretanto, em ambas, não foi possível acessar o material - seja porque a emissora não os tinha mais ou pela manutenção de privacidade dos então candidatos.

Demonstramos nas seções anteriores que o aparato estatal foi amplamente utilizado para atender as necessidades de uma agricultura que passava por transformações que alteraram o que era denominado complexo industrial para um novo conceito, o de agronegócio. Essa transformação foi apoiada pelo Estado, capital nacional e internacional.

O chamado complexo industrial, atualmente denominado de agronegócio, foi alavancado por um conjunto de medidas estatais que possibilitaram a abertura de linhas de créditos especiais para o setor, o que aprofundou a predominância do capital financeiro na agricultura. (MENDONÇA, 2018, p. 21).

O acesso ao pacote tecnológico se dava por meio de equipamentos e insumos fornecidos pelo setor industrial a um custo elevado, o que gerava maior dependência de crédito, além da dependência do mercado externo, priorizado como destino dos produtos do agronegócio.

Em sua biografia, André Maggi relata como ocorria a relação do grupo junto ao setor financeiro:

Nos anos 1980, Maggi também recorria aos bancos para impulsionar seus negócios e, praticamente todos os dias em que estava na área urbana, fosse no Paraná ou em Mato Grosso, fazia uma peregrinação às agências bancárias com a finalidade de negociar novos prazos para débitos antigos ou de contrair novos empréstimos. Com isso, acabou ficando amigo de vários gerentes e funcionários de banco, entre eles, Anísio Rezende de Souza, que conheceu quando este gerenciava a agência do Banco do Brasil, em Foz do Iguaçu. André e Anísio construíram uma amizade que durou mais de 30 anos a partir de uma simpatia recíproca, que nasceu no primeiro contato entre o agricultor destemido, simples e direto, e o gerente do BB. (BAPTISTA, 2018, p. 148-149).

A partir do trecho da biografia de André Maggi, podemos entender como as relações de negócios eram atravessadas por relações pessoais.

O termo “agronegócio” deriva do termo “agribusiness”, utilizado pela primeira vez em 1955 por John H. Davis, da Universidade de Harvard e, depois, amplamente utilizado por dois estudiosos, John Davis e Ray Goldberg, a partir do estudo “A concept of Agribusiness”, publicado em 1957. (MENDONÇA, 2018).

Nesta nova forma de atuar da agricultura, não mais uma agricultura de subsistência e familiar, mas mercadológica e industrial, entendia-se, desde o início, que ao Estado cabia boa parte da responsabilidade de subsidiar o setor. A justificativa para isso era de que o agronegócio contribuiria para a paz e segurança ao proporcionar, por exemplo, maior acesso ao alimento. (MENDONÇA, 2018). Um exemplo de subsídio é a venda de terras devolutas, que contribuía para a formação de latifúndios e impedia um movimento natural de reforma agrária que aconteceria com a vinda de imigrantes. Além disso, houve a concessão de subsídios fiscais, como a renúncia tributária coordenada pela SUDAM, crédito para o custeio das safras e para aquisição de equipamentos, além das políticas estaduais e das grandes obras viárias, de telecomunicação, energia e estruturação das cidades com escola, hospital, etc. Boa parte destes investimentos ocorreu por meio de empréstimos nacionais e internacionais, promovendo um endividamento do Estado, o que ainda, nos dias atuais, impacta o financiamento das políticas públicas.

Esse processo vinha no bojo de outro, a revolução verde.

A revolução verde se constituiu como estratégia de internacionalização do modelo de agronegócio, que abrange a mecanização das fazendas e a intensificação do uso de agrotóxicos, além da liberalização comercial patrocinada pelo Estado. As pesquisas que deram origem a pesticidas e máquinas agrícolas foram iniciadas durante a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de produzir armas químicas e tanques de guerra. (MENDONÇA, 2018, p. 82)

Grandes organizações, como a Ford e Rockefeller, Banco Mundial, entre outros, disseminaram no mundo a ideia de que a agricultura praticada pelos países da América Latina e outros, considerados subdesenvolvidos necessitavam passar por uma revolução, uma modernização. Na teoria, essa modernização provocaria um aumento na produção de alimentos e, conseqüentemente, promoveria a paz. Essas instituições adentraram-se nos países e mudaram a forma de pensar e agir, principalmente da agricultura familiar. O resultado foi um avanço da monocultura que trazia benefícios ao setor de sementes, defensivos e equipamentos e não a produção de alimentos, como defendia-se na ideologia que justificava o financiamento estatal.

A opção governamental de priorizar o financiamento da grande exploração agrícola ignora estudos que comprovam maior produtividade da pequena agricultura, levando em consideração sua menor dependência econômica de insumos industriais e custos mais baixos de distribuição em mercados locais. (...) Faria mais sentido admitir que todo o esquema de construção do agronegócio, ou do “pacote” tecnológico conhecido como *revolução verde*, faz parte de um programa político para subvencionar grandes empresas que passam a atuar na agricultura, principalmente a partir da crise de superacumulação de capital no período pós-guerra. (MENDONÇA, 2018 p. 87)

Esse processo estava inserido no capitalismo monopolista. Para dar conta da “maior transferência de mais-valia social para o setor privado através do aparato estatal, como no caso das privatizações de setores estratégicos da economia brasileira” (MENDONÇA, 2018, p. 187), teremos a implantação de políticas neoliberais em vários setores da economia, inclusive no setor do agronegócio.

Somadas essas reflexões à pesquisa de campo, foi perceptível nas entrevistas, nos documentos analisados, relatórios de órgãos ligados ao planejamento, orçamento, fazendário e de regularização fundiária, que o Estado deu abertura para várias inserções da iniciativa privada. Esse movimento ocorreu tanto no setor público diretamente, como também com a assunção de responsabilidades que até então pertenciam ao Estado, por exemplo, a ocupação do território amazônico. Tudo isso a partir de uma articulação e ação conjunta do setor produtivo dentro e fora do Estado.

Nesse sentido, a trajetória da família Maggi contribui para a compreensão de três pilares da pesquisa: o primeiro diz respeito à figura símbolo do empresariado de Mato Grosso, o segundo, sobre a relação economia e política e, o terceiro, a ação direta de Blairo Maggi como governador, especificamente em relação à legislação voltada ao desenvolvimento do estado. No primeiro pilar, temos a figura concreta, Blairo Maggi, que representa esses grandes empresários constituídos a partir do processo de colonização de Mato Grosso, e como eles

foram atendidos pelo Estado. No segundo, podemos entender que a divisão ou a ruptura entre a economia e a política é fictícia. Constrói-se a ideia de que não há relação entre os acontecimentos econômicos e políticos, o que possibilita, entre outras questões, a naturalização da pobreza e da riqueza - o mercado seria um agente neutro socialmente e “(...) responsável por distribuir a riqueza através de critérios puramente técnicos, em função das diferenças em matéria de esforço, talento e capacidades dos indivíduos” (OSORIO, 2015, p. 11). E, por fim, observamos que ao ter sido eleito governador do estado, Blairo Maggi determinou a elaboração do Projeto de Lei - que se transformou na Lei 7.958 de 2003 -, que define o Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso com seus Programas e Incentivos Fiscais, uma legislação que favorece o setor do agronegócio.

A seção está estruturada em dois tópicos: no primeiro, buscamos compreender, a partir da ida até o município de Sapezal e das entrevistas, a percepção das pessoas sobre a influência das políticas públicas na criação e desenvolvimento do município. Os relatos trouxeram outras categorias de análise que não haviam sido consideradas anteriormente, como a questão do trabalho, além do que já esperávamos, como o tema do agronegócio. Houve a necessidade de, ainda que de forma breve, abordar a questão indígena, já que a região apresenta a particularidade da convivência harmônica entre os índios e não índios - quais as possíveis explicações para esta exceção à regra?

No segundo tópico, analisamos o percurso realizado por Blairo Maggi no grupo André Maggi e o processo que culminou na sua eleição em 2002 e reeleição em 2006. Nesse ponto, buscamos identificar e localizar geograficamente os doadores das suas duas campanhas.

3.1 SAPEZAL, UMA ILHA CERCADA PELO AGRONEGÓCIO

Ao visualizar a imagem aérea da cidade de Sapezal, exposta na Câmara Legislativa, a percepção da cidade como uma ilha foi imediata.

Figura 5. Sapezal, imagem aérea.



Fonte: Retirada na Câmara Municipal de Sapezal em 24 de julho de 2019.

A delimitação do território pelas fazendas e pelo rio ao mesmo tempo em que materializa a história de sua criação, planejada pelos representantes do agronegócio, também traz a percepção de que o mesmo agronegócio restringe o seu crescimento, a sua evolução, algo que apareceu em algumas entrevistas:

(..)se vier indústria grande e a mão de obra que tem aqui, os grandes latifundiários do agronegócio, eles vão perder ela, se você tá aqui na cidade você não vai querer trabalhar pelo salário da zona rural então a indústria vai pagar salário x, o trabalhador rural não vai querer, aí ele perde essa mão de obra barata. É de certa forma assim, não vou dizer cartel, mas é um combinado, parecido com cartel, de pagar o mesmo salário para o trabalhador braçal, serviços gerais, o administrador de empresa, o agrônomo, e assim por diante. Então, isso é grave, já perdemos indústria grande aqui, por exemplo, aquela indústria do Etanol que está lá em Sinop, hoje era para ser aqui, por que não foi? Porque faltou apoio do gestor, as autoridades constituídas criam um certo obstáculo, você pode ver aqui, não tem uma indústria de grande porte aqui, nem médio, pequeno, algumas de serviços, mas indústria, indústria mesmo não tem. (JJ – servidor municipal em 24 de julho de 2019).

(...) Eu acredito que tem que ser discutido com a sociedade hoje de Sapezal é essa situação de emprego, igual você falou, nós temos, Sapezal sobrevive só da

agricultura, Sapezal precisa buscar o diferente, (...) principalmente nessa área de emprego pra mulher. Você já imaginou se tira a agricultura, agricultura depende da natureza, você já imaginou dá uns três anos, falta chuva, a cidade, o poder público já deveria já discutir esse assunto e buscar algo que venha gerar renda para o município de outra forma sem depender do agronegócio. (A. trabalhador assalariado rural, em 25 de julho de 2019.)

Ambos entrevistados deixam claro que o agronegócio aparece como limitador do desenvolvimento do município. Indicam que parece haver um acordo informal entre as empresas do agronegócio para a não vinda das indústrias. Uma das possíveis causas para isso seria a concorrência direta pela mão de obra, onde as indústrias pagariam melhores salários, o que reduziria o número de trabalhadores dispostos a trabalhar nas fazendas. Ainda, apontam a necessidade de não haver uma dependência tão grande em relação ao agronegócio, buscando outras atividades econômicas viáveis ao município e principalmente aos trabalhadores e munícipes de Sapezal.

A atual preocupação com a concentração ou dependência do município em relação ao agronegócio é um contraste com o momento da fundação do município, quando a agricultura em terras planas, férteis e baratas atuou como mola propulsora para o Sr. André Maggi, os que vieram com eles e os que já estavam no território para transformar aquele espaço num centro produtor agrícola e posteriormente numa cidade. O início do processo de formação do município de Sapezal nasce do desejo do Sr. André de ter uma grande fazenda, além das que já possuía. O relato da Sra. Lucia Maggi (esposa de André e mãe de Blairo Maggi) detalha:

Apesar de procurar constante, o André não conseguiu a área do tamanho que ele queria, mas mesmo assim o Blairo e o Itamar conseguiram encontrar uma bela área, mas num lugar que não tinha cidade, não tinha nada. Os dois ficaram encantados com a terra, e quando levaram o André para conhecer o lugar, ele também se apaixonou. Então, para comprarem esta fazenda, eles criaram a Empresa Agropecuária Maggi. Primeiro, foi comprado um pedaço menor e depois a empresa foi crescendo, e *Blairo e o Itamar foram comprando as propriedades vizinhas*, que hoje é a Fazenda Tucunaré, com 57 mil hectares, em Sapezal. (Grifo nosso) (BUSTAMENTE, 2008, p. 177)

A compra de outras terras, dos colonos que já estavam no local, foi a forma encontrada pela família para constituir uma fazenda hoje com aproximadamente sessenta mil hectares; a intensão de ter um grande latifúndio é clara desde o início. As terras já possuíam proprietários, pequenos colonos com mais ou menos dois mil hectares cada e que são descritas como pessoas desprovidas de condições materiais e de conhecimento para plantar naquele tipo de solo.

Era tipo dividido, era tipo colônias, dois mil hectares, dois mil hectares, aí os empresários foram chegando, os sulistas foram chegando e foram comprando, e aquela povo, não tinha prática, não tinha essa nova tecnologia como os sulistas já trouxe isso do Rio Grande do Sul e Santa Catarina foi se aplicando em Sapezal, o que aconteceu que virou isso, pólo agrícola do estado de Mato Grosso. (M., político, em 24 de julho de 2019).

Eram terras com proprietários, mas poucas terras exploradas eram terras que estava com preço bastante atrativo na época, aquela região Rondonópolis, Itiquira produzia bastante soja, milho e depois veio o pessoal para cá atrás dessas terras mais baratas, planície melhor que da região sul do estado e nós também viemos em função disso para desenvolver uma cidade mais pensando também no futuro da nossa família, consequentemente nossos filhos. (CM, gestor, em 24 de julho de 2014).

As colonizadoras privadas responsáveis pela venda de terras nesse território não possuíam em seu projeto a construção de um núcleo urbano e não havia ações para o desenvolvimento da agricultura, eles apenas vendiam as terras. Num primeiro momento, com recursos do Estado, incentivos creditícios, eles plantaram arroz e milho, porém as dificuldades eram grandes com a logística para a venda da produção, o que levou muitos a falirem e venderem suas terras para “as grandes empresas que começaram a chegar à Chapada dos Parecis”. (SILVA, 2003, p. 190).

Ao perguntar se esses colonos que venderam a terra haviam permanecido na cidade, a resposta foi que eles migraram para outros lugares. O próprio André Maggi e os que acompanharam até Sapezal já haviam passado pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, “(...) a maioria deles já vieram do Paraná, sulistas de uma geração de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, mas que a maioria deles passou pelo estado do Paraná.” (Entrevista com o Senhor M – político, em 24 de julho de 2019).

A tecnologia a qual o entrevistado se refere faz parte do processo de modernização da agricultura ou da “revolução tecnológica” que os imigrantes do sul e do sudeste já conheciam antes de sua chegada ao território. A fronteira agrícola é “essa modernização significa, entre outras coisas, a introdução maciça de maquinários e produtos químicos de firmas como a Ford, Massey Ferguson, Shell, Ciba-Geigy, Bayer, Dow-Chemical, Agrocere e Cargil.” (SANTOS, 2006, p. 119). Na América Latina, a introdução destes grandes aglomerados industriais se intensifica, a partir da criação da empresa Latin American Agribusiness Development Corporation (LAAD), resultado da junção desses conglomerados e do governo dos Estados Unidos. Para este último, tratava-se de uma estratégia em conjunto com “Aliança

para o Progresso”⁴¹ para deter o avanço do comunismo a partir da revolução cubana. (SANTOS, 2006)

Nesse arranjo, o capital econômico que viabilizou o acesso à modernização agrícola e aquisição de grandes extensões de terra, seja por meio de recursos próprios ou por meio de financiamento público, restringiu o número de empresas agrícolas ou produtores nas terras de Sapezal. Provocou, assim, uma concentração de terra num pequeno grupo de empresários. Ao descrever as mudanças percebidas no decorrer dos 16 anos que mora no município, o servidor municipal entrevistado afirma que as transformações ocorreram na área urbana, mas é na zona rural a mudança mais significativa: “(...) é lamentável dizer isso, mas nós tínhamos cerca de 150 fazendas produtivas, hoje não passa de 30, isso é grave, porque esta havendo uma concentração de renda muito grande.” (Entrevista concedida por JJ. – servidor municipal em 24 de julho de 2019).

Essa percepção sobre a concentração de terra aparece em diversos relatos. A compra das terras ou o arrendamento pelos empresários é visto como subterfúgio, “estão fundidos os pequenos, estão arrendando para os maiores, cidade [em] que não tem a pequena propriedade a distribuição de renda deixa muito a desejar, é o que está acontecendo aqui.” (Entrevista concedida por JJ. – servidor municipal em 24 de julho de 2019).

A ausência de pequenas propriedades e da produção da agricultura familiar tem ação direta no custo para se viver em Sapezal. A maioria dos alimentos vêm de outros municípios ou estados, impactando diretamente e principalmente os trabalhadores da cidade. Nas entrevistas não houve referência aos preços dos gêneros alimentícios, apenas ao alto valor do aluguel.

Ao contrário da maioria dos imigrantes que chegaram a Sapezal, a Família Maggi já chega possuindo capital econômico, cultural e político. Isso porque o senhor André Maggi participou efetivamente da emancipação do distrito Gaúcho para o município São Miguel, no estado do Paraná, e foi o vereador mais votado no primeiro pleito eleitoral do recém-

⁴¹ Programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina formalizado quando os Estados Unidos e 22 outras nações do hemisfério, entre elas o Brasil, assinaram a Carta de Punta del Este em agosto de 1961. Basicamente uma articulação para impedir o avanço do socialismo na América Latina a partir da revolução socialista em Cuba em 1959. De acordo com o documento, os países latino-americanos deveriam traçar planos de desenvolvimento e garantir a maior parte dos custos dos programas, cabendo aos EUA o restante. Ao longo de quase dez anos de funcionamento, a Aliança para o Progresso recebeu inúmeras críticas tanto de especialistas, que atacavam as deficiências de sua estrutura e a irrealidade de suas metas, como de setores liberais e de esquerda da opinião pública latino-americana, que a encaravam como instrumento a serviço dos interesses econômicos e estratégicos dos EUA no hemisfério. A partir de 1970, a análise e coordenação de seus programas passaram à responsabilidade da OEA. (FGV • Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, acessado em 14 de agosto de 2019.).

emancipado município. Nesse período, abre seu primeiro comércio, uma casa de grãos, comprava feijão e vendia em Curitiba. Trazia de Curitiba outros produtos e revendia em São Miguel. O comércio passou de compra e venda de grãos para também secos e molhados (supermercado). (BUSTAMANTE, 2008). Segundo relatos na biografia da Sra. Lucia Borges Maggi (mãe de Blairo Maggi), no Paraná, a família decide expandir seus negócios a partir de 1971, em virtude do alagamento de grande parte das terras do município pelo lago de Itaipu para construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e formação do Parque Nacional do Iguazu. (BUSTAMANTE, 2008). Esse percurso não é feito somente pela família Maggi, nucleada pelo Sr. André, mas também incentiva seus parentes e amigos a se deslocarem para Mato Grosso:

Nós morávamos no São Miguel do Sul, no Paraná, quando seu André veio para Mato Grosso, Itiquira, Rondonópolis e conseqüentemente Sapezal também. A ideia dele era de como os pioneiros que antecederam o André Maggi era de formar uma cidade, tinham suas terras planas, características de agricultura e André Maggi convidou a diversas pessoas, como a nós também e de formar uma cidade, vim para cá, construir um núcleo habitacional e no futuro ter uma cidade que hoje é Sapezal. Isso realmente nos trouxe, gerou uma expectativa muito grande em virtude das terras muito caras no Paraná e a oferta de terras baratas e produtivas em Mato Grosso atraiu muita gente e nos também viemos nessa leva de pessoas que vieram para Mato Grosso. Nós tivemos primeiro em Rondonópolis, Itiquira e depois a convite também de André Maggi, como coloquei no início, de criar uma cidade, viemos juntamente com ele e mais pessoa, para começar o núcleo residencial e depois transformar na cidade que Sapezal é hoje. (C.M., político, em 24 de julho de 2019).

A expansão dos negócios para a Amazônia e Centro Oeste, segundo Silva (2003, p. 64), “estava associada à geografia, visto que, em virtude dos novos desbravamentos, incorporar terras e mão-de-obra ainda era requisito básico para o avanço da frente pioneira capitalista”.

A primeira tentativa do patriarca André Maggi é a aquisição de terras na Amazônia. Há menção, tanto na biografia da Sra. Lucia Borges Maggi quanto no livro de Oliveira (2003), ao fato de André Maggi ter sobrevoado o território de avião para reconhecimento do estado. Adquire duas propriedades, uma em Cumutana (110 mil hectares) e outra (5 mil hectares) em Humaitá. Porém, as terras eram do governo, as escrituras eram falsas e o negócio não avançou. (BUSTAMANTE, 2008). Nas idas e vindas ao Amazonas, conhece o sul de Mato Grosso, especificamente Rondonópolis. Mas, observando a vegetação e considerando suas características, acreditava que o solo não era bom. Entretanto, levou um pouco do solo para análise e o resultado apontou que era possível plantar, mas com correção de calcário. Assim, adquire uma fazenda em Itiquira em 1979 e começa a plantação de soja, corrigindo o

solo e utilizando o mesmo maquinário da propriedade no Paraná. Trabalhavam no Paraná, depois em Mato Grosso.

Mesmo a fazenda sendo em Itiquira, Rondonópolis é a cidade escolhida para a sede da empresa em Mato Grosso, decisão pautada pela infraestrutura que a cidade já possuía. (SILVA, 2003). A aquisição da fazenda mais a construção de um armazém ocorreram por meio de acesso ao crédito - crédito subsidiado, com taxas menores que a inflação -, o que beneficiou principalmente os grandes produtores, a partir do prestígio político do Sr. André Maggi. (SILVA, 2003).

O movimento organizado por André Maggi, que ganhou a adesão da família e de outros empresários do agronegócio, pode ser interpretado à luz de Gramsci (2017, p. 1312):

As ideias e as opiniões não “nascem” espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, houve um grupo de homens ou até mesmo uma individualidade que as elaborou e apresentou na forma política de atualidade.

A ideia difundida pelo patriarca da família foi efetivada, pois, além do poder de liderança do Sr. André Maggi, conforme relatos, ele possuía recursos financeiros para dar segmento no projeto. A ideia, desde o início da chegada a Sapezal, era a formação do município.

(...) Quando nós viemos pra cá, a intenção nossa era de Sapezal ser o que é hoje. É, mais era tudo cerrado, nós, isso foi um trabalho feito pelo empresário André Maggi, como ele era uma pessoa muito assim, inteligente, com muito conhecimento, ele criou uma liderança entre os outros empresários, que tudo que ele pensava em fazer, os empresários tava junto com ele, como a construção de Sapezal. É naquele tempo nos pensava que em 2020 nós já taria aí com dez, doze mil habitantes, nós não pensava que em 2020 nós já taria perto de 30 mil habitantes, que hoje pelos dados do IBGE nos tamo com 24.305. Então, Sapezal tá acima do que a gente pensava, tamo além daquilo que a gente pensava. Na área agrícola, nós somos um dos municípios de Mato Grosso que mais produz, um dos municípios de Mato Grosso com uma grande receita, é, plantamos aí, entre os dois plantios, 600 até 700 mil hectares, é, (pausa). (M., político, em 24 de julho de 2019)

E, quando perguntado se havia outros planos para aquele território, a resposta é categórica: não. Desde o início, a criação do município é certa pelo Sr. André, projeto que foi encampado pelos que vieram com ele e pelos que já estavam na região.

Na verdade Sapezal já nasceu planejada, mas assim, historicamente, o que a gente tem conhecimento, os primeiros colonizadores se instalaram na comunidade Alto Sapezal, ela existe até hoje, tem família que mora lá, mais depois seu André Maggi e comprou as terras pro lado de cá da cidade e seu André Maggi tinha condições financeiras, estruturais de começar a construir a cidade porque a princípio a cidade

ia ser no Alto Sapezal, a ideia inicial, aí seu André Maggi veio com condições começou a construir em cima da terra dele, inclusive a CIDEZAL que hoje é a loteadora é do grupo Maggi. Então, ela já nasceu desenhada, planejada, aí o plano diretor dela só foi expandido dentro de um planejamento que já vinha sido criado lá atrás. (J. servidor municipal, em 24 de julho de 2019).

No momento da formação da zona urbana de Sapezal é criada a empresa Cidezal Agrícola Ltda. - Companhia de Desenvolvimento de Sapezal, que teve a função no grupo de promover a urbanização do futuro município. Sapezal, assim como outros municípios frutos de empresas colonizadoras, foi criado pelo setor privado. (SILVA, 2003).

André Maggi compra uma terra de aproximadamente 2.420 hectares para a construção da cidade, esse processo se inicia a partir de outubro de 1988. A empresa realizou a maioria das obras de infraestrutura da cidade, construção de usina, armazéns, abertura de estradas, construção de pontes, obras nas áreas de telefonia, saneamento, energia elétrica, saúde (construção de um hospital), educação, limpeza pública, etc. (SILVA, 2003). Em 1994 é criado o município pela Lei Estadual nº 6.534, de 19 de setembro de 1994, mas a cidade só ganha autonomia a partir de 1997 com a eleição de André Maggi ao cargo de prefeito.

A cidade de Sapezal passa a enfrentar uma dualidade de gestão, de um lado, a prefeitura, de outro, a Cidezal, que vende à prefeitura e aos moradores vários serviços. Além da gestão, a Cidezal é responsável pela venda e controle dos lotes na área urbana da cidade. (SILVA, 2003). O controle da venda dos terrenos é operacionalizado por um viés de classe, “(...) ao se fundar a cidade, não se previa espaços para os imigrantes desqualificados e descapitalizados.” (SILVA, 2003, p. 200).

Outro exemplo de como o público e o privado se confundiam no município foi a construção do hospital, que ocorreu em virtude de uma redução nos juros fornecidos pelo BNDES para a lavoura de André Maggi, de 6% para 3%. Com a diferença, foi construído o hospital privado. As negociações para esse financiamento ocorreram numa viagem entre Sapezal e Porto Velho - onde estava sendo construído o porto -, em que estavam presentes Blairo Maggi, Antonio Pagot e o diretor Renato Sucupira do BNDES. A proposta apresentada pelo então diretor foi da redução dos juros e, em contrapartida, o grupo André Maggi construiria o hospital. Em entrevista concedida a Silva (2003), André Maggi detalha a negociação:

Com o diferencial de juros daqueles eu ganhei o hospital. Fiz o hospital. Tá o hospital; é meu, é particular. Daí fizemos o hospital. O hospital ficou dois anos

fechado porque o hospital não pode ter ligação com a Prefeitura. Então estava fechado até eu poder comprar os equipamentos. (SILVA,2003, p. 202).

Portanto, o Grupo André Maggi teve como resultado da produção de grãos e algodão daquele ano, uma safra, sua venda, lucro e um hospital, parte destes com recursos públicos. Inicialmente, o Hospital Maternidade Renato Sucupira de Sapezal – MT foi gerido pela Congregação Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo, entretanto as mesmas deixaram de administrar o hospital em novembro de 2018. Então, a administração passou à Fundação Congregação das Irmãs de Santa Marcelina do Brasil, uma instituição de São Paulo. Na visita realizada ao hospital, durante a pesquisa de campo, fui informada que não havia mais ninguém da direção anterior no local, somente o pessoal da administração e do corpo clínico. O hospital é privado, mas mantém um convênio com o SUS por meio da prefeitura.

Figura 6 - Fachada do Hospital.



Fonte: Foto da autora em 24 de julho de 2019.

Vale destacar que o nome do Hospital é do próprio diretor do BNDES da época, Renato Sucupira⁴², responsável pela redução de juros. Apesar de ser privado, o nome do

⁴² De acordo com a pesquisa realizada no Google, o mesmo está vivo e não mais trabalha no banco. Até 2018 ele era presidente da BF Capital. Esta empresa atua nas áreas concessões e parcerias públicas privadas, estruturação de projetos privados e fusões e aquisições. Os setores focos são saneamento, transporte, infraestrutura social, energia, óleo e gás e investimento privado, inclusive tendo participado em 2012 como assessor de leilão da privatização da Empresa de Águas e Esgoto de Cuiabá. Em 2017, a concessão é extinta em virtude do não cumprimento dos compromissos pela empresa e quem assume é a outra empresa privada a Iguá Saneamento “(...) que possui aporte financeiro do Banco Bradesco, Banco Votorantim, BNDESPar e RK Partners Investimentos

hospital faz uma homenagem ao então diretor do BNDES que reduziu os juros do financiamento para o Grupo André Maggi. As relações pessoais de André Maggi podem ser vistas em outros pontos da cidade, a Praça Central do município recebe o nome de sua esposa, Sra. Lucia Borges Maggi. Considerando que a legislação brasileira não permite este tipo de homenagem em bem público a pessoa viva, a estátua que se encontra na Praça é do Sr. André Maggi, conforme fotos abaixo.

Figura 7 - Praça Municipal Dona Lucia Borges Maggi



Fonte: Foto da autora em 24 de julho de 2019.

A praça é mencionada em uma das entrevistas como um local que deixou de ser prioridade para a gestão municipal. Até então, o local era o ponto de encontro da comunidade nos finais de semanas:

(...) você vai ali à Praça que leva o nome da mãe de Blairo Maggi, dona Lucia, tá abandonada praticamente, essa praça, de frente ao colégio, não tem investimento

(RKP). (...) O grupo vem assumindo as operações de saneamento da CAB Ambiental em várias cidades brasileiras. (GAZETA DIGITAL, 14 de julho de 2017).

nenhum na praça, o Cesar que foi prefeito por oito anos que é sobrinho, primo de Blairo Maggi fez muito pouco pela praça. (JJ em 24 de julho de 2019).

Muitos prédios públicos em Sapezal levam o nome dos principais empresários do agronegócio. O prefeito em questão é um dos que participaram da fundação da cidade e alguns prédios públicos levam o nome da sua família:

Figura 8 - Centro Municipal de Educação Infantil em Sapezal



Fonte Foto da autora em 25 de julho de 2019.

Assim como de outros fundadores:

Figura 9 - Escola Municipal de Ensino Infantil em Sapezal



Fonte: Foto da autora em 24 de julho de 2019.

A utilização dos prédios públicos como uma forma de lembrar, manter na memória da população de quem construiu a cidade, os desbravadores podem ser compreendidos a partir da análise de Halbwachs (1990, p. 133) sobre a memória coletiva e o espaço, “todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais (...) cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo (...)”. As referências sobre quem foram os fundadores e o papel de cada um na criação do município de Sapezal aparece em todas as entrevistas, está na memória coletiva deste grupo. Alguns se colocam como membros ativos no processo e outros referenciam com orgulho, respeito pelas suas ações.

Além do crédito mencionado acima para construção do Hospital, o avanço do município como um dos maiores produtores agrícolas tem, em grande parcela, a presença do Estado por meio das políticas públicas. A infraestrutura necessária para o escoamento da produção e deslocamento da população, inclusive no povoamento do município, dependia da ligação interna de Sapezal com o resto do país e para fora do mesmo, pois grande parte do que era produzido já era negociado e comercializado nas Bolsas de Valores. A importância das estradas, da energia e da comunicação aparece na entrevista do M. político. Eleito cinco vezes no município, acompanhou André Maggi desde Rondonópolis como empreiteiro de trabalhadores e trabalhou por 20 anos no Grupo Maggi em serviço braçal.

Na candidatura do governo do Blairo Maggi, a gente já tinha essa expectativa que o Blairo ia fazer um grande governo para logística e pela proporcionalidade de

inteligente que ele tinha principalmente para estrada. Porque hoje quando você vai falar de vida pública, as políticas quando vão falar da vida pública eles falam da educação, saúde e segurança e eles esquecem de três coisas que talvez é mais importante que isso, estrada, energia e comunicação. (pausa). Sem essas três coisas nós não tem para onde ir né (...). O que é que Mato Grosso mais precisa hoje? Estrada, porque se a senhora for para Aripuanã, para outros lugares aí, se for na época da poeira a senhora chega lá doente e se for na época da chuva talvez não chega lá. (...) Mais ou menos isso que eu tó falando, muito difícil. Então, quando se fala em estrada, você está em tudo junto, educação, saúde e segurança, porque você precisa de uma emergência na saúde você vai mais rápido, se precisa de mais policial se você não tem na cidade, você chega mais rápido e educação fica mais fácil trazer educadores para sua cidade, quando a gente tem pavimentação entrando na nossa cidade. (M., político, em 24 de julho de 2019)

A trajetória de Sapezal acompanha a trajetória da família Maggi ou Grupo André Maggi na atualidade. O município é emancipado em 1994, no mesmo ano Blairo Maggi é eleito suplente do senador Jonas Pinheiros. Se André Maggi se dedicou à fundação e estruturação de Sapezal, Blairo Maggi consolidou, a partir do município, o Corredor Noroeste de Exportação e o avanço da soja na Chapada dos Parecis, por meio da inserção dos produtores no acesso ao crédito e à comercialização da sua produção por meio do Porto Madeira em Porto Velho. (SILVA, 2003).

As condições políticas do estado brasileiro, tanto do governo ditatorial com forte inclinação ao atendimento das demandas do capital externo e acumulação flexível, quanto posteriormente, com o advento do neoliberalismo, deram ao Grupo André Maggi o acesso a grandes áreas de atuação até então estatais.

(...) passaram a ter controle de portos, terminais marítimos, estradas, sistemas de armazenamento, rede de energia elétrica, sistema de financiamento de lavoura, etc. (...) a pesquisa agropecuária (...) a parceria Embrapa e Fundação MT é um exemplo. (SILVA, 2003, p. 214).

Um exemplo dessa interlocução entre o grupo, a cidade e o Estado foi a articulação política para construção do Corredor Noroeste de Exportação. A partir da criação da Empresa Hermosa Navegação da Amazônia, os produtos agrícolas teriam uma nova saída para a exportação. Houve uma grande ação entre o Grupo André Maggi, os demais empresários da região, os governos estaduais e representantes do legislativo. Perguntado sobre a importância das políticas públicas, o Sr. César Maggi (primo de Blairo Maggi e prefeito de Sapezal no mesmo período em que o primo foi governador do estado) argumentou que, entendendo o Brasil como único, a integração entre a União, estados e municípios possibilita o progresso para todos.

Sim, eu vejo, o Brasil é um contexto só, é um só na verdade, quando o governo de Rondônia participou diretamente onde teve um encontro aqui com vários governadores, senadores, deputados uma reunião que o Sr. André Maggi promoveu na época foi com esse intuito, mostrar que o estado de Mato Grosso, para o Brasil e para o mundo as terras que nós tínhamos em Sapezal, que nós temos a alta produtividade, a vasta região de terras planas, onde o cerrado muito ralo, que permitia uma agricultura de certa forma bastante barata na época, na questão de abertura de área e os governos, as pessoas, os deputados e senadores, governadores que aqui tiveram ajudaram muito sim, Sapezal dependia muito, nós dependemos muito da política de um modo geral a nível federal, Sapezal não se vira sozinho não, nós temos uma BR aqui que é federal, uma reserva indígena que nós passamos dentro e nós temos uma ligação ao porto que leva por BR, então é uma integração, o presidente Jair Bolsonaro falando da integração, falando de Amazônia assim por diante é realmente o reflexo que hoje a população de um modo geral espera da política, em nome da política do país, do governo estadual e também municipais, acho que nós temos que ter uma integração e pensar contexto geral, Brasil é um só, as pessoas que moram na região sul, sudeste, centro-oeste, enfim, qualquer, nordeste são filhos de uma mesma terra, nós temos que pensar que os produtos produzidos aqui ele vai ser consumido por outras regiões do Brasil e também alimentar parte do mundo. (C.M., gestor, em 24 de julho de 2019).

A empresa Hermasa foi idealizada a partir de um encontro promovido pela então Portobrás, empresa responsável pela execução de ações que atendessem os portos e vias navegáveis interiores, ligada ao Ministério do Transporte.

Após as primeiras articulações junto ao governador recém-eleito do Amazonas, Amazonino Mendes, em 1995 o governador aceita participar, e o estado do Amazonas passa a ser sócio do projeto. Nesse momento, a Hermasa já era somente do Grupo André Maggi, já que, a partir da saída do outro sócio, passam a ter controle societário da empresa. (BAPTISTA, 2018).

Graças ao aporte financeiro do BNDES, à sociedade com o Governo do Amazonas, ou seja, a parceria entre a iniciativa privada e o poder público, e ao comprometimento de todos os envolvidos com o projeto do Corredor Noroeste de Exportação, a hidrovia Madeira-Amazonas foi inaugurada em 12 de abril de 1997, com a presença do presidente da República Fernando Henrique Cardoso. (BAPTISTA, 2018, p. 250)

Além do então presidente, estiveram presentes na inauguração os governadores de Mato Grosso, Amazonas e Rondônia, além de vários políticos, empresários principalmente, os representantes de grandes tradings. Os grãos produzidos no Chapadão dos Parecis para a exportação, agora, saem do porto em Porto Velho, em Rondônia, até o porto em Itacoatirara, no Amazonas, e depois para o mercado externo, o caminho também é percorrido na entrada de insumos agrícolas. A Hermasa superou as expectativas de exportação, principalmente em

virtude da redução dos custos de logísticas, equiparando o preço dos grãos produzidos em Sapezal aos preços de escoamento da Região Sul. (BAPTISTA, 2018).

Todo esse sucesso para o Grupo André Maggi ficou completo quando o governo do Amazonas vendeu sua parte na empresa para o grupo, ficando o mesmo como maior acionista da empresa, com 95% das ações, “(...) a conclusão do negócio proporcionou um dia feliz a seu André e família, pois, a partir daquele momento, ele poderia realizar outros investimentos sem a anuência do sócio”, comentou Pagot.” (BAPTISTA, 2018, p. 252.).

Entretanto, essa felicidade obteve questionamentos por parte de um grupo de deputados estaduais do Amazonas, que comprovou o uso de recursos públicos, além do autorizado inicialmente pela Assembleia Legislativa do Amazonas. Segundo reportagem do site Terra, foram aplicados oito milhões a mais do que havia sido autorizado inicialmente. Há também outras dúvidas:

Eron Bezerra afirma que a constituição da Hermasa foi, na verdade, um conluio entre o governador Amazonino Mendes e Blairo Maggi. A empresa nasceu em 1995, época em que Maggi decidiu construir seu próprio corredor de exportação. Para isso, ele precisava de um terminal graneleiro à margem do Rio Amazonas para, de lá, mandar soja para o exterior e, assim, evitar os gastos que vinha tendo por ter de se utilizar do Porto de Paranaguá. (Terra, 13 de setembro de 2002).

Além da aplicação a mais de recursos públicos, o número de empregos prometidos quando da aprovação da aplicação de recursos públicos pela Assembleia e que motivou os deputados a autorizarem a transação seria na ordem de cinco mil empregos só no município de Itacoatiara. Porém, “(...) as obras foram concluídas em 1997 e, segundo o deputado, até hoje só 17 pessoas foram contratadas para trabalhar no terminal, operado através de um sistema eletrônico que dispensa mão-de-obra.” (Terra, 13 de setembro de 2002).

Outro questionamento feito à Justiça pelos deputados foi o conteúdo da mensagem enviada à Assembleia pedindo autorização para a venda das ações da Hermasa. Na mensagem, é informado aos deputados que o comprador seria ou o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou o BNDES Participações (BNDESPAR). Porém, foi o Grupo André Maggi que ficou com todas as ações, causando estranhamento e questionamentos dos deputados estaduais.

A reportagem informa que foi feito um pedido de investigação sobre essas transações ao Ministério Público Estadual do Amazonas. Porém, o pedido foi arquivado, ação justificada pela aprovação de um Decreto por parte do Legislativo que convalidava todas as ações realizadas pela subsidiária da Companhia de Investimentos do Estado do Amazonas (Ciama),

a Ciamapar Investimentos e Participações S/A Ciamapar, sócia da Hermasa. Essa ação blindou a sociedade realizada entre o governo estadual do Amazonas e o Grupo André Maggi de questionamentos judiciais sobre a venda, “(...) Maggi pagou R\$ 29 milhões pelas ações (49%) em dez parcelas e assumiu o controle total da Hermasa.” (TERRA, 2002, p. 1).

Considerando que o sistema tributário brasileiro é regressivo onde a base de maior incidência de impostos está sobre o consumo, portanto a carga tributária é maior sobre os mais pobres e os trabalhadores, o investimento de recursos públicos, sem o devido retorno, tende penalizar duplamente esses grupos. Primeiramente, ao reduzir sua renda disponível e, em segundo lugar, ao financiar empreendimentos que, a princípio, não trazem retorno social e coletivo, conforme informa o deputado amazonense.

Toda essa ação e articulação por parte dos governos e do Grupo Amaggi estão contempladas nos ideias neoliberais. O neoliberalismo, apesar de fazer duras críticas ao Estado e à sua interferência na economia, não produziu uma redução do Fundo Público, apenas uma mudança no destino dos recursos públicos. O neoliberalismo chega ao Brasil a partir da eleição de Fernando Collor, mas vai se efetivando em todos os demais governos que se seguiram, por meio de seus elementos estruturantes e, a partir destes, forma um novo bloco de poder, caminhando para a hegemonia - ainda que o capital financeiro seja a classe política hegemônica do neoliberalismo (BOITO JÚNIOR, 2007).

Além das privatizações e das concessões, o governo de Fernando Henrique Cardoso instituiu, por meio de lei então denominada “Lei Kandir”, em 1996, a isenção de tributação por completo para os produtos primários e produtos industrializados semielaborados destinados à exportação. Essa ação teve impacto direto na arrecadação do ICMS dos estados primário-exportador, principalmente porque a União não ressarce os valores renunciados. Para o agronegócio, a isenção foi um estímulo para a concorrência de preço no mercado internacional, internamente a isenção não alcançou seus objetivos:

Denota-se que, no âmbito do processo de geração de riquezas e do usufruto da mesma, a promulgação da Lei Kandir contribuiu para reafirmar a perpetuação de um modelo primário agro-exportador, e a desaceleração da industrialização na economia de Mato Grosso. (MARTA & SANTOS, 2013, p. 226):

A conclusão dos autores vai ao encontro da análise feita em entrevista pelo servidor público em relação à dificuldade de levar indústrias ao município de Sapezal:

JJ: E você podia perguntar assim, e por que não tem indústria? Você quer que eu respondo?

E: Sim

JJ: Primeiro, é o grande investidor, se você tivesse um capital significativo para vim para Sapezal, você precisaria do quê? Precisaria de um espaço territorial grande, doado, porque o metro quadrado é caro, precisaria de isenção tributária em longo prazo para compensar, porque a logística, daqui a Campo Novo é 220 mais pedágio, daqui a Comodoro é 256 km ida e volta, e para compensar, quem não computa centavos é você e eu, mas o capitalista computa centavos, então essa logística obriga a empresa que vai fazer um grande investimento pra poder compensar essa logística que faz esse percurso. (J.J., servidor municipal, em 24 de julho de 2019)

O entrevistado aponta os prováveis motivos das dificuldades em se estabelecer indústrias no município. Nesse sentido, reafirmamos que o modelo instituído pelo governo brasileiro ao isentar produtos primário-exportadores e semielaborados acabou por desestimular a industrialização. Essa mesma inquietação aparece na entrevista do Senhor J, servidor municipal, ao relatar a dificuldade de trazer indústrias para o município:

Se tu não consegues também industrializar o que é produzido aqui, se tu for observar bem as indústria estão se estabelecendo ali no eixo do Nortão, em cidade como Mutum, Lucas, Sorriso, Sinop, para cá não tem interesse em vim, não sei se é por causa da logística, não sei se é porque tem que passar nas terras indígenas pagando pedágio caro para eles, não sei o porquê, mas eu vejo um grande problema [que] é não conseguir industrializar o que é produzido aqui. Nem no algodão, nem uma esmagadora de soja, nem um etanol para utilizar o milho, fábrica de ração, nada, isso tudo inatura. (J., servidor municipal, em 24 de julho de 2019)

Essa mesma preocupação é apontada por outro entrevistado no tocante à dependência do município do agronegócio e da necessidade de se buscar alternativas econômicas. Para ele, as indústrias ligadas ao setor primário não são uma solução apropriada já que, se ocorrer algum problema com a safra, as mesmas serão atingidas:

Você já imaginou se tira a agricultura, agricultura depende da natureza, você já imaginou dá uns três anos falta chuva, a cidade, o poder público já deveria já discutir esse assunto e buscar algo que venha gerar renda para o município de outra forma sem depender do agronegócio. (A., trabalhador assalariado rural em 25 de julho de 2019).

Ele acredita que cabe ao gestor público iniciar uma discussão com a comunidade sobre outros caminhos a serem adotados pelo município no tocante à dependência do agronegócio. Entretanto, a mesma pergunta foi feita a um gestor sobre os principais problemas vivenciados no município e a industrialização aparece, porém, relacionada ao agronegócio.

Olha eu vejo uma cidade, quando nós viemos para cá sempre vimos uma cidade promissora, com terras boas, produtivas e que desenvolve várias atividades

econômicas através da agricultura, da pecuária e assim por diante. Acho que nós temos que pensar, a produção vem aumentando dia-a-dia, a área de produção aumentaram nos últimos anos e o próximo passo é nos buscarmos a industrialização do nosso produto né, não sair daqui o milho em grão, mas sair o milho transformado em alguns produto e seus derivados, como também isso em carne, bovino, suíno, avicultura, assim por diante, acho que isso é o passo (...) (C.M., gestor, em 24 de julho de 2019).

O gestor acredita que o futuro do município passa pela industrialização⁴³ do que é produzido naquele território. Essa resposta vai ao encontro de uma dedução do Senhor J sobre o município estar se preparando para esse novo ciclo, o que dependeria de uma cidade mais organizada e com uma estrutura mais complexa:

Eu não sei se seja isso que o gestor está se organizando, arrumando a cidade para isso fazer futuramente, porque vai chegar ao um ponto que não vai ter mais jeito, você veja para agregar valor na economia, o algodão vai todo inatura para fora, o milho que podia fazer etanol, foi para Sinop, porque o milho não faz mais parte da cesta básica, antigamente era produto que agregava a cesta básica, hoje ele produto de commodities, produto de exportação, para fazer etanol, a soja poderia ter uma fabrica de óleo de soja, não tem, essas coisas a gente questiona, tanto soja que produz tanto algodão que produz tanto milho. Eu tó falando esses três, milho, algodão e soja, mas produz também feijão, amendoim, até girassol já plantaram aqui, o milho de pipoca é tudo vendido para Campo Novo, tem a fabrica que produz. Arroz que também produz, em pequena quantidade, mas planta. (J.J., servidor municipal, em 24 de julho de 2019)

Se, inicialmente, a criação do município de Sapezal foi considerada como uma irresponsabilidade pela família, o Grupo transforma o município no centro, o elo entre a produção e o mercado internacional. Então, a ideia, o desejo do patriarca, atendeu

⁴³ Mesmo a industrialização sendo apontada pela maioria dos entrevistados como uma saída para Sapezal, o processo histórico de industrialização no Brasil não significou a resolução de todos os problemas referente a geração de empregos, isso porque “(...) Em termos práticos esta teoria consiste no seguinte: a industrialização dos países periféricos coincide com a expansão das chamadas empresas multinacionais que tentam preservar para si o mercado interno daqueles países. Essa expansão consiste na instalação de subsidiárias nos países periféricos, que fabricarão produtos que já tenham atingido no país de origem a fase de declínio e de seu ciclo de vida. Essas subsidiárias utilizarão equipamentos importados de seu país de origem, que refletem um estágio tecnológico mais avançado que o do país periférico e que serão, geralmente, poupadores de mão-de-obra. A industrialização do país periférico será, portanto, incapaz de absorver uma ponderável parcela de sua mão-de-obra que está situada em regiões onde predominam modos de produção pré-capitalistas, e será, portanto, altamente concentradora de renda.” (VICECONTI, 1977, p. 33).

amplamente a circulação de grãos e a criação de novo corredor de exportação. (SILVA, 2003).

A construção de um núcleo urbano era parte da estratégia de integração social, econômica e política do local capaz de mobilizar a produção de grãos num nexo de interações sociais sob a égide do capitalismo internacional. Desse modo, Sapezal já nasceria inserida na divisão internacional do trabalho e no padrão geral de circulação de grãos em escala global. Em linhas gerais, podemos afirmar que a circulação de grãos e os projetos de criação de um novo corredor de exportação foram as condições básicas para a fundação da cidade. (SILVA, 2003, p. 195).

A fundação do município de Sapezal contribuiu para entendermos como os empresários do agronegócio se prepararam para esse momento, inclusive a partir da construção ideológica de um “sonho” do patriarca da família, assim como de outros empresários que saíram de suas origens para Mato Grosso. Sapezal é a materialização do que Gramsci (2013) elaborou sobre a formação da vontade coletiva para atender a uma finalidade política. Entendemos que Gramsci estava analisando a vontade coletiva para formação de um Estado nacional, porém, sabemos que o que deve ser utilizado para motivar tal processo não pode ser representado por inquietações, critérios ou princípios. O que motivou a criação de Sapezal, articulada pela família e grupo André Maggi, demais empresários e outras pessoas que constituíram o município, foi representado pelas qualidades da terra, deveres enquanto cidadãos para o desenvolvimento do Estado, necessidade sociais e econômicas, emprego, moradia, futuro, o que “(...) põem movimento a fantasia artística de quem se quer convencer e dá uma forma mais concreta as paixões políticas” (GRAMSCI, 2000, p. 13).

Em todas as entrevistas é unânime a admiração pela cidade, sua organização, estrutura:

Sapezal não vai parar. Sempre vai ser uma cidade boa, pode não ser uma cidade grande, mas sempre vai continuar sendo uma cidade bonita que está sendo hoje, uma cidade bonita, uma cidade de futuro para alguém que quer criar sua família, aqui no Sapezal, pode vim sem medo de errar. (M., político, em 24 de julho de 2019).

Sapezal é uma cidade que tem um povo trabalhador, ordeiro, acho que bastante harmônico com os todos os povos que aqui vieram de qualquer regiões do Brasil, que nós temos um potencial muito grande, então acho que agora fato de pensar universidades, trazer para cá, isso não deixa de ser uma indústria também, dar oportunidade aos nossos jovens, os jovens saem daqui vai estudar fora, em Cuiabá e assim por diante e seu retorno é muito difícil, acaba tendo outra convivência e às vezes não retorna a terra natal. Acho que é um caminho que está sendo percorrido, através destas estradas já abriu algumas portas importantes e que agora dar sequência e realmente tornar uma cidade, (...) não uma cidade de grande porte, mas de médio porte, mas com qualidade de vida para nossa população. (C.M., gestor, em 24 de julho de 2019)

Porque a cidade quando chega aqui apaixonada a primeira vista, é muito organizada, as ruas são bem pavimentadas, então isso é uma forma, nos bairros, o prefeito tá fazendo galeria de água, tá um canteiro de obras, um complexo esportivo muito bonito no Bairro do Zequinha lá embaixo, as ruas estão todas sendo pavimentadas no bairro Águas Claras, trocou o postes de luz, colocou tudo fiação subterrânea, tá fazendo esgoto que é coisa que prefeito não gosta de fazer, porque não aparece, tudo isso eu acho bonito, mas eu acho que não vai passar disso, a cidade vai ficar sempre assim, bonita. Uma coisa bonita aqui é a renda, a renda é muito alta, então obrigatoriamente o gestor que tiver no poder, tem que aplicar, tem rendimento, (...) (J.J., servidor municipal, em 24 de julho de 2019).

A cidade condiz com as falas dos entrevistados, ruas largas, asfaltadas, prédios públicos em bom estado de conservação, supermercados amplos, uma rede de comércio diversificada. Boa parte desta estrutura pode também ser explicada pela alta arrecadação do município, que também é mencionada em algumas entrevistas:

Primeiro hoje nós somos um município aí com mais de 10 milhões, nós precisa de uma gestão que cuide bem da nossa receita, agora o que vim de fora seja bem-vindo. Eu acho que Sapezal foi bem servido, tanto federal quanto governo estadual. As vezes eu não clamo de eles mandaram mais, porque eu sou do tipo daquela pessoa que o vizinho da boa vizinhança. Sei bem que o governador que tem que olhar para municípios que tem a situação 10 vez mais difícil que a nossa. O tanto de lavoura que nós tem, olha a arrecadação que nós recebe e estrutura que nós tem hoje, quer dizer você anda em cidade aí, que nos recebe 600 mil reais de duodécimo e tem município que um milhão de receita. Então veja, o nosso presidente da Câmara tem pode chegar a devolver para os cofres públicos de dois milhões a três milhões no fim do ano, porque a Câmara não pode gastar dinheiro com projeto de lei sem autorização do prefeito ou criar projetos de lei com dinheiro público. (M., político, em 24 de julho de 2019)

Alta, eu não sei estipular, se você pegar no site, mas é alta, porque tem renda, a produtividade faz com que gera isso, uma pena, por exemplo, a gente não tem aqui um educandário, essa faculdade que é em Campo Novo [se refere a um polo do IFMT] federal, era para ser aqui conosco, foi para Campo Novo, aquela fábrica de farinha em Campo Novo era para ser aqui também, então existe assim por trás, eu não posso te afirmar como e porque uma falta de interesse do gestor de trazer isso. Porque essa questão que eu expliquei para você da tributação e do espaço territorial seria um incentivo trazer aqui a indústria. (J.J., servidor municipal, em 24 de julho de 2019)

Dar uma saúde de qualidade à população, educação de qualidade, eu sempre falei que na política dinheiro tem para tudo e só não roubar, tem para educação, tem para saúde, para assistência social, tem para esporte, tem para o lazer é só administrar de maneira coerente né e aplicar os recursos nos lugares que onde há maior necessidade, dá para fazer muita coisa com dinheiro público arrecadado em cada município, cada um gasta o que tem. (C.M., gestor, em 24 de julho de 2019)

A arrecadação do município é satisfatória ao ponto de parte do duodécimo⁴⁴ enviado à Câmara Municipal ao final do exercício ser devolvido ao Poder Executivo. Apesar de a Lei Kandir impactar na arrecadação do ICMS, outros impostos computam a receita do município, o que permite, assim, investir numa cidade, como relatado pelos entrevistados, que proporciona qualidade de vida a seus moradores. Entretanto, havia na entrevista uma pergunta sobre possíveis problemas enfrentados no município. Apesar de todo esse cenário apresentado, as respostas tratavam sobre a estrutura da cidade. Outras falas apontaram que parte dos problemas é enfrentada pelos trabalhadores. Isto é, toda a estrutura de qualidade de vida não é garantida a toda população, trata-se de uma questão de classe. Desse modo, o próximo tópico abordará como toda essa estrutura historicamente voltada ao agronegócio atinge a classe trabalhadora.

3.1.1 “A economia é dos sulistas, mas a massa é nordestina”

A frase “A economia é dos sulistas, mas a massa é nordestina” foi proferida por um dos entrevistados, vereador de Sapezal, quando perguntado sobre a condição dos trabalhadores na região. Os “sulistas” são os grandes empresários do agronegócio e do comércio, enquanto que dentro da “massa nordestina” se concentram os trabalhadores migrantes oriundos de vários estados do nordeste brasileiro. Os “sulistas” aparecem em falas do Sr. André Maggi como essa, sobre a construção de uma praia às margens do Rio Sapezal, para os moradores como opção de lazer:

Nós fizemos a praia e depois construímos a usina na parte de baixo com uma turbina que vai sustentar as lâmpadas daquela estrada. *Nós podemos pegar e ir numa praia bem melhor, mas tem gente que não pode.* Então, temos uma praia bem arrumadinha, bem ajeitadinha como a gente quer ajeitar. Os moradores podem tirar temporada aqui mesmo. (...) No final, vai ser uma praia bem confortável, com todos os recursos, nós vamos fazer os quiosques lá dentro, para o cara tomar uma cervejinha e cobrar uma taxazinha na entrada para a praia permanecer conservada. (André Maggi em entrevista dada ao pesquisador Carlos Alberto Franco da Silva, em 1 de setembro de 2000, p. 203) (Destaque nosso)

⁴⁴ Trata-se dos recursos orçamentários que devem ser transferidos pelo Poder Executivo aos Poderes Legislativo e Judiciário, para que os mesmos possam executar suas atribuições, são valores transferidos mensalmente. Sua determinação encontra-se no Artigo 168 da CF 88, onde: Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

A distinção de quem poderia sair da cidade e procurar algo melhor para o seu lazer aparece como fator para que o idealizador de Sapezal empreendesse esforços para a construção da praia, ou prainha, como é chamada nessa entrevista:

E: Mas tem local que vocês se encontram?

G: Lá na prainha como sempre. (...) Lá é o encontro dos nordestinos, alagoanos, é lá. Porque quando você chega lá só vê nordestino e alagoano, sou do Piauí, só do Maranhão, de Alagoas, Teotônio, Bulandi, Maceió. (...) É o ponto de encontro, não tem nem como você aprontar na sua cidade e correr para aqui. (...) Não tem como, porque quando chegar aqui todo mundo já sabe quem é você. (G., trabalhadora terceirizada da prefeitura, em 25 de julho de 2019)

A entrevistada é uma trabalhadora terceirizada que presta serviço para a prefeitura municipal de Sapezal. É natural de Alagoas, tem 29 anos, está em Sapezal há seis anos com o esposo, filho e irmão. Assim como os outros seis entrevistados (quatro do Nordeste, um de Minas Gerais e dois do Rio Grande do Sul), é migrante.

A prainha, palavra apresentada no diminutivo, representa simbolicamente a visão da trabalhadora sobre o espaço de lazer destinado ao seu grupo social. O grupo dos trabalhadores, ao qual G. faz parte, foi identificado pelo Senhor Manezinho como a grande massa.

Podemos perceber nessas frases uma divisão das classes, em que, quem domina possui os meios de produção, tem uma forma de significar aqueles que vendem sua força de trabalho. Novamente, a ideologia exerce uma das suas principais funções “seria justamente de criar a ilusão de consenso e normalidade em uma sociedade definida pela exploração do trabalho” (MENDONÇA, 2018, p. 194).

As perspectivas de vida desses trabalhadores em suas cidades de origem são tão poucas que, quando chegam à Sapezal, a cidade se apresenta como um paraíso, apesar das dificuldades enfrentadas no começo. No caso de G., a motivação para a migração foi a busca por trabalho, o que pode ser observado em seu relato:

(...) eu não pretendo mais voltar para minha cidade. Tudo bem eu não nasci aqui e não tenho sangue daqui né, como eu falei, sou alagoana, graças a Deus né, lá tenho minha mãe, minha filha. Mas eu não pretendo voltar lá para minha cidade, porque lá não tem futuro nenhum, porque quanto à gente quer ter algum futuro a gente tem que correr pra onde tem condições e lá não é bom pra serviço. (...) eu ouvi dizer dessa cidade, que era muito boa para emprego e tudo mais e a gente no outro dia arrumemos as coisas e viemos pra aqui, chegamos aqui, eu aqui não temos ninguém, família, nada, chegamos aqui do nada, sabe, a gente passou muita dificuldade aqui, muita mesmo, entendeu. Não conheci ninguém, meu esposo passou seis meses trabalhando clandestino né, sem carteira assinada, foi uma situação que, assim, eu acho que não é toda mulher que tem coragem de enfrentar o que eu e ele

enfrentemos juntos. Porque quando a gente quer ter algum objetivo na vida, a gente enfrenta qualquer tipo de coisa, então, tamo aqui, graças Deus, sou bem feliz no meu casamento, tenho meu emprego, esse não é primeiro emprego meu, tenho oito meses que trabalhava aqui no hospital e pedi para sair, ele agora vai fazer três anos que está na Bom Futuro, na Santa Luzia (fazenda) e assim tamo vivendo a vida aqui. Eu não tenho o que falar dessa cidade, o difícil daqui é se você não tem conhecimento, se você não tiver conhecimento fica rodado aqui. Assim, aqui é bom por uma parte porque tem muitas pessoas que dão oportunidade entendeu para um alagoano, um nordestino não é isso e o que mais tem aqui isso. (G., trabalhadora terceirizada da prefeitura, em 25 de julho de 2019)

JJ: O percurso é, você podia perguntar assim: o que te levou a vim para o Mato Grosso? Porque lá em Minas não tinha mais condição de morar, até as pessoas às vezes casualmente começa a criticar Mato Grosso, a cidade onde mora, exemplo aqui tipo aqui o pessoal critica a poeira, ai eu pergunto como você veio parar aqui, não faça rolo, eu parei em Mato Grosso porque lá não tinha jeito de morar aqui é tanto que quando nos viemos para Mato Grosso, nós somos 10 irmãos, meu pai ficou devendo até a passagem, com uma Kombi, então você não precisa ficar fazendo rodeio né, eu vim pra cá para Mato Grosso porque lá onde eu morava, eu o caso de Minas, não tinha mais condição de viver. (J.J., servidor municipal, em 24 de julho de 2019)

A: (...) sou do interior de Alagoas, uma região que não é muito fácil, que não tem emprego e meu pai veio primeiro, depois acabei vindo, gostando daqui da cidade e acabei ficando também. (A., trabalhador assalariado rural, em 25 de julho de 2019)

As falas validam o que analisamos no primeiro e segundo capítulos dessa tese: as revoltas no nordeste, em virtude da não realização de uma reforma agrária, expulsaram nas décadas de 1960 e 1970 muitos nordestinos para outras regiões do país na busca por trabalho. A continuidade do processo de concentração de terra e de renda, ainda nos dias atuais, faz com que os trabalhadores procurem trabalho e um lugar melhor para viverem. É o que podemos perceber na cidade de Sapezal, considerando o grande número de nordestinos que residem na cidade.

A cidade e as grandes fazendas foram constituídas a partir da mão-de-obra migrante. O Grupo André Maggi fez uso deste tipo de mão de obra desde a primeira fazenda comprada na Chapada dos Parecis, a Tucunaré, conforme relato de M.:

E: O senhor trazia os trabalhadores, para trabalhar aqui na região?

M: De toda região, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Arenápolis, Rondonópolis, Vilhena, trabalhei bastante tempo com gente de Vilhena, e naquele tempo a mão de obra era muito grande, muito raiz, muito cerrado e ai a gente tinha que pegar 1mil a 1.500, 2.000 peão para trabalhar.

E: Para fazer a mão de obra?

M: É, a mão de obra braçal.

Atualmente, as fazendas e o comércio são os maiores empregadores do município. Apesar disso, os entrevistados relataram, em maioria, que um problema do município é a falta de emprego, especificamente a falta de colocação profissional feminina.

E: Hoje o senhor acha que Sapezal tem algum tipo de problema? Que precisa ser discutido, enfrentado?

M: Olha nós temos, primeiro, falta de emprego, isso está de situação de calamidade pública no país (...) Você tem um fenômeno de época que para sobreviver tem que trabalhar os dois, marido e mulher, e hoje a mão de obra feminina é muito escassa aqui e principalmente da nossa região, que tem bastante aqui, porque falta qualificação. São um povo simples, serviço braçal, tanto que nos não temos Perdigão, Sadia, nos não tem um emprego, um perfil que empregue as mulheres, é, então como nos temos um custo de vida muito caro, principalmente o aluguel, como que vive sem emprego? Difícil, nos é uma das cidades que o aluguel mais caro de Mato Grosso e não tem casa para aluga. (M., político, em 24 de julho de 2019)

JJ: Falta opção, poderia ser feito mais, eu vejo um motivo para pesquisa e impulsionar mais a economia, gerar mais emprego, mais renda. (J.J., servidor municipal, em 24 de julho de 2019).

A: Se for analisar você vai numa fazenda tem 200 funcionários, não tem 20 mulheres, então até o tipo de atividade, a vagas para mulheres estão mais no comércio e nas lojas, mas na área rural não tem tido um avanço, porque as atividades é praticamente mesmo que só contratados homens, as mulheres muito pouco. (A., trabalhador assalariado rural, em 25 de julho de 2019)

Nas falas, aparece que as mulheres estão empregadas no comércio ou na prestação de serviços, como o caso da entrevistada G., que presta serviço por meio de uma empresa terceirizada. Uma das causas apresentadas em uma das entrevistas seria a falta de qualificação das trabalhadoras.

Esse quadro de falta de vagas para as mulheres pode se estender também aos homens, considerando a modernização dos maquinários utilizados nas fazendas. A modernização da agricultura vem progressivamente reduzindo o número de homens para realizar o mesmo trabalho de tempos atrás; JJ afirmou: “aqui hoje em Sapezal tem uma das melhores tecnologias do mundo do agronegócio.”.

E: Tem trabalho braçal nas fazendas ou é mais maquinário?

A: Olha, a tecnologia avançou muito e o trabalho hoje mais, acabou, antigamente, quando eu cheguei aqui se descarregava carreta de adubo no rodo, manual, hoje tudo é máquina, o adubo já vem em deck, o cara vai lá com uma pá carregadeira e descarrega hoje ninguém esta metendo a mão na massa não é tudo com máquina.

E: E ao mesmo tempo reduziu o número de pessoas que precisava?

A: Diminui as vagas de empregos.

E: Você percebeu isso nesse tempo que você estava lá até hoje?

A: Olha, quando eu comecei a trabalhar na fazenda aqui as máquinas de algodão não é tão moderna como é hoje, uma equipe - que se divide em equipe -, uma equipe trabalhava com 40 pessoas e aí ocupava todo o grande goi, a prensa, todo o procedimento que precisava, e depois em pouco tempo criou aquela máquina que faz o fardinho, chama fardadeira reduziu mais de 50%, uma equipe que trabalhava com 40 agora com 16 conseguiu tocar o barco, e cada indústria a mesma coisa, o

peçoal modernizou os maquinários, algodoeira que trabalhava com 80 está trabalhando com 40.

E: Esses trabalhadores estão migrando para outros lugares ou conseguem ser absorvido em outras áreas?

A: Tem trabalhadores que já não são daqui, são trabalhadores formados pelo Brasil inteiro pode se dizer, e aí com uma dificuldade quando não se emprega volta, uns já vêm certo e assim vai.

Os dados apresentados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED mostram certa regularidade entre o número de admitidos e desligados, há um acréscimo de empregos, mas não são valores exorbitantes, a variação de 2007 para 2016 foi de 28% para admissões e 22% para os desligamentos, conforme tabela 1.

Tabela 2 – Comparação entre as Admissões e Desligamentos no setor de Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca em Sapezal de 2007 a 2016.

Movimentação desagregada	Ano									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1) Admissões	3016	3545	3567	3823	4002	4767	4175	4170	4038	3854
1.a) 1º Emprego	248	351	412	360	237	302	324	203	127	100
1.b) Reemprego	2579	3190	2936	2946	3294	4131	3500	3730	3117	2727
1.c) Reintegração	2			1						
1.d) Contr. Trab. Prazo Determ	187	4	219	516	471	334	351	237	794	1027
1.e) Transferência Admi.					89	37	87	373	105	838
2) Desligamentos	2876	3488	3681	3584	3596	4408	4381	4322	3727	3513
2.a) Dispens. sem Justa Causa	1625	1781	1939	2111	1978	2265	2522	2378	1926	1594
2.b) Dispens. com Justa Causa	15	13	21	22	15	52	31	33	67	60
2.c) A Pedido	591	981	797	646	770	1188	810	904	635	536
2.d) Término de Contrato	420	623	679	559	699	799	825	885	988	1209
2.e) Aposentadoria	1	1	3	1		5			1	1
2.f) Morte	8	13	10	8	10	3	16	7	8	5
2.g) Térm. Contr. Prazo Determ.	216	76	232	237	124	96	177	115	102	108
2.h) Transferência Deslig.					75	55	284	84	41	1008
Variação Absoluta	140	57	-114	239	406	359	-206	-152	311	341

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da CAGED em 26 de agosto de 2019

Dos dez anos analisados, três apresentam um maior número de desligamento do que de admissões. O ano de 2016 tem um número de admissões menor que 2015. Uma observação importante: trata-se do crescimento da modalidade de contratação por tempo determinado, saindo de 187 contratos temporários em 2007, para 1027 em 2016.

Os dados vão ao encontro dos relatos sobre a tecnologia no campo e a redução de mercado de trabalho. A produção de algodão, por exemplo, utiliza-se de equipamentos que substituem a mão de obra dos trabalhadores: “(...) na verdade o algodão só planta quem tem dinheiro, porque não é um produto que tu pode assim como a soja, milho que tu colhe e manda para outro, só planta algodão quem tem algodoeira para beneficiar ele, já vende a

pluma prontinha para exportação.” (J.). Portanto, o avanço de culturas mais dependentes de tecnologia amplia a produção, mas não necessariamente o número de empregos.

Tabela 3 - Quantidade produzida e valor da produção das lavouras temporárias e permanentes – Município Sapezal.

Variável	Produto das lavouras temporárias e permanentes	Ano									
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Quantidade produzida (Toneladas)	Algodão herbáceo (em	249.194	235.666	194.909	165.600	346.074	420.736	265.920	432.294	440.800	520.385
	Milho (em grão)	402.275	477.703	571.172	427.800	446.200	817.004	1.026.221	863.700	1.036.554	853.118
	Soja (em grão)	1.011.140	1.062.057	1.112.783	1.085.521	1.090.098	1.130.326	1.088.340	1.196.244	1.222.500	1.171.410
Valor da produção (Mil Reais)	Algodão herbáceo (em	240.522	209.507	244.163	237.636	437.784	626.359	480.978	637.647	808.780	1.120.607
	Milho (em grão)	109.954	162.419	105.667	71.442	166.332	227.368	251.514	165.728	274.357	354.122
	Soja (em grão)	496.470	626.614	653.204	488.484	672.590	794.627	896.049	1.056.498	1.038.235	1.286.478

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Se analisarmos a produção agrícola do município, há um avanço na produtividade, segundo dados do IBGE. A produção de milho, algodão e soja apresentaram um crescimento considerável. Com exceção da soja, a produção de algodão e milho mais que duplicou nesse período. O algodão saiu de duzentos e cinquenta mil toneladas em 2007 para quinhentos e vinte mil toneladas em 2016; o milho apresentou um crescimento de 112% de 2007 para 2016.

A faixa salarial dos trabalhadores rurais do município, segundo o presidente do sindicato, é acima de R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais). Questionado sobre as reportagens que afirmam que um operador de máquinas ganha acima de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), ele afirmou:

A: Duvido que tenha algum operador de máquina que ganhe mais de quatro mil reais e um operador de máquina que ganhe quatro mil reais ele tem que estar a muito tempo já na empresa, ele já recebeu vários reajustes, operador de máquina ganha R\$1.400, R\$ 1.500 mais horas extras não vai fazer 2.000 mil reais.

E: Então, estourando, qual é a maior função com relação à renda?

A: São os diretores, que também são assalariados.

E: Você tem ideia dos salários deles?

A: Varia muito também, gerente, diretor é exagerado, mas ver o salário de gerente é 12, 15, 16, 8 mil.

A modernização dos maquinários nas fazendas torna-se também um obstáculo a uma grande parcela dos trabalhadores. Conforme o presidente do Sindicato dos trabalhadores assalariados rurais do município, isso ocorre em virtude do perfil educacional desse grupo, que é basicamente formado por jovens entre dezoito e trinta anos, com baixa escolaridade. A percepção do dirigente, considerando seu convívio diário com os trabalhadores, é de que a maioria é alfabetizada, porém não possui o ensino médio: “(...) olha só, nós temos essa situação e é bem delicada, nós precisaríamos muito, porque se você for fazer uma análise hoje você tem muitas pessoas que não cursou o ensino fundamental, tem bastante.” (A., trabalhador assalariado rural em 25 de julho de 2019).

A falta da escolaridade impacta no crescimento destes jovens dentro do processo produtivo. Mesmo a iniciativa do sindicato junto à Secretaria Municipal de Educação de instalar três salas de aulas em três grandes fazendas não obteve êxito, pois o trabalhador não consegue se dedicar a outra atividade depois de uma jornada de trabalho intensa nas lavouras de soja, algodão, milho, etc. Levanta-se uma discussão que precisaria ser feita junto aos empregadores, a da redução da jornada de trabalho para aqueles trabalhadores que quisessem prosseguir na educação formal.

Olha, fica difícil dele crescer profissionalmente, o cara não estudou, como vai crescer profissionalmente? O cara chegou ali, virou operador de máquina e operador de máquina encerrou, não vai para nenhum lugar. Quando eu assumi o sindicato eu discuti com a Secretaria de Educação do município, nós queríamos criar três salas de aulas em três fazendas grandes, mas aí nós foi fazer um levantamento, não consegui aluno suficiente e aí teria que pegar alunos das outras fazendas, das outras, das outras, aí não conseguimos avançar. (A., trabalhador assalariado rural, em 25 de julho de 2019).

O presidente do sindicato é filho de um trabalhador braçal, também oriundo do Nordeste, e até hoje trabalha nas fazendas. A primeira fazenda que o A. trabalhou foi do Grupo Amaggi, “o grupo Maggi é um grupo que oferece muitas oportunidades e aí não tem quem não goste, o cara entra no grupo Amaggi e não quer sair mais.” (A. em 25 de julho de 2019). Segundo A., a maioria dos grandes grupos possuem acordos coletivos com os trabalhadores:

(...) hoje nós temos acordo coletivo com o Grupo Amaggi, Bom Futuro, Scheffer, CLS, e demais outros grupos. Como o sindicato é novo, ninguém consegue avançar, fazer tudo de uma vez, tem grupo que não tem entendimento não parou para analisar

a importância do acordo, outros veem como custo alto, às vezes por causa e outras melhorias, mas aos poucos eles vão buscar esse acordo.

E: E foi tranquilo, quais foram as maiores demandas dos primeiros acordos entre o sindicato e as empresas?

A: Os grupos grandes que são os que têm acordo, esses grupos já têm um entendimento muito grande em relação aos acordos e a importância [...] tipo, a hora extra do operador, fazer 4 horas extras como hoje a legislação permite, ele tem que ter acordo coletivo e essas empresas grandes aí a dificuldade que é fazer uma colheita, se não fizer as quatro horas, não termina a safra no tempo certo, ajuda bastante.

Os acordos atendem tanto aos direitos dos trabalhadores quanto possibilitam às empresas organizarem a atividade produtiva nas fazendas, hora extra, por exemplo, para conseguir cumprir com as atividades necessárias para finalizar as safras. Ainda, segundo o presidente do sindicato, há poucos registros de acidentes de trabalho nos grandes grupos. Se em Sapezal não há ocorrências de acidentes, no resto de Mato Grosso isso não é uma realidade. De acordo com uma pesquisa realizada pela BBC Brasil, Mato Grosso lidera o ranking das mortes em silos de armazenamento: foram 28 mortes desde 2009 até 2017. O município com maior morte em silos divulgados foi Sorriso.

Também ocorrem as subnotificações de acidentes, onde o trabalhador não registra o acidente e recorre à automedicação, por exemplo. Numa pesquisa junto aos trabalhadores dos canaviais e dos laranjais em São Paulo, apesar do percentual não ser significativo sobre o total, as subnotificações escondem outras questões ligadas à saúde mental desses trabalhadores como a utilização de álcool e drogas para conseguirem executar sua força de trabalho num sistema produtivo que cada vez mais intensifica e precariza a jornada dos trabalhadores. (MORAES, 2008).

Figura 10 - Notificações por Estado**Onde as mortes ocorreram**

13 Estados registraram acidentes fatais em silos



Fonte: BBC Brasil: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45213579> acessado em 23 de agosto de 2019.

Ainda sobre o tema do emprego, os entrevistados mencionaram o crescimento da pecuária na região de Sapezal, apontando a preocupação com o impacto no mercado de trabalho considerando as características desta atividade econômica:

A: Pecuária, aqui em Sapezal tem crescido bastante em relação à pecuária.

E: Mas a pecuária para o trabalhador assalariado, tem as mesmas condições ou emprega menos?

A: A pecuária ela não tem, não há necessidade, se hoje nós fôssemos pecuária aqui nós não tínhamos 20% dos trabalhadores que nós temos na agricultura. Hoje, o cara cria três mil boi ou cinco mil, três pessoas cuida.

E: E por que a pecuária está vindo para cá agora? Ou sempre teve?

A: As empresas às vezes acabam aderindo principalmente naquelas de terra que não dá para colocar lavoura, já aproveita.

E: Diversificando.

A: Isso mesmo (Entrevista concedida por A., trabalhador assalariado rural, em 25 de julho de 2019)

O uso diversificado do espaço é uma particularidade quando se trata de grandes propriedades de terra. Na entrevista, A. se referia a uma fazenda de sessenta mil hectares, na

qual há produção de soja, milho e algodão e, também, pecuária. Em virtude da extensão das terras, o empresário procura diversificar suas atividades econômicas. J.J, por sua vez, destacou como esta atividade econômica potencializa a concentração de renda:

A pecuária eu digo para você, o pecuarista eu digo para você, é da classe empresarial que mais tem mais dificuldade de distribuir renda. Exemplo, se ele tem mil hectare de pasto ele tem 3, 4 mil bois, ele mora lá em Porto Alegre, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, de lá ela manda, o caminhão tá chegando, carrega o boi, vou no frigorífico ver a pesagem, já manda arame, outros produtos para fazenda, sal, sei lá o que mais.

Por outro lado, o entrevistado apontou que a agricultura agrega outros segmentos em sua cadeia produtiva.

No agronegócio não, a lavoura, o cara planta mil hectare, ele envolve todo o comércio, na compra de produtos, mecânica e assim por diante, então distribui renda, outra coisa que precisa ser mencionado, o produtor rural ele constrói na fazenda, uma casa bonita e vem aqui na cidade e constrói uma casa boa.

J.: (...) a lavoura ao contrário da pecuária ela precisa de mais gente, mais mão de obra técnica, vai ter o vendedor de veneno, de adubo, de máquina, a própria estrutura da fazenda, uma estrutura que tem que ser muito mais reforçado, tem operador de silo, operador de secador, o pessoal, cozinheira, zeladora para mexer com alojamento, tudo vai precisando de gente para trabalhar e a partir do momento que você precisa de gente para trabalhar tem que dar condição desse povo tá morando aqui e aí que entra as políticas públicas, investimento em saúde, educação, em escola, creche, só cresce.

(Entrevista concedida por J. servidor municipal em 24 de julho de 2019).

Apesar das falas positivas em relação ao agronegócio, da receita alta arrecadada pelo município, os trabalhadores enfrentam algumas questões básicas, como a dificuldade de acesso a uma educação superior pública, à saúde, principalmente referente às especialidades, ao custo de vida no que tange aos preços dos aluguéis. O tema dos aluguéis foi mencionado na maioria das entrevistas:

G: É fã, assim, é caro e ao mesmo tempo não é. A gente tem que entender que quando a gente sai de uma cidade para a cidade dos outros a gente tem que aceitar aquilo que já tem de muito tempo. É caro sim, o custo de vida é alto sim, mais a gente ganha bem pra isso, por isso que aqui tudo é caro, mas não é esse bicho de sete cabeças que nem as pessoas falam.

J: Ela é cara sim, eu vejo que está voltando para realidade. O que aconteceu, alguns anos atrás começou a construção de várias usinas, as PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, foram feitas várias usinas ao longo do Rio Juruena, o que aconteceu naquele momento, vinha muito mão de obra de fora, engenheiro, engenheiro ambiental, técnicos de tudo quando é formação e esse povo não tinha onde morar. O que aconteceu e aí o que aconteceu, quem já morava aqui e tinha condições começou a construir casa para morar para essa mão de obra e o aluguel, aí é questão de

mercado, falta casa, o preço sobe e aí começou. Se você der uma passeada aí no município, muita coisa construída para aluguel, aí as obras acabaram esse pessoal foi embora e os imóveis ficaram aí. Aí devagarinho tá voltando à realidade de novo. Tentando equilibrar, mas não é barato não, criou essa mentalidade de ser caro.

JJ.: (...) o aluguel não baixou, tem mais procura que oferta, porque toda mercadoria em grande quantidade ela baixa o preço, quando ela é pouca, aumenta o preço, o aluguel aqui não baixa o preço, sinal que tem gente mudando e tem gente chegando, alugando de novo, por enquanto tá assim, a esperança nossa é que o gestor que estar no poder e que vier pela frente termine de arrumar a cidade, asfalto, infraestrutura, água, luz, esgoto, etc., etc. que possa dar condição de moradia, com terreno com preço acessível, depois traz a indústria.

O presidente do sindicato dos trabalhadores assalariados rurais, Sr. Antônio, disse que a situação era mais crítica, porém, nos últimos quatro anos, com a chegada da Caixa Econômica, houve um maior acesso dos trabalhadores ao crédito imobiliário, seja pelo Programa Minha Casa Minha Vida ou construção própria. Anteriormente, era muito comum que os trabalhadores residissem em repúblicas, casas divididas por mais um trabalhador ou até mesmo famílias, em condições precárias: “(...) mudou muito bastante, era uma dificuldade danada, o pessoal morava muito em república e república não oferece muita qualidade, mas essa situação tem diminuído bastante” (A., trabalhador assalariado rural, em 25 de julho de 2019).

É possível a distinção das classes ao analisarmos a percepção dos entrevistados sobre os problemas identificados no município de Sapezal. Para a classe que representa os sulistas, a dificuldade apontada, por exemplo, sobre a educação superior e a ida dos filhos para a capital ou outros municípios para estudar e o não retorno ao município e também pela forma como o trabalhador é caracterizado:

Sapezal é uma cidade que tem um povo trabalhador, ordeiro, acho que bastante harmônico com todos os povos que aqui vieram de qualquer regiões do Brasil, que nos temos um potencial muito grande, então acho que agora fato de pensar universidades, trazer para cá, isso não deixa de ser uma indústria também, dar oportunidade aos nossos jovens, os jovens saem daqui vai estudar fora, em Cuiabá e assim por diante e seu retorno é muito difícil, acaba tendo uma outra convivência e as vezes não retorna a terra natal (...) (Entrevista concedida por C.M., gestor, em 24 de julho de 2019)

Em relação aos trabalhadores, dois problemas foram destacados nas entrevistas, a quebra de afeto dos que ficam na terra natal e o deslocamento das crianças que acompanham os pais trabalhadores na condição de safristas. Situações que afetam diretamente o emocional

tanto do trabalhador quanto dos familiares que sofrem com o tipo de vida que levam, longe dos seus familiares. Silva (2014) denominou esse processo como apropriação do afeto, quando o trabalhador é esvaziado de seus valores e laços afetivos e convertido em mera força de trabalho.

No caso das crianças, o servidor público JJ, que trabalha na Secretaria de Municipal de Educação, disse que durante o ano letivo ocorrem dois fatos que repercutem na escola, a invasão e a evasão escolar. A invasão ocorre no início do ano, com a chegada dos filhos e filhas dos trabalhadores safristas, a evasão, ao final da safra, com a partida dos mesmos: “(...) aqui na verdade não tem emprego, tem frente de trabalho, contrato temporário, a pessoa faz um contrato de seis mês, demite e pronto e aí não cria laços de segurança, fica aquela rotatividade, tem a invasão no começo e a evasão no transcurso do ano.”

A quebra do afeto entre quem fica na cidade de origem e quem se desloca procurando oportunidade apareceu na entrevista da trabalhadora G., única mulher entrevistada e quem fez referência aos que ficaram. Sua filha está com sua mãe em Alagoas e não tem desejo de ir para Sapezal:

G: Ela não quer nem saber daqui por causa da minha mãe.

E: Ham, muito ligada a ela.

G: Já se apegou a minha mãe, nem passar as férias aqui comigo a menina quer, de jeito nenhum. (Entrevista concedida por G., trabalhadora terceirizada da prefeitura, em 25 de julho de 2019).

Essa transferência da referência da mãe para outro ente familiar é comum nas famílias que fazem da migração uma forma de sobrevivência, esses relatos aparecem também nos canaviais, “(...) Teresa viveu a apropriação do afeto do cortador de cana. A usina apropria-se não apenas da vida do trabalhador, mas como que com tentáculos, chega até a região de origem, afetando também a vida dos que não migram”. (REIS, 2018. p.122)

Além da confirmação da mulher como a cuidadora, outro papel lhe foi atribuído, a de objeto para satisfazer os desejos masculinos. Na criação do município de Sapezal, foi construído o que o entrevistado J. deu o nome de “Cinzeiro”, o prostíbulo da cidade. Esta parte da cidade, assim como as demais áreas, foi dada pelo Sr. André Maggi. A justificativa era que o local atenderia aos trabalhadores da fazenda, na maioria jovens e solteiros, que precisariam de uma motivação para migrar para Sapezal e trabalhar nas fazendas. Essa ação do Sr. André Maggi e relatada em sua biografia pelo filho Blairo Maggi:

Eu defendia que uma cidade para crescer tinha que ter o tripé de três pés. Em Sapezal, já havia a polícia e o padre, mas não as “moças”. Isso criava uma confusão,

já que o pessoal ia a Tangará da Serra se divertir e demorava uma semana para voltar. Sempre comentei isso com meu pai e ele tomou as providências como era de praxe: foi a Tangará da Serra e levou uma proposta positiva, construímos uma casa à beira do rio Água Quente, em Sapezal, e entregamos para ela tocar. Isso fazia com que a peãozada recebesse seu salário na sexta-feira e, na segunda, já estava todo mundo de volta trabalhando contente. (BAPTISTA, 2018, p. 220)

Esse local existe até hoje e é utilizado ainda para prostituição destinada aos trabalhadores. Na entrevista com A., houve tentativa de abordar o tema, entretanto o entrevistado aparentou certo constrangimento⁴⁵. Não foi possível continuar o assunto e outros entrevistados não mencionaram o local.

Além da questão de gênero na objetivação da mulher para as necessidades masculinas, novamente a questão de classe aparece aqui, o que motivou a construção do prostíbulo foi o não prejuízo da força de trabalho nas fazendas, primeiro para que os trabalhadores não se atrasassem da volta do final de semana e, segundo, tivessem extravasado as pressões em virtude das condições de trabalho. Nesse sentido, a opressão da mulher serve a interesses relacionados à reprodução do capital.

Muitas questões chamaram atenção na pesquisa em campo, mas o local “cinzeiro” nos mostra como a ideologia da riqueza vindo do agronegócio tem em seus escombros a exploração para além da categoria trabalho. Numa busca rápida num site de pesquisa as palavras “cinzeiro e Sapezal” obtiveram como resultados: prostituição, assassinados, tráfico de drogas, prostituição infantil, turismo sexual e venda de armas.

Portanto, a construção da cidade e as relações estabelecidas nos remete a várias formas de dominação, a de classe, de gênero, de raça e etnia. E talvez isso se reproduza em outras cidades criadas a partir do agronegócio, fica então outra indagação para futuros trabalhos de pesquisas.

A pesquisa de campo trouxe elementos, antes não considerados na tese, principalmente no tocante à distinção público-privado, inclusive na questão do cumprimento das leis. Por exemplo, em relação à prostituição, nos dias atuais a prática não é considerada crime, mas o ato de “(...) tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça” é, conforme Artigo 230 do Código Penal.

⁴⁵ O constrangimento do entrevistado nos coloca uma questão metodológica, reafirma que a pesquisador carrega consigo sua raça, gênero e aparência e, portanto, não é neutro na interlocução com o entrevistado.

A partir das entrevistas, pudemos compreender o duplo aspecto da experiência dos trabalhadores no município de Sapezal. Por um lado, sabem das dificuldades enfrentadas, por outro, têm o sentimento que o município é uma oportunidade para uma vida melhor. Quando se referem ao trabalho, há uma noção de pertencimento ao município, mas quando falam da família, esse pertencimento se desfaz. Ao final da entrevista com a trabalhadora G., já depois do gravador desligado, ela disse uma frase que representa bem este sentimento “(...) daqui eu só saio de dois jeitos: uma no caixão, porque aqui não é minha terra e eu quero ser enterrada na minha terra e outra da minha casa alugada para a minha casa própria”.

3.2 DO REI DA SOJA AO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

A eleição de Blairo Maggi (PPS) e de sua vice Iraci França (PPS), em 2002, foi uma grande surpresa e reviravolta no cenário político de Mato Grosso. O estado estava sendo comandado há oito anos por Dante de Oliveira (PSDB), que, além de não conseguir a sucessão do seu aliado Antero Paes de Barros (PSDB), também não foi eleito para o senado. Quem ficou com a vaga foi Serys Marly Shlessarenko (PT), primeira mulher eleita por Mato Grosso. Os motivos das derrotas foram amplamente discutidos por muitos analistas, programas de rádio, TV.

A mudança da classe hegemônica e do bloco de poder no governo do Estado explicam-se ao considerarmos que, para cada período histórico, é necessário um padrão para reprodução do capital. Tanto a hegemonia quanto o bloco de poder alteram-se de acordo com o grau de força da classe, facção ou setor, a duração de cada período de hegemonia ou bloco depende das alianças e articulações realizadas entre os dominantes e também os dominados (OSORIO, 2015). No caso de Mato Grosso, a hegemonia e o Bloco de Poder alteraram-se significativamente com a eleição de Blairo Maggi.

No processo eleitoral de 2002, temos concorrendo um empresário do agronegócio, conceituado na época como o maior produtor individual de soja do mundo, possuidor de um currículo de homem de sucesso, de visão. Em reportagem à Folha de São Paulo de dois de dezembro de 2002, sua assessoria de imprensa informa os seguintes motivos para sua candidatura e empenho para eleição:

O investimento pessoal e familiar seria uma "forma de retribuir ao povo mato-grossense, com desenvolvimento social e sustentável, o sucesso empresarial que teve dentro do Estado. Ser governador também era um sonho, que ele resolveu bancar". (FOLHA DE SÃO PAULO, 2002).

Muito além de um desejo pessoal, ao analisarmos como as classes sociais se organizam, o lugar que ocupam no sistema de produção, nas relações de trabalho, na propriedade ou não dos meios de produção, podemos conceber a classe social como algo heterogêneo, mesmo dentro da burguesia; portanto, não há uma unidade política (OSÓRIO, 2015). Por isso, mesmo pertencendo a essa classe, houve a necessidade de sua candidatura como representante do bloco de poder do empresariado do agronegócio, buscando a hegemonia deste na classe burguesa no Estado.

Num Estado Democrático de Direito, o processo eleitoral cria a ideia de que há uma igualdade de condições de poder, ou seja, cada indivíduo ou cidadão apto a votar representa um voto. Todos, independente da renda, raça, nível educacional, representam numericamente um voto, somos iguais, um por um. Entretanto, apesar de estarmos na mesma condição numérica, o que é colocado como opção para voto e eleição são aqueles que conseguem cumprir regras, normas, legislações, financiamento, e “são essas decisões anteriores, com poder constituídos, as que organizam o curso da vida em comum e, claro também das eleições. Portanto, tendencialmente, aqueles que expressam esse poder sempre ganham nas eleições, seja qual for o resultado.” (OSÓRIO, 2015, p. 16). Esses que expressam poder, usando os termos de Osório (2015), conseguem legitimar suas relações dentro do Estado, com o atendimento de suas demandas e a continuidade no poder, a partir de um processo eleitoral que não possibilita mudanças ou ruptura do Poder Político do Estado. Decidem “(...) que forças políticas e / ou personalidades assumirão as principais posições do aparato estatal, isto é, aqueles que liderarão as instituições onde o poder político é administrado, e não aqueles que detêm o poder político.” (OSÓRIO, 2015, p. 16).

Uma dessas decisões trata-se do financiamento das campanhas eleitorais, tema de discussões acaloradas, não só no Brasil, mas nos países que possuem um sistema eleitoral democrático. Recentemente, o Estado brasileiro passou por uma minirreforma política, que trouxe mudanças significativas para o financiamento das campanhas. A partir de 2018, empresas não poderão doar recursos para as campanhas, e pessoas físicas só poderão doar até 10% do rendimento bruto declarada no ano anterior. Além dessas mudanças, os candidatos terão um teto máximo de gastos, ou seja, o céu e o bolso dos doadores não são mais os limites. (ANDRADE, 2018).⁴⁶

⁴⁶ Para termos uma ideia do impacto destas três alterações, na eleição mais recente para governo em Mato Grosso, o candidato eleito Pedro Taques (PDT) recebeu de doação o montante de vinte e sete milhões de reais,

Em 2018, os candidatos a governador tiveram um teto de gastos que variava de acordo com o número de eleitores do Estado, não podendo ultrapassar o valor de vinte e um milhões de reais. (ANDRADE, 2018). Além destas alterações, os partidos serão financiados por meio do Fundo Partidário, que possui uma previsão de 1,7 bilhão de reais que serão divididos pelos partidos, utilizando como critério a representatividade do partido na bancada do Senado, da Câmara e, para os partidos com deputados federais eleitos, a proporção dos votos recebidos e um percentual (2% sobre o total do fundo) para todos os partidos. (BRASIL, 2018). Porém, nas eleições anteriores a 2018, não era esse o cenário nas disputas eleitorais.

Os valores doados às campanhas atendiam a diversos interesses. Para que fosse possível realizar uma análise do perfil dos doadores das campanhas foi solicitado, junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, acesso aos processos de prestação de contas eleitorais nas campanhas de 1994, 1998, 2002 e 2006 para o cargo de governador do estado de Mato Grosso, referente ao primeiro colocado nas eleições, portanto, Dante de Oliveira (1994 e 1998) e Blairo Maggi (2002 e 2006).

Na eleição de 1994, os recursos arrecadados foram administrados pelo Comitê Financeiro do Partido Democrático Trabalhista – PDT, não sendo possível uma análise somente sobre os doadores para campanha ao cargo de governador. Houve, aproximadamente, cento e onze doadores, entre pessoas físicas e jurídicas, além dos recursos transferidos pela Direção Nacional do Partido. Desse total de doadores, as áreas de atuação das primeiras vinte maiores doações tratam de empresas ligadas à construção civil, sejam construtoras ou empresas ligadas a esse ramo de atividade, conforme tabela abaixo. Esses recursos financiaram além da campanha ao cargo de governador, todos os demais candidatos que receberam sua parte na divisão dos recursos.

de aproximadamente quatrocentos e setenta doadores. Destes, duzentos e quarenta e oito foram doados por Pessoas Jurídicas, num total de dezessete milhões de reais aproximadamente.

Quadro 1 - Relação dos doadores na eleição de 1994 em Mato Grosso (pessoa jurídica).

DOADOR	VALORES UFIR	VALORES R\$
Construtora Norberto Odebrecht	-	200.000,00
Tecnica Engenharia Ltda	-	179.750,00
Vertice Engenharia Ltda	-	144.750,00
Eldorado Construtora Ltda	-	130.000,00
Amper Constr. Eletricas Ltda	-	107.160,00
Banco Merc. Descontos AS	-	100.000,00
Cimento Portland MT S/A	-	100.000,00
Const. Andrade Gutierrez	-	100.000,00
Trese Construtora e Incorporadora	-	80.000,00
Resel Com. Serv. Elet. Ltda	-	79.875,00
Cial Artigos Del Rey Ltda	-	70.000,00
Irmãos Naqum e CIA Ltda	-	70.000,00
Trescinco Distr. De Veiculos	-	67.000,00
Barralcool Usina da Barra	-	60.000,00
Amparo Saneamento Const. Ltda	-	52.180,00
Construtec T. E. Incorp. Ltda	-	50.000,00
Frigopam da Amazonia S/A	-	48.000,00
Prado Engenharia Ltda	4.082,17	44.937,50
Concreto da Amazonia Ltda	-	43.890,00

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados fornecidos pelo TRE-MT

Na eleição de 1998, é possível analisar somente os doadores para a campanha ao governo. Nesta, o então candidato à reeleição Dante de Oliveira obteve doações de aproximadamente 14 doadores, incluindo os recursos recebidos pelo Comitê Financeiro Estadual do PSDB. Os perfis dos maiores doadores, com exceção do próprio partido, tratavam, assim como em 1994, de empresas ligadas à construção civil, sendo as cinco maiores doações feitas pelas seguintes empresas: Amper Construções Elétricas Ltda; Elma Engenharia e Construções Ltda; Destak Construtora e Incorporadora; América Auto Posto Ltda e; Trese Ind. E Com. De Cerâmica Ltda. Portanto, temos uma centralidade dos doadores num mesmo segmento econômico.

Podemos levantar a questão: por que doar? O que poderia mover os sujeitos e/ou empresas a doarem para uma campanha eleitoral (ou várias)? A resposta pode estar no fato de que o Estado “é a única instituição na sociedade que permite que os interesses de poucos

apareçam como interesses de muitos, como interesses gerais, como interesses de todos, como interesses da nação.” (OSORIO, 2015, p. 10). Por isso é tão importante deter o poder estatal e exercê-lo, não há melhor mecanismo que consiga essa transformação dos interesses de um grupo para toda a sociedade do que a democracia representativa ou, especificamente, o processo eleitoral. Os indivíduos deixam de ser identificados como dominados e passam a acreditar que são integrantes daquela classe hegemônica, a partir da construção falsa de que não há desigualdades no modo de produção ou, se há, é resultado da não capacidade individual de cada um. Esse jogo de cena é possível porque democracia, pluralismo, representatividade e equidade não são condições cumpridas nas democracias, em especial na América Latina “(...) não é difícil perceber que a capacidade dos diversos setores sociais e de suas organizações de difundir seus pontos de vista e impor seus interesses é absolutamente desequilibrada.” (OSORIO, 2015, p. 8).

Quando perguntado aos entrevistados em Sapezal sobre o apoio a candidatura de Blairo Maggi, inclusive seu financiamento, todas as respostas foram positivas. Demonstram que a percepção que eles tinham era de que, a partir da eleição de um representante do setor e do interior do estado, os mesmos teriam acesso mais fácil ao aparato institucional governamental e as demandas seriam assim atendidas.

(...) eu diria se não o melhor um dos melhores que Mato Grosso já teve e para nos aqui da nossa região muito melhor ainda em função das estradas que eu coloquei as dificuldades de acesso para Sapezal onde o governador através da sua política interna de Estado e como também seu acesso a nível federal né conseguiu viabilizar essa ligações feitas tanto a nível federal quanto a nível estadual então o Blairo foi um grande propulsor para novas gerações da políticas, pessoas que vieram do sul e de outras regiões do Brasil e que se propuserem a fazer o que ele fez pelo estado.”

E: Pela lista de doadores teve muito doadores aqui de Sapezal, isso significa que a população também apoiou.

CM: Sim, a população de Sapezal eu acho que se hoje o Blairo se candidatar a governo do estado de novo eu não digo 100% mas a grande maioria é seria favorável sim, teve colaborado aqui de Sapezal, como teve de outros estados eu acho que todo mundo que colaborou e que apoia e que apoiou o Blairo em toda a sua trajetória, suplente de senador, governador, senador, ministro, nos sempre pensamos o que realmente ele pensa que seria alguém dedicado ao seu trabalho pensando na coletividade, pensando num país melhor para todos e foi assim que ele governou o estado de Mato Grosso e fez o papel dele também a nível federal

E: O senhor acabou respondendo que o governo do Blairo Maggi atendeu as suas expectativas da região.

CM: Superou, acho que foi um bom governador, um excelente governador e que realmente ajudou muito a desenvolver o estado de Mato Grosso, tem sua contribuição como empresário, Grupo Amaggi, o Blairo governador, o Blairo senador, o Blairo ministro e que realmente atendeu a demanda como governador do estado de Mato Grosso, como ministro, como senador ele representa muito bem o país, tanto aqui como lá fora, acho que ele abriu mercados muito importantes tão refletindo agora e vão refletir muito mais n futuro.

(Entrevista concedida por C.M., político, em 24 de julho de 2019).

(...) Então, querendo ou não tem influência o agronegócio, construção de estrada, por exemplo, Sapezal tem esse acesso asfáltico aqui para Campo Novo foi inaugurado em 2010 no governo Blairo, antes era 70 quilometro de estrada de chão, na seca tu atola na poeira, na chuva tu atola no barro, por aí. (Entrevista concedida por J.D. servidor municipal, em 24 de julho de 2019.).

Olha, na verdade, o mandato do Blairo Maggi beneficiou quase que o estado inteiro, não só na região de Sapezal, principalmente na área da infraestrutura onde ele atuou bastante, trabalhou bastante. Você tinha mais facilidade de conseguir, principalmente Sapezal as emendas, mais facilidade de desenvolver várias coisas no município que foi desenvolvido no município. (Entrevista concedida por A., trabalhador assalariado rural, em 25 de julho de 2019)

Podemos, então, compreender esse movimento da busca da hegemonia de classe dos empresários do agronegócio. Nesse caso, as noções de consenso e direção podem colaborar para essa análise. O consenso não se constrói por meio da força, mas por políticas de alianças (OSÓRIO, 2015). O consenso e, posteriormente, a direção são visíveis no perfil dos doadores da campanha de Blairo Maggi ao Estado. Na primeira candidatura, recebeu cento e sete doações, sendo sessenta e cinco por Pessoa Física e quarenta e duas por Pessoa Jurídica, num total de R\$ 10.392.916, 61 (dez milhões e trezentos e noventa e dois mil novecentos e dezesseis reais e sessenta e um centavos) sem correção. Das pessoas físicas, três eram mulheres, sendo uma delas a mãe do candidato, Sra. Lucia Borges Maggi com a maior doação, valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) sem correção. Do total de cinco milhões e meio de reais recebidos de pessoas físicas, três milhões e duzentos foram doados pelo próprio candidato (Blairo Maggi), portanto, 58% do total. Este valor agrupado ao dos familiares Sra. Lucia Borges Maggi (mãe), Hugo de Carvalho Ribeiro (cunhado e sócio no Grupo) e Itamar Locks (cunhado e sócio no Grupo), o percentual de financiamento sobe para 80% sobre o total recebido em doações.

Das sessenta e cinco doações de Pessoa Física, pesquisamos a origem de quarenta e quatro. Dessas, onze são dos familiares citados anteriormente, as demais trinta e três doações foram realizadas por pessoas que desenvolvem as seguintes atividades econômicas: sete denominados como agricultores, localizados no município de Rondonópolis, Sapezal e São Paulo; sete, de comerciantes de Rondonópolis e Sapezal; quinze empresários do agronegócio localizados nos municípios de Rondonópolis, Sapezal, Campo Novo dos Parecis, Itiquira, Pedra Petra, Primavera do Leste, Serra do Petrovina, Diamantino; um empresário do Ramo de Transporte de Rondonópolis; um Diretor do Grupo Amaggi; e, por último, uma doação identificada apenas como ocupação de um cargo público em Tangará da Serra.

Analisando as doações feitas por pessoas jurídicas, o comportamento da família Maggi mantém-se como nas doações realizadas por esse mesmo modo. Só o Grupo Amaggi, compreendendo Amaggi Exportação e Importação Ltda e Hermosa Navegação Da Amazônia Ltda representam sobre o valor total 69% das doações recebidas para o candidato Blairo Maggi. Somando as doações feitas pelas pessoas físicas e jurídicas, a família financiou sete milhões e oitocentos mil reais de um total de dez milhões de reais, aproximadamente, portanto, 78% de participação no financiamento da campanha de Blairo Maggi ao governo do estado.

Assim como nas doações realizadas por pessoas físicas, em que a maioria compreende pessoas ligadas à atividade do agronegócio, o mesmo ocorre nas doações realizadas pelas empresas. Em suas denominações ou nomes fantasia, há sempre uma referência ao setor do agronegócio, conforme é possível visualizar na tabela 4. Nessa lista de empresas há pelo menos duas multinacionais que doaram para campanha de Blairo Maggi, a Bunge Fertilizantes S/A E Syngenta Proteção De Cultivos Ltda. Segundo o site De olho nos Ruralistas (21/05/2019), as multinacionais são financiadoras ocultas de campanhas utilizando-se do Instituto Pensar Agropecuária (IPA), que recebe recursos:

(...) oriundos da contribuição de 38 associações mantenedoras do IPA, que pagam uma mensalidade de pelo menos R\$ 20 mil cada uma. Isso significa R\$ 760 mil no caixa por mês. E quem mantém as associações? Multinacionais. Grandes empresas brasileiras do setor. Bancos.

Esse instituto presta assessoria técnica à Frente Parlamentar da Agropecuária, que tem a maior representatividade no Congresso Nacional. Dentre as empresas que financiam as associações, que por fim financiam o Instituto e a Frente Parlamentar, estão a Bunge e a Syngenta, que também financiaram diretamente ao governo do estado, o candidato Blairo Maggi.

A comparação do quadro de doadores de Maggi com o perfil dos doadores das duas campanhas de Dante de Oliveira pode ser compreendida, a partir da noção de interdependência, proposta por Elias (1970) Essa interdependência varia de acordo com o tempo histórico e com o perfil da sociedade, à medida que elas “se tornam cada vez mais diferenciada e estratificada” (ELIAS, 1970, p. 147). A função dos agrupamentos solidários entre as pessoas é a de uni-las em torno de objetivos comuns, como “a defesa comum das suas vidas, a sobrevivência do seu grupo em face de ataques efetuados por outros grupos e, por

uma variedade de razões (...)” (ELIAS, 1970, p. 152). Essa relação não pode ser somente econômica, apesar de não podermos desconsiderar esse aspecto.

Regina Bruno (2009) utilizou-se do conceito rede de sociabilidade para pensar como essas redes alimentam a “construção da identidade e do poder da Banca Ruralista e de seus integrantes”. Aponta:

Nesse sentido procuro mostrar que a inserção dos parlamentares ruralistas nas inúmeras redes de sociabilidade existentes, tanto no Congresso Nacional como fora dele, não só permite a construção de uma determinada concepção de mundo – fundamento de uma identidade ruralista e do poder patronal -, como garante o êxito de suas demandas, a manutenção de seus privilégios e contribui para a criação de laços sociais com outros grupos não necessariamente ligados à atividade rural e ao campo. (BRUNO, 2009, p. 16).

Se a presença dos deputados ligados ao agronegócio nas várias comissões parlamentares no Congresso consolida a identidade ruralista e garante seu acesso ao Estado e às suas políticas públicas, podemos pensar que elite agrária, ao se mobilizar e financiar a campanha de um dos seus representantes, também garantiu acesso ao Estado e às políticas públicas.

Bruno (2009) identifica três redes de sociabilidade, a política, a de atividades profissional e a última, a social ou societal, sendo assim conceituadas:

A rede de sociabilidade política é, seguramente, a mais expressiva e compreende, sobretudo, as atividades político-partidária, sindicais, corporativas e os cargos públicos. (...) Já a rede de sociabilidade profissional, como o próprio nome enuncia, abrange as atividades profissionais dos parlamentares. (...) E, finalmente, a rede social compreende basicamente as atividades associativas e a participação dos deputados em agremiações sociais e religiosas, como, por exemplo, a participação no Lions Club e na maçonaria. (BRUNO, 2009, p. 17)

Partindo dessa categorização e contando com os dados apresentados, temos a constituição de duas redes, a política - iniciada com o pai Sr. André Maggi ainda no Paraná -, e a rede de sociabilidade profissional, pois é a atividade econômica em comum, o agronegócio, que torna Maggi e os doadores interdependentes. Concluimos, em acordo com Bruno (2009, p. 25), que “(...) cada vez mais, os setores patronais no Brasil, e não apenas os rurais ou agroindustriais, voltam os seus olhos para o Congresso Nacional em busca de espaço e visibilidade,” e utilizam destes espaços e das redes estabelecidas para se consolidarem enquanto condição de classe. Em Mato Grosso, a movimentação do campo para eleição de Blairo Maggi, enquanto representante do agronegócio, obteve êxito a partir da sua eleição em outubro de 2002 em primeiro turno.

Quadro 02 - Relação dos doadores de Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais na eleição de 2002 em Mato Grosso (pessoa jurídica).

NOME DOADOR	VALOR DA RECEITA	MUNICÍPIO	ESTADO
AGRO SAM AGRÍCOLA E PECUÁRIA LTDA	12.146,50	SAPEZAL	MT
FOCKINK INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA	50.000,00	PANAMBI	RS
FERTIPAR FERTILIZANTES PARANÁ LTDA	250.000,00	CURITIBA	PR
HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA LTDA	450.000,00	MANAUS	AM
AMAGGI EXORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA	2.931.777,74	RONDONÓPOLIS	MT
MARACAI FLORESTAL E INDUSTRIAL LTDA	10.000,00	SINOP	MT
TRANSPORTADORA ROMA LTDA	10.000,00	RONDONÓPOLIS	MT
EMBU S/A ENGENHARIA E COMÉRCIO	15.000,00	ALTA FLORESTA	MT
BUNGE FERTILIZANTES S/A	100.000,00	SÃO PAULO	SP
SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA	100.000,00	CUIABÁ	MT
AGROPECUÁRIA MAMACA LTDA	25.000,00	FARROUPILHA	RS
FEELINGS MOTEL LTDA	5.000,00	TATUAPÉ	SP
MADEIRAS TALISIA LTDA	5.000,00	ALTA FLORESTA	MT
RIOGRANDENSE TRANSPORTE RODOVIÁRIO LTDA	10.000,00	RONDONÓPOLIS	MT
AGROPECUÁRIA BASSO S/A	25.793,00	CUIABÁ	MT
APERAFICO AMAZÔNIA LTDA	50.000,00	CUIABÁ	MT
BANCO CRÉDITO REAL MINAS GERAIS S/A	150.000,00	JUIZ DE FORA	MG
BACAREI FLORESTAL LTDA	5.000,00	ALTA FLORESTA	MT
RIO CORRENTE AGRÍCOLA S/A	93.000,00	SONORA	MS

NOME DOADOR	VALOR DA RECEITA	MUNICÍPIO	ESTADO
ERIN ESTALEIROS RIO NEGRO LTDA	150.000,00	CUIABÁ	MT
BKG ROTEM QUÍMICA DO BRASIL LTDA	30.000,00	PORTÃO	SP
FOCKINK INDÚSTRIA ELÉTRICA LTDA	40.000,00	PANAMBI	RS
COMPENSADOS ANGELA LTDA	5.600,00	SINOP	MT
RONDOAGRO PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA	44.000,00	RONDONÓPOLIS	MT
RENOSA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS LTDA	125.000,00	VÁRZEA GRANDE	MT
AGROMON AGRICULTURA E PECUÁRIA LTDA	43.120,00	DIAMANTINO	MT
USINA PANTANAL AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA	5.000,00	JUSCIMEIRA	MT
AGROPECUÁRIA POTRILLO S/A	10.000,00	ÁGUA BOA	MT
SUPERMERCADO MODELO LTDA	15.000,00	VÁRZEA GRANDE	MT

Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados disponibilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso. Os valores não foram corrigidos

Na primeira eleição de Blairo Maggi, houve um movimento coeso, não mais da família Maggi, mas do Grupo André Maggi. Podemos presumir que a experiência política já vivenciada pela família, desde o município São Miguel do Iguaçu, o poder político e as portas que se abriram a partir de então, incentivaram a chegada do grupo e de seus apoiadores ao cargo máximo na esfera estadual, o de governador.

Mills (1968) analisa na sociedade americana como o poder, ou a essência do poder nacional estão nos domínios econômicos, políticos e militares. As demais instituições como a religião, a família e a escola estão a serviço destes três domínios. Apesar de o autor se referir a uma sociedade diferente da brasileira, podemos considerar, a partir de suas reflexões, que: mesmo que o Grupo André Maggi já fizesse parte da elite econômica e o patriarca da família Maggi já tivesse experiência no domínio político, Blairo Maggi entende que é preciso ocupar o domínio político, além do econômico, o poder só poderá ser exercido através da ocupação dos maiores cargos das instituições do Estado.

Na segunda campanha de Blairo Maggi para a reeleição, ao analisar ainda o perfil dos doadores e como se deu o financiamento, temos uma alteração significativa desse perfil na

eleição anterior, em 2002. Se, na primeira campanha, a família migrou para o conceito de Grupo e financiou quase que exclusivamente o pleito eleitoral, em 2006 a ausência do grupo Amaggi é notável, há inserção de novos financiadores. Em relação ao total de doações, o número ampliou para duzentas e sessenta, um acréscimo de 153 doações a mais do que em 2002.

As doações realizadas por pessoas físicas permaneceram quantitativamente semelhantes a 2002, sessenta e uma doações. Com uma ampliação do número de doadoras mulheres, agora são nove. Entretanto, a que fez a maior doação em 2002 não repete o ato em 2006, a mãe Lucia Borges Maggi não aparece mais como doadora. O mesmo acontece com os dois cunhados e com o próprio Blairo Maggi, não são mais doadores. O único Maggi que aparece na lista de pessoa física é o primo Erai Maggi Sheffer. Essas ausências talvez expliquem a redução significativa dos valores, o total recebido foi de menos de um milhão de reais não corrigidos.

A maior doação feita deixa de ser pelo próprio candidato e passa ser pelo Sr. Guilherme De Alvares Otero Fernandes. O mesmo possui registradas sete empresas com um capital social de aproximadamente cento e quarenta milhões de reais. A doação foi de duzentos e trinta e cinco mil reais. A segunda maior doação foi realizada por Mauro Mendes Ferreira, num total de cento e cinquenta mil reais. Mauro Mendes foi prefeito de Cuiabá no período de 2013 a 2016, mas já tinha sido candidato em 2008 e em 2010 para governador. É proprietário da Bimetal Ind. Com. Prod. Metalúrgicos Ltda, que doa para campanha um montante de duzentos e quinze mil reais enquanto pessoa jurídica.

A empresa Bimetal é uma das beneficiadas pela renúncia fiscal por meio do Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso – PRODEIC, desde 2003. Veremos no próximo capítulo, mais especificamente, como se deu a elaboração do referido programa, mas podemos, desde agora, visualizar que o esforço inicial do Grupo André Maggi passa a ser de outros atores, já contemplados pelas políticas públicas de renúncia fiscal.

São nas doações realizadas por empresas (Pessoas Jurídicas) que visualizamos mais claramente a mudança em relação à campanha de 2002, tanto no número de doações quanto nos valores arrecadados pelos candidatos. Em 2006, observa-se um total de cento e trinta e cinco doações (aumento de 313%) e um montante de sete milhões e setecentos mil reais, um aumento de mais de três milhões e trezentos. Mas, o ponto mais importante: se em 2002, o Grupo financiou quase que 69%, em 2006 esse percentual ficou em 5%, temos as maiores doações realizadas pela Gramarca Distribuidora Veículos Ltda e Concremax. Temos, também, a presença de instituições financeiras, como o Banco BMG, Banco Cruzeiro do Sul e BMC

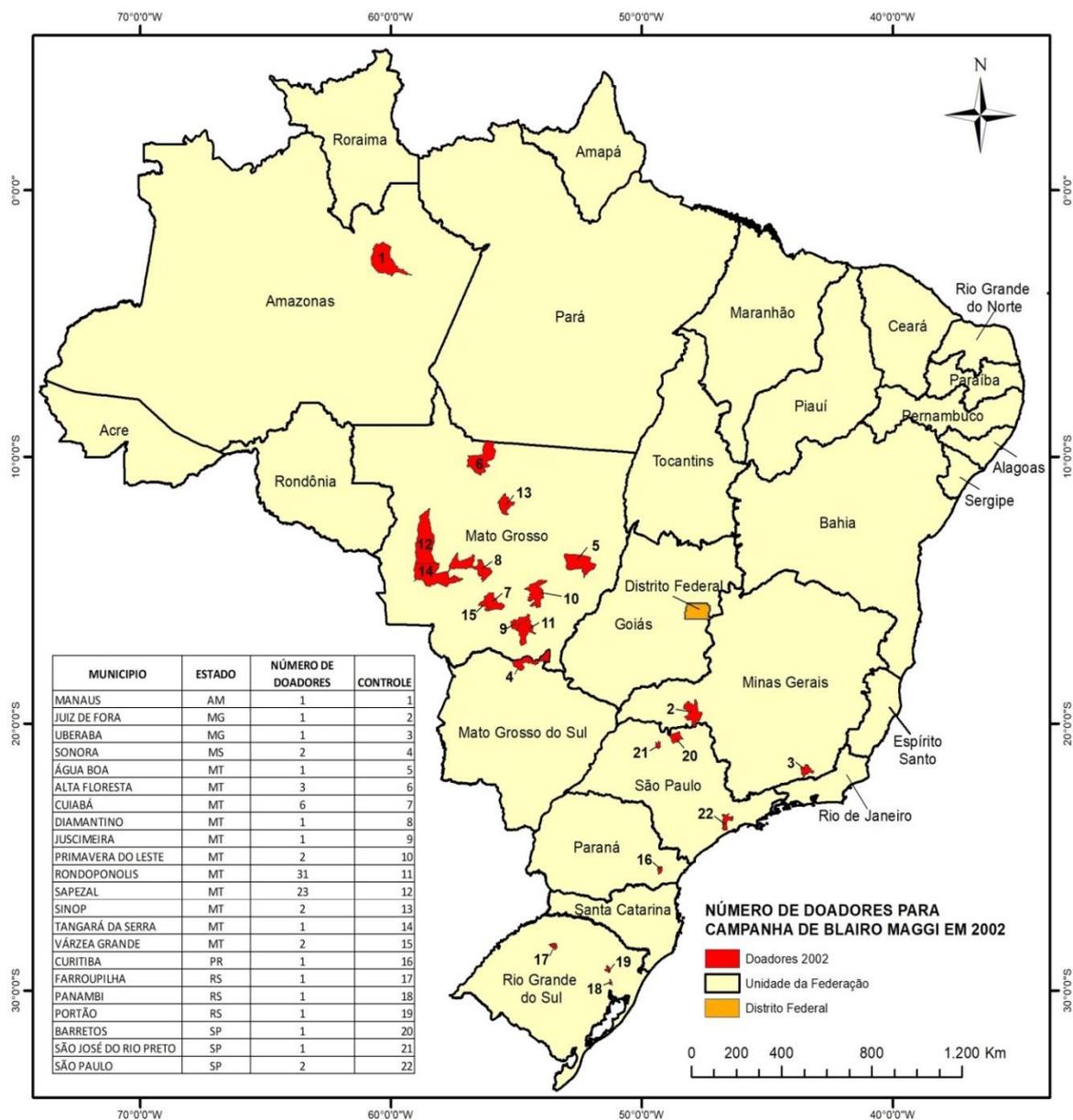
S/A, também de muitas construtoras, frigoríficos, usina de açúcar etc. Há também um tipo de doação feita pelo próprio partido, o doador é identificado com o Comitê Financeiro Único PPS-MT, que totalizou um montante de oitocentos mil reais aproximadamente. Temos, então, uma ampliação do quadro de apoiadores do governo Blairo Maggi.

Se na eleição de 2002, os doadores eram basicamente pessoas ou empresas ligadas ao agronegócio, em 2006, esse perfil não é mais tão homogêneo, temos uma amplitude de setores econômicos. Essa amplitude pode ser explicada pelas políticas públicas implantadas pelo governo Maggi, em destaque a Lei 7958 de 2003 (Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso). Portanto, essa primeira análise sobre os doadores da campanha nos posiciona que a primeira candidatura é uma aposta da família, Grupo André Maggi e alguns parceiros ligados ao agronegócio. Há pouca diversificação das atividades econômicas desenvolvidas, o que não ocorre em 2006.

No processo de prestação de contas referente a 2006, ao contrário do de 2002, não há informação sobre o município e estado do doador. Tivemos acesso a uma planilha com os dados bancários dos doadores, portanto, investigamos a origem por meio do município da agência do doador e, quando não havia essa informação, consultávamos a rede mundial por meio dos sites de buscas. Ainda assim, não foram localizados os municípios de 52 doadores, em sua maioria doações realizadas por pessoa física.

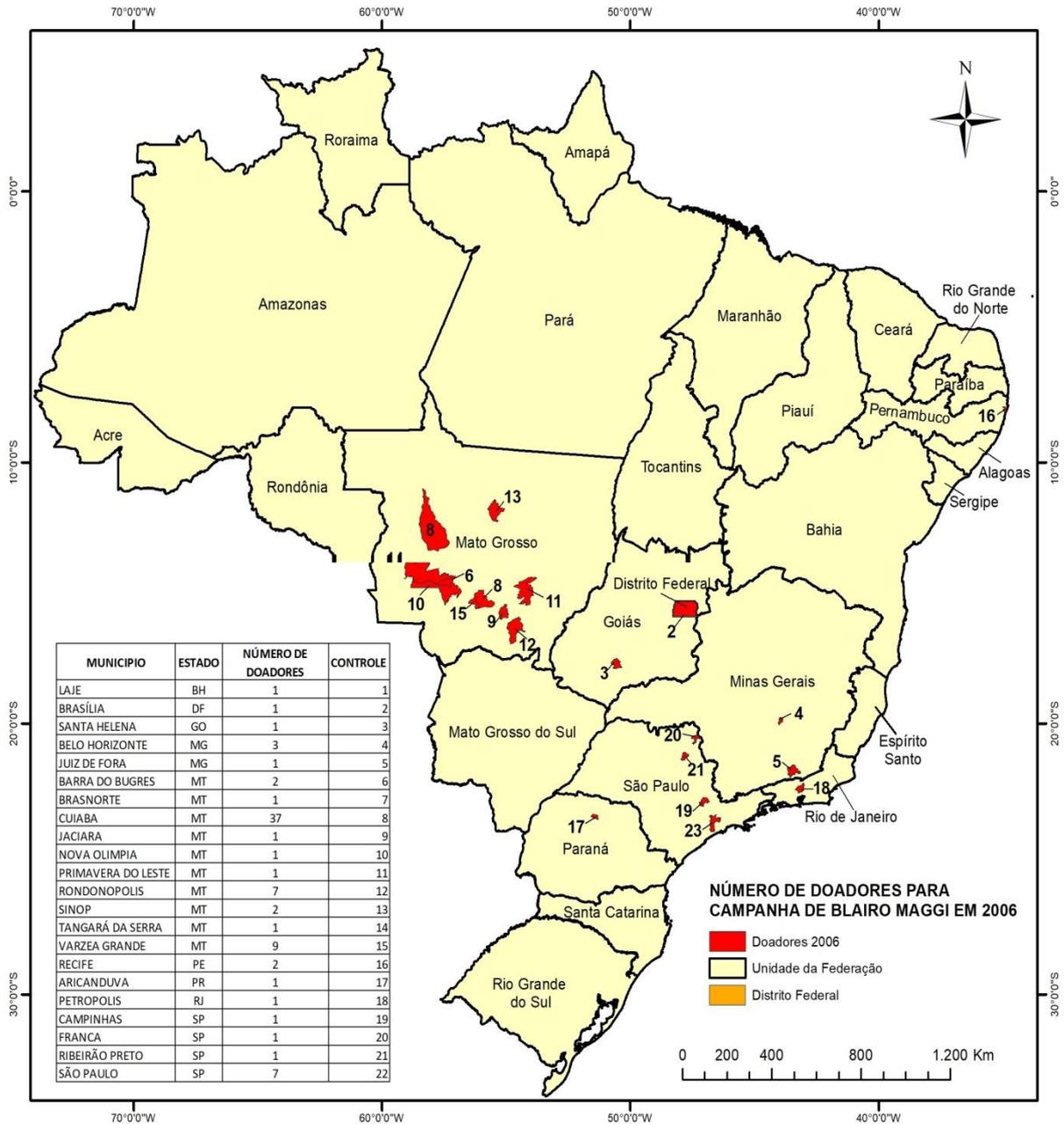
Assim como houve uma alteração significativa na quantidade, atividade econômica, origem dos valores doados, verificamos que a localização dos doadores também se alterou, conforme mapas abaixo.

Mapa 01 - Localização dos doadores da campanha ao governo do estado de Mato Grosso para candidato Blairo Maggi, eleição 2002.



Fonte: Elaborado pela autora a partir da Prestação de Contas das Campanhas ao Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso – TER-MT

Mapa 02 - Localização dos doadores da campanha ao governo do estado de Mato Grosso para candidato Blairo Maggi, reeleição 2006



Fonte: Elaborado pela autora a partir da Prestação de Contas das Campanhas ao Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso – TER-MT

O candidato recebeu em 2002 doações advindas de seis estados, já em 2006, passa a receber de oito estados, além de Mato Grosso. Outra alteração significativa foi o número de doadores localizados em Cuiabá, passa de seis em 2002 para trinta e sete em 2006. Temos uma ampliação também no número de empresas ligadas à construção civil, num total de trinta aproximadamente, Outro segmento que não apareceu em 2002 (nas pesquisas realizadas pela

autora) e surge com bastante força em 2006 é o dos frigoríficos; em 2006 há doação de cinco empresas, sendo uma delas a Marfrig Frigoríficos e Com. Alimentos Ltda. uma multinacional. As usinas sucroalcooleiras também participam do financiamento - pelo nome das empresas foram identificadas três usinas. Outra questão interessante sobre os doadores é a presença de quarenta e uma doações no valor de três mil reais (sem correção) feito por pessoas físicas. Esse tipo de doação não ocorreu em 2002. Como as contas foram aprovadas pelo Tribunal Regional Eleitoral, os trâmites burocráticos atenderam aos seus objetivos.

Nas consultas realizadas nos processos de prestação de contas dos então candidatos Dante de Oliveira e Blairo Maggi foi possível visualizar vários documentos. Este abaixo auxilia na compreensão do que este capítulo se propõe, que é a comprovação material de que, principalmente na primeira campanha de Blairo Maggi, a elite agrária se mobilizou e financiou a campanha do seu então representante legítimo. Isso porque, como analisados nos capítulos anteriores, os governadores até então possuíam o perfil mais burocrata, vindo dos movimentos estudantis, servidores públicos com experiência no executivo e legislativo. Esse não era o caso do Blairo Maggi, apesar de ser possuidor de capital social, cultural, político e econômico. Não possuía experiência direta junto ao Poder Executivo, possuía apenas alguma experiência no Legislativo, quando fora suplente do senador Jonas Pinheiro.

Mesmo não tendo nenhum governo ligado diretamente ao agronegócio, as necessidades do setor foram prioridade pelas políticas públicas, como demonstra a pesquisa até agora. O Estado priorizou o modelo agroexportador. Um exemplo claro foi a construção e depois a venda de um porto no Amazonas para saída da soja do cerrado de Mato Grosso para o mercado externo, a Hermasa. A ideologia neoliberal aplicada no Brasil propõe a redução do Estado para apenas algumas políticas públicas, para outras, principalmente as voltadas à formação dos grandes monopólios, é o Estado quem garante a acumulação primitiva do capital.

Figura 11 - Declaração de doadores para prestação de contas ao TER- MT, campanha 2002.

TRE/SJ
13

(66) 421-5396 - LUCI
9901.6929 -
CARGO/ALFACIN

PARA - COMITE ELEITORAL DE BLAIRO MAGGI
DE - Antônio Francisco dos Passos

ASSUNTO - Doação para campanha eleitoral:

Por acharmos as idéias do Sr. Blairo Maggi alinhadas com as nossas expectativas para o governo de Mato Grosso, efetuamos nesta data, depósitos conforme comprovantes abaixo, solicitamos emissão de recibos, conforme relacionado, que deverão ser enviados pelo correio:

- R\$ 5.000,00 - MADEIRAS TALISIA LTDA
Av. Ayrton Senna s/nº - cx. Postal nº 11 CNPJ
78.580-000 - Alta Floresta - MT (12/99) 42 28424
CGC - 37.483.732/0001-90 MT 1390-3
IE - 13.143.443-8 237
- R\$ 5.000,00 - BACAERI FLORESTAL LTDA
Rodovia MT 160 - Km 12 - Cx. Postal nº 11
78.580-000 - Alta Floresta - MT CNPJ 06400
CGC - 15.379.001/0001-66 237
IE - 13.130.159-8 13805

Qualquer dúvida, estamos à disposição pelo fone (66) 521 4066, na torcida pelo resultado favorável nas urnas ao Blairo, e ao senador Jonas Pinheiro

Alta Floresta, 30 de setembro de 2002.

Fonte: Processo de Prestação de Contas do Comitê Eleitoral de Blairo Maggi, Eleição 2002.

Finalizando a análise desse capítulo, afirmamos que a construção de Sapezal concretiza essa ideologia, o capital privado constrói uma cidade a partir das suas necessidades e a administra para atendê-las. Assim como o conceito de acumulação primitiva colabora para compreendermos todo o processo de ocupação de Mato Grosso, o conceito de super-exploração para a classe trabalhadora nos faz entender o porquê da resistência para implantação de indústrias no município. A concorrência por mão de obra poderia aumentar a faixa salarial, prejudicando assim os lucros das empresas do agronegócio. Outro conceito que nos faz compreender é o da acumulação por espoliação, a retirada das terras dos primeiros colonos de Sapezal, que venderam suas terras aos grandes empresários que chegavam do sul e a dificuldade dos trabalhadores em relação ao alto custo dos aluguéis que onera gravemente sua renda, por consequência, sua reprodução social.

O agro constrói, afirma e consolida uma identidade de classe. Como vimos neste capítulo, esse processo se deu a partir da mobilização e organização política para eleição de um representante direto, e também a construção e emancipação de um município que, dentre

várias decisões do poder público, conseguiu a implantação de um novo corredor de exportação. A análise apresentada neste capítulo vai ao encontro do que BRUNO (2009, p. 284) nos apresenta, para quem “(...) esse capital político e essa capacidade [*de*] exercer poder de influência estão quase sempre associados à capacidade de construir alianças ocasionais, angariar respaldo e legitimidade”. A partir da pesquisa de campo e dos documentos históricos, concluímos que a articulação entre local, nacional e internacional (multinacionais) viabilizou a eleição de um governador que representa diretamente o setor do agronegócio.

4. O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE MATO GROSSO (LEI 7.958 DE 2003), OS INCENTIVOS FISCAIS

“(...) os homens do poder; (...) estamos interessados em suas políticas e nas consequências de seu comportamento nos postos que ocupam.” (MILLS, 1968, p. 338).

Em *Senhores & Caçadores – A Origem da Lei Negra*, o autor Thompson (1987) analisa as origens da Lei Negra. Para tanto, busca em documentos originais os motivos e as consequências dessa lei para a sociedade daquela época, principalmente para as pessoas que viviam nas florestas reais ou em suas imediações.

Em primeiro lugar, o contexto da Floresta de Windsor, os episódios, a análise. Em segundo lugar, um procedimento parecido para com as florestas de Hampshire e os “Negros de Waltham”. Finalmente, vamos a Londres, acercando-os sempre mais das medidas e ideologia dos Whigs, dos homens que fizeram a Lei Negra e da lei que fizeram. (THOMPSON, 1987, p. 18).

Na mesma via de Thompson, essa tese busca entender quem fez a Lei 7.958/2003 e como essa medida contemplou o contexto histórico, econômico e social de Mato Grosso e do Brasil. Iniciamos a tese com a retomada do processo de ocupação de Mato Grosso e a reflexão sobre a quem realmente essa ocupação servia. Em seguida, identificamos outras políticas públicas. Entre essas, já havia experiências de renúncia fiscal efetuadas pela SUDAM, política estadual de renúncia fiscal no governo de Fragelli (1971-1975), o endividamento público como financiador do milagre econômico e de grande parte da expansão da fronteira agrícola. Então, apresentamos o caminho percorrido pelo autor da Lei, o então governador do estado de Mato Grosso Blairo Maggi.

Realizada essa trajetória, nessa seção, o objetivo é analisar “da lei que fizeram”, ou seja, como foi seu percurso desde o envio pela Casa Civil para a Assembleia e, nesta “Casa de Leis”, quais foram os trâmites, as relações que foram estabelecidas e quais foram os beneficiados.

Thompson (1987, p. 349) analisa que há leis que expressam uma estrutura de dominação de classe, baseada numa leitura marxista da realidade social:

(...) a lei é por definição, e talvez de modo mais claro do que qualquer outro artefato cultural ou institucional, uma parcela de uma “superestrutura” que se adapta por si às necessidades de uma infra-

estrutura de forças produtivas e relações de produção. Com tal, é nitidamente um instrumento da classe dominante de facto: ela define e defende as pretensões desses dominantes aos recursos e à força de trabalho – ela diz o que será prioridade e o que será crime e opera como mediação das relações de classe com um conjunto de regras e sanções adequadas, as quais, em última instância, confirmam e consolidam o poder de classe existente. Portanto, o domínio da lei é apenas uma outra máscara do domínio de uma classe.

Contamos com a reflexão de Thompson (1987) para analisar a Lei 7.958/2003. O projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa tramitou na casa por vinte e dois dias corridos, foi aprovado pela Casa de Leis e, como lei, publicada em 25 de setembro de 2003, há oito meses da posse do novo governador Blairo Maggi. Essa lei tinha como objetivo a apropriação do fundo público pela classe dominante, que se articulou para tal propósito, garantindo a legitimidade nessa apropriação. Assim como na década de 1960 até os dias atuais, a dominação aparece coberta pelo véu ideológico do desenvolvimento econômico, acrescido agora de outras justificativas, a redução da desigualdade regional e geração de emprego e renda, objetivos expressos na lei.

O interesse em criar uma lei que instituía a renúncia fiscal a vários setores econômicos atendia ao interesse não só do capital interno como também internacional. O Brasil vive no período de aprovação da lei uma consolidação do Plano Real após a sua implementação em 1994, e um avanço do capitalismo financeiro sob a égide do neoliberalismo. Tal como vem ocorrendo até os dias de hoje, o Estado participando ativamente da economia.

Retomando o referencial de Thompson (1987) sobre a Lei Negra, sabemos que seu decreto, em maio de 1723, ocorreu sem nenhum debate e de maneira unânime pela Câmara dos Comuns do Estado britânico. A mesma criava cinquenta crimes capitais, ou seja, crimes que, com a declaração de culpa, teriam a morte como pena.

Thompson (1987) tinha duas perguntas norteadoras: qual era o porquê da urgência em se aprovar a lei e qual ideologia motivou a elaboração, execução, manutenção e ampliação da mesma. Assim, reproduzimos as perguntas para o caso estudado. O governo assume em janeiro de 2003 e em setembro de 2003 já está aprovada pela Assembleia Legislativa a Lei 7.958 de 2003, que define o Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso, na qual, entre outros mecanismos para o desenvolvimento do estado, há concessão de incentivos fiscais. O projeto de lei tramitou apenas vinte e dois dias na Assembleia Legislativa até ser aprovado como norma jurídica.

Mato Grosso sai de um patamar de projeção de renúncia fiscal em 2003, conforme Leis de Diretrizes Orçamentárias – LDOs, de quarenta e dois milhões de reais aproximadamente, sem correção. Para a projeção em 2019, três bilhões e oitocentos milhões de reais, aproximadamente, concedidos a diversos segmentos econômicos, um acréscimo de oito mil por cento no período. A fragilidade da lei para o credenciamento, monitoramento e avaliação, segundo relatórios da Controladoria Geral do Estado, Tribunal de Contas, resultaram em duas CPIs na Assembleia Legislativa, a da Renúncia Fiscal e a dos Frigoríficos, que investigaram como a lei foi utilizada para corrupção e sonegação de impostos. Houve, ainda, a delação e prisão do ex-governador Silval Barbosa que admite ter usado a lei para praticar atos de corrupção e a delação do Sr. Alan Malouf decorrente das Operações Sodoma e Rêmora.

Esse componente do Estado é o visível, com sua estrutura, normas, leis e regras e que se articula, prioriza e realiza as ações de acordo com “interesses e projetos das classes que detenham o poder político.” (OSORIO, 2015, p. 17). Por ser a única instituição que transforma interesses individuais em demandas coletivas, “(...) alcançar o poder do Estado é assim a tarefa mais fundamental de qualquer classe social em termos políticos, porque ele permite que seu projeto societal se imponha sobre o resto dos agrupamentos humanos e porque dentro do Estado essa capacidade se potencializa” (OSORIO, 2015, p. 24).

A rede de relações de poder construída para eleição de Blairo Maggi impactou na estrutura do Estado ao estabelecer uma hierarquia entre as instituições públicas, segundo Osorio (2015, p. 19) “(...) determinadas secretarias ou ministérios têm maior relevância que outros na definição dos aspectos centrais que interessam a classe ou fracções que contam com as maiores cotas de poder no seio da classe dominante”. Por isso, temos no Brasil e em Mato Grosso a criação de diversas políticas públicas, programas e órgãos com a missão de materializar os desejos da classe dominante, nesse caso, inicialmente, os grandes empresários do agronegócio e, posteriormente, uma grande diversidade de segmentos econômicos.

A atuação do Estado para garantir a ampliação do setor produtivo nas políticas públicas é inegável. Para além das políticas públicas indiretas, como a renúncia fiscal, temos outras ações que estabelecem uma apropriação do Estado pelo capital privado, como por exemplo, a execução de programas estratégicos como o Programa Estradeiro:

O Blairo tinha essa visão, é tanto que ele, o primeiro trabalho dele foi o Estradeiro⁴⁷, conhecer o estado de Mato Grosso, e para te falar a verdade foi o único governador

⁴⁷ O Programa Estradeiro está contemplado nos Planos plurianual 2004-2007 e 2008-2011 com o objetivo de garantir o fluxo de bens de produção e de pessoas. Algumas das ações que integravam esse programa no PPA:

que fez mais de 2 km de asfalto por dia, o tempo que ele teve no governo.
(Entrevista concedida por M., político em 24 de julho de 2019)

Portanto, a participação dos grandes empresários, em destaque os do agronegócio, no Estado pode ser compreendida a partir do que Bruno (2009, p. 210) analisa:

Contudo, o que se viu, a cada momento, foi a renovação do poder e a reafirmação da força dos grandes proprietários de terras, expressas na garantia da manutenção da concentração fundiária e, conseqüentemente, na realimentação de seus privilégios de classe e na redefinição de seus poderes econômicos, políticos, sociais e simbólicos.

Se no Estado Desenvolvimentista parte da formação do parque industrial foi constituída por meio de investimentos feitos pelo próprio Estado em áreas de maior complexidade, como a siderurgia, energia, comunicação, estrada, onde partes dos recursos que financiaram estas intervenções eram provenientes da economia primária, no neoliberalismo nós temos o sentido inverso, a “(...) maior transferência de mais-valia social para o setor privado através do aparato estatal, como no caso das privatizações de setores estratégicos da economia brasileira. Portanto, o suposto Estado mínimo nunca existiu para o capital.” (MENDONÇA, 2018, p. 187). As ideias neoliberais validam a intervenção das grandes empresas do agronegócio nas estruturas do Estado e um dos caminhos é o das políticas públicas. Quem realmente é priorizado e quais grupos garantem seu acesso às políticas públicas, no caso em questão, a renúncia fiscal? Quem se favorece com uma lei tão frágil no tocante ao seu controle e avaliação de seus resultados, que resultou em CPIs, prisões, ressarcimento aos cofres públicos e, até o momento atual, questionamentos judiciais que impedem o Estado de, em alguns casos, extinguir o benefício fiscal, como é o caso dos mandados judiciais garantindo às empresas suspensas pela SEFAZ sua permanência no PRODEIC?

Os gastos tributários ou as renúncias fiscais são, em teoria, políticas públicas destinadas a promover o desenvolvimento de determinada atividade econômica ou de uma região. O Estado, ao abrir mão da entrada de recursos, determina uma contrapartida por parte

implantação de postos de fiscalização de trânsito; aquisição de equipamentos rodoviários; implantação de postos de controle de carga; implantação de pontes definitivas; construção, reconstrução e reforma de pontes de madeira; restauração de rodovias não pavimentadas; pavimentação de rodovias; implantação de rodovias; desapropriações e indenizações; conservação de rodovias pavimentadas. No total dos dois Planos Plurianuais foram empenhados aproximadamente três bilhões de reais, sem correção, no período de 2004 a 2011, segundo os Relatórios Anual de Gestão – RAG.

das empresas que terão acesso à renúncia fiscal, no caso da Lei 7.958 de 2003 seria a geração de emprego e renda e a redução da desigualdade regional. Isso só seria possível, se o Estado priorizasse determinados investimentos de acordo com as características de cada território, aplicando o conceito de equidade. Segundo as pesquisas documentais realizadas, institucionalmente isso não ocorreu. Não há menção nos relatórios, nas Mensagens enviadas a Assembleias, e nem nos Relatórios Anuais de Gestão – RAGs de estudos que demonstrem quais seriam as regiões ou atividade econômica que deveriam ser prioridade de acordo com seu potencial ou fragilidade.

Antes de analisarmos o perfil das empresas que se enquadraram no PRODEIC é preciso compreender o conceito de gastos tributários ao nos referirmos a renúncia. Segundo a Receita Federal:

Gastos tributários são gastos indiretos do governo realizados por intermédio do sistema tributário, visando atender objetivos econômicos e sociais e constituem-se em uma exceção ao Sistema Tributário de Referência, reduzindo a arrecadação potencial e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte. (Site da Receita Federal do Brasil.
<http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renunciafiscal/demonstrativos-dos-gastos-tributarios/conceito-de-gasto-tributario>, acessado em 11/11/2019).

As renúncias fiscais são consideradas como gastos indiretos porque o Estado, ao deixar de arrecadar por meio dos impostos, taxas e contribuições por renunciar a receita, transfere para a iniciativa privada a responsabilidade, por exemplo, de promover o desenvolvimento em determinada região.

(...) pode-se dizer que os gastos tributários podem ter caráter compensatório, quando o governo não atende adequadamente a população quanto aos serviços de sua responsabilidade, ou caráter incentivador, quando o governo tem a intenção de desenvolver determinado setor ou região. (BRASIL, 2019, p. 7).

Quando o Estado diretamente executa uma ação para ser entregue à população, trata-se de um gasto direto, por exemplo, a construção de armazém para a agricultura familiar. Em ambos os casos, mesmo seja direta ou indiretamente, o Estado continua sendo responsável pela ação.

Entretanto, ao compensar, por exemplo, um cidadão que, ao invés de ter acesso à saúde por meio do Sistema Único de Saúde – SUS o faz por meio de plano de saúde privado e tem esse valor restituído no imposto de renda, o Estado desconfigura a política pública de saúde. Assim, o SUS, - que trabalha com o conceito de seguridade social, isto é, para além da

assistência médica somente, mas com o coletivo, desenvolvimento da cidadania, garantindo o direito à saúde por meio de um atendimento integral, equânime e universal – é esfacelado.

Assim, compreender e analisar as renúncias fiscais vai muito além de quantificar os números. É preciso contextualizar a totalidade do financiamento, as relações de poder estabelecidas, já que a disputa pelo fundo público é notória tanto quanto a disputa de classes. É preciso, também, dimensionar o quanto essa medida impacta na vida dos cidadãos e cidadãs que, diariamente, transferem parte de sua renda ao Estado e dele deveriam receber políticas públicas de qualidade. É o que buscaremos na seção seguinte.

4.1 A LEI E SEUS BENEFICIÁRIOS

4.1.1 A lei

Em primeiro de janeiro de 2003, Blairo Maggi assume o comando do Estado e inicia um conjunto de ações em consonância com seu plano de Governo. Em 21 de janeiro de 2003, publica o Decreto nº 18, que institui Comitê Multisetorial Econômico, composto por quatro secretarias estaduais e três entidades privadas patronais que representavam o segmento econômico, sendo: Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso – FIEMT; Federação do Comércio do Estado de Mato Grosso – FECOMERCIO e Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso – FAMATO. A finalidade era reavaliar os programas de incentivos fiscais do Estado e analisar a viabilidade técnica e fiscal de novos instrumentos que promovessem o desenvolvimento econômico estadual. O Comitê tinha o prazo de 180 dias para alcançar o objetivo desse decreto.

Nesse sentido, a norma criada por meio de um decreto estabelece que um grupo de pessoas que representam o Estado e a Sociedade Civil devem propor estratégias para o desenvolvimento do mesmo. Entretanto, esse grupo de pessoas, na verdade, representam a ideia dominante que está atrelada à classe dominante do período pois esta “força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante” segundo MARX (1991, p. 72) e que, apesar de não analisar Mato Grosso, sua análise cabe nesse contexto pois a classe domina o Estado e continua presente na Sociedade Civil, portanto, não há representação do Estado para além dessa fração de classe.

No Decreto, a Secretaria responsável em coordenar o Comitê é a Secretaria Extraordinária de Projetos Estrangeiros, que teve como secretário nomeado em 2003, Cloves Felício Vettorato. Suas atividades profissionais eram, entre outras, as de integrante de diversas diretorias ligadas ao setor do agronegócio, industrial e comercial, entre elas: Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso (APROSMAT), Associação Comercial e Industrial de Rondonópolis (ACIR), Associação dos Criadores de Suínos de Mato Grosso (ACRISMAT) e Produtores de Algodão (AMPA).

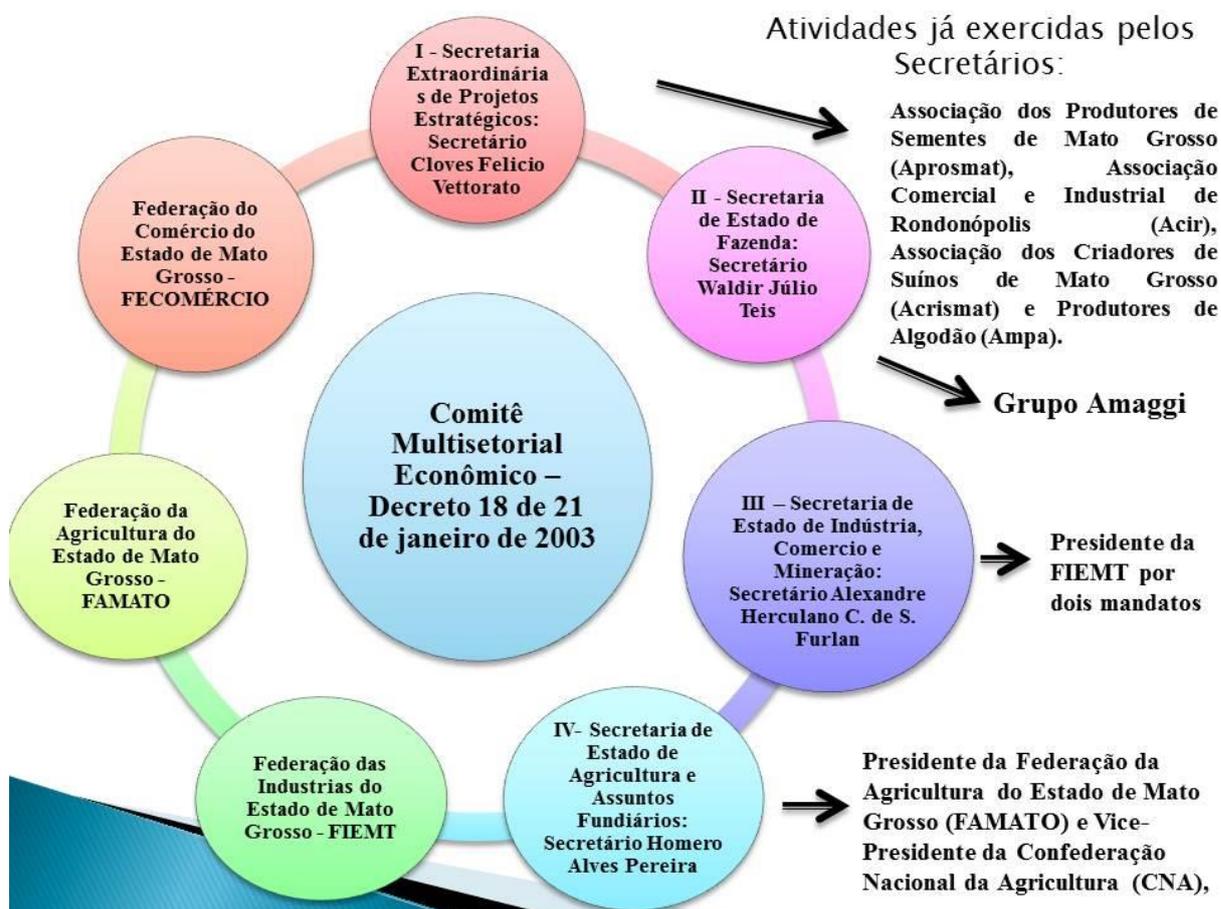
O secretário nomeado para a Secretaria de Estado da Fazenda foi Waldir Julio Teis, empresário do setor de Contabilidade entre os anos de 1979 a 1983. Trabalhou no grupo Amaggi até 2002 e atualmente é Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, afastado de suas funções pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em decorrência da operação Malebolge - sequência da operação Ararath, na qual o ex-governador Silval Barbosa acusa o mesmo e mais quatro conselheiros de cobrar em propina de R\$ 53 milhões para que as suas contas fossem aprovadas. Também, não houve entraves nos projetos que faziam parte do MT Integrado e da Copa do Mundo.

Para a Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Mineração, o nomeado por Blairo Maggi foi Alexandre Herculano C. de S. Furlan, que já havia sido diretor da Sadia S.A. e presidente da FIEMT por dois mandatos.

Finalizando, o secretário que compôs o Comitê, o da Agricultura e assuntos Fundiários foi Homero Alves Pereira, conforme o site da Câmara dos Deputados, de profissão Produtor Rural e Técnico em Agropecuária. Foi Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso (FAMATO) e Vice-Presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), entre outras atividades públicas e privadas.

A partir da perspectiva dos tipos de domínios (econômico, político e militar), podemos conceber que o alinhamento dos representantes do Comitê demonstra fusão de pelo menos dois tipos. Essa coincidência, ou não, potencializa os efeitos das propostas que foram apresentadas para o desenvolvimento econômico do Estado e deixa clara a nova liderança de uma elite do poder em Mato Grosso. Conforme ilustração abaixo.

Figura 12 - Demonstração gráfica da composição do Comitê Multisetorial Econômico e das atribuições já desenvolvidas pelos representantes do Estado.



Fonte: Elaborado pela autora de acordo com o Decreto nº 18 de 2003 e pesquisa no site de busca Google.

A aparente paridade entre público e privado pode ser desconsiderada, pois todos os secretários que representaram o Estado ou designaram outra pessoa eram também do segmento econômico privado.

Essa relação de poder e dominação pode ocorrer em outros ambientes, porém “(...) nem todo o poder, é certo, está ligado e é exercido por meio dessas instituições, mas somente dentro delas e através delas o poder será mais ou menos contínuo e importante”. (MILLS, 1968, p.18).

No dia 25 de setembro de 2003, é aprovada pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso a Lei nº 7.958 que define o Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso, resultado do Projeto de Lei elaborado pelo Comitê. Portanto, após nove meses de sua posse, o Poder Executivo apresenta um Plano que tem como objetivo, conforme parágrafo primeiro:

Art. 1º Fica definido o Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso, orientado pelas diretrizes da Política de Desenvolvimento do Estado, com o objetivo de contribuir para a *expansão, modernização e diversificação das atividades econômicas*, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento competitivo estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e *na redução das desigualdades sociais e regionais*. (MATO GROSSO, 2003, p. 1, grifo nosso).

Para entendermos como esse processo tramitou tão rapidamente no poder legislativo, solicitamos consulta ao Projeto de Lei 404/2003 no Instituto Memória do Poder Legislativo, que contemplava a Mensagem 050/2003 na qual o governador Blairo Maggi encaminha à Assembleia Legislativa o que seria o Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso. O Plano utiliza exclusivamente como mecanismo de desenvolvimento a renúncia fiscal. A data do ofício é de 03 de setembro de 2003. No documento, o governador solicita a aplicação do Artigo 41 da Constituição Estadual, em que “(...) O Governador do Estado poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.” (MATO GROSSO, 2011, p. 32). Esta solicitação é reiterada novamente por meio do Ofício 154/2003 em 16 de setembro de 2003 “(...) da qual servimo-nos do presente para reiterar o pedido de que a mesma seja apreciada em REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do artigo 41 da Constituição Estadual.” (MATO GROSSO, 2003, p. 87).

Na Mensagem, o governo refere-se ao Plano como a inauguração de uma nova política na concessão de benefícios fiscais e estão contempladas as condições e garantias mínimas para a fruição de benefício fiscal e o retorno social em virtude da renúncia suportada pelo Estado. Contudo, ao isentar um determinado segmento econômico, o Estado abre mão da arrecadação dos impostos, o que impacta diretamente na receita pública e, portanto, no financiamento das políticas públicas. Consequentemente, é afetada a garantia dos direitos de toda uma sociedade e não somente daquela onde está instalada a atividade econômica.

Ancorados em Thompson (1987), podemos entender que a expansão dos setores atendidos agora pela renúncia fiscal demonstra o mecanismo no qual as leis possibilitam transformar em princípios de igualdade e universalidade o que era de interesse de um pequeno grupo. Ainda:

“(...) a ideologia pode transformar a necessidade em virtude. O que fora projetado por indivíduos de posses com uma defesa contra o poder arbitrário, poderia ser empregado como uma apologia da propriedade frente aos despossuídos” (...) Portanto, a ideologia dos grandes criou raízes num solo, menos que raso, de realidade. E os tribunais deram substância à ideologia, com o escrupuloso cuidado com que, ocasionalmente, adjudicavam pequenos direitos e, continuamente, preservavam as formas e as propriedades. (THOMPSON, 1987, p. 335).

A justificativa para a substituição dos programas de isenções até então vigentes é a de que os mesmos não utilizavam de indicadores para avaliação. Em contraste, o referido projeto de lei teria como linha mestra “(...) o incremento do IDH no Estado e o bem-estar da população mato-grossense, sem perder de vista o respeito ao meio ambiente, possibilitando o desenvolvimento ordenado” (MATO GROSSO, 2003, p. 1). O IDH⁴⁸ é um indicador complexo, pois abrange três outros conjuntos de indicadores: padrão de vida (renda), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e educação (conhecimento). Portanto, para uma lei que trata somente da concessão de benefícios fiscais, a utilização do IDH parece ser demasiadamente destoante, já que para alterar ou promover uma melhoria nesse indicador seria preciso um conjunto de políticas públicas para além das de finalidade econômica.

Conforme Thompson (1987, p. 334), “(...) a condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça ser justa”. Podemos, a partir daí, compreender a função do uso do IDH como indicador avaliativo da eficácia da lei 7.958/2003 da concessão de benefícios fiscais. Trata-se de um indicador que permitiria à sociedade analisar se a lei cumpre seus objetivos, principalmente, no que diz respeito a proporcionar o desenvolvimento. Entretanto, o técnico M.F.R. tem bastante clareza da distância entre industrialização e os reflexos no IDH:

E: Parece que eles estão usando, por exemplo, por exemplo o IDH como um indicador para aumentar o percentual de renúncia, mas é como o senhor falou.

M.F.R.: É um indicador difícil de você colocar, como que uma indústria vai contribuir para um IDH, que você tem lá as variáveis do IDH, educação, saúde, renda, longevidade. Pode contribuir com a questão da renda é até difícil de avaliar se isso impactou positivamente ou negativamente ou não há. (Entrevista concedida por M.R.F., fiscal tributário aposentado e consultor da área tributária, no dia 09 de dezembro de 2019)

Portanto, o Estado define que um só programa (Lei 7.958/2003) e a estratégia da renúncia fiscal dão conta de promover alterações no IDH. Ainda que haja alterações no indicador não são encontradas pesquisas que demostrem a relação direta, ou seja: se a

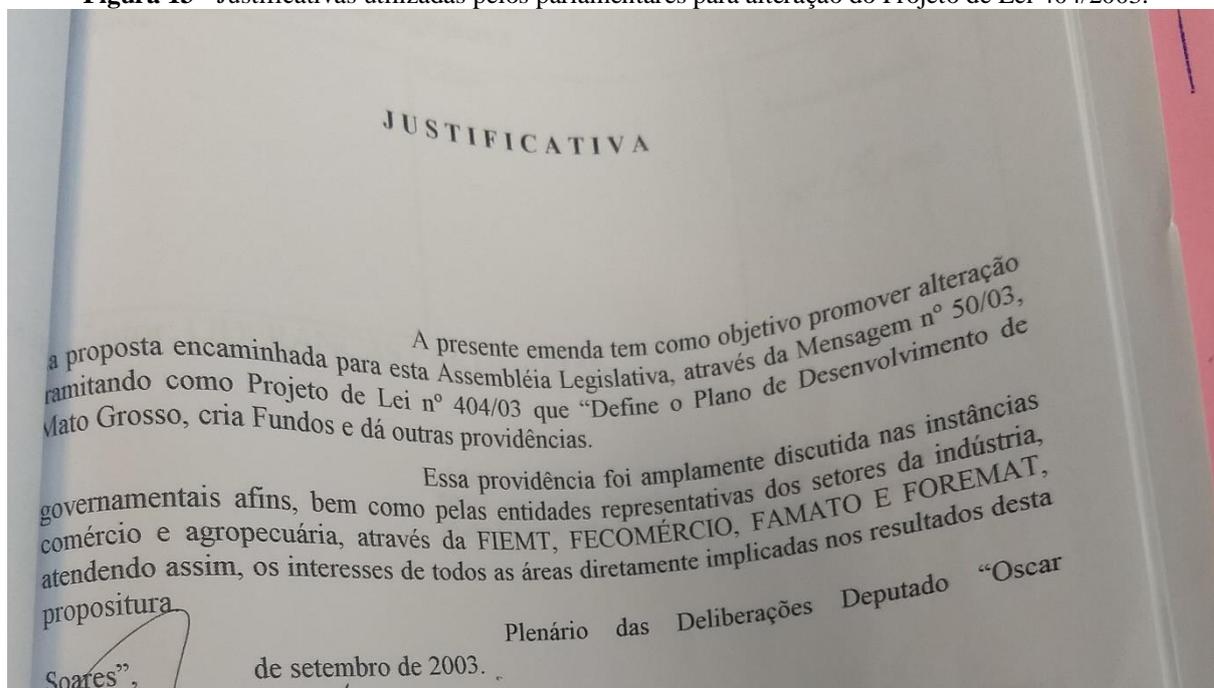
⁴⁸ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida composta de indicadores de saúde, educação e renda. O IDH foi criado em 1990, para o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a partir da perspectiva de Amartya Sen e Mahbub ul Haq de que as pessoas são a verdadeira "riqueza das nações", criando uma alternativa às avaliações puramente econômicas de progresso nacional, como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). O fator inovador do IDH foi a criação de um índice sintético com o objetivo de servir como uma referência para o nível de desenvolvimento humano de uma determinada localidade. O índice varia entre 0 (valor mínimo) e 1 (valor máximo). A composição do IDH compreende indicadores de saúde, educação e renda, pois assume que, para viver vidas que desejam, as pessoas precisam pelo menos ter a possibilidade de levar uma vida longa e saudável, acesso a conhecimento e a oportunidade de desfrutar de um padrão de vida digno. (ATLAS BRASIL, 2013)

renúncia tributária aumenta o desenvolvimento regional aumenta também. Veremos mais sobre este indicador na próxima seção.

Retornando ao caminho percorrido pelo projeto de lei, apesar dos documentos não estarem datados nas duas Comissões - de Constituição e Justiça e de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária - obtiveram aprovação pelo relator e membros. Vale ressaltar que ambos os Pareceres não possuíam estudos técnicos que demonstrassem o impacto na previsão da receita e, portanto, no financiamento das políticas públicas, por exemplo.

Os deputados estaduais propuseram dezoito alterações na lei; destas, quatorze foram solicitadas por um mesmo grupo. Esse grupo de deputados informava que tais alterações haviam sido amplamente discutidas com o poder executivo e com as representações patronais, como a Federação das Indústrias de Mato Grosso - FIEMT, Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso. - FECOMÉRCIO, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso – FAMATO e Fórum de Empresários de Mato Grosso FOREMAT, conforme figura abaixo.

Figura 13 - Justificativas utilizadas pelos parlamentares para alteração do Projeto de Lei 404/2003.



Fonte: Processo nº 896/2003 consultado no arquivo do Instituto de Memória da Assembleia Legislativa.

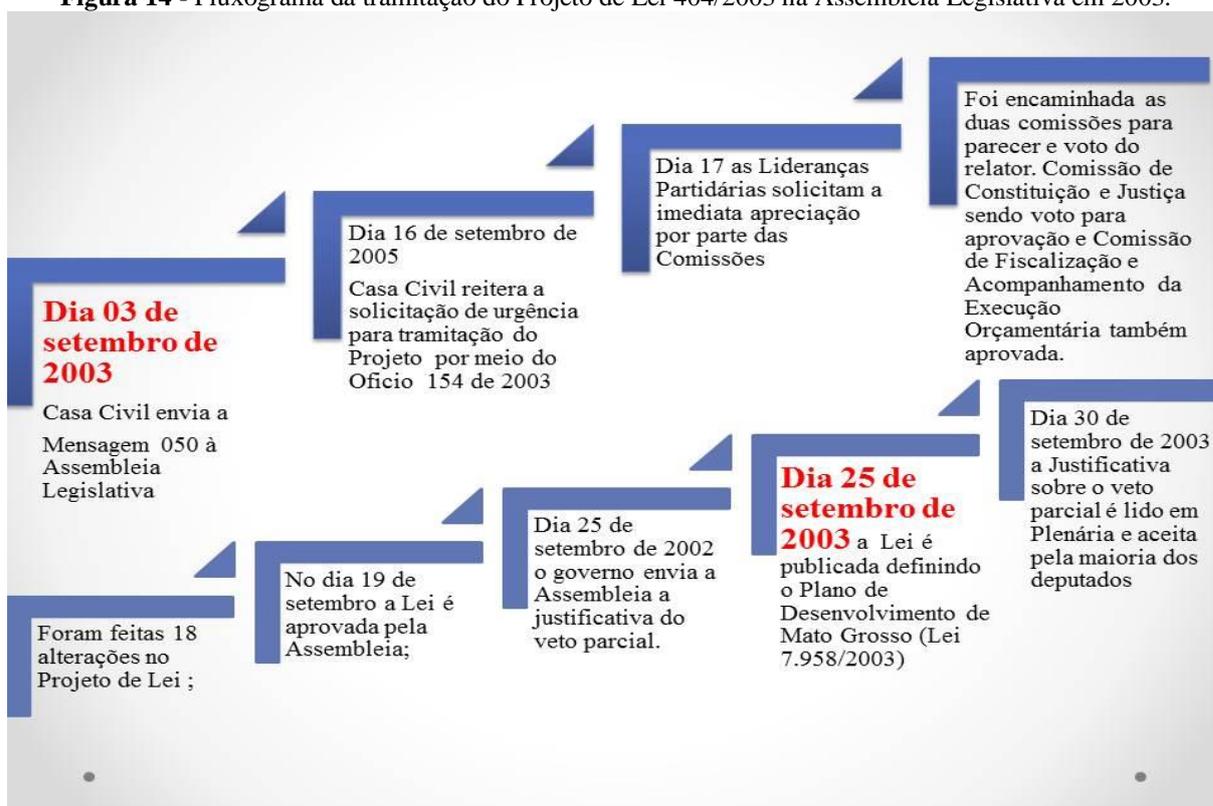
As alterações apresentam alguns pontos interessantes, entre elas está a data inicial de vigência da lei. Para o governo, seria no primeiro dia do próximo mês, já os deputados alteraram para a "(...) data da sua publicação." (MATO GROSSO, 2003, p. 22). Outras

alterações deixaram a lei mais ampla, ao retirar a palavra indústria. O texto proposto pelo governo previa: “(...) em razão de programas conjuntos de desenvolvimento de atividades indústrias estratégicas”. Com a alteração, passa a ser: “(...) em razão de programas conjuntos de desenvolvimento de atividades estratégicas”. Ainda, houve a inclusão como condição para pleitear o incentivo fiscal da participação no Programa Primeiro Emprego. Entretanto, em 2016, este item foi revogado. Em 2016, também foi dada outra redação para o artigo que definia os objetivos do Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso – PRODEIC. Inicialmente, o governo propôs prioridade às atividades sem similaridade no Estado, essa prioridade foi excluída pelos deputados.

Houve uma solicitação de alteração importante, principalmente, em relação à representatividade, até então limitada às entidades patronais. No capítulo quarto do projeto de lei enviado pelo governo constavam como entidades: FIEMT, FAMATO e FECOMERCIO, além das secretarias de governo – que, como vimos anteriormente, tinham à frente pessoas vindas destas mesmas entidades, ou seja, os interesses privados duplamente representados. Com a alteração proposta por outro grupo de deputados, foram incluídos representantes da: Federação dos Trabalhadores da Agricultura - FETAGRI; Federação dos Empregados nos Grupos de Comércio do Estado de Mato Grosso; Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e; Federação dos Trabalhadores da Indústria.

Das alterações propostas, apenas uma foi vetada pelo governador. O veto parcial retorna à Casa de Leis em 25 de setembro. Aceita pelos deputados no mesmo dia, a lei é publicada em 25 de setembro de 2003. Abaixo, o fluxograma desse processo possibilita a percepção de quão rápida foi a tramitação da lei.

Figura 14 - Fluxograma da tramitação do Projeto de Lei 404/2003 na Assembleia Legislativa em 2003.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir da consulta ao Processo 869/2003, no Instituto Memória da Assembleia Legislativa

A partir das considerações de Thompson sobre a Lei Negra, compreende-se o modo como a lei da renúncia fiscal foi elaborada, tramitada e aprovada. Além disso, ao contrário de Thompson (1987) que considerava não ter havido consenso, mas sim imposição pela classe dominante para a aprovação da Lei Negra; em Mato Grosso, muito mais que imposição, não houve nenhuma resistência e sim apoio pelos representantes do povo para aprovação da Lei que ampliou em mais de 8.000% a renúncia fiscal no estado. Se considerarmos que o setor do agronegócio em Mato Grosso, que já era contemplado pela Lei Kandir⁴⁹ desde 1996, no tocante ao não pagamento do ICMS sobre produtos primários e semielaborados destinados à exportação, outros programas de isenção fiscal como o Programa de Incentivo à Cultura do

⁴⁹ A Lei Kandir regulamentou a aplicação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Feita pelo então ministro do Planejamento Antonio Kandir, transformou-se na Lei Complementar 87/96, que já foi alterada por várias outras leis complementares. Uma das normas da Lei Kandir é a isenção do pagamento de ICMS sobre as exportações de produtos primários e semielaborados ou serviços. Por esse motivo, a lei sempre provocou polêmica entre os governadores de estados exportadores, que alegam perda de arrecadação devido à isenção do imposto nesses produtos. Fonte: Agência Senado.

Algodão de Mato Grosso – PROALMAT, a partir dessa lei há mais uma intervenção do Estado na economia. Isso tudo, em um momento, em que o discurso ideológico era o Estado mínimo.

O plano está estruturado por módulos que abrangem segmentos produtivos, sendo: Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso-PRODEIC; Programa de Desenvolvimento Rural de Mato Grosso-PRODER; Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Mato Grosso-PRODECIT, Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR e Programa de Desenvolvimento Ambiental - PRODEA. (MATO GROSSO, 2003). Cada Programa está vinculado às Secretarias Estaduais ou Fundação afins, que têm a atribuição de gerir o Programa atendendo as determinações da Lei e a regulamentação da mesma que ocorreu por meio do Decreto nº 1.432, de 29 de setembro de 2003. A vigência dos Módulos vai até 2033.

A prorrogação da vigência da lei é algo também questionável. A concessão da renúncia fiscal como estratégia de desenvolvimento não pode ser utilizada por um longo período pelo Estado para o setor privado.

E: Um dos achados da CPI foi a questão da prorrogação do tempo sem justificativa por exemplo. O senhor acha que a renúncia fiscal é um instrumento viável para o desenvolvimento, mas existe um tempo que deve ser dado de renúncia para essa empresa?

M.R.F.: Sempre, porque se não tiver um período determinado ele fica um incentivo *ad aeternum*, você não tem a recompensa dele, você não tem que dar incentivo para atrair na hora que se estabeleceu, opa se estabeleceu, tá consolidado, você tira dali para fazer investimento em outra área, para outro segmento, etc. Não pode ter incentivo para uma determinada empresa ou produto *ad aeternum*, isso é uma incorreção é um equívoco que ainda está acontecendo. Continua acontecendo, está sendo utilizado quase como um instrumento de redução de tributária, simplesmente redução tributária. Olha eu vou conceder a alíquota, aí dá a renúncia tributária, as vezes é necessária, mas não é esse o instrumento. Não seria política de incentivo para você dar redução tributária. Não pode ser ainda *ad aeternum*. (Entrevista concedida por M.R.F., fiscal tributário aposentado e consultor da área tributária, no dia 09 de dezembro de 2019)

O que era para ser um fomento temporário até que a atividade econômica tivesse fôlego para seguir sem apoio estatal e, portanto, permitisse que o Estado investisse em outras áreas, passa a ocupar no orçamento uma despesa fixa de caráter contínuo prejudicando toda a economia do Estado. No Relatório da Controladoria Geral do Estado ficou clara a utilização da renúncia não como um incentivo mas sim como um garantia da taxa de lucro do empresário, “(...) é crucial para o sucesso do programa a garantia de que o ICMS Incentivado seja aplicado em investimentos na capacidade produtiva e não injetadas diretamente no aumento da taxa de lucro das empresas beneficiadas.” (MATO GROSSO, 2018, p. 39).

Tanto a Lei quanto o decreto de regulamentação sofreram diversas alterações até o momento atual.

As modalidades de apoio do Estado para com as iniciativas públicas e privadas são: concessão de incentivos fiscais; concessão de empréstimos e financiamentos; participação acionária; prestação de garantias; outras formas de assistência financeira. (MATO GROSSO, 2003). Outra forma de apoio também ocorreria por meio institucional e financeiro aos projetos públicos e privados nas seguintes áreas: ciência e tecnologia; infraestrutura; formação e treinamento de mão de obra especializada; promoção de investimentos e divulgação; realização de feiras, exposições; outros eventos da espécie e outras ações. (MATO GROSSO, 2003).

Assim, as condições necessárias para que o contribuinte pudesse requerer sua participação no Programa e ter acesso aos benefícios é a de que o mesmo estivesse estabelecido ou em processo de estabelecimento em Mato Grosso, regularidade fiscal com o Fisco Estadual e também regularidade junto aos órgãos de fiscalização e controle ambiental. (MATO GROSSO, 2003).

4.1.2 As empresas beneficiadas

Realizamos uma consulta junto ao Diário Oficial de Mato Grosso, no qual foi encontrada o que deve ser a primeira resolução do Conselho de Desenvolvimento Empresarial – CEDEM credenciando as empresas a serem beneficiadas pelos benefícios fiscais. A consulta junto ao Diário Oficial não transcorreu conforme planejada, pois havia inconsistência entre a entrada do projeto e análise da SEDEC e a publicação da inclusão da empresa no PRODEIC e no PRODER pelo Conselho de Desenvolvimento Empresarial – CEDEM. Portanto, além da consulta ao Diário Oficial do Estado, no período compreendido entre 2003 e 2010, recorreremos a uma lista preliminar elaborada pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ. Essa lista da SEFAZ elencava quais empresas ainda faziam parte dos Programas.

Para realizar o acesso a esses dados, foi necessária uma adequação à proposta metodológica inicial, pois o acesso aos dados sobre as empresas credenciadas ao PRODEIC seria fornecido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC, assim como o número de empregos gerados, sua entrada e saída do programa. Entretanto, esses dados não foram repassados pela Secretaria, apesar da formalização por meio de ofício protocolizado e das diversas ligações e tentativas. Em relação aos valores renunciados, já

tínhamos conhecimento de que não seria possível acessar essas informações em virtude do sigilo fiscal. O sigilo fiscal também foi usado como justificativa para o não repasse à Controladoria Geral do Estado dos dados referentes ao número de empregos gerados e outras informações, conforme consta no Relatório de Auditoria 135 de 2018.

Em virtude da dificuldade de acesso às informações das empresas cadastradas no PRODEIC, foram analisadas todas as empresas que credenciadas ao programa, mesmo que posteriormente, tenham sido excluídas, suspensas ou tenham pedido seu descredenciamento. O objetivo era analisar, primordialmente, se as mesmas participaram enquanto financiadoras das campanhas eleitorais a partir de 2002 e a sua localização geográfica, entendendo que, talvez, tenha ocorrido uma concentração das empresas beneficiadas em prejuízos de regiões com baixa adesão ao programa e, portanto, baixo desenvolvimento econômico e social.

Por meio da pesquisa por palavra-chave, a partir das Resoluções públicas pelo CEDEM ou por meio dos Comunicados feitos pela SEFAZ, foram identificadas 842 empresas credenciadas ao PRODEIC no site do Diário Oficial de Mato Grosso. Após a junção com as empresas informadas na lista emitida pela SEFAZ, o número de empresas credenciadas ao PRODEIC subiu para 1.043, ressaltando que não houve a exclusão das empresas que deixaram o programa ou que estavam suspensas.

Um ano após a publicação da lei, 145 empresas já haviam solicitado credenciamento ao programa. Os critérios simples para a adesão ao programa explicam a grande quantidade de empresas que buscaram a renúncia fiscal. Já em 30 de setembro, o governo incluiu no programa quatro grandes empresas e em 6 de outubro houve a homologação de 62 pelo CEDEM. Entre elas, as grandes indústrias como: Açofer Ind. e Com. Ltda, Bimetal Ltda Ind. Com. Bebidas Várzeagrandense Ltda, Refrigerantes Marajás, Sadia S/A, Tropical Food Machinery Ltda, Vitória Régia Água Mineral Ltda (Água Puríssima), Yoki Alimentos S/A, entre outras.

Não há um padrão de empresas, é diverso, de vários segmentos. A análise inicial identificou quais empresas credenciadas ao PRODEIC realizaram doações para as campanhas ao cargo de governador nas eleições de 2002 a 2014. Esse número é pífio em comparação às 1043 empresas que estão ou passaram pelo PRODEIC. O levantamento comparativo entre as credenciadas desde 2003 e a lista de doadores das campanhas para o cargo de governador de 2003 até 2014 nos apresenta um total de 40 empresas doadoras, conforme quadro abaixo, sendo que duas apresentam nomes semelhantes (o que não possível investigar).

Quadro 03 - Empresas credenciadas no PRODEIC que realizaram doações às campanhas ao cargo de governador de MT nas eleições estaduais de 2002 a 2014.

EMPRESA CREDENCIADO AO PRODEIC	MUNICÍPIO	ELEIÇÃO	CANDIDATO
JBS S/A - CURTUME	BARRA DO GARÇAS	2014	LUDIO CABRAL
AMAGGI EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA	LUCAS DO RIO VERDE	2002, 2006,	BLAIRO MAGGI
FIAGRIL LTDA (FIAGRIL AGROMERCANTIL LTDA)	LUCAS DO RIO VERDE	2014	PEDRO TAQUES
VANGUARDA DO BRASIL S/A	NOVA MUTUM	2010, 2014,	MAURO MENDES E PEDRO TAQUES
VALE GRANDE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	SINOP	2006	BLAIRO MAGGI
URBANO AGROINDUSTRIAL LTDA	SINOP	2014	PEDRO TAQUES
CLV INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BIODIESEL LTDA	COLÍDER	2010	SILVAL BARBOSA
JBS S/A	COLÍDER	2014	WELLINGTON FAGUNDES
COPRODIA - COOPERATIVA AGRÍCOLA DE PRODUTORES DE CANA	CAMPO NOVO DOS PARECIS	2010 e 2014	SILVAL BARBOSA E PEDRO TAQUES

Continua **Quadro 03.** Empresas credenciadas no PRODEIC que realizaram doações às campanhas ao cargo de governador de MT nas eleições estaduais de 2002 a 2014.

EMPRESA CREDENCIADO AO PRODEIC	MUNICÍPIO	ELEIÇÃO	CANDIDATO
USINA BARRALCOOL S.A (DIVISÃO DE BIODIESEL) (EM RENOVACÃO)	BARRA DO BUGRES	2010, 2014	PEDRO TAQUES
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A	TANGARÁ DA SERRA	2006	BLAIRO MAGGI
AGRA AGROINDUSTRIAL DE ALIMENTOS S/A	RONDONOPOLIS	2006	BLAIRO MAGGI
AGRO CARNES AHMENTOS ATC LTDA	RONDONOPOLIS	2006	BLAIRO MAGGI
BUNGE (FERTILIZANTES, ALIMENTOS S/A)	RONDONÓPOLIS	2002 e 2006	BLAIRO MAGGI
CERVEJARIA PETRÓPOLIS LTDA	RONDONÓPOLIS	2014	PEDRO TAQUES
CONSTRUTORA SERCEL LTDA	RONDONOPOLIS	2010	SILVAL BARBOSA
CONTINI & CIA LTDA	RONDONÓPOLIS	2014	PEDRO TAQUES
FERTIPAR FERTILIZANTES DO MATO GROSSO LTDA	RONDONÓPOLIS	2002	BLAIRO MAGGI E MAURO MENDES
MARFRIG FRIGORÍFICOS E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	PARANATINGA	2010 e 2014	SILVAL BARBOSA, LUDIO CABRAL, PEDRO TAQUES
NORTOX S/A	RONDONOPOLIS	2006 e 2014	BLAIRO MAGGI E PEDRO TAQUES
SANTANA TÊXTIL MATO GROSSO S/A	RONDONOPOLIS	2006	BLAIRO MAGGI
CURTUME ARAPUTANGA S/A	ARAPUTANGA	2010	SILVAL BARBOSA
UNIFRIGO INDÚSTRIA E COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	MIRASSOL DOESTE	2006	BLAIRO MAGGI
ABACO TEC. DE INFORMÁTICA LTDA	CUIABÁ	2006	BLAIRO MAGGI
ÁGUAS LEBRINHA LTDA	CHAPADA DOS GUIMARÃES	2010	SILVAL BARBOSA
AGUILERA AUTO PEÇAS LTDA	CUIABÁ	2010 e 2014	SILVAL BARBOSA E PEDRO TAQUES
BIMETAL INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA	CUIABÁ	2006; 2010	BLAIRO MAGGI E MAURO MENDES

Concluindo **Quadro 03**. Empresas credenciadas no PRODEIC que realizaram doações às campanhas ao cargo de governador de MT nas eleições estaduais de 2002 a 2014.

EMPRESA CREDENCIADO AO PRODEIC	MUNICÍPIO	ELEIÇÃO	CANDIDATO
BRF S.A (BRF - BRASIL FOODS S.A)	VÁRZEA GRANDE	2014	PEDRO TAQUES
CAEIRA NOSSA SENHORA DA GUIA MINERAÇÃO LTDA	CUIABÁ	2014	PEDRO TAQUES
CAMIL ALIMENTOS S/A (EM RENOVAÇÃO)	CUIABÁ	2014	PEDRO TAQUES
CERVEJARIA PETROPOLIS LTDA	CUIABÁ	2014	PEDRO TAQUES
CURTUMES JANGADA S/A	JANGADA	2010 e 2014	SILVAL BARBOSA E PEDRO TAQUES
DISMOBRAS IMP. E EXP. E DIST. MOVEIS E ELETRO. LTDA	CUIABÁ	2006 e 2014	BLAIRO MAGGI E PEDRO TAQUES
FOCKINK IND. ELETRICAS LTDA	CUIABÁ	2002	BLAIRO MAGGI
FRIGORIFICO MARGEN LDA	CUIABÁ	2006	BLAIRO MAGGI
MILANFLEX IND. E COM. DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA	CUIABÁ	2010	MAURO MENDES
PREFORMAX INDUSTRIA PLASTICA S/A	CUIABÁ	2010	MAURO MENDES
RENOSA – INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A (COCA-COLA)	VÁRZEA GRANDE	2002, 2006 e 2010	BLAIRO MAGGI, BLAIRO MAGGI E SILVAL BARBOSA
RODRICOUROS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COUROS LTDA	VÁRZEA GRANDE	2014	PEDRO TAQUES
SADIA S/A	VÁRZEA GRANDE	2006	BLAIRO MAGGI
MIKA DA AMAZÔNIA ALIMENTOS LTDA (MIKA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA)	CUIABÁ	2014	PEDRO TAQUES
VOTORANTIM CIMENTOS S/A /METAIS	NOBRES	2010	SILVAL BARBOSA

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados divulgados pela SEFAZ, Tribunal Superior Eleitoral e IOMAT.

Esse elevado número de empresas credenciadas de diversos segmentos da indústria, serviço e comércio pode estar relacionado ao fato de que para pleitear a renúncia fiscal era necessário apenas que a empresa estivesse ou fosse se estabelecer em Mato Grosso, comprovasse sua regularidade junto à Fazenda Pública Estadual, sua regularidade junto aos órgãos de fiscalização e controle ambiental, e participasse do Programa Primeiro Emprego. Sem considerar que, após aprovada a lei, a mesma sofreu inúmeras alterações identificadas pela CPI, assim como pelos Órgãos de Controle Externo, que a tornaram mais frágil e de

difícil monitoramento e avaliação, conforme verificação feita pelos auditores da Controladoria Geral do Estado:

Em entrevista, a Coordenadora de Fiscalização e Monitoramento esclareceu que as empresas preenchem um termo de vistoria padrão com informações sobre ICMS Incentivado, recolhido, valores aplicados nos fundos, faturamento, empregos gerados, comprovantes de participação no programa primeiro emprego, entre outras informações. Em seguida, essas informações são verificadas mediante a apresentação, pelas empresas beneficiadas, de documentos comprobatórios em vistoria realizada anualmente por servidores da SEDEC. A partir da leitura dos relatórios de monitoramento e avaliação é possível verificar falhas no monitoramento realizado pela SEDEC. Como exemplo, pode-se citar a análise do cumprimento de metas realizada no Relatório de Monitoramento de uma das empresas beneficiadas. Observa-se que o parecer técnico afirma que a empresa não apresentou os documentos referentes à comprovação do Programa Primeiro Emprego. Ainda assim, o item foi considerado como atingido no quadro de cumprimento de metas. A mesma situação pode ser vislumbrada no trecho do relatório abaixo reproduzido. Nos quesitos Programa Primeiro Emprego e planos de saúde para os funcionários, as metas foram consideradas atingidas. Entretanto, o parecer técnico afirma que a documentação comprobatória não foi apresentada, e saliente-se, os documentos estão em nome de outra empresa. Não se pode conceber que o preenchimento dos requisitos para a fruição do programa por uma empresa seja cumprido por terceiro e isso seja considerado satisfatório para o atingimento da meta proposta. (MATO GROSSO, 2018, p. 30 a 32).

O fato de serem as próprias empresas as responsáveis pela declaração do valor total de isenção de imposto recebido, dá brecha para que a construção em si do Plano (estratégia principal da política de renúncia fiscal) seja entendida como instrumento útil para atos de corrupção e sonegação. Algumas empresas já foram identificadas por realizarem esse tipo de prática, algumas já condenadas e outras com processo ainda em tramitação. Isso tudo ocorre sem nenhuma discussão com a sociedade (não há sequer relatos de audiências públicas).

A fragilidade do processo de monitoramento e avaliação pelas secretarias responsáveis contribuíram para que houvesse a escalada ao nível de corrupção e sonegação encontrado pela CPI, que não conseguiu medir todos os impactos negativos da política no Estado:

E: A gente não tem acesso ao que de fato foi renunciado né? A gente não tem acesso a esses números. Das 800 e poucas empresas, quantas o senhor acha que teve acesso a renúncia de fato?

M.F.R: Infelizmente até na própria CPI nós não avaliamos, até na CPI nós não tínhamos esse tempo de avaliar tantas empresas, as empresas foram selecionadas, foi feita uma amostra para poder indicar o tamanho do problema que existia, realmente na amostra o indicativo era absurdo. A expectativa de gerar emprego e não gerou, você abriu mão de imposto para ter um atrativo de investimento para gerar mais emprego e isso tudo não aconteceu e isso é tudo parte também de uma deficiência do próprio Estado. A Secretaria de Indústria e Comércio não tinha estrutura adequada para processo de avaliação desta magnitude e aí começaram a ter muito problema. Porque se você não avalia de forma adequada e tem mais, tem muitas coisas que nem estavam fazendo parte da programa que tava na lei, muitos incentivos eram

concedidos fora, fora da própria atração de investimentos, era simplesmente abrir mão da receita, isso também era um fato de distorção que já foram corrigidas durante esse tempo pós-CPI. (Entrevista concedida por M.R.F., fiscal tributário aposentado e consultor da área tributária, no dia 09 de dezembro de 2019)

A lei traz, enquanto um dos objetivos, a redução da desigualdade regional e social. Para investigar a eficácia desse objetivo, fizemos uma compilação das empresas organizadas por região de planejamento. O estado de Mato Grosso, pela coordenação da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, utiliza como metodologia de organização territorial a denominação de regiões de planejamento, sendo:

(...) adotadas para a especificação da localização geográfica do gasto público compreendem as 12 regiões definidas no âmbito dos estudos realizados pelo Zoneamento Socioeconômico Ecológico - ZSEE, que caracterizou as diferentes regiões do Estado de Mato Grosso de acordo com uma avaliação detalhada das condições do ambiente natural, qualidade de vida e aspectos econômicos (Regiões: I – Noroeste; II – Norte; III – Nordeste; IV – Leste; V – Sudeste; VI - Sul; VII – Sudoeste; VIII – Oeste; IX- Centro-Oeste; X – Centro; XI – Noroeste; XII - Centro-Norte). (MATO GROSSO, 2019, p. 38)

Portanto, as empresas foram divididas de acordo com a região onde estão localizadas, num universo de novecentos e noventa catalogadas. Todas as regiões possuem empresas credenciadas ao programa, o que confirma a necessidade de dar o caráter universal às leis, mesmo que tenham sido feitas para atender determinada classe. Isso já é perceptível quando identificada a discrepância no número de empresas credenciadas por região. A região com maior número de municípios é Sudoeste com 22, com menor número a Noroeste II com quatro municípios. Temos 50% das regiões com quantidade de números inferior a 10 municípios e temos os outros 50% acima de 13 municípios. Mato Grosso possui quase cinquenta por cento dos seus municípios com 10 mil habitantes ou menos.

Ao analisar a distribuição das empresas credenciadas no PRODEIC por região, temos a confirmação da significativa diferença entre as regiões de Mato Grosso e o seu desenvolvimento econômico. Há regiões com quatro municípios e que possuem apenas seis empresas cadastradas no programa, o que representa menos de 1% sobre o total de empresas cadastradas. Entretanto, a quantidade de municípios por região não está numa relação direta para a baixa participação de empresas no PRODEIC. Temos três regiões com sete municípios cada: Centro, Noroeste I e Centro Oeste; só na região Centro são identificadas setenta e seis empresas cadastradas, Noroeste I com vinte e quatro, e Centro Oeste com vinte e três. Na

região Centro, os municípios com maior número de empresas credenciadas são Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, sendo que os três municípios estão entre os vinte maiores PIBs de Mato Grosso.

Na Região Nordeste, são treze municípios e apenas dezessete empresas cadastradas no programa. Porém, analisando os dados do PIB, todos os municípios dessa região apresentaram crescimento na sua produção, o que demonstra não haver relação direta entre PRODEIC e crescimento econômico. Em compensação, a região Sul e Sudeste, somadas, com apenas trinta e dois municípios, possuem mais de 55% do total de empresas cadastradas no programa. Contudo, deve-se levar em consideração que nessas regiões está a capital do estado, Cuiabá, e os municípios com maior número de habitantes Várzea Grande e Rondonópolis. Esses três municípios são os três maiores PIBs do estado e permanecem nessa posição entre o período de 2002, antes do PRODEIC, até 2016, último dado sobre o PIB municipal de acordo com o IBGE. O mesmo cenário permanece até o quinto lugar, Sorriso e Sinop seguem na mesma posição, a alteração ocorre a partir da sexta posição, ainda assim, com pouca variação entre os municípios colocados até o décimo quinto lugar.

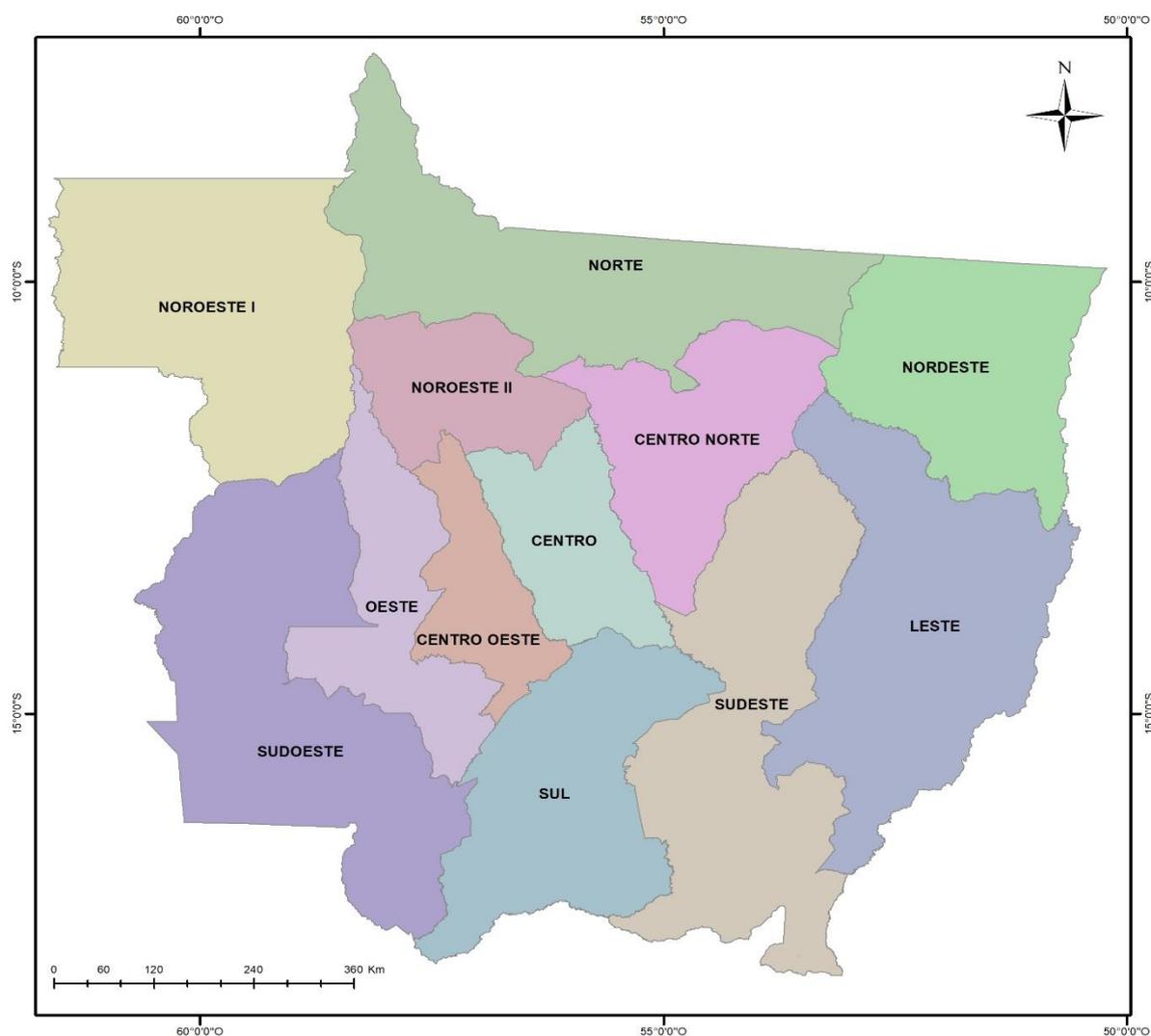
O responsável técnico pela CPI, Sr. M.F.R, argumenta que não se pode considerar que seja possível ter no setor industrial a única pauta para promover o desenvolvimento e muito menos a renúncia fiscal como única estratégia, porque há regiões que não possuem a estrutura adequada para tal atividade econômica e talvez nem seja a mais indicada para o território:

Não creio que a ferramenta adequada seja essa, não vai corrigir distorção regional com esse tipo de programa. A avaliação da CPI e outras avaliações sobre renúncias fiscais você traz um atrativo de investimento para indústria, indústria precisa de estrutura, indústria não vai se instalar numa região que não tem energia, não tem segurança, não tem transporte, mão de obra adequada, não tem jeito, não é a redução de imposto que vai levar uma indústria a se instalar numa lugar sem ter infraestrutura adequada. Não tem vias de transporte, não tem energia, não tem isso então não tem jeito. É um conjunto de situação que faz com que a indústria ou que o programa central era atrair esse processo como um todo. É tanto que aconteceu nas regiões que tem, precisa de mão de obra adequada, tem que ter uma mão de obra adequada, universidade que forma mão de obra adequada, profissionais, então onde será? Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis, aqui em Mato Grosso. Nas outras regiões você não tem faculdades, com tecnologia para dar suporte que uma indústria precisa. O suporte de segurança, uma estrutura de bombeiro, você só vai ter numa cidade grande, nas cidades pequenas você não tem isso. Tudo isso é avaliação de risco que uma indústria avalia para seu processo e ela só vai funcionar nesse local se ela tiver isso. O incentivo pode até ajudar, mas não resolve esses outros problemas, tanto é que uma das coisas que foi até sugerido, você não vai conseguir com a renúncia fiscal fazer essas correções destas distorções regionais, infelizmente parece que isso continuou na nova lei. Dar um incentivo maior para a indústria ir para determinado local, não vai conseguir (Entrevista concedida por M.R.F., fiscal tributário aposentado e consultor da área tributária, no dia 09 de dezembro de 2019)

Analisando a localização dos doadores de acordo com a região, foi possível identificar que o maior número de doadores está nas mesmas regiões que apresentam maior número de empresas credenciadas ao PRODEIC e os maiores PIBs, região Sul e Sudeste. Da Região Sul, o maior número de doadores está em Cuiabá e Várzea Grande e da região Sudeste o maior número de doadores está nos municípios de Rondonópolis, Primavera do Leste, Campo Verde e Jaciara.

Essa relação direta entre número de doadores e o número de empresas credenciadas ao PRODEIC ocorre também entre as quatro regiões que, pela informação do Tribunal Superior Eleitoral, não possuem nenhum doador para as campanhas de 2002 a 2014. Regiões Noroeste I e II, Centro Oeste e Nordeste são as regiões com menor número de empresas credenciadas ao PRODEIC, conforme o mapa abaixo demonstra:

Mapa 03 - Distribuição por regiões do número de empresas credenciadas ao PRODEIC e o número de doadores para as campanhas ao governo das eleições de 2002 a 2014.

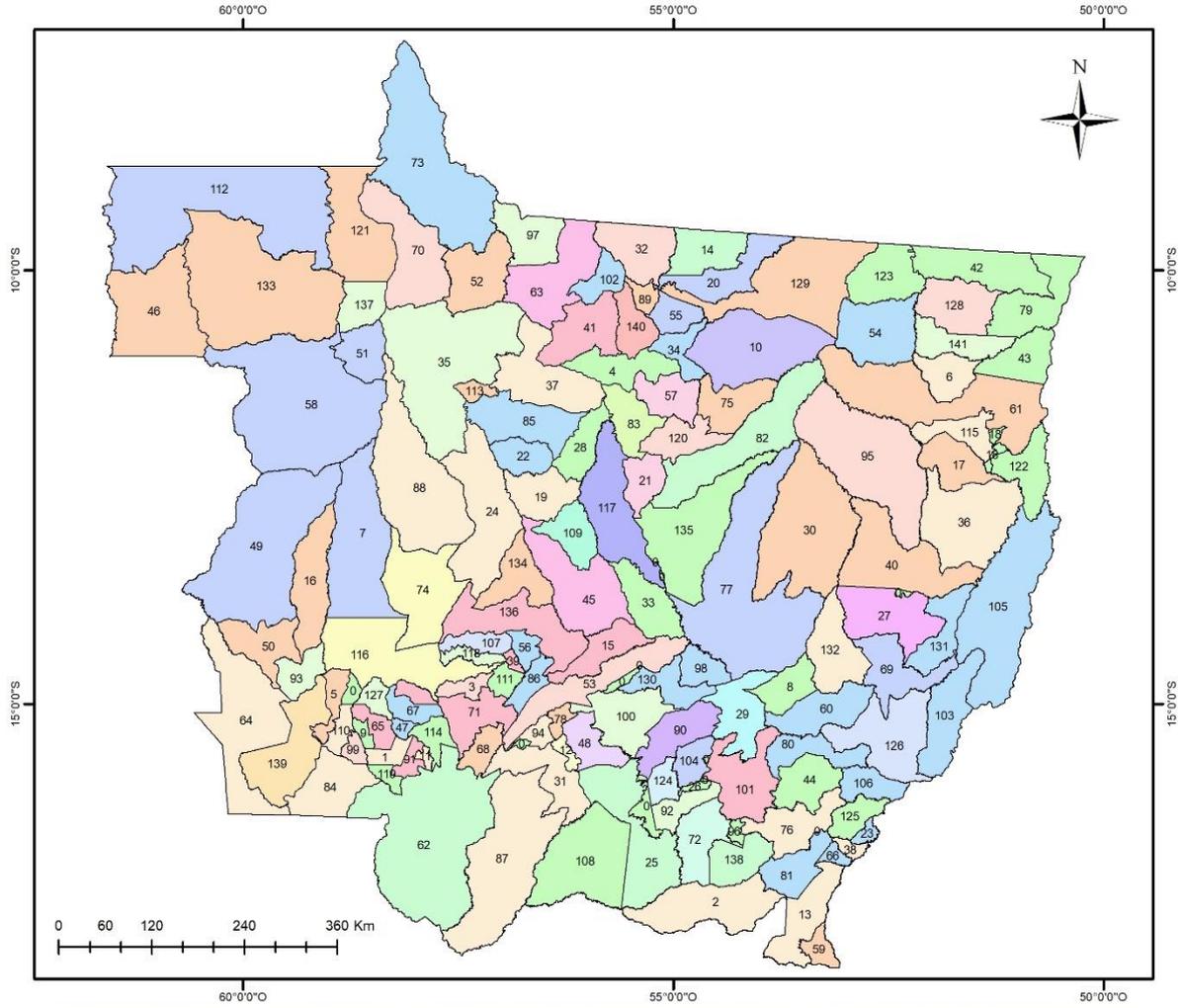


REGIÕES	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	NÚMERO DE EMPRESAS CREDENCIADAS NO PRODEIC	NÚMERO DE DOADORES NA REGIÃO
NOROESTE II	4	6	0
CENTRO	7	76	3
CENTRO OESTE	7	23	0
NOROESTE I	7	24	0
OESTE	8	44	3
CENTRO NORTE	9	92	2
NORDESTE	13	17	0
SUL	13	323	20
NORTE	15	66	2
LESTE	17	34	1
SUDESTE	19	225	13
SUDOESTE	22	60	2

Fonte: Elaborado pelo analista em geoprocessamento, Jonas Ferreira dos Santos, a partir dos dados compilados pela autora, a partir da consulta junto ao IOMAT, lista divulgada pela SEFAZ e pelo Tribunal Regional Eleitoral.

No mapa n° 04, os espaços em branco na tabela são de municípios que não possuem nenhuma empresa cadastrada ao Programa PRODEIC, assim como 87% dos municípios apresentam menos de 10 empresas cadastradas no programa.

Mapa 04 - Distribuição das empresas credenciadas ao PRODEIC por município.



N	MUNICÍPIO	REGIÃO	DOADORES	PRODEIC 2003-2019	N	MUNICÍPIO	REGIÃO	DOADORES	PRODEIC 2003-2019	N	MUNICÍPIO	REGIÃO	DOADORES	PRODEIC 2003-2019
1	São José dos Quatro Marcos	SUDOESTE		2	48	Culabá	SUL	72	203	95	Quênia	LESTE	3	4
2	Itiquira	SUDESTE	1	2	49	Comodoro	SUDOESTE	2	6	96	São José do Povo	SUDESTE	1	3
3	Nova Olímpia	OPSTF	4	1	50	Nova Lacerda	SUDOESTE	1	97	Paranaitá	NORTE	1	3	
4	Itaúba	CENTRO NORTE			51	Castanheira	NOROESTE I	2	6	98	Planalto da Serra	SUL	0	0
5	Vale de São Domingos	SUDOESTE		1	52	Nova Monte Verde	NORTE	1	99	Figuerópolis d'Oeste	SUDOESTE	1	4	
6	Cama Brava do Norte	NOROESTE	1	2	53	Rosário Oeste	SUL	1	4	100	Chapão dos Guimarães	SUL	1	3
7	Sapezal	SUDOESTE II	2	8	54	São José do Xingu	NOROESTE II	0	101	Poxoréu	SUDOESTE	4	5	
8	Santo Antônio do Leste	SUDESTE			55	Terra Nova do Norte	NORTE	1	6	102	Carlinha	NORTE	0	0
9	Indiavaí	SUDOESTE			56	Nortelândia	CENTRO OESTE	0	103	Araguaiana	LESTE	0	0	
10	Marcelândia	CENTRO NORTE	11	11	57	Cláudia	CENTRO NORTE	10	104	Dom Aquino	SUDOESTE	1	6	
11	Curvelândia	SUDOESTE	1	2	58	Juina	NOROESTE I	2	6	105	Cocalinho	LESTE	0	0
12	Várzea Grande	SUL	44	93	59	Alto Itaquari	SUDESTE	1	1	106	Portal do Araguaia	LESTE	0	0
13	Alto Araguaia	SUDESTE	2	2	60	Nova São Joaquim	LESTE	0	107	Nova Marilândia	CENTRO OESTE	6	9	
14	Guarántes do Norte	NORTE	2	6	61	São Lelito do Araguaia	NOROESTE II	1	108	Barão de Melgaço	SUL	1	1	
15	Nobres	SUL	5	5	62	Caceres	SUDOESTE	2	8	109	Lucas do Rio Verde	CENTRO	9	17
16	Campos de Júlio	SUDOESTE	1	1	63	Alta Floresta	NORTE	4	14	110	Jauru	SUDOESTE	1	2
17	Bom Jesus do Araguaia	NOROESTE I			64	Vila Bela da Santíssima Trindade	SUDOESTE	2	111	Denise	OPSTF			
18	Serra Nova Dourada	NOROESTE			65	Araputanga	SUDOESTE	2	5	112	Colniza	NOROESTE I	2	6
19	Iapurah	CENTRO	1	2	66	Araguaína	LESTE	0	113	Novo Horizonte do Norte	NOROESTE II	1	1	
20	Maturá	NORTE			67	Santo Inácio	SUDOESTE	0	114	Lambari d'Oeste	SUDOESTE			
21	Verá	CENTRO NORTE	4	10	68	Porto Estrela	OPSTF	1	115	Alto Boa Vista	NOROESTE I	2	2	
22	Itanhanga	CENTRO			69	Nova Xavantina	LESTE	3	6	116	Tangará da Serra	OPSTF	10	12
23	Ribeirãozinho	LESTE	0	0	70	Nova Bandeirantes	NORTE	1	4	117	Sorriso	CENTRO	28	43
24	Nova Maringá	CENTRO OESTE	2	2	71	Barra do Hugas	OPSTF	2	5	118	Santo Afonso	OPSTF		
25	Santo Antônio de Leverger	SUL	3	8	72	Rondonópolis	SUDESTE	46	106	119	Glória d'Oeste	SUDOESTE		
26	São Pedro da Cipa	SUDESTE			73	Aplicás	NORTE			120	Santa Carmem	CENTRO NORTE	4	4
27	Água Boa	LESTE	5	8	74	Campo Novo do Parecis	OPSTF	9	12	121	Contraguas	NOROESTE I	1	1
28	Igaranga do Norte	CENTRO			75	União do Sul	CENTRO NORTE			122	Novo Santo Antônio	NOROESTE II	1	4
29	Primavera do Leste	SUDESTE	21	41	76	Guarántinga	SUDESTE	2	123	Santa Cruz do Xingu	NOROESTE			
30	Galvão do Norte	SUDESTE	1	1	77	Paranatinga	SUDESTE	3	6	124	Jaciara	SUDESTE	8	20
31	Nossa Senhora do Livramento	SUL	1	2	78	Acorzai	SUL	1	125	Torxorôu	LESTE			
32	Novo Mundo	NORTE	1	4	79	Santa Teresinha	NOROESTE			126	Barra do Garças	LESTE	6	9
33	Santa Rita do Iruelato	CENTRO			80	General Carneiro	LESTE	1	127	Reserva do Cabalaí	SUDOESTE	3	3	
34	Nova Santa Helena	NORTE			81	Alto Garças	SUDOESTE	0	128	Confresa	NOROESTE	4	4	
35	Juará	NOROESTE II	1	3	82	Pelotas	CENTRO NORTE	2	8	129	Pelvoroto do Azevedo	NORTE	1	5
36	Ribeirão Cascalheira	LESTE	1	6	83	Sinop	CENTRO NORTE	18	48	130	Nova Brasília	SUL	1	4
37	Itaboraí	NOROESTE II	1	2	84	Porto Esperidião	SUDOESTE	2	2	131	Nova Nazaré	LESTE	0	0
38	Ponte Branca	LESTE	2	2	85	Porto dos Gaúchos	NOROESTE II	0	132	Campinápolis	LESTE	1	1	
39	Arenópolis	CENTRO OESTE	1	5	86	Alto Paraguai	CENTRO OESTE	0	133	Aripuanã	NOROESTE I	2	2	
40	Canarana	LESTE	1	1	87	POCONE	SUL	2	134	São José do Rio Claro	CENTRO OESTE	3	1	
41	Nova Canaã do Norte	NORTE	1	5	88	Brasnorte	OPSTF			135	Nova Librança	CENTRO NORTE		
42	Vila Rica	NOROESTE	2	2	89	Nova Guarita	NORTE			136	Diamantino	CENTRO OESTE	1	8
43	Lucara	NOROESTE			90	Campo Verde	SUDOESTE	9	22	137	Pelvoroto do Azevedo	NOROESTE I	1	4
44	Tesouro	SUDESTE	1	2	91	Mirassol d'Oeste	SUDOESTE	1	5	138	Pedra Preta	SUDESTE	1	8
45	Nova Mutum	CENTRO	5	14	92	Juscimeira	SUDOESTE	1	3	139	Pontes e Lacerda	SUDOESTE	3	7
46	Rondolândia	NOROESTE I	1	3	93	Conquista d'Oeste	SUDOESTE	1	3	140	Colider	NORTE	2	13
47	Rio Branco	SUDOESTE			94	Jangada	SUL	1	2	141	Porto Alegre do Norte	NOROESTE	2	3

Fonte: Elaborado pelo analista em geoprocessamento, Jonas Ferreira dos Santos, a partir dos dados compilados pela autora, a partir da consulta junto ao IOMAT e lista divulgada pela SEFAZ.

Ainda que o PRODEIC seja o programa principal para a análise das relações de poder construídas para o favorecimento de determinada fração de uma classe social, citamos outro programa relevante para o objetivo proposto nesse capítulo. Instituído também na Lei 7.958 de 2003, o Programa de Desenvolvimento Rural – PRODER tinha, enquanto finalidade, a consolidação da Agricultura Familiar e a expansão do Agronegócio. Na relação repassada pela Secretaria da Agricultura em 2017, há 303 produtores rurais inscritos no PRODER. Não é possível diferenciar quem se enquadra na agricultura familiar ou no agronegócio, pois não há informações suficientes para essa classificação.

Analisando as regiões, quase todas possuem produtores cadastrados no PRODER, com exceção da Região Noroeste I, que está localizada no extremo norte do Estado já com divisa entre Rondônia e Amazonas. As regiões mais ao norte do Estado possuem baixo número de produtores cadastrados no PRODER, havendo quase que uma linha imaginária no centro do mapa. As regiões Noroeste I, Norte, Nordeste e Noroeste II possuem, relativamente, um número considerável de municípios, entretanto há uma baixa cobertura do Programa, assim como no PRODEIC. Esse cenário altera-se do Centro para o Sul. Regiões como o Sudeste, Centro, Leste e Centro Norte possuem uma distribuição mais paritária entre os municípios e os produtores cadastrados no PRODER.

Um dado interessante encontra-se na Região Sudoeste, que compreende 22 municípios. Desse total, somente 02 municípios, Sapezal e Campos de Júlio, possuem produtores cadastrados no Programa: 14 produtores no cultivo da soja em Campos de Júlio, 19 produtores no cultivo de soja e 02 produtores de feijão no município de Sapezal.

Tabela 04 – Distribuição dos credenciados pelo PRODER por Município de Regiões de Planejamento.

REGIÕES	Número de Municípios	Número de município com Beneficiados	Número de Beneficiados
SUDESTE	19	11	97
CENTRO	7	6	64
LESTE	17	6	36
CENTRO NORTE	9	7	36
SUDOESTE	22	2	35
OESTE	8	4	12
CENTRO OESTE	7	4	11
NOROESTE II	4	3	4
NORDESTE	13	2	3
SUL	13	3	3
NORTE	15	2	2
NOROESTE I	7	0	0
TOTAL	141	50	303

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados disponibilizados pela Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários, Gerência do PRODER.

Se considerarmos os objetivos “expansão, modernização e diversificação das atividades econômicas” e “redução das desigualdades sociais e regionais”, os dados apresentados inicialmente não demonstram que os mesmos estejam sendo alcançados, já que há concentração da atividade produtiva. Dos 303 produtores cadastrados, 255 estão no cultivo da soja, 18 no cultivo do algodão herbáceo e 23 na criação de bovinos para corte. Entre outras culturas, criações e vazios no território com a baixa cobertura no número de municípios, o PRODER abrange menos de 36% dos municípios mato-grossenses.

Se observarmos a “consolidação da agricultura familiar”, esses dados demonstram poucos produtores cadastrados que produzem diretamente, por exemplo, alimento. Há 03 cadastrados para produção de feijão, 01 para cultivo de arroz e 01 para cultivo de milho.

Além do PRODER, a Lei 7.958/2003 instituiu outros programas para o desenvolvimento na área do turismo, da ciência e tecnologia que também poderiam utilizar a renúncia fiscal como instrumento. Entretanto, isso não ocorreu com o mesmo afinco que aconteceu no PRODECIT:

E: Aproveitando, na lei ela fala, ela traz outros programas, que eu acho que inclusive seria deveria ser utilizado mais, por exemplo, tinha lá o incentivo para o turismo, por exemplo, Mato Grosso tem potencial enorme para o turismo eu não sei em qual relatório eu li se é da Controladoria Geral do Estado ou se foi por um mestrando da UFMT que essas leis do PRODER, do turismo, da ciência e tecnologia, não foram nem regulamentado, aí nem fui atrás. Mas talvez se os outros programas também tivessem sido aplicados de acordo com o potencial de cada território.

M.R.F.: A Lei tinha esse objetivo, porque era tipo um cartucho para dar conta de tudo isso, tinha o PRODER, o PRODECIT, da ciência e Tecnologia. Nós inclusive

ajudamos a Secretaria de Ciência e Tecnologia a avançar nisso e até hoje o Parque Tecnológico da Várzea Grande não consegue funcionar, tem questões assim, que a própria lei fez a previsão, mas não foi atrativo, não teve um esforço para fazer aquilo acontecer. Ficou uma letra morta esses programas e era permitido, por que não aconteceu? Muitos deles não tinha muito sentido, não tinha uma atratividade, aí fica perdido. (Entrevista concedida por M.R.F., fiscal tributário aposentado e consultor da área tributária, no dia 09 de dezembro de 2019)

Apesar do número pequeno de doadores identificados nos relatórios formais e institucionais das campanhas ao governo do estado de 2002 a 2014, foi possível compreender que, da mesma forma que nas décadas anteriores, o Estado priorizou a atividade econômica ao tornar uma lei o principal mecanismo de apropriação do público pelo setor privado. Esse processo pode ser analisado, conforme a reflexão proposta por Gramsci (2018, p. 4): “(...) esta é precisamente a função do direito no Estado e na sociedade; através do “direito”, o Estado torna homogêneo o grupo dominante e tende a criar um conformismo social que seja útil à linha de desenvolvimento do grupo dirigente.”

Duas questões chamam atenção para a Lei 7.958-2003. Primeiramente, a urgência específica em aprovar um plano que basicamente tratava da renúncia fiscal num estado que já possuía outros programas (alguns ainda vigentes) e que estava atendendo a necessidade do setor produtivo. Um exemplo é o Programa de Incentivo à Cultura do Algodão de Mato Grosso – PROALMAT, que fez de Mato de Grosso um dos maiores produtores de algodão do país e que ainda está vigente. A segunda questão é entender quem elaborou a lei, executou e perpetuou sua ampliação, com as diversas modificações - seja por meio da representação do que deveria ser o Estado (as entidades patronais), seja na inclusão das entidades que representavam a classe trabalhadora. Quem representava o Estado eram as mesmas pessoas que, até há pouco tempo, representavam o domínio econômico. Fica a dúvida: até que ponto a população mato-grossense foi de fato representada nessa política?

Na próxima subseção, o objetivo é compreender as consequências desta lei no que tange à formação de um Comissão Parlamentar de Inquérito - CPIs, às operações políticas, as prisões e à devolução de uma pequena parte do que foi renunciado ou sonogado pelo setor privado com anuência de agentes públicos.

4.2 A CPI DA RENÚNCIA FISCAL E SONEGAÇÃO FISCAL

(...) o privilégio de alguns em detrimento da população mato-grossense.

(Relatório final da CPI, 2016, p. 63).

A prisão de Silval Barbosa, ex-governador de Mato Grosso, resultado da Operação Sodoma, ocorreria no dia de seu depoimento à CPI que investigava o PRODEIC, em setembro de 2015. As oitivas eram transmitidas ao vivo em rede estadual pela TV Assembleia, logo, a prisão seria televisionada. Sabendo dessa informação, Silval Barbosa fugiu. Depois de dois dias foragido, entregou-se à Delegacia Fazendária – DEFAZ para responder por um dos maiores esquemas de corrupção envolvendo os três poderes do estado e empresários. Junto a ele também foram presos o então secretário da Casa Civil e da Fazenda de seu governo.

Os esquemas de corrupção utilizaram o PRODEIC como moeda de troca para o recebimento de propina, sendo estas empregadas em diversas finalidades. Essa operação e prisões subsequentes foram um dos resultados da CPI⁵⁰. O Deputado e presidente da CPI Zé Carlos do Pátio apresentou outro relatório que incluía: investigação dos membros do Conselho Estadual de Desenvolvimento Empresarial - CEDEM⁵¹; investigação pela Receita Federal e a questão de Cooperativas com empresários. Houve uma grande cobertura da mídia no evento da entrega. Em 19 de abril de 2017, ocorreu a aprovação do Relatório Final relatado pelo Deputado Max Nunes por unanimidade.

⁵⁰ A CPI foi constituída em 20 de março de 2015 por meio do ato n.º 003/15 (DOE/MT/ n.º26.500) e retificada pelo Ato n.º 026/2015 (DOE/MT n.º26.551) e encerrada no dia 21 de dezembro de 2016 com a entrega oficial do relatório ao presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Guilherme Maluf (PSDB).

⁵¹ O CEDEM foi instituído por meio da Lei Complementar 132 de 22 de julho de 2003, tendo como uma das suas finalidades conforme Regimento Interno publicado pelo Decreto n.º 1.410 de 23 de setembro de 2003 “apreciar e julgar os pedidos de incentivos fiscais e financeiros, de acordo com legislação específica.”

Figuras 15 – Entrega do Relatório Final da CPI ao Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso em 21 de dezembro de 2016.



Fonte: Fotos da autora, dezembro de 2016, Cuiabá.

Fizeram parte da equipe da CPI trabalhadores que possuíam vínculos diferentes: alguns eram servidores concursados da Assembleia Legislativa, outros eram contratados por meio de uma Fundação para o desenvolvimento da CPI. Além destes, em determinados momentos dos trabalhos da CPI, foram disponibilizados auditores do Tribunal de Contas do

Estado e um delegado de Polícia Civil com experiência em crimes fazendários. A CPI fez diversas diligências. Entre os achados havia empresas que não estavam fixadas no endereço disponível no processo de concessão da renúncia fiscal e empresas fechadas, sem indícios de funcionamento.

Após a aprovação do relatório pela Assembleia, o mesmo dever ser encaminhado:

(...) ao Ministério Público e a Procuradoria Geral do Estado respectivamente cópia do relatório, para que se promova responsabilidade, civil ou criminal, por infrações apuradas, e adotem outras medidas decorrentes de suas funções institucionais; II - ao Poder Executivo para que adote providências saneadoras, de caráter disciplinar e administrativo; III - ao Poder Judiciário para que adote providências cabíveis e; IV - ao Tribunal de Contas nos termos constantes da Resolução. (MATO GROSSO, 2016, p. 50, Volume I).

Se for necessário, o relatório deve também ser encaminhado a outros órgãos com o objetivo de reduzir os danos ao erário público. O técnico responsável pela CPI, Sr. M.R.F., agente fazendário aposentado e hoje consultor da área empresarial, em entrevista concedida, afirma:

M.F.R.: O propósito da CPI conclui-se com o relatório que é repassado para todos estes órgãos, Judiciário, Ministério Público, Receita Federal, Delegacia Fazendária, Executivo, Legislativo, todos eles recebem cópia e exatamente diante daquilo tomar uma iniciativa. Como a gente terminou o trabalho foi encaminhado tudo isso, não tenho acompanhado e não teria condições de saber que andamento teve, que prosseguimento teve, em que pé está. Agora seria importante é avaliação disto, que foi uma questão que eu vi na nova CPI, que fez uma nova CPI agora. A própria CPI colocou num dos pontos dela desta CPI novo é exatamente cobrar o que foi encaminhado da outro, porque está na hora de saber o que aconteceu, a Assembleia fez o trabalho deles, os deputados concluíram o relatório e encaminharam. Aí realmente cada órgão tem lá a sua competência para desenvolver e saber o que conclui daquilo. E por determinação legal isso deve ter retorno ao Legislativo, o Legislativo está cobrando nessa nova CPI e deve cobrar mesmo porque tem que saber o que aconteceu com todos os encaminhamentos feitos. (Entrevista concedida por M.F.R., consultor tributário, em 10 de dezembro de 2019 em Cuiabá).

A CPI foi dividida em três sub-relatorias. Em virtude da quantidade de temas e do marco regulatório do estado de Mato Grosso, são: Sub-Relatoria dos Incentivos Fiscais; Sub-Relatoria dos Regimes Especiais; Sub-Relatoria das Cooperativas.

Na Sub-Relatoria dos incentivos fiscais, em concomitância com a Operação Sodoma, o relatório já afirma que “(...) de um lado, posicionavam-se gestores públicos que concediam incentivos fiscais (v.g. PRODEIC) a empresários, que não faziam jus à benesse fiscal, em troca de pagamentos escusos”. (MATO GROSSO, 2016a⁵², p. 58).

⁵² Volume primeiro do Relatório da CPI

A fragilidade da lei não foi a única estratégia para fazer da política um instrumento para corrupção e sonegação fiscal, uma moeda de troca; também há a falta de infraestrutura, pessoal capacitado, tecnologia para monitoramento, conforme depoimento dos servidores da então Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia – SICME.

Com efeito, por ocasião da reunião da CPI-RSF, ocorrida em 27.05.2015 (ata nº 18), a senhora Terezinha Cintra Paes de Barros, servidora responsável pela análise técnica dos processos do PRODEIC assim verberou: Nós tínhamos um corpo técnico pequeno lá, então... (...) Na verdade, eu fazia esse trabalho porque não tinha outra pessoa. O nosso corpo técnico era muito pequeno. No mesmo sentir, posicionou-se o então assessor técnico da SICME, senhor Lourival Lopes Gonçalves, servidor que também era responsável pela análise dos processos de postulação do PRODEIC: Frágil por falta de gente. Não tinha gente (...). Não tinha estrutura. Nunca teve estrutura. Nunca houve estrutura para trabalhar (...). Outra coisa precisa contratar gente! Se não contratar gente, aquilo vai virar sei lá o que! (fl. 1.495). (MATO GROSSO, 2016a, p. 75-76)

A visão do então Secretário Adjunto da Secretaria evidencia a relação dúbia entre o público, o privado e as suas obrigações. As falhas ocorridas pelo corpo técnico e validada pelo então secretário são apresentadas como se o processo de trabalho fosse desvinculado de responsabilidades pela posição que se ocupava, assim como os demais secretários anteriores. A situação é tão gritante que o mesmo se refere à competência do serviço público como uma ajuda para sociedade.

O SR. VALÉRIO FRANCISCO PERES DE GOUVEIA - Isso é fato. A equipe técnica lá era muito pequena, desdobrava-se ao máximo para *ajudar* o Estado de Mato Grosso a se desenvolver (fl. 1.545) Grifo nosso. (MATO GROSSO, 2016, p. 76, Volume I)

Thompson (1987), ao retomar as reflexões de Montesquieu, em *Do Espírito das Leis*, concebe que as leis foram elaboradas com o objetivo de proteger a propriedade privada e seus donos, muito mais do que garantir condições de vida aos trabalhadores. Montesquieu (2001, p. 42) afirma: “(...) existem dois gêneros de corrupção: uma, quando o povo não respeita as leis; outra, quando é corrompido pelas leis; mal incurável este, pois está no próprio remédio.”. As considerações desses autores sobre a lei e sua função na sociedade permitem analisar o caso de Mato Grosso. A Lei das renúncias fiscais sustentou uma rede de corrupção e legitimou a tomada do fundo público pelo capital privado, ao retirar do montante da receita do estado recursos que financiam diversas políticas, entre elas, a educação e a saúde.

Além do impacto no financiamento das duas políticas, que será discutido mais profundamente na próxima seção, ao renunciar à arrecadação do imposto de maior volume

financeiro (ICMS), o Estado também reduz o financiamento de outro ente federado, os municípios, que recebem do governo estadual um montante total de 25% que é dividido pelo governo estadual aos 141 municípios.

No relatório da CPI há a seguinte constatação:

Embora não haja qualquer censura legal para o caso de o ICMS incentivado aproximar-se do ICMS repassado aos municípios, tal constatação revela uma séria eiva no programa de concessão de benefícios porquanto traduz a ideia de que apenas alguns se beneficiam do imposto pago por todos, em prejuízo dos municípios.

Senão confira-se:



COMPARATIVO ICMS INCENTIVADO x REPASSE DE ICMS A MUNICÍPIOS		
Ano	ICMS INCENTIVADO TODOS PROGRAMAS	FPM REPASSADO A MUNICIPIOS MT
2010	R\$ 559.706.758,52	R\$ 1.172.366.920,99
2011	R\$ 1.125.682.471,15	R\$ 1.270.214.174,01
2012	R\$ 1.260.140.964,67	R\$ 1.438.996.241,85
2013	R\$ 1.433.899.741,97	R\$ 1.580.447.481,01
2014	R\$ 1.686.190.150,49	R\$ 1.716.676.934,52

(...) Assim, por suposto, se a arrecadação de ICMS for de R\$ 100,00 (cem reais), a aplicação de 25% para o Fundo de Participação dos Municípios resultará em R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), todavia, se o Estado abrir mão de R\$ 20,00 (vinte reais), a título de incentivo fiscal, sua arrecadação direta cairá para R\$ 80,00 (oitenta reais) e a aplicação dos 25% para o cálculo do FPM será de R\$ 20,00 (vinte reais).

(...) Nesse caso, não há uma política estadual capaz de ressarcir os municípios relativamente aos R\$ 5,00 que perderam, ficando os tais feridos em sua autonomia financeira. (MATO GROSSO, 2016, P. 62-63, Volume I).

Outro achado da CPI aponta a fragilidade da lei desde o seu início, pois a mesma não foi aprovada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, órgão ligado ao Ministério da Economia que tem como primeira competência:

a - promover a celebração de convênios, para efeito de concessão ou revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais do imposto de que trata o inciso II do art. 155 da Constituição, de acordo com o previsto no § 2º, inciso XII, alínea “g”, do mesmo artigo e na **Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975**; (BRASIL, 2019)

Era do conhecimento de todos que, ao decidir não obter a aprovação da Lei nº 7.958 de 2003 junto ao CONFAZ, o Estado assumia o risco de ter a política utilizada para outros fins que não fossem a redução das desigualdades regionais e geração de emprego e renda. Assim, não foram cumpridas as normas definidas na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº101 de 2000) sobre a concessão de renúncia fiscal. Portanto, a Lei 7.958/2003 era uma normativa que deveria responder a outras normativas, o não cumprimento faria com que tornasse uma regra independente, acarretando falhas estruturais. Foi o que identificou a CPI: permitir “(...) que o ator concedente do incentivo (Executivo Estadual) seja o mesmo com atribuições para ditar as regras por ato próprio, diante de tamanha vagueza nas disposições legais”. (MATO GROSSO, 2016, p. 79, Volume I).

A insegurança jurídica da Lei, causada pela não aprovação pelo CONFAZ, pode ser considerada uma das brechas que possibilitaram a utilização da mesma para os devidos fins ilegais:

M.R.F.: Deixa eu falar, acho que desde o início eu deveria ter falado seguinte. Nós temos uma deficiência, que na primeira parte do relatório nós falamos da insegurança jurídica da lei. Essa é uma lei da guerra da fiscal, a lei da guerra fiscal é assim, o estado de Mato Grosso não conseguiu aprovar no CONFAZ a sua lei, todos os estados fizeram isso, vinha para cá e aprovava uma lei nas suas Assembleias. Isso não tinha segurança jurídica que se corrigiu agora em 2019 com a Lei complementar 631, dos debates que aconteceram agora em julho, agora sim tem a segurança jurídica. (Entrevista concedida por M.F.R., consultor tributário, em 10 de dezembro de 2019 em Cuiabá).

No relatório da CPI, há diversas listas com empresas que foram identificadas, seja por apresentar alguma irregularidade no credenciamento junto ao PRODEIC ou por já comprovadamente ter utilizado o Programa como ato de corrupção ou sonegação fiscal. Uma destas empresas identificada é a JBS S/A, que apresentou um trâmite totalmente irregular para credenciamento junto ao PRODEIC:

Portanto, a concessão e fruição integral de benefícios referentes ao ICMS incentivado para as empresas JBS S/A (...) sem passar pelo fluxo de procedimentos do PRODEIC na SICME (não há processo), sem enquadramento aprovado pelo CEDEM, sem Termos de Acordo e sem cumprimento das demais exigências na legislação foi ilegal. Por essa ilegalidade devem responder o Ex-Secretário de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia – SICME - Sr. Pedro Jamil Nadaf e o Ex-Secretário de Estado de Fazenda - Sr. Edmilson José de Campos. (MATO GROSSO, 2016^a, p. 108).

O efeito prático de todas estas irregularidades foi que: “todo benefício fiscal concedido deve ser considerado ilegítimo e, portanto, passível de recuperação.” (MATO GROSSO,

2016a, p. 90). A empresa devolverá aos cofres públicos do estado de Mato Grosso, aproximadamente, cento e sessenta e seis milhões de reais, conforme decisão da Vara de Ação Civil Pública e Ação Popular em três de dezembro de 2019.

Um exemplo claro de como a renúncia fiscal concedida pelo PRODEIC contribuiu para concentração da atividade econômica em poucas empresas é o segmento dos frigoríficos. Em outra CPI que tratou do tema, com um viés para o fechamento das plantas e a redução dos empregos gerados no setor, conclui que o Grupo JBS S/A exerce um domínio de mercado.

(...) somando as indústrias frigoríficas em funcionamento e paralisadas no MAPA e as que foram arrendadas, mas não foram operadas pela JBS S/A, conclui-se que, até o final do ano de 2015, a JBS S/A era titular de 25 (vinte e cinco) indústrias. Como grande parte delas estão paralisadas - mesmo as arrendadas -, surge ***Certa curiosidade quanto aos motivos de tantas locações para manter o abate paralisado naquelas localidades.*** (MATO GROSSO, 2016, p. 254)

Os municípios afetados pela estratégia da JBS de comprar, arrendar e fechar frigoríficos para ter o controle sobre os preços e o rebanho traz nas oitivas da CPI relatos impactantes, principalmente, sobre a população, conforme as entrevistas com os prefeitos e pecuaristas:

O frigorífico de Cáceres era a única indústria que nós tínhamos lá (...) o maior rebanho de bovino do Estado de Mato Grosso está em Cáceres e, coincidentemente, não temos um frigorífico, porque o que tínhamos fechou, causando enormes prejuízos, tanto social quanto econômico. Na área social, o primeiro que vale lembrar aqui é o desemprego. Foram mais de mil famílias que ficaram desempregadas, causando um grande problema para a prefeitura, causando sérios problemas para o Município para dar assistência social a todas aquelas pessoas, a todas aquelas pessoas desempregadas. E, na área econômica, como era principal indústria da cidade, os serviços de terceiros também tiveram queda, como transporte, caminhões, postos de gasolina, borracharia, oficina, enfim, todo o pessoal do trabalho, isso também representou para que outro setor terceirizado do Município sofresse queda. (Senhor Francis Maris Cruz, Prefeito do Município de Cáceres, CPI dos Frigoríficos, 2016, p. 55).

Um frigorífico montado com o ***dinheiro da SUDAM, com dinheiro público, com expectativa inicialmente de 500 empregos.*** A proposta do Governo era incentivar a suinocultura também, então montou esse frigorífico com dupla aptidão. Mas frustrou, parou nas mãos da Friboi e o frigorífico está fechado até hoje. Tinha-se a opção de atravessar o Araguaia e vender para Goiás desse jeito, desviando os recursos de Mato Grosso. Talvez, por um ou dois reais a mais, deixava-se o boi em Mato Grosso, agora frustrados, porque na Friboi não vão funcionar as duas plantas. Planta parada com dinheiro público, ***fora as benesses, todos sabem que o segundo maior devedor do BNDES - o primeiro é a Vale do Rio Doce - é a JBS. Dinheiro do BNDES não é simplesmente para comprar, para adquirir, tem que atender também social.*** Quando aperta na questão do preço do boi dizem: ninguém está pondo revólver na sua cabeça para você vender boi para nós,

realmente não estamos, mas quando se instala um cartel do jeito que está instalado, não temos opção. Não tendo opção é como se diz: vocês vêm morrer aqui na palma da minha mão. E assim vem acontecendo. (MATO GROSSO, 2016, p. 61-62, grifo nosso).

É nítido o uso do poder econômico e político pelas grandes corporações. A JBS é uma das maiores empresas desse ramo no mundo e o Estado e seus governos, que deveriam garantir um nível de proteção aos municípios e seus habitantes frente às oscilações corporativistas do setor, instituem políticas que, além de garantir e legitimar a superacumulação do capital, ainda financiam este capital, deixando principalmente a população a mercê de um mercado que irá buscar sempre condições propícias para aumentar o seu lucro e monopólio no mercado.

Analisando as doações feitas pela JBS S/A nas campanhas para todos os cargos e estados de 2006, 2010 e 2014, percebemos que em 2002 não há doações realizadas, segundo a prestação de contas disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Em 2006, a empresa realizou um montante de sete milhões e duzentos mil reais, sem correção monetária, para oito partidos diferentes em oito estados e o Distrito Federal; o estado que mais recebeu doações foi o estado de Goiás. Em Mato Grosso, os beneficiados foram cinco candidatos dos partidos da Frente Liberal - PFL e do partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. Há, ainda, uma doação para o Comitê do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. Não há diretamente doações para o cargo a governador.

Em 2010, há ampliação da participação da empresa no financiamento de candidaturas pelo Brasil. O volume de doações cresce para trinta milhões de reais, sem correção, assim como o número de estados em que ocorreram; em 2010, são vinte e dois estados e o Distrito Federal. Esse mesmo comportamento de ampliação das relações de poder econômico e político acontece também com a quantidade de siglas partidárias. Em 2010, são dezessete partidos diferentes, o dobro da eleição de 2006. Nesse rol, Mato Grosso possui três candidatos que receberam doação, sendo que um deles recebeu também em 2006, e Goiás continua sendo o estado com maior número de doações. A partir de 2006, o Tribunal Superior Eleitoral passa a disponibilizar as doações feitas aos Comitês Financeiros, Direção Nacional e Direção Estadual aos partidos. Nesse tipo de doação, a JBS doou mais trinta e cinco milhões para treze partidos diferentes de nove estados, além das doações para a presidência da República. Para Mato Grosso, não há registro de doação nem para candidato, comitê ou partido.

Nas eleições de 2014, o movimento iniciado pela JBS em 2006 se mantém, e o volume de financiamento duplica; foram doados setenta e cinco milhões de reais diretamente

aos candidatos e mais duzentos e noventa milhões de reais, sem correções, para os comitês e direções. As doações feitas aos candidatos foram para dezenove estados e o Distrito Federal, para dezessete partidos; há doações para a então candidata a presidente num montante de cinquenta e quatro milhões de reais, maior valor doado a um candidato. Entretanto, o partido com maior quantidade de doações é o Partido Progressista – PP. Já as doações feitas aos comitês e diretórios atingem todos os estados brasileiros e Distrito Federal; abrangem um total de vinte e quatro partidos. O Partido dos Trabalhadores – PT é o que recebe a maior quantidade de doações. Em Mato Grosso, as doações feitas aos candidatos foram somente para o Partido dos Trabalhadores ao cargo de governador. É interessante que não se trata de uma doação direta: primeiro a JBS, doadora original, paga três fretamentos de aeronave para o então candidato ao senado, Wellington Antônio Fagundes, que repassa a doação ao candidato do PT. As doações para os comitês ocorrem somente para o Partido Progressista – PP, por meio da Direção Nacional (também é uma doação indireta). Houve também doações para partidos, num total de três milhões e setecentos mil reais, sem correções, para seis partidos diferentes; a sigla partidária que recebeu maior recurso foi o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

Se nas doações formais Mato Grosso não é tão representativo em quantidade e volume de recursos, segundo depoimento do ex governador Silval Barbosa, em colaboração sob submissão ao Supremo Tribunal Federal (delação premiada), a JBS foi uma das empresas que pagou a sua entrada no PRODEIC:

Nessa conversa, o colaborador se recorda que pediu ajuda a Wesley para quitar dívidas da campanha eleitoral, sendo que ele concordou, desde que fossem concedidos benefícios fiscais para a empresa, não se recordando se nessa reunião mais alguém participou.

Sabe o colaborador que já no ano de 2011, houve um benefício fiscal para a empresa, que a partir dali começaram os retornos das propinas, cabendo a PEDRO NADAF, ex-Secretário da Casa Civil, acompanhar os recebimentos das propinas. (BRASIL, 2017, p. 156, Volume I).

Esse exemplo da JBS S/A nos mostra a construção de uma rede de poder econômico e político, alimentada por meio do financiamento das campanhas eleitorais de forma legal, assim como também as realizadas de forma ilícita. Segundo os processos em andamento na Justiça, não havia um alinhamento ideológico, já que havia partidos de todas as frentes, mas sim um alinhamento econômico e político para a formação de monopólios em prejuízo à sociedade, conforme relatos dos prefeitos. Em sua delação, Silval Barbosa aponta, várias vezes, a utilização do PRODEIC, como instrumento para corrupção. Outras empresas de

frigoríficos, indústria de cimento e lojas de móveis e eletrônicos buscaram ou aceitaram a entrada no PRODEIC como meio para ampliar seus negócios e lucros.

Os achados da CPI, ao analisar uma amostragem de processos de empresas credenciadas ao PRODEIC, no período de 2010 a 2014, apresentam inúmeras irregularidades, como a ampliação do perfil dos segmentos econômicos que poderiam ser atendidas pelo PRODEIC. Isso explica o montante de empresas que buscaram a renúncia fiscal. O que seria somente para indústria passa a valer para comércio, serviços, eletricidade, gás e água quente. Além disso, inúmeros credenciamentos foram homologados por Resoluções *Ad-Referendum*⁵³. Assim, houve aplicação do percentual da renúncia maior do que o permitido, segundo as normativas, ausências de documentos nos processos, deficiências nas cartas consultas⁵⁴, não cumprimentos dos programas destinados à promoção social, que deveriam ser o alicerce do programa para sociedade. Segundo o relatório da CPI:

Conforme restou constatado em auditoria, todas as empresas da amostra apresentaram irregularidade(s) em relação aos requisitos elencados, sendo que, há várias empresas que não cumpriram nem ao menos um dos requisitos. Observe-se que tais requisitos representam a principal contrapartida das empresas pelo recebimento de incentivos, uma vez que se está tratando de programas destinados à promoção social.

Assim sendo, pode-se dizer que o *benefício concedido pelo Estado tem favorecido unicamente os proprietários das empresas. A sociedade* que deveria ser a principal beneficiada pela política de incentivos do Estado, *pouco ou nenhum benefício recebe.* (MATO GROSSO, 2016, p. 114, Volume I

⁵³ O Ad referendum é uma solicitação para aprovação de um assunto ou tema que não pode aguardar a reunião mensal do Conselho Desenvolvimento Econômico - CODEM para aprovação. No entanto, esse ato deve ser realizado em situações de excepcionalidade e deve ser evitado ao máximo. Posteriormente, a matéria deve retornar ao CEDEM, discutido e aprovado por todo o pleno do consolidado, homologando assim a Resolução.

⁵⁴ A elaboração dessa Carta Consulta, considerando a sua complexidade e relevância, deve contar com a participação de profissional habilitado, com formação em área afim, tais como contabilidade, economia etc. além de outras áreas específicas para aquele tipo de empreendimento. Da mesma forma, a análise dessa Carta Consulta, a ser realizada pela SEDEC, deve trazer parecer técnico emitido por profissionais habilitados. Assim como as informações da Carta Consulta devem ser fundamentadas e acompanhadas de documentos comprobatórios, a análise efetuada pela Secretaria deve trazer a confirmação dessas informações. Na amostra analisada, todas as Cartas Consulta apresentaram deficiências, dentre as quais se podem destacar a) insuficiência de documentação; b) ausência de confirmação das informações; c) falta de confirmação da habilitação de quem assinou a Carta Consulta; e, d) ausência de análise de contador e de economista da SEDEC (vide tabela do anexo IV). (...) sugestão de *apuração de responsabilização dos agentes públicos, senhores Pedro Jamil Nadaf, que exerceu a função de Secretário da SICME e Presidente do CEDEM no período e 01/01/2010 a 31/12/2012 e seu sucessor no cargo, Alan Fábio Prado Zanatta, então Secretário da SICME e Presidente do CEDEM no período e 01/01/2013 a 31/12/2014* (MATO GROSSO, 2016, p. 110, volume I) grifo nosso.

Uma pequena amostra de empresas, considerando o montante levantado de mais de novecentas empresas, revelou inúmeros achados. Desse modo, pode-se ter dimensão das perdas de receita que o Estado deixou de arrecadar, além da não devolutiva social. Seguem outras irregularidades: incentivo fiscal irregularmente estendido a filiais de empresa beneficiada pelo PRODEIC; aumento injustificado do incentivo fiscal concedido a empresas (das três empresas auditadas, uma doou para campanha de Silval Barbosa em 2010); empresas 'aéreas beneficiadas pelo PRODEIC não implantaram/mantiveram operações de voos regulares; ausência de controle interno nos atos de gestão referentes à concessão e à manutenção de Incentivos Fiscais pelo PRODEIC; concessão de Incentivos Fiscais na ordem de R\$ 12.488.739,59, sem passar pelas etapas exigidas pela lei que regula o PRODEIC e sem passar pela apreciação do CEDEM, entre outras, totalizando trinta e oito achados. (MATO GROSSO, 2016, p. 110-170).

Perguntado ao técnico responsável pela CPI se eles encontraram algo que, a princípio, não estava no planejamento da CPI, a irregularidade foi a própria dimensão da utilização do programa para corrupção e sonegação.

E: Houve algo que foi encontrado e que a princípio não estava na perspectiva do grupo. Que o senhor achou que não fosse acontecer e durante a CPI...

M.F.R.: Sim é muito, muita coisa da área técnica, nós identificamos fatos que não acreditávamos que estavam acontecendo, que infelizmente as pessoas tanto da iniciativa privada ou do próprio governo distorcem algumas coisas. No caso do setor público é o agente público levando uma vantagem, então a gente se surpreendeu na dimensão que era aquilo, a pessoa abusar da autoridade ou se comprometer enquanto servidor público para levar alguma vantagem, a gente não achava que tinha uma dimensão tão grande quando foi identificado relatório da CPI. E por outro lado também tem a própria iniciativa privada aproveitando disso ou sei lá sendo coagida a isso, não sabemos a dimensão do ocorreu na época, mas também levou muita vantagem com esse comportamento inadequado.

Apesar de não ser o objetivo da tese, na CPI da Renúncia Fiscal e Sonegação, dentre os segmentos investigados, o que mais trouxe prejuízo à receita do estado foram as empresas que trabalham sob a denominação de Regimes Especiais que, na verdade, são aquelas que deixam de cumprir suas obrigações para com o Fisco e começam a usufruir de formas alternativas de arrecadação. Mesmo suspensas pela SEFAZ, essas empresas utilizam-se de liminares concedidas pelo Poder Judiciário e conseguem manter suas operações:

Nesse contexto, incontáveis liminares vêm sendo concedidas sob a proteção da referida súmula, de molde⁵⁵ a garantir a liberação da mercadoria apreendida, bem como promover uma espécie de "salvo conduto" para as novas operações, que invariavelmente padecem dos mesmos vícios.

Infelizmente algumas empresas que se permitiram seduzir pela veleidade da supressão de impostos devidos como meio de locupletar-se ilicitamente, isto é, criadas justamente para ludibriar o fisco (abuso da personalidade jurídica), têm contratado bons advogados capazes de desenvolver convincentes articulações jurídicas, que não passam de chicanas capazes de garantir, pela chancela do Poder Judiciário, seu intento muitas vezes criminoso. (MATO GROSSO, 2016a, p. 188).

Outras apurações feitas pela CPI foram com as cooperativas, lembrando que a lei que trata das mesmas é de 1971, conhecida como a Lei do Cooperativismo, conforme vimos anteriormente. No relatório da CPI há apresentação do conceito utilizado pela OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras:

(...) as cooperativas são uma "sociedade de, pelo menos, vinte pessoas físicas, unidas pela cooperação e ajuda mútuas, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns, cujos aspectos legais e doutrinários são distintos das outras sociedades." (MATO GROSSO, 2016a, p. 250).

Dos dezoitos achados realizados pela auditoria, em cinco está presente a Cooperativa Agroindustrial do Mato Grosso - COOAMAT, localizada no município de Rondonópolis e com uma forte ligação com o Grupo Bom futuro⁵⁶. No dia 22 de novembro 2016, ocorreu a Oitiva da CPI que ouviu o Presidente da Cooperativa Agroindustrial de Mato Grosso (COOAMAT), Roberto Machado Bortoncello, presidente da Cooperativa, produtor rural e Diretor do Grupo Bom Futuro. Estavam presentes os deputados estaduais Gilmar Fabri (PSD), Max Nunes (PSB), Zé Carlos do Pátio (SD). A pergunta inicial foi: qual era a necessidade de trabalhar com os dois grupos (Bom Futuro e a cooperativa)?

De acordo com os dados apresentados pelos deputados, a cooperativa possui 36 associados, sendo que 83% da movimentação da cooperativa refere-se a três produtores e, destes, 70% é produzido pelo produtor Eraí Maggi, associado da cooperativa e um dos

⁵⁵ É inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos (Súmula 323, STF).

⁵⁶ O Grupo Bom Futuro, segundo informações do seu *site*, está no mercado há trinta anos. Trabalha com o agronegócio subdividido em Agrícola, Pecuária, Piscicultura, Sementes, Armazenagem e Transportes e tem como sócios proprietários os Eraí Maggi Scheffer, Elusmar Maggi Scheffer, Fernando Maggi Scheffer e José Maria Bortoli.

proprietários do Grupo Bom Futuro. Entre tantas falas da Oitiva, e após afirmação do produtor rural Roberto Machado de que não há vantagens tributárias e fiscais tanto pela Cooperativa quanto pelo Grupo Bom Futuro, o Deputado Gilmar Fabris questiona: “Qual é o encanto dos três maiores produtores participarem da cooperativa?”.

No dia 24 de novembro de 2016, após várias tentativas, principalmente do deputado Gilmar Fabris, para a não realização da Oitiva com Eraí Maggi, mesmo assim, ocorreu com grande participação da mídia local. Um destaque foi a presença de vários deputados estaduais como Oscar Bezerra (PSB), Emanuel Pinheiro (PMDB) (já eleito prefeito de Cuiabá), Deputado Nininho (PSD), Janaína Riva (PMDB) e Wagner Ramos (PSD).

O depoente Eraí Maggi inicia sua fala apresentando-se: atua nos municípios de Rondonópolis, Sapezal, Campo Verde, Diamantino, Araguaia e Juara, com uma produção total de 2 milhões de toneladas de algodão, 20% da produção nacional. Esclarece que na COOAMAT é somente associado, compra e vende para a cooperativa. Gilmar Fabris indaga Eraí Maggi: “Qual o crime da família Maggi que é detentora de tudo, foi criado com eles lá em Rondonópolis, por que a cooperativa?”. E o mesmo responde:

Não vende nem uma semente e o fertilizante – Bom Futuro; Quem paga mais, vence. Não necessito da cooperativa, no que é bom para a Bom Futuro, a cooperativa flexibiliza a compra de insumos pela cooperativa e a venda.

Considerando a definição da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, percebe-se, por meio de suas próprias falas, que os diretores da Cooperativa Agroindustrial do Mato Grosso – COOAMAT não cumprem as normas vigentes relacionadas às cooperativas. Somado a isso, o não cumprimento da Lei 7.958/2003 demonstra que trata-se de prática comum o não cumprimento de normas jurídicas.

A percepção sobre a Oitiva do Sr. Eraí Maggi foi de um homem que entende que é preciso sempre buscar a melhor opção para seus negócios: se naquele momento, for pela cooperativa, ele vai utilizar a cooperativa, quando for por meio da sua empresa Bom Futuro, será por ela. Foi nítida a defesa do mercado, do melhor negócio ou da melhor oportunidade “desde que o mundo é mundo”, frase utilizada por ele diversas vezes.

O presidente da CPI, Deputado Zé Carlos do Pátio, enfatizou a necessidade de que constasse no Relatório final da CPI as questões e os devidos encaminhamentos sobre as cooperativas fechadas em grupos empresariais. Entretanto, seu voto foi vencido e estas

colocações não aparecem no relatório final, aprovado pelo grupo dos cinco de deputados da CPI e pelos demais deputados em plenária. Fica claro que:

(...) a CPI aponta uma série de irregularidades que tem que ser aprovado pelos 5 deputados lá, ou seja, o próprio coletivo, e tinha situações que ele achava que tinham que ser incluídas mas que a equipe dos cinco não aprovou. Aí ele fez um relatório diferente deles para apontar estes itens principalmente de cooperativas que tinha formação de cooperativa inadequadas, grandes grupos empresariais com cooperativas fechados só para eles, isso o relatório maior não queria apontar isso e o Zé Carlos do Pátio queria, apontar casos como esse, com exemplo tá.

E: Porque eu assisti a oitiva do Eraldo Maggi e os dois presidentes e na pergunta do Zé Carlos do Pátio ele pergunta né, nem é o Zé Carlos do Pátio foi o Fabris, mas por que o senhor dono da Bom Futuro utiliza uma cooperativa, qual é o encanto aí, até o usou o termo encanto da sereia. Aí o Maggi não soube responder e o advogado orientou a não responder.

MFR: Porque ele estava, cooperativa tem o sentido de ser mais distributiva mais social né e uma empresa do porte da Bom Futuro ficou dono da cooperativa praticamente com familiares fazendo composição e ninguém mais entrou na cooperativa, ficou limitado aquele grupo lá. Era isso que o Zé Carlos do Pátio tava batendo muito duro e queria colocar isso no relatório, fez um relatório dele separado para pontos como estes, não lembro quais foram pontos, estou dando como exemplo, no relatório dele aponta algumas coisas mesmo, porque a comissão inteira não quis aprovar e ele fez um relatório a parte apontando e tem pouco coisa também, não houve prejuízo do relatório maior dos outros deputados não, mais ele fez questão de apresentar um relatório separado dele lá. (Entrevista concedida por M.F.R., fiscal tributário aposentado, consultor da área tributária, em 09 de dezembro de 2019)

Dentre as três formas de se obter renúncia fiscal ou benefício fiscal: Regime Especial, Cooperativas e Incentivos Fiscais, a que apresenta maior valor em sonegação de impostos para o estado foi a do Regime Especial⁵⁷, seguido do Incentivos Fiscais e dos Cooperativos, conforme quadro abaixo elaborado pela CPI.

CPI - RENUNCIA FISCAL E SONEGAÇÃO FISCAL - QUANTIFICAÇÃO			
ORDEM	SUB RELATORIAS	VALOR ORIGINAL	VALOR ATUALIZADO - 10/2016
1	SUB RELATORIA INCENTIVOS FISCAIS	328.591.163,67	797.600.843,12
	IF/RE	204.561.649,30	443.126.892,11
2	SUB RELATORIA REGIMES ESPECIAIS	440.816.061,65	908.088.195,04
3	SUB RELATORIA COOPERATIVAS	65.961.291,12	83.661.977,93
TOTAL		835.368.516,44	1.789.351.016,08

Fonte: Mato Grosso, 2016, p. 285.

⁵⁷ Regime Especial está associado às transportadoras de cereais. Uma parte destas transportadoras está sob liminar da Justiça para continuar tendo acesso à isenção fiscal.

O valor apurado pela CPI de perda de receita pelo Estado, somente no período de 2010 a 2014, foi de aproximadamente um bilhão e setecentos e oitenta milhões de reais, atualizados até 2016. Considerando que os achados apresentados reverberam desde 2003, quando da aprovação da referida lei, o impacto dessas perdas no financiamento das políticas públicas ganha uma proporção de muitas cifras, o que potencializa a fragilidade e o acesso da população ao Estado por meio dessas políticas.

O Estado mínimo, propagado pelas ideias neoliberais, atinge uma parte da população, a maioria, pois conforme demonstrado ao capital privado, o Estado se faz presente por meio de políticas públicas, políticas frágeis utilizadas como manobra para atos de corrupção e sonegação fiscal.

Até 2018, já no governo Pedro Taques, apesar de sofrer outras alterações, a lei 7.958/2003 ainda apresentava problemas. As alterações realizadas pelo governo Pedro Taques não alteraram o quadro de fragilidade, na verdade, segundo técnico da CPI M.R.F. e o relatório da Controladoria Geral do Estado – CGE, houve piora:

E: Porque no Relatório da CGE eles apontam que algumas alterações que o governo Pedro Taques na verdade piorou o cenário.

M.F.R.: Não tenha dúvidas, ficou mais flexível, não teve nada de positivo no governo Pedro Taques, foi só pior, só piorou o que ele fez, não ajudou em nada em consertar nada. Ou por deliberação mesmo ou alguma coisa aconteceu. Não se efetivou nada para o ajuste no sentido de atração de investimento não houve nada do governo Pedro Taques no sentido que fosse proativo para resolver essas questões que estavam problemáticas lá no PRODEIC. A não ser que bloqueou algumas empresas lá, que foi positivo lá, a própria CPI identificou uma lista de empresas lá e ele cancelou todos os credenciamentos, isso foi positivo. Foi ação positiva no sentido de que essas empresas já não poderão operar mais no regime que vinha acontecendo, mas mudança na legislação não teve nenhum nesse sentido. (Entrevista concedida por M.F.R., fiscal tributário aposentado, consultor da área tributária, em 09 de dezembro de 2019)

O objetivo da presente seção foi compreender o percurso de construção da Lei nº 7.958 de 2003, que define o Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso. A elaboração da lei e sua aprovação pela Assembleia ocorreu em tempo recorde, se analisarmos a complexidade de uma proposta de estratégia para desenvolver a indústria em um estado eminentemente agrícola e pecuário e distante dos grandes centros. Ainda mais propondo, como única estratégia, a renúncia fiscal, que passou a incorporar outros segmentos econômicos como o comércio e que pouco contribuiu para o desenvolvimento tecnológico da economia. O Estado

optou por uma estratégia que expropriou da sociedade recursos do fundo público, sem a devida devolutiva

Na seção seguinte, pretende-se mensurar e compreender o impacto dessa rede construída desde a origem da lei no financiamento de duas políticas importantíssimas para a condição humana e suas necessidades básicas: saúde e educação.

5. CONSEQUÊNCIAS

(...) originalmente as fortunas se fundavam no acesso ao dinheiro público, terras, prerrogativas do cargo, sinecuras, porcentagens nas transações públicas.

(THOMPSON, 1987, p. 331)

Essa última seção, que foi desmembrada da seção anterior, segue, guardadas as devidas proporções, a mesma via proposta por Thompson (1987) em *Senhores e Caçadores - A origem da Lei Negra*. O autor traz, após tratar da aplicação da lei, quais foram suas consequências, primeiramente para as pessoas que participaram ativamente da caça aos negros (neste caso, quais foram os benefícios) e, posteriormente, para quem foi utilizado como justificativa para a elaboração de uma lei em caráter de urgência, as florestas e cervos.

Essa seção trará as consequências da lei de renúncia fiscal. Em primeiro lugar, focaremos em duas políticas que, se consolidadas, garantem à sociedade o alicerce da cidadania, saúde e educação. Em segundo, buscaremos demonstrar como estão os municípios que possuem maior número de beneficiados pelo programa PRODEIC e os demais municípios. Esses dados são relevantes uma vez que uma das justificativas da urgência de se aprovar a lei, conforme vimos na seção anterior, seria a necessidade de se promover a redução da desigualdade regional e a inclusão de indicadores para medir os resultados da política.

Para compreender essas consequências, é preciso iniciar entendendo que os municípios de Mato Grosso possuem diferenças:

E: Então hoje o duodécimo que a Câmara atende as necessidades dela e vocês ainda devolve no final do ano?

M.: É

E: Em virtude da receita que é alta

M.: A receita é alta

E: Realmente é um cenário diferente dos outros municípios

M.: Dos outros municípios, o Mato Grosso ele tem uma diferença de outros estados. Se você vai em outros estados, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, quase tudo parecido, Mato Grosso tem três tipos de municípios, nós temos cidade rica, cidade média e cidade pobre. Nós temos cidade aqui que parece nordeste, poeirão, sem receita, sem é, então, nós, nós precisamos, o governo precisa

ajudar os municípios carentes, pobres. (Entrevista cedida por M. político, em Sapezal em 24 de julho de 2019)

Essa diferença entre os municípios de Mato Grosso, em parte, pode ser compreendida pelas relações entre o governo federal, os estados e municípios. O Pacto Federativo na Constituição Federal de 1988, ao contrário do que acontecia na Ditadura Militar⁵⁸, deu aos estados e municípios autonomia sobre o seu território, sob a gestão das políticas públicas e, principalmente, autoridade tributária. Entretanto, grande parte da carga tributária ainda é centralizada na União, o que faz dos estados e municípios entes dependentes dos recursos transferidos, principalmente os municípios. A política fiscal vigente no país, ainda que contemple com um mínimo de recursos as duas políticas, saúde e educação, não consegue resolver outras questões, conforme nossos entrevistados identificam no dia-a-dia dessas políticas:

E: Com relação ao financiamento quais as dificuldades que você percebe no dia-a-dia?

V.P.: A dificuldade no dia-a-dia em relação ao financiamento passa por uma perspectiva de que nós não temos o domínio sobre a política fiscal. Então, a política fiscal adotada pelo governo, e aí entra a figura da renúncia, da isenção, da anistia, de maneira que você olha os 25% sobre a receita, mas o arrecadado, a perspectiva de ser arrecadado ela é superior a isso. Vou pegar um exemplo bem típico, quando você olha a realidade dos municípios, você tem alguns municípios aqui no estado de Mato Grosso que ele não cobra o IPTU. Então, você tem o terreno, não cobra, e o IPTU ele é um recurso que 25%, deve ser vinculado para a manutenção da política educacional, então você não aplicando isso você tem uma condição precária na oferta da educação básica. Você vai lá a escola não tem as condições, a estrutura da carreira dos trabalhadores da educação é uma estrutura não atrativa. Então, há a necessidade em si de que os entes das federações potencializem a questão da arrecadação, não estou dizendo que ele deve ampliar, mas, no mínimo uma política fiscal local. Um outro aspecto em relação a isso, que é o imposto territorial rural – ITR, por exemplo, se você tem um terreno em Sinop você não compra um terreno lá por menos de cem mil reais. No entanto, você olha o valor pago no ITR dos grandes latifúndios que lá estão, é um valor irrisório, a aplicação deste valor e a cobrança dele ela acaba quase que insignificante considerando a dimensão do município. Então você arrecada mais em IPTU do que em ITR, é uma coisa surreal. Agora eu consigo ir lá com cem mil e comprar uma fazenda? Não, mas, o estimado para o estimado dessa contribuição do imposto é como se a fazenda custasse cem mil e aí está a contradição desta política pública. (V.P., sindicalista da área da educação Mato Grosso, Cuiabá, em 18/12/2019)

⁵⁸ Durante a Ditadura Militar não havia eleições diretas pelo povo para os cargos de governadores e prefeitos. Os governadores e prefeitos eram escolhidos por indicação da cúpula militar, “(...) detinham escassa autonomia fiscal: a centralização financeira instituída pela reforma fiscal de meados dos anos 60 concentrou os principais tributos nas mãos do governo federal e, ainda que tenha ampliado o volume da receita disponível dos municípios uma vez realizadas as transferências, estas estavam sujeitas a estritos controles do governo federal.” (ARRETCHE, 2000, p. 45)

A Constituição Federal de 1988 traz “(...) um conjunto de princípios e regras relativos aos direitos humanos, além da incorporação dos direitos enunciados nos tratados internacionais ratificados pelo Brasil (...)” (SALVADOR, 2010, p. 180) contemplando assim as Políticas de educação e saúde, enquanto direitos sociais.

Ao contrário da educação, a saúde está inclusa no tripé do conceito adotado pelo Estado brasileiro, mas que já era utilizado pelos países denominados de Bem-Estar Social há muito tempo, a Seguridade Social.

A Seguridade Social passa estar garantida na Constituição Federal de 1988 - no Título VIII da Ordem Social, o capítulo II; o Artigo 194 apresenta a mesma enquanto resultado de “[...] um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. (BRASIL, 2012, p. 111).

O Sistema Único de Saúde – SUS foi o modelo adotado pelo governo brasileiro para cumprir com o que determina a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 196, no qual a saúde “(...) é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.” (BRASIL, 2012, p. 33).

Em suas leis regulamentadoras (8.080 e 8.142 de 1990) estão um conjunto de princípios e diretrizes sobre a Seguridade Social a serem cumpridos, valendo destacar alguns: a universalidade de acesso; a integralidade de assistência; a descentralização político administrativa, com direção única em cada esfera de governo, com ênfase na descentralização dos serviços para os municípios a partir da regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde, além de outros (BRASIL, 1990).

As diretrizes do SUS apontam os meios, caminhos, formas, estratégias e ferramentas de como seus princípios devem ser alcançados, a descentralização novamente foi mencionada. A descentralização no SUS possibilitou a distribuição de poder político no processo de redemocratização pelo qual o Estado estava passando, quando da transição da ditadura para a democracia, confirmando a importância do sistema de saúde pública para a construção da cidadania. Além do poder político, há também a transferência de responsabilidades e de recursos (MATTA, 2012). Ainda, temos a diretriz do atendimento integral, com prioridade

para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais, e a diretriz da participação da comunidade (BRASIL, 1990).

O financiamento do SUS, como já apontado, passou por diversos momentos e muitos ataques. Em 2000, a Emenda Constituição nº29 estabeleceu que a União deveria aplicar o valor apurado no exercício anterior mais a correção nominal do PIB, os estados e Distrito Federal, doze por cento de determinados impostos, e os municípios, quinze por cento de determinados impostos. Haveria a necessidade de uma lei que regulamentasse tais medidas, o que só ocorreu em 2012. Esse vácuo de tempo entre a emenda e a lei que a regulamentou possibilitou diversas interpretações, sendo: o que deveria ser considerado como ações e serviços de saúde, se os juros e multas dos impostos entrariam na composição da receita, o Imposto de Renda dos servidores seria somente uma escrituração contábil e não receita (houve um acordão do governo estadual com o Tribunal de Contas do Estado), entre outros. Essas dúvidas foram utilizadas, principalmente, para reduzir os recursos para o Sistema Único de Saúde. (SILVA, 2015).

Apesar da educação não estar inclusa no conceito de Seguridade Social no Brasil, nos países de Bem-Estar Social, principalmente naqueles capitalistas centrais, a educação universal fazia parte dos três princípios que organizavam este Estado, sendo “(...) emprego, serviços sociais, universais e assistência social, que asseguravam um conjunto de direitos sociais dos cidadãos”. (SALVADOR, 2010, p. 70)

No Brasil, o direito a uma educação pública e gratuita foi uma grande conquista na Carta Magna, principalmente considerando o embate junto às entidades que representavam as escolas privadas. Essa conquista foi fruto de muitas discussões que ocorreram em espaços da sociedade civil ligadas à educação, como por exemplo, o Fórum Nacional da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito, em que:

(...) As entidades participantes desse núcleo de luta escreveram o “Manifesto em Defesa da Escola Pública e Gratuita”, que explicitava seus princípios básicos, com destaque para: a educação é um direito de todo cidadão, sendo dever do Estado oferecer ensino público, gratuito e laico para todos, em todos os níveis; o governo federal destinará nunca menos de 13% e os governos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios aplicarão no mínimo 25% de suas receitas tributárias em manutenção e desenvolvimento do ensino público e gratuito; as verbas públicas destinam-se exclusivamente às escolas públicas, criadas e mantidas pelo governo federal, pelos estados, pelo Distrito Federal e municípios; a democratização da escola em todos os níveis deve ser assegurada quanto ao acesso, permanência e gestão. (FAGNANI, 2005, p. 260).

Já na Constituição Federal de 1988, uma das conquistas mais importante foi a vinculação dos recursos à política educacional. E o percentual inicialmente proposto pelo Fórum para a União ficou maior do que apresentado na Carta, no mínimo 18% e os estados e municípios 25%, no mínimo. A vinculação garante outros dispositivos conquistados, como a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, educação como direito universal, ampliação do papel do Estado, divisão de competências e colaboração entre entes federados, Plano Nacional de Educação e autonomia universitária e indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão. (FAGNANI, 2005).

Nessa seção, o objetivo é identificar o impacto do valor renunciado pela perspectiva do financiamento da educação e da saúde. Em seguida, pretendemos analisar os municípios circunvizinhos aos com maior número de empresas credenciadas ao PRODEIC e o impacto na redução do financiamento para educação e para saúde, assim como o perfil dos municípios mais ricos e os demais.

5.1 O IMPACTO DA RENÚNCIA PARA O FINANCIAMENTO DO SUS E EDUCAÇÃO

O financiamento de uma política pública é a garantia que a mesma irá se concretizar e tornar possível o acesso da população a ela. Tanto para o SUS como para a educação, a vinculação da receita permitiu uma autonomia, mesmo que relativa, frente aos diversos governos, como também uma relativa independência para atender as demandas da população, com vista à promoção da cidadania.

E: A Educação a seu ver você considera as políticas estruturantes para promover a cidadania?

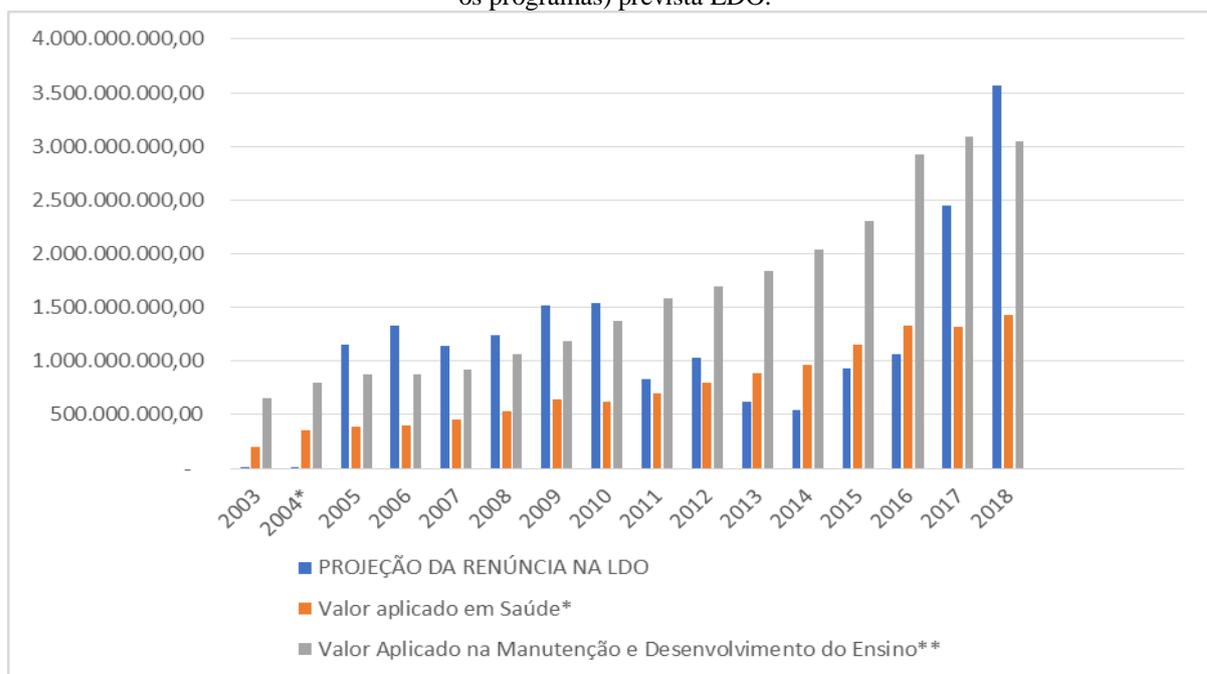
V.P.: Exatamente, quando foi discutido na Constituição Federal de 1988 a inclusão do percentual fixo para investimento educação exatamente nesta perspectiva da política pública que incluísse e tornasse a escola pública universal. É um financiamento que ao longo deste período buscou garantir essa inclusão destas pessoas que não tinha acesso à educação na idade e ampliar o acesso à educação infantil. (V.P., sindicalista da área da educação Mato Grosso, Cuiabá, em 18/12/2019)

E: O SUS a seu ver você considera as políticas estruturantes para promover a cidadania?

M: Exatamente, o SUS possibilita a cidadania principalmente pela questão das Conferências, espaço onde a população é ouvida por meio dos conselhos de saúde. Isso é muito importante para o exercício da cidadania. (M. gestor municipal de saúde, Cuiabá, 19/12/2019).

De acordo com a legislação vigente, a projeção do que será renunciado de receita deve constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO⁵⁹. Esses valores podem ser maiores, conforme já visto na discussão sobre a CPI da Renúncia Fiscal e Sonegação. Contudo, vamos trabalhar com os dados oficiais. Isso se deu pois, de acordo com os documentos analisados, o governo não tem conhecimento do que de fato é renunciado, uma vez que os valores são autodeclarados pelas empresas. Se considerarmos o valor projetado, sem correções, é perceptível o quanto a renúncia cresceu no estado de Mato Grosso no período de 2003 a 2018; em alguns anos, o valor renunciado se tornou maior do que é aplicado em educação e, na maioria dos anos, é maior do que foi aplicado em saúde, conforme gráfico 02:

Gráfico 02 - Gastos com educação, saúde apurados para fins de cumprimento do mínimo e renúncia fiscal (todos os programas) prevista LDO.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados constante na LDO e Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

⁵⁹ A LDO tem a finalidade precípua de orientar a elaboração dos orçamentos fiscal e da seguridade social e de investimento das empresas estatais. Busca sintonizar a Lei Orçamentária Anual -LOA com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no PPA. De acordo com o parágrafo 2º do art. 165 da CF, a LDO: - compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente; - orientará a elaboração da LOA; - disporá sobre as alterações na legislação tributária; e- estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (BRASIL, <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/execucao-orcamentaria>, consultado em 26/12/2019).

Como os recursos que o governo estadual deve aplicar na saúde e educação são definidos por percentuais, 12% sobre receita corrente líquida de imposto para saúde e 25% das receitas dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios para educação. Sempre que há previsão de aumento na receita do Estado há aumento nos valores aplicados nas duas políticas.

Entretanto, pelo gráfico 02 podemos visualizar o aumento exponencial previsto para política de renúncia fiscal, se comparada com o que foi aplicado nas políticas de saúde e educação, apesar de ambas terem tido seus orçamentos acrescidos anualmente.

No período de 2003 a 2018, na maioria dos anos, o valor das renúncias anuais foi maior que os valores aplicados em saúde. A Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso, em seu relatório sobre o PRODEIC, assim define:

Sabe-se que as receitas públicas são limitadas frente a demanda de gastos, o que requer, por parte do governo, a definição de prioridades. Em outras palavras, renunciar parte do ICMS significa deixar de investir em importantes segmentos da prestação de serviços públicos (MATO GROSSO, 2018, p.11)

Ainda conforme o gráfico 02, pode-se imaginar o tamanho do impacto da renúncia para o financiamento da saúde e educação. Porém, o impacto da renúncia para as duas políticas é ainda maior do que se acreditava. Um dos dados resultantes da leitura do Relatório da CPI foi a concepção de que, ao isentar o Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação – ICMS, o Estado atinge as duas políticas no seu financiamento, duplamente, pois:

E: Nos achados da CPI da Renúncia Fiscal, porque um dos meus insumos é o relatório da final da CPI de 2016 que foi presidida por Zé Carlos do Pátio. Eles trabalharam com impacto da renúncia para a transferência de parte do ICMS aos municípios, por exemplo, na previsão na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária) de 2010 a 2014, na LDO a previsão era de uma renúncia de um bilhão e setecentos milhões de reais, eles conseguiram acesso primeiramente porque a gente não consegue não tem essa facilidade da renúncia que de fato foi executada, na LDO era uma projeção a de fato, foi para seis bilhões e cinquenta e sete, ou seja, um aumento de 428% entre o que foi projetado e o que foi devidamente renunciado. Um dos achados da CPI, além dos prejuízos para as secretarias estaduais de educação e de saúde, porque ela deixa de receber os 25% e 12%, ainda tem um segundo impacto, porque também reduz a verba que vai para o município, aí ele também aplica menos na saúde e na educação, porque esse dinheiro também deixou de entrar lá no cofre público. Como o sindicato vê essa questão da renúncia fiscal no estado de Mato Grosso, tudo que a gente viveu de 2003 até a culminância 2016, as prisões, as delações premiadas?

V.P.: Em relação a renúncia a gente tem dois pontos aí que a gente tem posição sobre a ela. A primeira que é a renúncia fiscal e a isenção ela vem de uma organização do território nacional no qual os entes da federação criaram esse mecanismo de guerra um com outro para ver quem atrai mais indústria, mais investimento para o Estado. Então, essa política ainda até hoje não foi resolvida,

então é um problema não há um interesse da Câmara e do Senado resolver esse problema, então a guerra fiscal permite que os municípios e o estados façam essa lambança geral de concessão tanto da renúncia quanto da isenção fiscal. Aqui em Mato Grosso a gente tem outro elemento que é gritante, que é a Lei Kandir, então a lei Kandir quando ela foi criada ela foi pensada numa perspectiva de que as exportações, os Estados produtores em si fossem beneficiados com a exportação, no entanto, ao longo dos anos Mato Grosso passou a desenvolver seu território com a produção agrícola principalmente, sendo beneficiado com a Lei Kandir. Então, a renúncia fiscal e se você agrega a isso a Lei Kandir então ela é muito superior a isso. Então, passa de seis bilhões ela vai chegar a um valor muito superior a isso. Então ao longo de dez anos talvez um orçamento de dois, três anos, um orçamento de um terço do estado agregado dentro desta política. O estado de Mato Grosso tratando especificamente da política educacional a Constituição estabelece que no caso de renúncia e anistia fiscal os recursos da educação devem ser preservados. Nenhum governo até fez essa observação e essa aplicação. O que isso implica de maneira geral no caso aqui que a renúncia chega a seis milhões aquelas que são provenientes de impostos, vamos colocar que seja algo em torno de quatro ou cinco os 25% desse valor devia ter uma compensação e preservar esse recurso da educação, aqui no estado isso não acontece. Na última projeção que nós fizemos inclusive para responder o Ministério Público aqui do estado de Mato Grosso numa ação quando a aplicação do percentual mínimo, quando você computa esse valor o estado de Mato Grosso não aplica nem 20% então fica muito abaixo do que deveria. Agora a renúncia e a isenção fiscal precisa ter política de Estado que dê conta disso, no entanto o Estado não tem interesse em fazer essa discussão porque são eles mesmos os beneficiados, então o deputado, a própria empresa do governo, setor do agronegócio nos governos anteriores então eles se beneficiam então eles criam esse mecanismo a gente só trabalha dentro do sindicato que a renúncia e isenção fiscal só será resolvida por meio de uma legislação nacional, porque aqui no estado de Mato Grosso a nós não tem esperança que isso será resolvido a médio e longo prazo se depender do perfil tanto do governo do estado quanto composição da Assembleia Legislativa que são ligados a estes setores que são beneficiados. (Entrevista concedida por V.P., líder sindical, em 18/12/2019).

M: Hoje, os municípios são os mais penalizados porque aplicam mais de 15% na saúde, tem município aplicando 36% em saúde mais 25% da educação não sobra nada para as outras políticas. E isso vai piorar por causa do Teto dos Gastos, a União não atualiza a tabela SUS e fica mais difícil para os municípios dar o atendimento à população. Então os municípios não recebem os recursos devidos e fica com a maior parte das ações, porque as pessoas moram no município, bate na porta do prefeito, do secretário de saúde, então não tem como não gastar mais com a saúde por causa da não participação devida do Ministério da Saúde e do estado. (Entrevista concedida por M, gestor municipal de saúde em 19/12/2019).

A guerra fiscal estabelecida entre os estados para, teoricamente, atrair mais indústrias e promover o crescimento econômico resulta, principalmente, de uma ausência da União, que não tem uma legislação que dê conta de não reproduzir as desigualdades e promover o desenvolvimento das regiões de acordo com o perfil do território. Assim, a política de renúncia fiscal que cada estado cria não segue um projeto nacional. É, literalmente, “cada um por si”, o que viabilizou e o que aconteceu em Mato Grosso e em outros estados (caso do Rio de Janeiro no governo de Sergio Cabral⁶⁰): uma lei ampla, frágil do ponto visto do controle

⁶⁰ Renúncias fiscais de Cabral vão de boate a cabeleireiro. Benefícios tiraram R\$ 50 bilhões do Estado do Rio nos últimos quatro anos. Valor, utilizado para incentivar a atividade de empresas, equivale à metade da

estatal e que foi utilizada de diversas formas para promover a riqueza ilícita de muitas pessoas no estado e fora dele. Para Foucault (1999, p.306), o racismo de Estado não ocorre somente pela autorização legitimada de poder matar diretamente, mas ocorre de outras formas, “pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.”

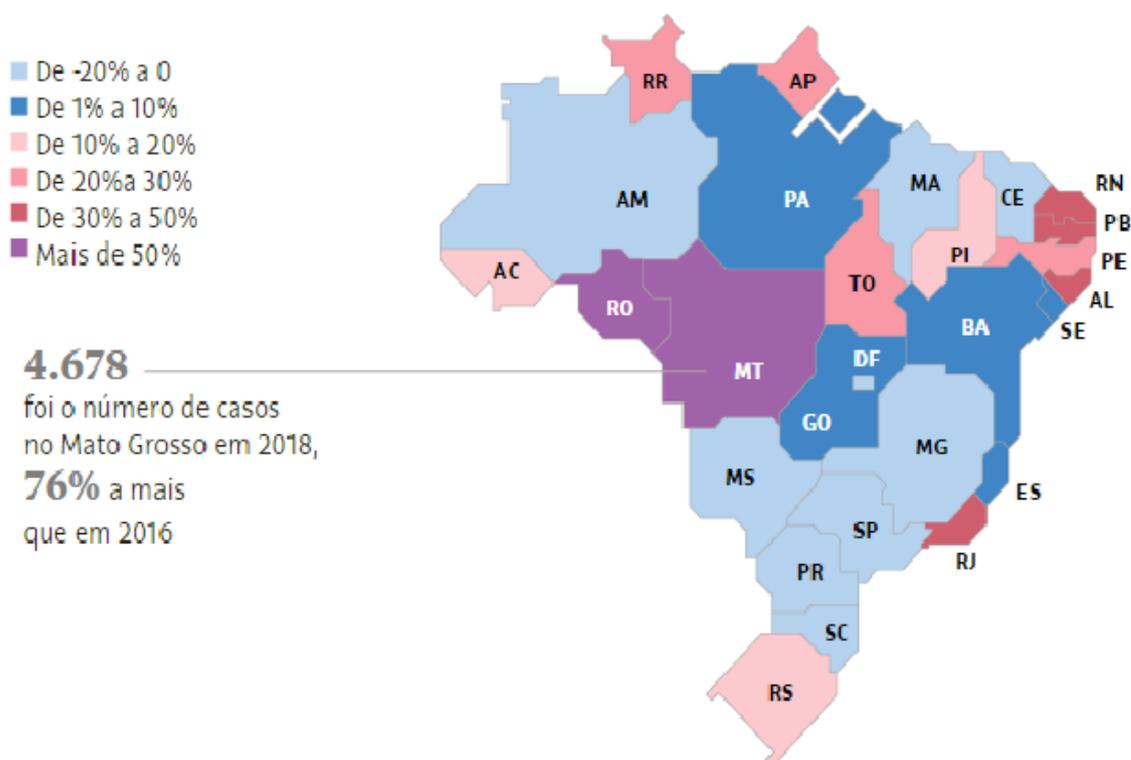
Reduzir o financiamento das políticas de saúde e educação pode ser entendido como uma forma de assassinato indireto. O perfil epidemiológico do estado é um exemplo, a alta taxa de incidência (novos casos) de agravos como a hanseníase faz de Mato Grosso um estado hiperendêmico para doença, segundo o Plano Estadual de Enfrentamento da Hanseníase lançado em 2018. As sequelas da doença afetam a capacidade das pessoas adoecidas, pode ser uma forma de assassinato indireto para um conjunto da população que, ao contrário de morrer de forma imediata, vai perdendo a vida dia após dia. Essa realidade endêmica pode ser vista, conforme mapa 05:

Mapa 05 - Crescimento da Hanseníase nos estados brasileiros.

Crescimento da hanseníase nos últimos dois anos

Mato Grosso puxou aumento no número de casos

Variação por estado



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2019/07/apos-13-anos-em-queda-hanseníase-volta-a-crescer-no-brasil.shtml>, consultado em 30/12/2019

A doença não é letal, mas se vive sem qualidade e sem saúde, torna-se dependente do Estado e de suas instituições que não conseguem garantir a cura, pois são aproximadamente 75% dos casos de hanseníase que são curados em Mato Grosso. A preocupação maior, segundo o Plano, é o diagnóstico tardio da doença e a não realização do exame neurológico do paciente, no momento oportuno, que deveria ser do diagnóstico, o que impossibilita:

“(…) a prevenção de outros danos, como o desenvolvimento de úlceras em regiões hípo e/ou anestésicas decorrentes de agressões físicas que passam despercebidas pelo paciente e as limitações funcionais que poderiam ser evitadas com o adequado acompanhamento fisioterápico do portador de hanseníase. (MATO GROSSO, 2018, site: <http://www.mt.gov.br/-/9555418-enfrentamento-da-hanseníase-em-mato-grosso-e-prioridade-de-governo>. Consultado em 27/12/19.

Os governos não privilegiaram somente uma fração da sociedade por meio de uma lei de renúncia fiscal, eles também foram negligentes, proporcionando, além da renúncia fiscal, condições para a sonegação.

E: Como o senhor vê o impacto no que os municípios deixam de receber nos 25% do ICMS. Como o senhor vê esse impacto da renúncia para o financiamento dos municípios. Que era uma coisa que até então eu não tinha pensando, eu só tinha pensando no impacto da saúde e da educação, aí quando eu vi isso no relatório da CPI eu pensei que o impacto é muito maior.

M.R.F.: Quando o objetivo é cumprido, quando a renúncia fiscal que abriu mão de determinado valor, para gerar emprego para agregar valor e você aumenta renda da localidade, você gera receita por outro caminho, mas como vimos no item anterior ficou concentrado isso em Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis nessas regiões mais populosas e que tem mais estrutura para atender a indústria. Os outros municípios se você não tem um ganho de receita de ICMS, você abre mão, aquele exemplo que dei do algodão, aquilo é um ganho para todo, você recolhia 17 % de nada aí concedeu incentivo passou a recolher 3% de uma produção de milhões de toneladas de algodão. Aí sim você tem o ICMS que você distribui para estes municípios. Mas, na maior parte dos incentivos concedidos ele não agregou valor, então você abriu mão de receita que deveria ser receita para os municípios e isso não aconteceu. Então, esses municípios ficaram no prejuízo podemos dizer assim, mas pode ser também uma expectativa de entrada ela poderia nem se realizar, só uma expectativa de entrada como ela não se realizou fica no prejuízo. Tanto na parte da renúncia quanto na parte do ganho da receita que não ocorreu. Tem dois vieses, você abriu mão de um pouquinho para ganhar muito, isso beneficiaria a todos, mesmo se o ICMS, no caso do algodão é um exemplo clássico que todos ganharam. Mas, quando teve as distorções aí você estava só abrindo mão do ICMS sem um ganho de receita, aí todos perderam, não só os municípios pequenos, todos acabaram perdendo por não receber esse repasse que foi desviado, aí já é questão de desvio.

E: Da sonegação?

M.R.F.: Da sonegação, não só da sonegação, mais do agente público que se corrompeu, concedeu coisa que não deveria, as duas partes tem culpa, tanto da parte empresarial e do agente público que concedeu isso de forma irregular. (Entrevista concedida por M.R.F., fiscal tributário aposentado e consultor da área tributária, no dia 09 de dezembro de 2019)

Além de ter os recursos sonegados, o Estado continua sem a devida arrecadação. Um exemplo disso são as liminares concedidas pelo Poder Judiciário para que empresas continuem usufruindo da renúncia fiscal, mesmo a CPI tendo demonstrando que a política sofreu atos de corrupção e sonegação fiscal:

E: Houve três sub-relatorias, a das cooperativas, isenção, os regimes especiais, que são basicamente as Liminares, as transportadoras particularmente. Pelo relatório final da CPI quem mais sonegou foram os regimes especiais?

M.F.R.: Realmente ali tem muitas distorções. Todos eles, a isenção, é bem significativo o valor. E o que surpreendeu é que mesmo com carga tributária

reduzida, as pessoas sonegaram valores enormes e o próprio setor público também, os agentes públicos também tiveram práticas inadequadas em relação aquele período apurado. Então tendo uma carga tributária reduzida, sendo um benefício fiscal, nesse caso as renúncias, ainda assim algumas empresas aproveitavam disso para fazer algumas distorções. No caso dos regimes especiais, algumas liminares do Judiciário trouxeram grandes prejuízos para a receita pública até porque empresas, como foi identificado, empresas com pessoas laranjas, empresas com pessoas até presas, e estas pessoas conseguiam liminar na Justiça para poder sair com mercadorias e depois estas pessoas desapareciam e não tinha nem como fazer a recuperação disso. Empresas laranjas e uma pessoa dessa consegue uma liminar e isso ocorreu bastante com cereais. Esses cereais, são centenas de caminhões num dia, aí você não recupera nunca mais.

E: É um dinheiro perdido mesmo?

M.F.R.: Esse é perdido mesmo, nem tem como recuperar nunca mais. É um fato, a gente identificou que a CPI identificou que todo aparato fiscal e tudo mais não tem como recuperar situações desta natureza, então o relatório apontou isso também até para que haja um cuidado também por parte do Judiciário no sentido de fazer uma análise mais cuidadosa no sentido das liminares. Porque o Judiciário é para isso, para que não haja prejuízo para as partes, quando é concedido para um em prejuízo para setor público e também é um prejuízo para toda a sociedade. (Entrevista concedida por M.R.F., fiscal tributário aposentado e consultor da área tributária, no dia 09 de dezembro de 2019)

Na área da educação, a transformação das escolas em “mercado” apresenta uma quebra com a relação até então existente entre o aluno, sua família, a escola e a comunidade. Segundo V.P., líder sindical essa ruptura é uma das consequências da restrição do financiamento da política educacional, pois a Gestão vai criando saídas que não contemplam um modelo educacional que de fato promova mudanças, e vai se adaptando à realidade restrita para dar conta do mínimo:

E: Dentre os princípios da Educação qual é o mais significativo, mais importante?

V.P.: Todos eles são importantes, no que está previsto na LDB, como no artigo 206 da Constituição, dos princípios que regem a educação, todos eles são importantes, então não tem como aqui quantificar, a gestão ela é importante, a universalização é importante então todos eles são importantes. São os princípios que a partir dele que você vai definindo a política pública educacional. Então, não tem como quantificar ou dizer qual é a mais importante ou não. Mas, o grande avanço que eu vejo em 1988 trouxe foi a perspectiva da universalização, que é política social de inclusão das pessoas. Agora é claro que a gente precisa avançar na questão do ensino superior, ainda muitos jovens não concluem o ensino médio, ainda ficam fora, porque entre a alimentação em casa e trabalhar efetivamente e o estudo, é claro que a opção de muitos é a primeira. Sem dizer como não há uma política para nossa juventude muitos enveredam no caminho da droga, da prostituição, então uma série de outras questões, são questões sociais, que impactam dentro na educação e precisam ser discutidas, uma compreensão maior para entender por que não temos a maioria dos nossos jovens ingressando no ensino superior, que ainda é insuficiente.

E: Porque a escola está dentro do território e abrange tudo que está ali, todas as questões sociais, os problemas, a desigualdade, não tem como.

V.P.: É, exatamente. Eu tenho feito uma reflexão em relação a isso, infelizmente as escolas, a política da maioria dos governos tem encarado a escola como se fosse um mercado. Porque eu uso este termo, não tenho um aprofundamento teórico em relação a isso. Mas, é uma discussão, antes você tinha uma escola pensando numa territorialidade, ou seja, uma escola do bairro, da comunidade, uma escola da cidade. Porque você tinha a sua criança naquela escola e você chegava até o ensino médio que a maioria de nós passamos por esta escola, que iniciou lá primeiro ano que seria a primeira série, concluímos o ensino médio. Essa escola tinha um vínculo com a comunidade a qual ela estava inserida, então o pai participava mais, a mãe participava mais do dia-a-dia, o pai queria que o filho dele, porque ele estudou naquela escola, queria que continuasse estudando. Porque você criava um vínculo de afetividade com a escola e você tinha identidade da comunidade utilizava a escola inclusive para se organizar em frente as outras demandas. Hoje qual é o papel da escola, a gente tem uma crítica muito grande em relação a essa forma de organização, eu tenho uma escola que diz, “esse ano eu vou oferecer o primeiro, o segundo e terceiro ano, o pai vai lá se conseguiu bem, não é um problema da escola, encara a gestão não é um problema dele é um problema do estado que está lá em Cuiabá, é um problema do prefeito que está no gabinete, então não encaram que a escola tem esse papel social e que deve ter uma atuação direta e que aquela territorialidade na qual a escola está inserida tem que ser uma referência para aquele bairro, para aquela comunidade. E ao longo desse ano aí, principalmente aqui no Mato Grosso, essa política tem alterado e desvirtuado muito o papel da escola. Então, é um escola que você vai levar seu filho para estudar, no próximo ano se tiver a sequência ali bem se não tiver você vai ter que arruma uma outra escola, não importa se é 20 ou 30 quilômetros ou 5 km ou 3 para você levar seu filho para escola. Então, a escola acaba perdendo esse vínculo com a comunidade, que é importante e foi importante durante a história e que hoje fica especificamente para o atendimento. (Entrevista concedida por V.P., líder sindical da política de educação pública de Mato Grosso, em 19/12/2019).

Tanto o Sistema Único de Saúde como a educação possuem o foi denominado de receita vinculada, ou seja, do total arrecadado de alguns tributos pelo Estado, menos o que deve ser repassado aos municípios, um determinado percentual deve ser repassado pelos entes federados ao SUS e a Educação.

Portanto, ao renunciar a entrada no fundo de público de uma determinada receita, teremos uma redução nos valores repassados para ambas políticas. A tabela 05 demonstra os valores estimados que não foram repassados pelo governo estadual aos orçamentos das secretarias estaduais de saúde e educação, executora das políticas do SUS e da educação.

Assim, se estimarmos as perdas tanto do SUS quanto da educação, os valores são significativos, o SUS teve uma perda de aproximadamente um bilhão e setecentos milhões de reais, já educação por ter um percentual maior, 25%, deixou de receber três bilhões e quinhentos milhões aproximadamente, conforme tabela 06. Esse valor tende ser maior, pois como foi identificado pela CPI da Renúncia Fiscal e Sonegação, ao fazer a opção por não

arrecadar o ICMS, um imposto que incide sobre o consumo, os municípios deixaram de receber a quota-parte que lhes cabia.

Isso porque do valor arrecadado de ICMS pelo governo estadual, 25% devem ser repassados aos municípios. Quando o governo instituiu uma lei que renunciava a arrecadação deste imposto, conseqüentemente, ele reduziu o valor a ser transferido para os municípios.

Assim, o governo estadual deixou de transferir aos municípios quatro bilhões e setecentos milhões de reais, lembrando que estes valores não estão corrigidos, ou seja, não serão aplicados em saúde e educação nos municípios de Mato Grosso.

Tabela 05 - Valores estimados das perdas de receita para o SUS estadual e para educação estadual, valores não corrigidos.

ANO	PROJEÇÃO DA RENÚNCIA NA LDO (todos os programas)	VALOR ESTIMADO NÃO APLICADO NO SUS	VALOR ESTIMADO NÃO APLICADO NA EDUCAÇÃO
2003	41.372,40	3.723,52	7.757,33
2004	35.660,00	3.209,40	6.686,25
2005	1.157.455.000,00	104.170.950,00	217.022.812,50
2006	1.323.958.347,00	119.156.251,23	248.242.190,06
2007	1.143.051.577,63	102.874.641,99	214.322.170,81
2008*	1.239.149.229,34	111.523.430,64	232.340.480,50
2009	1.517.607.655,98	136.584.689,04	284.551.435,50
2010	1.537.804.309,49	138.402.387,85	288.338.308,03
2011	832.268.412,80	74.904.157,15	156.050.327,40
2012	1.034.982.133,03	93.148.391,97	194.059.149,94
2013	624.342.470,61	56.190.822,35	117.064.213,24
2014	542.819.699,31	48.853.772,94	101.778.693,62
2015	932.135.817,58	83.892.223,58	174.775.465,80
2016	1.060.663.897,84	95.459.750,81	198.874.480,85
2017	2.449.125.258,56	220.421.273,27	459.210.985,98
2018	3.565.724.702,14	320.915.223,19	668.573.381,65
TOTAL	18.961.165.543,71	1.706.504.898,93	3.555.218.539,45

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados disponibilizados sobre a renúncia na LDO, a estimativa da perda da receita foi feita deduzindo os 25% que devem ser transferidos aos municípios e depois calculados os percentuais mínimos a serem aplicados no SUS 12% e educação 25%. *A partir de 2008 foi reduzido 2% a mais para o Fundo de Erradicação da pobreza instituído por lei estadual.

Observando esses números e comparando com o valor aplicado pela Secretaria de Estado de Saúde na Ação 2510-Reorganização da Atenção Primária à Saúde (APS) constante na Lei Orçamentária Anual – LOA⁶¹ de 2018, que tem como objetivo específico reorganizar os processos de trabalho da Atenção Primária para torná-la ordenadora da rede de Atenção à Saúde, de acordo com o Relatório Anual de Gestão - RAG⁶², a secretaria aplicou R\$ 68.486.740,54 (sessenta e oito milhões e quatrocentos e oitenta e seis mil e setecentos e quarenta reais e cinquenta e quatro centavos). Entretanto, esse valor não foi suficiente para que o objetivo da Ação tivesse sido alcançado:

A análise foi realizada considerando o objetivo específico de reorganizar os processos de trabalho da atenção primária para torná-la ordenadora de rede de atenção à saúde. Assim, observa-se que o resultado esperado da ação, com base na realização de 55,08% da meta física inicial, não foi alcançado, pois, mesmo com as subações obtendo bons percentuais de execução de suas tarefas que resultaram na entrega de produtos necessários *não foram suficientes, uma vez que a boa cobertura das equipes de atenção primária no Estado, ainda necessita de ações que visam melhorias na qualidade e resolutividade para prestação de serviços de saúde adequados a população*. Para atingir o objetivo estabelecido é preciso reformular a ação adequando as atividades para a reorganização dos processos de trabalho dessas equipes, *por meio de apoio técnico e financeiro aos municípios*, além de processos de educação permanente aos profissionais que atuam nesse nível de atenção. Neste sentido, foi desenvolvido, junto à Escola de Saúde Pública, curso de formação para profissionais da APS a fim de apoiar as equipes na reorganização do processo de trabalho. Com a realização da oficina de rede (mãe) para alinhamento conceitual dos processos de organização de rede de atenção deu início ao processo de planificação da atenção à saúde. Quanto à capacidade de Planejamento e programação da despesa, o objetivo desta ação não foi alcançado. *O distanciamento entre os valores das despesas planejada e executada e os remanejamentos efetuados ao longo do exercício reflete a necessidade de aperfeiçoamento dos procedimentos adotados para distribuição dos tetos orçamentários das áreas*. No que se refere à capacidade de execução orçamentária e financeira, o objetivo específico da ação foi alcançado, porque mesmo dependendo

⁶¹ “O orçamento anual visa concretizar os objetivos e metas propostas no PPA, segundo as diretrizes estabelecidas pela LDO. Compreende os Orçamentos Fiscal, de Seguridade Social e, de Investimentos das Empresas Estatais” Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN, site consultado em 29/12/2019 Fonte: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/execucao-orcamentaria>

⁶² O Relatório da Ação Governamental - RAG é uma avaliação do desempenho dos programas e das ações (Projetos/Atividades/Operações Especiais- PAOE) desenhados no Plano Plurianual (planejamento de médio prazo) e operacionalizados anualmente através das Leis Orçamentárias Anuais - LOAs (planejamento de curto prazo). A avaliação anual é parte fundamental do modelo de gestão do PPA e tem como objetivo contribuir para o alcance dos resultados inicialmente previstos nos programas, por meio do aperfeiçoamento contínuo da gestão desses programas e da alocação de recursos no PPA e no orçamento do Estado, de modo a aprimorar a qualidade do gasto público. O RAG é a oportunidade para que as secretarias e entidades demonstrem como os recursos arrecadados foram aplicados, inclusive quais os produtos e serviços, decorrentes desses recursos, foram disponibilizados para os cidadãos mato-grossenses. Fonte: http://www.seplan.mt.gov.br/-/10894914-relatorio-da-acao-governamental-2018?ciclo=cv_planejamento

dos remanejamentos efetuados para atingir o bom desempenho, as despesas foram executadas. (MATO GROSSO, 2019, p. 14). Grifo nosso

A atenção primária é definida pelo SUS como o centro ordenador da atenção à saúde, pois trata-se do primeiro acesso da população ao direito à saúde, segundo a Declaração de Alma Ata, isso porque:

Os cuidados de saúde primários são cuidados essenciais de saúde baseados em métodos e tecnologias práticas, cientificamente bem fundamentadas e socialmente aceitáveis, colocadas ao alcance de todos os indivíduos e famílias da comunidade, mediante a sua plena participação, e a um custo que a comunidade e o país possa manter em cada fase do seu desenvolvimento, com o espírito de autoconfiança e autodeterminação. Fazem parte integrante do sistema de saúde do país e representam o primeiro nível de contacto com dos indivíduos, da família e da comunidade, com o sistema nacional de saúde, devendo ser levados o mais próximo possível dos lugares onde as pessoas vivem e trabalham, e constituem o primeiro elemento de um processo continuado de assistência à saúde (ONU, 1978, p. 1).

Se a atenção primária – por meio da Estratégia Saúde da Família, modelo adotado no Brasil - for resolutiva, pode garantir à população a promoção e prevenção da saúde. Não se trata de atenção simples, de baixa complexidade, pois apresenta grandes desafios a qualquer sistema de saúde conseguir melhorar a qualidade de saúde da população por meio de uma rede articulada e de alocação eficiente de recursos (STARFIELD, 2002).

E para dar conta desse desafio, o maior obstáculo é a alocação eficiente e suficiente de recursos para a efetivação de uma atenção primária de fato resolutiva, conforme relatado pela equipe técnica no Relatório Anual de Gestão:

Ocorreram restrições de diversas ordens que impactaram na execução desta Ação⁶³. São elas: restrições de ordem administrativa como mudanças no organograma; *restrições financeiras relativas a não liberação de recursos financeiros para o cofinanciamento da atenção primária, congelamento dos recursos financeiros para os repasses aos fundos municipais de saúde fato que limitou a expansão do número de equipes e o fortalecimento da atenção primária no estado. Ainda, houve liberação do fluxo de recursos financeiros incompatível com a demanda da ação*, bem como à não execução do convênio assinado entre o Ministério da Saúde e a SES para manutenção do Núcleo técnico-científico do Telessaúde. (MATO GROSSO, 2019, p. 14). Grifo nosso.

⁶³ Ação 2510-Reorganização da Atenção Primária à Saúde (APS) do Programa 077-Ordenação Regionalizada da Rede de Atenção e Sistema de Vigilância em Saúde, que tem o objetivo de reorganizar os processos de trabalho da Atenção Primária para torná-la ordenadora de rede de Atenção

A atenção primária é responsabilidade dos municípios, porém deve ser financiada e apoiada tecnicamente pelo Ministério da Saúde e estado. Se resolutive, tiraria Mato Grosso do topo de casos de Hanseníase no Brasil, além de outros agravos que colocam Mato Grosso no nível de estados pobres, apesar de ser o maior exportador de grãos e de algodão. Isso se deve ao perfil epidemiológico em transição, ou seja, um panorama das doenças características de Estados pobres e outras de Estados ricos. Esse quadro é resultado de uma economia em expansão, mas com elevada concentração de renda, agravada pelo processo de ocupação territorial acelerada e pela atividade econômica predominantemente predatória dos recursos ambientais. Somado a isso, há uma rede pública de saúde ainda com vazios assistenciais que dificultam dar respostas às necessidades de saúde da população (MATO GROSSO, 2000).

Ao observar alguns indicadores estaduais de saúde⁶⁴ no site da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso entre 2003 e 2016, a maioria apresenta oscilações em seus resultados, não há por exemplo, uma redução ano a ano, ou resultados próximos que demonstrem uma não alteração do perfil epidemiológico da população. Essas oscilações significam que o SUS apresenta certas fragilidades e o não financiamento do sistema é uma delas.

Os ataques ao financiamento do SUS impactam principalmente os municípios, que possuem a maioria das responsabilidades de gestão sobre as políticas que são entregues aos cidadãos e cidadãs. Dessa forma, o SUS de forma tripartite, união, estados e municípios, não conseguiram alterar o modelo de atenção hospitalocêntrico para o da promoção e prevenção à saúde. (SILVA, 2015).

Na educação, o desafio é a universalização. Educação era algo destinado à elite, portanto, torná-la acessível a todos e todas, ainda hoje, é um desafio. E, assim como no SUS, o financiamento da educação aparece no Relatório Anual de Gestão – RAG como um problema que impacta na execução do planejamento e, portanto, na alteração da realidade mato-grossense.

A avaliação é referente ao exercício de 2018 da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, no Programa 398-Pró-escola - Educando para Transformar, que tem o objetivo de

⁶⁴ Razão de mortalidade materna; Proporção de nascidos vivos com baixo - peso ao nascer; Mortalidade proporcional por Doença Diarreica Aguda em menores de 5 anos de idade; Taxa de internações por acidente vascular cerebral (AVC) e; Proporção de abandono de tratamento da tuberculose.

“ensinar com qualidade para melhorar e transformar a educação básica e aumentar a escolaridade da população de jovens e adultos”. No RAG, há um impeditivo no avanço da política, conforme análise da área técnica que apontou as principais restrições e providências adotadas:

Financeiras: Como verificado na apresentação dos resultados a principal causa e, portanto, *a principal restrição para o alcance de nossas metas foi a restrição financeira*. Em relação à questão financeira foi criado e denominou-se de - Kit sobrevivência - para orientar todos os recursos recebidos para: Salários; Transporte Escolar, Alimentação Escolar, Manutenção das escolas, assessoria e CEFAPROS (descentralização) e pagamento das tarifas e manutenções essenciais.

Técnicas: Dificuldade para executar os convênios tanto com a União quanto de descentralização de recursos. As causas estão relacionadas principalmente à excessiva burocracia e deficiência de quadro de pessoal capacitado, experiente em gestão de convênios. (MATO GROSSO, 2019, p. 263) Grifo nosso.

O programa tem como público alvo crianças e jovens entre 4 e 17 anos para o ensino básico e de 15 anos ou mais para a Educação de Jovens e Adultos - EJA. Na leitura das análises realizada pelos técnicos responsáveis pelas ações, a restrição financeira, o contingenciamento, a não execução das despesas aparecem na maioria das ações, inclusive em áreas importantes como na ação que atende educandos na sua alimentação:

Capacidade de Planejamento - PPD:

Diante do resultado de desempenho apurado verifica-se que as *dotações inicialmente previstas na LOA não refletiram a real necessidade para a execução de toda a ação planejada*. Com ampliação do atendimento de escolas em tempo integral e também o aumento da contrapartida financeira do estado, foi imprescindível a suplementação orçamentária e financeira para o atendimento desta demanda com recursos da fonte 192, e que devido às restrições no teto orçamentário não fora possível planejar este orçamento. Para a realização das suplementações, foi necessário efetuar o remanejamento ou a anulação de outras ações.

Capacidade de Execução - COFD:

Tendo em vista os dados constantes na realização orçamentária e financeira da ação e resultados apurados demonstram que houve êxito na execução orçamentária. Os valores orçamentários referentes a fonte 195 foram disponibilizados durante o ano, atendendo a programação financeira. No entanto houve uma frustração da receita orçada, pois historicamente o montante de recursos financeiros do PNAE oriundos do governo federal não atingem R\$ 37 milhões de reais por ano. *Em relação ao recurso financeiro da fonte 192 houve grande dificuldade de execução financeira, pois ocorreu indisponibilidade financeira para a transferência dos recursos às unidades escolares, acarretando grandes atrasos, não atendendo à programação financeira para o atendimento ininterrupto e contínuo da alimentação escolar*. Embora houvesse disponibilidade orçamentária, o estado encontrava-se com dificuldades na disponibilidade financeira do recurso, ocasionando invariavelmente, atraso na transferência dos recursos da fonte 192, acarretando assim a reprogramação, ante a inserção do recurso em restos a pagar para o exercício de 2019.

Alcance do Objetivo Específico:

Diante dos resultados da Meta Física, do PPD e COFD, pode-se concluir que o objetivo da ação foi alcançado parcialmente, pois todas as unidades escolares foram atendidas através da descentralização dos recursos financeiros. ***Entretanto, com a indisponibilidade financeira de recursos oriundos da fonte 192, não houve fluxo contínuo da transferência de recursos financeiros às unidades escolares o que invariavelmente contribuiu para que a oferta de uma alimentação saudável, equilibrada e balanceada ficasse prejudicada.***

Outros aspectos relevantes:

Tendo em vista o objetivo específico da ação que visa oferecer aos educandos uma alimentação equilibrada e balanceada que venha suprir parte de suas necessidades nutricionais, ***é imprescindível que a disponibilidade orçamentária e financeira seja adequada para a execução da ação, e que a transferência dos recursos financeiros seja contínua e ininterrupta, atendendo a programação financeira, dentro do exercício financeiro, garantindo assim a oferta de alimentação escolar a todos os escolares durante 200 dias letivos.*** As indisponibilidades orçamentárias e financeiras impediram que algumas ações fossem executadas em sua totalidade, impactando na obtenção de melhores resultados na execução do PNAE. Outro aspecto relevante se refere ao número reduzido de profissionais nutricionistas da SEDUC que atuam na execução do PNAE, tornando-se uma restrição para o desempenho da ação.

Recomendações da Unidade responsável pela ação:

Diante dos dados e resultados descritos anteriormente, ***recomendamos que disponibilidade orçamentária e financeira seja adequada para a execução da ação, permitindo que obtenha-se êxito e melhores resultados na execução do PNAE.*** Assim, como aumentar o número de profissionais nutricionistas para que a execução do PNAE seja aperfeiçoada, monitorando e avaliando de forma mais eficaz, garantindo assim que o objetivo seja alcançado, e que consequentemente contribuirá na melhoria dos indicadores educacionais. (MATO GROSSO, 2019, p. 278-279) Grifo Nosso

A educação é primordial para que o indivíduo alcance “a felicidade individual e a prosperidade econômica, além de melhorias sociais como a autonomia das mulheres e a redução da pobreza”. (ONU, 2020, p.1). Por isso, ao não contempla-la, enquanto uma prioridade e principalmente implantando leis que afetam o seu financiamento, o Estado retira de grande parte da população a possibilidade de alcançar a sua emancipação humana e não respeito aos direitos humanos fundamentais.

Como se pode ver, ao decidir priorizar a renúncia fiscal com o objetivo de uma política que traria o desenvolvimento para Mato Grosso, o estado deixa de arrecadar dezoito bilhões e novecentos milhões de reais de 2003 a 2018, valor que pode ser bem maior do que o estimado. Essa quantia poderia ter sido aplicada em políticas públicas, mas, de acordo com as conclusões dos aparelhos de fiscalização e controle do Estado (CGE, TCE e CPI), foi utilizada como instrumento de corrupção e sonegação fiscal⁶⁵.

⁶⁵ Não podemos nos esquecer que a Lei 7.958/2003 não é a primeira política a beneficiar o capital por meio de incentivos fiscais, a SUDAM já tinha implantado uma política de incentivo fiscal para os estados da Amazônia em 1966 (Lei nº 5.174 de 27 de outubro de 1966 dispunha sobre a concessão de incentivos fiscais a favor da Região Amazônica), Mato Grosso já tinha várias leis que tratavam dos incentivos fiscal, a Lei Kandir, desde 1996, onera os estados produtores primários ao isentar os produtos agrícola e semielaborados de pagar o ICMS. Porém, não havia precedente da maneira como a Lei 7.958 de 2003 foi instituída, considerando a estrutura da lei e fragilidade institucional para o monitoramento e fiscalização da mesma.

E: Eu estou com relatório da CPI, com relatório dos frigoríficos, estou com a Delação do Silval Barbosa e da delação do Maluf e em todas o PRODEIC aparece.

M.F.R.: Incrível né, por aí dá para ver o tanto que ela estava distorcida. Como a CPI foi precursora de tudo isso, ela aconteceu antes, mostrou começou a revelar os fatos, aí as denúncias começaram a aparecer, teve as prisões, o próprio Ministério Público teve mais aprofundou as suas denúncias, as próprias delações começaram a demonstrar o quanto estava distorcido o programa. Aquilo ali realmente passava passou de um programa de gerar riqueza e emprego para o estado ele estava drenando a receita pública para um desvio que não era coerente. E não foi pequeno não. Taí em tudo que você falou, relatório da CPI, nas delações, está tudo aí. (Entrevista concedida por M.R.F, fiscal tributário aposentado e consultor da área tributária, no dia 09 de dezembro de 2019)

5.2 OS MUNICÍPIOS RICOS E OS DEMAIS MUNICÍPIOS

Quando estamos analisando o impacto da renúncia no financiamento das duas políticas, identificamos os valores totais renunciados pelo estado, ou seja, todo o território de Mato Grosso.

Entretanto, o território não é homogêneo, possui, além das diferenças de flora e fauna, uma constituição política, social e econômica que determina o fato de alguns municípios serem muito ricos e outros pobres, dependentes dos governos federal e estadual.

E: A gente fez um levantamento das empresas cadastradas no PRODEIC, porque uma das justificativas na época da lei era reduzir as desigualdades regionais e gerar emprego e renda. Mas, nesse levantamento a gente chegou a um resultado que 50% das empresas cadastradas no PRODEIC basicamente estão cadastradas na Região Sul e Sudestes, que engloba, Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Sorriso então, foi uma política que além de não alcançar seus objetivos ainda concentrou nas mesmas cidades que a gente já tem, nas cidades mais desenvolvidas. Como o SINTEP vê essa questão da centralidade enquanto resultado de uma política pública?

V.P.: A questão do desenvolvimento da indústria e principalmente do serviço ela também tem relação com a logística, o eixo no qual está a BR 163 e 364 acaba vai favorecendo isso. Então, as outras ramificações que seria os municípios de Juína, Colniza que também são, tem uma característica da economia local, agrícola, da criação do gado, agora que vem a plantação ela tem um problema na questão da logística, que seria o transporte, que encareceria muito. Então, como a BR 163 interliga acaba favorecendo esses polos e que tenham um desenvolvimento maior do que outros e conseqüentemente é de lá que a gente tem um inclusive a maioria dos deputados destas regiões aonde você tem uma concentração maior e que são ligados aos setores. (Entrevista concedida por V.P., líder sindical da política de educação pública de Mato Grosso, em 19/12/2019).

Segundo V.P., a concentração do número de empresas cadastradas no PRODEIC tem relação com a infraestrutura viária do estado. Nas seções I e II que trata da ocupação do estado e da formulação e implementação das políticas públicas, a partir da década de 1960, em alguns documentos já havia a identificação de quais localidades seriam beneficiadas, sendo a BR 163 e 364 as que receberam maior aporte de investimento. Essa priorização, anteriormente, trouxe até os dias atuais benefícios para essas mesmas regiões.

Outra questão pontuada por V.P. foi sobre o poder de articulação que possuem as regiões com deputados que lhes representam na Assembleia Legislativa e questionou de quais regiões eram os deputados que articularam, lá em 2003, a aprovação da lei. Fomos buscar essas informações que seguem no quadro abaixo:

Quadro 04 - Deputados eleitos para Assembleia Legislativa de Mato Grosso nas eleições de 2002

Partido	CANDIDATO	SITUAÇÃO	MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA OU ATUAÇÃO DO CANDIDATO	REGIÃO
PSB	MAURO LUIZ SAVI	Eleito	Sorriso	CENTRO
PSDB	DILCEU ANTONIO DAL BOSCO	Eleito	Sinop	CENTRO NORTE
PSDB	ALENCAR SOARES FILHO	Eleito por Média	Barra do Garças	LESTE
PT	SÁGUAS MORAES SOUZA	Eleito	Juína	NOROESTE
PSDB	JOSÉ GERALDO RIVA	Eleito	Juara	NOROESTE
PSDB	PEDRO INACIO WIEGERT	Eleito	Guarantã do Norte	NORTE
PMDB	SILVAL DA CUNHA BARBOSA	Eleito	Matupá	NORTE
PSDB	RENÊ BARBOUR	Eleito por Média	Barra do Bugres	OESTE
PTB	SEBASTIÃO MACHADO REZENDE	Eleito	Rondonópolis	SUDESTE

Continua Quadro 04. Deputados eleitos para Assembleia Legislativa de Mato Grosso nas eleições de 2002.

Partido	CANDIDATO	SITUAÇÃO	MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA OU ATUAÇÃO DO CANDIDATO	REGIÃO
PPS	JOAO ANTONIO CUIABANO MALHEIROS	Eleito	Cuiabá	SUL
PPS	CARLOS BRITO DE LIMA	Eleito	Cuiabá	SUL
PFL	GONÇALO DOMINGOS DE CAMPOS NETO	Eleito	Várzea Grande	SUL
PSB	ELIENE JOSE DE LIMA	Eleito	Cuiabá	SUL
PSDB	FRANCISCO TARQUINIO DALTRO	Eleito	Cuiabá	SUL
PMN	SERGIO RICARDO DE ALMEIDA	Eleito	Cuiabá	SUL
PL	HUMBERTO MELO BOSAIPO	Eleito	Cuiabá	SUL
PMDB	NATANIEL NAZARENO FERREIRA	Eleito por Média	Cuiabá	SUL
PFL	JOAQUIM SUCENA RASGA	Eleito por Média	Cuiabá	SUL
PSDB	CARLOS CARLÃO PEREIRA DO NASCIMENTO	Eleito	Cuiabá	SUL
PMDB	JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO (Zé Carlos do Pátio)	Eleito	Rondonópolis	SUDESTE
PFL	JOSE ANTONIO DE AVILA	Eleito	Rondonópolis	SUDESTE
PL	HERMÍNIO BARRETO	Eleito por Média	Rondonópolis	SUDESTE
PPB	JOSE CARLOS FREITAS MARTINS	Eleito	Várzea Grande	SUL
PT	VERA LUCIA PEREIRA ARAUJO	Eleito	Cuiabá	SUL

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados disponíveis no site do <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2002/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2002>

A maioria dos deputados eleitos no pleito de 2003 representava as duas regiões Sul e Sudeste. Confirmando, dessa forma, a concentração nas duas regiões tanto do PRODEIC quanto da representativa legislativa. A partir de 2007, o governo passa a divulgar a previsão de renúncia fiscal por região e programa. E, conforme consolidação dos dados das empresas credenciadas ao PRODEIC, as regiões com maiores valores são as regiões Sul e Sudeste, conforme tabela abaixo:

Tabela 06 - A projeção da Renúncia Fiscal do PRODEIC por região de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de Mato Grosso. Valores em reais sem correção.

Ano/Região	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Noroeste I	1.698.238,78	451.501,31	543.004,78	18.246,10	721.883,92	803.601,18
Norte	18.009.614,03	19.189.428,76	14.441.170,73	9.703.031,48	3.947.856,10	4.394.753,41
Nordeste	1.459.602,61	1.714.839,04	508.141,09	1.603.475,76	2.377.284,22	2.646.392,80
Leste	2.626.104,90	1.493.202,95	1.322.704,34	2.718.077,88	1.346.247,80	1.498.643,05
Sudeste	13.526.339,07	20.883.662,67	134.826.243,88	145.706.370,35	109.044.664,44	121.388.520,46
Sul	126.991.634,91	97.148.392,21	126.588.406,04	224.852.807,41	127.758.542,66	141.906.149,99
Sudoeste	29.693.999,28	23.681.611,07	14.506.166,45	23.031.373,31	14.194.643,95	15.801.477,64
Oeste	38.021.084,81	28.176.470,75	19.383.957,44	7.001.228,25	5.084.748,78	5.660.342,34
Centro oeste	7.645.476,72	3.387.933,36	4.283.108,63	677.945,09	635.514,24	707.454,45
Centro	2.495.629,57	13.196.564,85	96.077.435,28	26.172.030,61	19.756.172,19	21.992.570,88
Noroeste II	1.073.763,62	100.393,69	239.624,15	510.707,41	468.745,39	521.807,36
Centro norte	12.080.152,12	20.198.755,58	13.875.327,57	14.475.298,84	3.643.377,34	4.055.807,66
TOTAL	255.321.640,42	229.622.756,24	426.595.290,38	456.470.592,49	288.979.681,03	321.377.521,22

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

Continua Tabela 06 - A projeção da Renúncia Fiscal do PRODEIC por região de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de Mato Grosso. Em reais, sem correção.

Ano/Região	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL REGIÃO
Noroeste I	754.368,71	44.305,75	1.885.394,38	544.204,71	-	-	7.464.749,62
Norte	4.125.509,63	5.501.693,71	10.623.954,06	18.997.173,98	150.312,14	427.145,99	109.511.644,02
Nordeste	2.484.262,01	116.149,13	6.208.893,14	13.229.363,42	3.288.311,75	74.722.018,59	110.358.733,56
Leste	1.406.828,95	15.839.736,22	3.516.089,79	10.052.412,56	3.105.792,42	70.950.355,86	115.876.196,72
Sudeste	113.951.674,35	185.430.705,58	296.852.519,67	172.064.812,53	251.729.270,39	714.365.723,43	2.279.770.506,82
Sul	133.507.677,10	134.982.862,53	338.278.540,83	633.620.429,09	210.859.896,80	465.280.763,63	2.761.776.103,20
Sudoeste	14.833.402,93	5.320.324,84	37.073.147,11	88.659.501,80	41.189.622,87	18.134.613,73	326.119.884,98
Oeste	5.313.562,47	7.039.512,06	13.280.194,98	24.496.075,21	5.059.819,28	42.219.798,38	200.736.794,75
Centro oeste	664.112,38	1.899.238,37	1.659.817,11	2.785.944,18	-	-	24.346.544,53
Centro	20.645.199,94	31.112.036,68	56.200.746,44	71.766.319,78	50.134.229,76	259.483.246,70	669.032.182,68
Noroeste II	489.838,93	688.918,10	1.224.255,20	3.500.114,93	4.927,60	1.362.538,76	10.185.635,14
Centro norte	3.807.329,33	4.282.661,94	9.515.659,80	8.004.732,96	5.499.322,38	15.940.084,51	115.378.510,03
TOTAL	301.983.766,73	392.258.144,91	776.319.212,51	1.047.721.085,15	571.021.505,39	1.662.886.289,58	6.730.557.486,05

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

Na região Sul do estado, o segmento econômico com maior renúncia fiscal é o de fabricação e produtos alimentícios e bebidas, seguido da metalurgia básica e, em terceiro lugar, a fabricação de artigos de borrachas e plástico.

Já na região sudeste, o segmento com maior renúncia é o da indústria de caroço de algodão; em segundo lugar, de fabricação e produtos alimentícios e bebidas; e, em terceiro, a fabricação de coque, refino de petróleo e produtos de álcool.

Da mesma forma, as regiões com menores números de credenciados no PRODEIC são as regiões com menor valor renunciado e na maioria dos anos foram as regiões Noroeste I e Noroeste II, seguido de Centro Oeste que não chegam a cinquenta milhões de reais. Nestas três regiões, os segmentos econômicos mais isentos foram: fabricação de produtos alimentícios e bebidas, fabricação de produtos de madeira, indústria de produtos minerais não metálicos e derivados de soja – indústria.

No período de 2007 a 2018, o estado deixou de arrecadar seis bilhões e setecentos e trinta milhões de reais aproximadamente, sem correção, somente com o PRODEIC, sendo que deste, aproximadamente, cinco bilhões estão na região Sul e Sudeste.

Se analisarmos o artigo primeiro da Lei 7.958 de 2003, onde ficou estabelecido que o Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso, entre seus objetivos, enfatizou a geração de emprego e renda e a redução das desigualdades sociais e regionais, ao analisarmos o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, indicador proposto pelo governo Blairo Maggi para ser utilizado no monitoramento e avaliação do Plano, podemos identificar que, nem mesmo dentro da própria região, a Lei conseguiu reduzir as desigualdades.

Em 2012, numa ação conjunta entre a Fundação João Pinheiro, o PNUD Brasil e o Ipea, conseguiram calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros. Para que isso fosse possível, foram utilizadas as informações dos Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010. (BRASIL, 2020).

Considerando que o estado optou pelo IDH como uma das justificativas para a aprovação do Plano, já que não havia a presença de indicadores nas outras políticas de renúncia fiscal, iremos analisar no IDHM de 2010, portanto, sete anos de vigência da Lei 7.958/2003, para identificar se os objetivos foram alcançados, mesmo diante das distorções e crimes cometidos, conforme mostramos anteriormente.

Dentre as dimensões que compõem o índice para o estado de Mato Grosso, a que apresenta menor percentual é a educação. Quatorze municípios encontram-se na faixa de desenvolvimento humano municipal muito baixo (0 – 0,499), setenta e nove estão entre os com índice baixo (0,500-0,599), quarenta e cinco municípios estão na faixa de médios (0,600 – 0,699) e somente três estão

no índice alto (0,700 – 0,799) de desenvolvimento humano. O estado não tem nenhum município na faixa do muito alto (0,800 – 1) na dimensão educação.

Já na dimensão renda, o estado de Mato Grosso também não apresenta um território diversificado, quase 66% dos municípios estão entre muito baixo até médio (0-0,699) e apenas dois municípios no muito alto (0,800-1) que são Cuiabá e Campos de Júlio.

A dimensão com melhores percentuais nos municípios é a Longevidade. Essa dimensão é medida pela esperança de vida ao nascer. Representa:

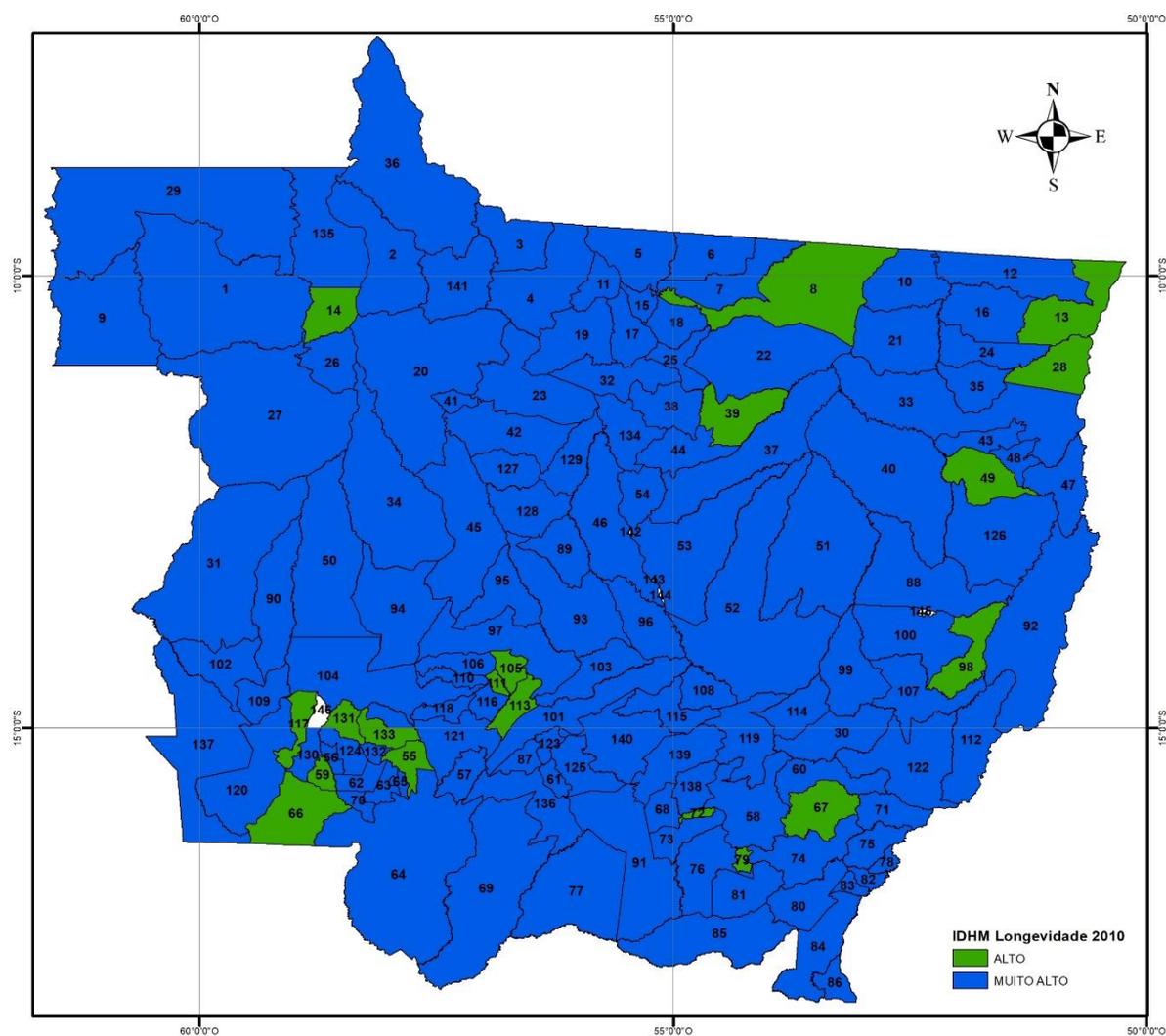
(...) as condições sociais, de saúde e de salubridade de uma população ao considerar as taxas de mortalidade em suas diferentes faixas etárias. Todas as causas de morte são contempladas para se chegar ao indicador, tanto doenças quanto causas externas, tais como violência e acidentes. (BRASIL, 2020).

Apesar dos diversos ataques ao SUS, não se pode desconsiderar que o sistema avançou em algumas áreas nestes 31 anos de implantação, a partir de programas que abrangem desde os para a redução da mortalidade neonatal e infantil, até os programas de controle de doenças que atingem mais a população adulta e idosa, como pressão alta, diabetes, etc. O Programa Nacional de Imunizações – PNI, uma referência mundial do SUS disponibiliza todas as vacinas preconizadas pela Organização Mundial da Saúde de forma gratuita e de acesso universal, inclusive buscando chegar aos lugares mais distantes do território brasileiro. (BRASIL, 2020).

A questão a ser discutida sobre a longevidade é a qualidade de vida da população que está vivendo mais e que merece uma discussão mais aprofundada, considerando a grande desigualdade social que há no país. Recentemente, o IBGE divulgou que o Índice de Gini que é um indicador que mede distribuição, concentração e desigualdade econômica e varia de 0 (perfeita igualdade) até 1 (máxima concentração e desigualdade), quando calculado para o rendimento médio mensal recebido de todos os trabalhos, as regiões Centro-Oeste e Sul do Brasil são as que apresentam os menores índices, ou seja, apresentam maiores concentração de renda e, portanto, maior desigualdade social.

Os municípios estão basicamente entre alto (verde) que representa faixa etária entre 67 anos e 72 anos e muito alto (azul) que representa faixa etária de 73 anos a 85 anos, conforme mapa 06.

Mapa 06 - IDHM – Dimensão Longevidade dos municípios de Mato Grosso – Censo 2010.

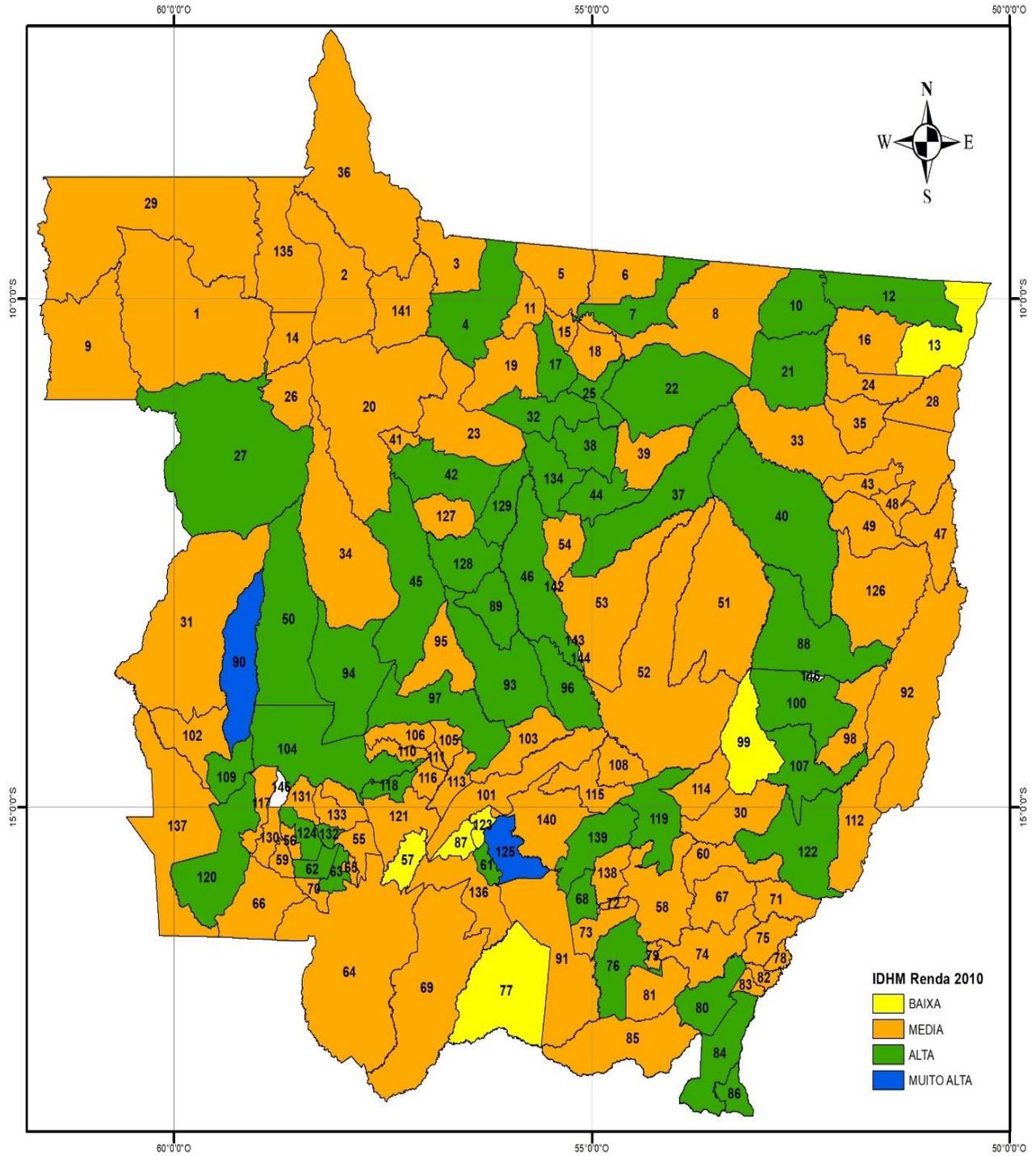


Numero	Município	Numero	Município	Numero	Município	Numero	Município	Numero	Município
1	Aripuanã	29	Colniza	57	Porto Estrela	85	Itiquira	113	Alto Paraguai
2	Nova Bandeirantes	30	Novo São Joaquim	58	Poxoréo	86	Alto Taquari	114	Santo Antônio do Leste
3	Paranaíta	31	Comodoro	59	Figueirópolis D'Oeste	87	Jangada	115	Nova Brasilândia
4	Alta Floresta	32	Itaúba	60	General Carneiro	88	Canarana	116	Denise
5	Novo Mundo	33	São Félix do Araguaia	61	Várzea Grande	89	Lucas do Rio Verde	117	Vale de São Domingos
6	Guarantã do Norte	34	Brasnorte	62	São José dos Quatro Marcos	90	Campos de Júlio	118	Nova Olímpia
7	Matupá	35	Canabrava do Norte	63	Mirassol D'Oeste	91	Santo Antônio do Leverger	119	Primavera do Leste
8	Peixoto de Azevedo	36	Apiacás	64	Cáceres	92	Cocalinho	120	Pontes e Lacerda
9	Rondolândia	37	Feliz Natal	65	Curvelândia	93	Nova Mutum	121	Barra do Bugres
10	Santa Cruz do Xingu	38	Cláudia	66	Porto Esperidião	94	Campo Novo do Parecis	122	Barra do Garças
11	Carlinda	39	União do Sul	67	Tesouro	95	São José do Rio Claro	123	Acorizal
12	Vila Rica	40	Querência	68	Jaciara	96	Santa Rita do Trivelato	124	Araputanga
13	Santa Terezinha	41	Novo Horizonte do Norte	69	Poconé	97	Diamantino	125	Cuiabá
14	Jurueña	42	Porto dos Gaúchos	70	Glória D'Oeste	98	Nova Nazaré	126	Ribeirão Cascalheira
15	Nova Guarita	43	Alto Boa Vista	71	Pontal do Araguaia	99	Campinápolis	127	Itanhanga
16	Confresa	44	Santa Carmem	72	São Pedro da Cipa	100	Água Boa	128	Tapurah
17	Colíder	45	Nova Maringá	73	Juscimeira	101	Rosário Oeste	129	Ipiranga do Norte
18	Terra Nova do Norte	46	Sorriso	74	Guiratinga	102	Nova Lacerda	130	Jauru
19	Nova Canaã do Norte	47	Novo Santo Antônio	75	Torixoréu	103	Nobres	131	Reserva do Cabaçal
20	Juara	48	Serra Nova Dourada	76	Rondonópolis	104	Tangará da Serra	132	Rio Branco
21	São José do Xingu	49	Bom Jesus do Araguaia	77	Barão de Melgaço	105	Nortelândia	133	Salto do Céu
22	Marcelândia	50	Sapezal	78	Ribeirãozinho	106	Nova Marilândia	134	Sinop
23	Tabaporã	51	Gaúcha do Norte	79	São José do Povo	107	Nova Xavantina	135	Cotriguaçu
24	Porto Alegre do Norte	52	Paranatinga	80	Alto Garças	108	Planalto da Serra	136	Nossa Senhora do Livramento
25	Nova Santa Helena	53	Nova Ubitatã	81	Pedra Preta	109	Conquista D'Oeste	137	Vila Bela da Santíssima Trindade
26	Castanheira	54	Vera	82	Ponte Branca	110	Santo Afonso	138	Dom Aquino
27	Juína	55	Lambari D'Oeste	83	Araguaína	111	Arenápolis	139	Campo Verde
28	Luciara	56	Indiavaí	84	Alto Araguaia	112	Araguaiana	140	Chapada dos Guimarães
								141	Nova Monte Verde

Fonte: Elaborado pelo analista em geoprocessamento Jonas Ferreiras dos Santos a partir dos dados compilados pela autora a partir da consulta junto Atlas Brasil. http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/. Consultado em 03/01/2020

Observando, por meio de imagens de geoprocessamento, como estão os municípios de Mato Grosso, tendo como referência o Censo de 2010, é perceptível um território com um índice de desenvolvimento humano ainda como um desafio para a população. Esse perfil é consequência de vários governos que priorizaram as atividades econômicas. Porém, priorizar as atividades econômicas não resultou numa alteração significativa na dimensão renda. Noventa e três municípios de Mato Grosso estão entre as classificações baixo e médio no desempenho dessa dimensão, conforme podemos ver no mapa 07

Mapa 07 - IDHM – Dimensão Renda dos municípios de Mato Grosso – Censo 2010.



Numero	Município
1	Aripuanã
2	Nova Bandeirantes
3	Paranaíta
4	Alta Floresta
5	Novo Mundo
6	Guarantã do Norte

Numero	Município
48	Serra Nova Dourada
49	Bom Jesus do Araguaia
50	Sapezal
51	Gaúcha do Norte
52	Paranatinga
53	Nova Ubitatã

Numero	Município
95	São José do Rio Claro
96	Santa Rita do Trivelato
97	Diamantino
98	Nova Nazaré
99	Campinápolis
100	Água Boa

7	Matupá	54	Vera	101	Rosário Oeste
8	Peixoto de Azevedo	55	Lambari D'Oeste	102	Nova Lacerda
9	Rondolândia	56	Indiavaí	103	Nobres
10	Santa Cruz do Xingu	57	Porto Estrela	104	Tangará da Serra
11	Carlinda	58	Poxoréo	105	Nortelândia
12	Vila Rica	59	Figueirópolis D'Oeste	106	Nova Marilândia
13	Santa Terezinha	60	General Carneiro	107	Nova Xavantina
14	Juruena	61	Várzea Grande	108	Planalto da Serra
15	Nova Guarita	62	São José dos Quatro Marcos	109	Conquista D'Oeste
16	Confresa	63	Mirassol D'Oeste	110	Santo Afonso
17	Colíder	64	Cáceres	111	Arenápolis
18	Terra Nova do Norte	65	Curvelândia	112	Araguaiana
19	Nova Canaã do Norte	66	Porto Esperidião	113	Alto Paraguai
20	Juara	67	Tesouro	114	Santo Antônio do Leste
21	São José do Xingu	68	Jaciara	115	Nova Brasilândia
22	Marcelândia	69	Poconé	116	Denise
23	Tabaporã	70	Glória D'Oeste	117	Vale de São Domingos
24	Porto Alegre do Norte	71	Pontal do Araguaia	118	Nova Olímpia
25	Nova Santa Helena	72	São Pedro da Cipa	119	Primavera do Leste
26	Castanheira	73	Juscimeira	120	Pontes E Lacerda
27	Juína	74	Guiratinga	121	Barra do Bugres
28	Luciara	75	Torixoréu	122	Barra do Garças
29	Colniza	76	Rondonópolis	123	Acorizal
30	Novo São Joaquim	77	Barão de Melgaço	124	Araputanga
31	Comodoro	78	Ribeirãozinho	125	Cuiabá
32	Itaúba	79	São José do Povo	126	Ribeirão Cascalheira
33	São Félix do Araguaia	80	Alto Garças	127	Itanhangá
34	Brasnorte	81	Pedra Preta	128	Tapurah
35	Canabrava do Norte	82	Ponte Branca	129	Ipiranga do Norte
36	Apiacás	83	Araguainha	130	Jauru
37	Feliz Natal	84	Alto Araguaia	131	Reserva do Cabaçal
38	Cláudia	85	Itiquira	132	Rio Branco
39	União do Sul	86	Alto Taquari	133	Salto do Céu
40	Querência	87	Jangada	134	Sinop
41	Novo Horizonte do Norte	88	Canarana	135	Cotriguaçu
42	Porto dos Gaúchos	89	Lucas do Rio Verde	136	Nossa Senhora do Livramento
43	Alto Boa Vista	90	Campos de Júlio	137	Vila Bela da Santíssima Trindade
44	Santa Carmem	91	Santo Antônio do Leverger	138	Dom Aquino
45	Nova Maringá	92	Cocalinho	139	Campo Verde
46	Sorriso	93	Nova Mutum	140	Chapada dos Guimarães
47	Novo Santo Antônio	94	Campo Novo do Parecis	141	Nova Monte Verde

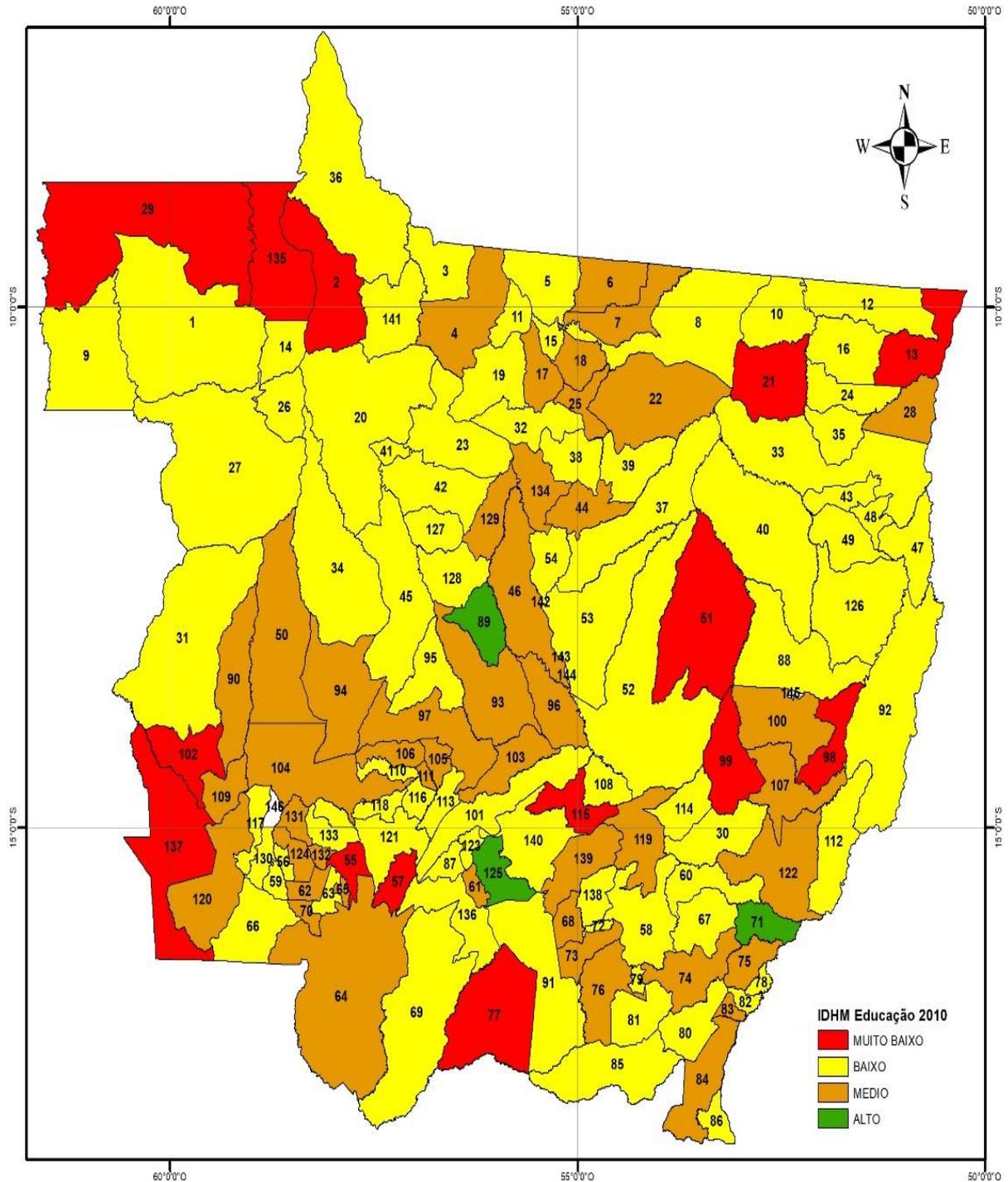
Fonte: Elaborado pelo analista em geoprocessamento Jonas Ferreira dos Santos, a partir dos dados compilados pela autora, em consulta junto Atlas Brasil. http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/. Consultado em 03/01/2020

A Lei 7.958 de 2003, que definiu a política de renúncia fiscal, contribuiu para uma maior concentração da riqueza em determinadas regiões e segmentos econômicos, e não conseguiu cumprir com os objetivos definidos. Das três dimensões do IDHM, a educação no estado de Mato Grosso possui ainda muito desafios. A maioria dos municípios está entre médio, baixo e muito baixo e apenas três com classificação alta.

Os mapas 08 e 09 nos dão uma percepção de que o estado de Mato Grosso, mesmo apresentando um elevado crescimento econômico, tornando-se um dos maiores produtores agrícolas e pecuários do Brasil, ainda não apresentou uma melhoria de vida para o restante da população. Isso ocorre devido a concentração de renda em regiões com maior concentração de beneficiados pelo PRODEIC, regiões que já haviam sido priorizadas por outras políticas nas décadas de 60 e 70.

Apesar de o Censo corresponder ao ano de 2010, a Lei 7.958 de 2003 já estava implantada havia sete anos e, conforme solicitação dos próprios deputados, a mesma passou a valer de imediato à sua publicação. Assim, havia urgência em conceder as renúncias aos setores econômicos e, desta forma, eles devolveriam para a sociedade: emprego, renda, redução das desigualdades regionais assim como os benefícios direcionados para os seus trabalhadores como a divisão dos lucros, demonstrados nos mapas a seguir:

Mapa 08 - IDHM – Dimensão Educação dos municípios de Mato Grosso – Censo 2010.



Numero	Município
1	Aripuanã
2	Nova Bandeirantes
3	Paranaíta
4	Alta Floresta
5	Novo Mundo
6	Guarantã do Norte
7	Matupá
8	Peixoto de Azevedo

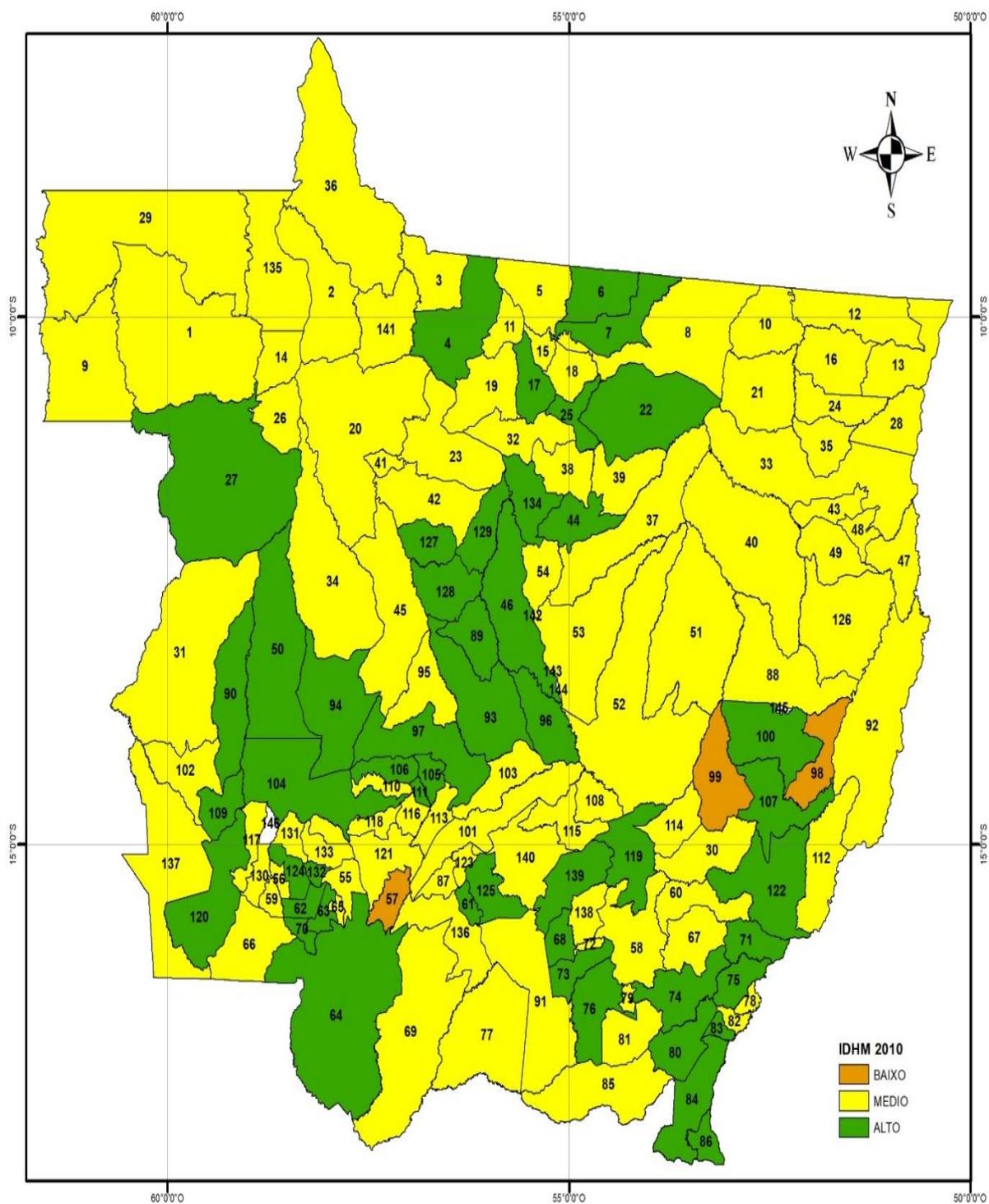
Numero	Município
48	Serra Nova Dourada
49	Bom Jesus do Araguaia
50	Sapezal
51	Gaúcha do Norte
52	Paranatinga
53	Nova Ubiratã
54	Vera
55	Lambari D'Oeste

Numero	Município
95	São José do Rio Claro
96	Santa Rita do Trivelato
97	Diamantino
98	Nova Nazaré
99	Campinápolis
100	Água Boa
101	Rosário Oeste
102	Nova Lacerda

9	Rondolândia	56	Indiavaí	103	Nobres
10	Santa Cruz do Xingu	57	Porto Estrela	104	Tangará da Serra
11	Carlinda	58	Poxoréo	105	Nortelândia
12	Vila Rica	59	Figueirópolis D'Oeste	106	Nova Marilândia
13	Santa Terezinha	60	General Carneiro	107	Nova Xavantina
14	Juruena	61	Várzea Grande	108	Planalto da Serra
15	Nova Guarita	62	São José dos Quatro Marcos	109	Conquista D'Oeste
16	Confresa	63	Mirassol D'Oeste	110	Santo Afonso
17	Colíder	64	Cáceres	111	Arenápolis
18	Terra Nova do Norte	65	Curvelândia	112	Araguaiana
19	Nova Canaã do Norte	66	Porto Esperidião	113	Alto Paraguai
20	Juara	67	Tesouro	114	Santo Antônio do Leste
21	São José do Xingu	68	Jaciara	115	Nova Brasilândia
22	Marcelândia	69	Poconé	116	Denise
23	Tabaporã	70	Glória D'Oeste	117	Vale de São Domingos
24	Porto Alegre do Norte	71	Pontal do Araguaia	118	Nova Olímpia
25	Nova Santa Helena	72	São Pedro da Cipa	119	Primavera do Leste
26	Castanheira	73	Juscimeira	120	Pontes E Lacerda
27	Juína	74	Guiratinga	121	Barra do Bugres
28	Luciara	75	Torixoréu	122	Barra do Garças
29	Colniza	76	Rondonópolis	123	Acorizal
30	Novo São Joaquim	77	Barão de Melgaço	124	Araputanga
31	Comodoro	78	Ribeirãozinho	125	Cuiabá
32	Itaúba	79	São José do Povo	126	Ribeirão Cascalheira
33	São Félix do Araguaia	80	Alto Garças	127	Itanhangá
34	Brasnorte	81	Pedra Preta	128	Tapurah
35	Canabrava do Norte	82	Ponte Branca	129	Ipiranga do Norte
36	Apiacás	83	Araguainha	130	Jauru
37	Feliz Natal	84	Alto Araguaia	131	Reserva do Cabaçal
38	Cláudia	85	Itiquira	132	Rio Branco
39	União do Sul	86	Alto Taquari	133	Salto do Céu
40	Querência	87	Jangada	134	Sinop
41	Novo Horizonte do Norte	88	Canarana	135	Cotriguaçu
42	Porto dos Gaúchos	89	Lucas do Rio Verde	136	Nossa Senhora do Livramento
43	Alto Boa Vista	90	Campos de Júlio	137	Vila Bela da Santíssima Trindade
44	Santa Carmem	91	Santo Antônio do Leverger	138	Dom Aquino
45	Nova Maringá	92	Cocalinho	139	Campo Verde
46	Sorriso	93	Nova Mutum	140	Chapada dos Guimarães
47	Novo Santo Antônio	94	Campo Novo do Parecis	141	Nova Monte Verde

Fonte: Elaborado pelo analista em geoprocessamento Jonas Ferreira dos Santos, a partir dos dados compilados pela autora em consulta junto Atlas Brasil. http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/. Consultado em 03/01/2020

Mapa 09 - IDHM dos municípios de Mato Grosso Censo - 2010



Numero	Município
1	Aripuanã
2	Nova Bandeirantes
3	Paranaíta
4	Alta Floresta
5	Novo Mundo
6	Guarantã do Norte
7	Matupá

Numero	Município
48	Serra Nova Dourada
49	Bom Jesus do Araguaia
50	Sapezal
51	Gaúcha do Norte
52	Paranatinga
53	Nova Ubiratã
54	Vera

Numero	Município
95	São José do Rio Claro
96	Santa Rita do Trivelato
97	Diamantino
98	Nova Nazaré
99	Campinápolis
100	Água Boa
101	Rosário Oeste

8	Peixoto de Azevedo	55	Lambari D'Oeste	102	Nova Lacerda
9	Rondolândia	56	Indiavaí	103	Nobres
10	Santa Cruz do Xingu	57	Porto Estrela	104	Tangará da Serra
11	Carlinda	58	Poxoréo	105	Nortelândia
12	Vila Rica	59	Figueirópolis D'Oeste	106	Nova Marilândia
13	Santa Terezinha	60	General Carneiro	107	Nova Xavantina
14	Juruena	61	Várzea Grande	108	Planalto da Serra
15	Nova Guarita	62	São José dos Quatro Marcos	109	Conquista D'Oeste
16	Confresa	63	Mirassol D'Oeste	110	Santo Afonso
17	Colíder	64	Cáceres	111	Arenápolis
18	Terra Nova do Norte	65	Curvelândia	112	Araguaiana
19	Nova Canaã do Norte	66	Porto Esperidião	113	Alto Paraguai
20	Juara	67	Tesouro	114	Santo Antônio do Leste
21	São José do Xingu	68	Jaciara	115	Nova Brasilândia
22	Marcelândia	69	Poconé	116	Denise
23	Tabaporã	70	Glória D'Oeste	117	Vale de São Domingos
24	Porto Alegre do Norte	71	Pontal do Araguaia	118	Nova Olímpia
25	Nova Santa Helena	72	São Pedro da Cipa	119	Primavera do Leste
26	Castanheira	73	Juscimeira	120	Pontes E Lacerda
27	Juína	74	Guiratinga	121	Barra do Bugres
28	Luciara	75	Torixoréu	122	Barra do Garças
29	Colniza	76	Rondonópolis	123	Acorizal
30	Novo São Joaquim	77	Barão de Melgaço	124	Araputanga
31	Comodoro	78	Ribeirãozinho	125	Cuiabá
32	Itaúba	79	São José do Povo	126	Ribeirão Cascalheira
33	São Félix do Araguaia	80	Alto Garças	127	Itanhangá
34	Brasnorte	81	Pedra Preta	128	Tapurah
35	Canabrava do Norte	82	Ponte Branca	129	Ipiranga do Norte
36	Apiacás	83	Araguainha	130	Jauru
37	Feliz Natal	84	Alto Araguaia	131	Reserva do Cabaçal
38	Cláudia	85	Itiquira	132	Rio Branco
39	União do Sul	86	Alto Taquari	133	Salto do Céu
40	Querência	87	Jangada	134	Sinop
41	Novo Horizonte do Norte	88	Canarana	135	Cotriguaçu
42	Porto dos Gaúchos	89	Lucas do Rio Verde	136	Nossa Senhora do Livramento
43	Alto Boa Vista	90	Campos de Júlio	137	Vila Bela da Santíssima Trindade
44	Santa Carmem	91	Santo Antônio do Leverger	138	Dom Aquino
45	Nova Maringá	92	Cocalinho	139	Campo Verde
46	Sorriso	93	Nova Mutum	140	Chapada dos Guimarães
47	Novo Santo Antônio	94	Campo Novo do Parecis	141	Nova Monte Verde

Fonte: Elaborado pelo analista em geoprocessamento Jonas Ferreiras dos Santos, a partir dos dados compilados pela autora em consulta junto Atlas Brasil. http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/. Consultado em

03/01/2020

Dessa forma, a lei das renúncias em 2003 legitimou o interesse da classe dominante - assim como a Lei Negra em 1723 protegeu e possibilitou a ampliação das propriedades. A generalidade da lei lhe deu o caráter universal, impossibilitando seu questionamento, já que, em tese, todos seriam beneficiados. Mas, na prática, a população ficou fora desses benefícios. A fragilidade das instituições dificultou o processo de monitoramento e avaliação, o que possibilitou que a lei fosse amplamente utilizada para corrupção e sonegação, causando prejuízos em dobro para o financiamento das políticas do SUS e da educação, o que pode explicar, em parte, o cenário dos indicadores tanto do IDHM assim como os da saúde.

A ideia de um Estado para todos, movido pela razão, promovendo a cidadania para toda sociedade precisa ser rompida, porque mesmo a economia e política estando sempre num processo de tensão, o “(...) Estado capitalista é resultado e ao mesmo tempo reprodutor da ruptura-integração do político e econômico.” (Osório, 2015, p. 9). Portanto, mesmo Mato Grosso tendo passado por diversos governos, a política e a economia estabeleceram o caminho, as prioridades e as políticas públicas executadas. Ao Estado, coube o papel de ponto central entre a dominação e a exploração pelo capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento da renúncia fiscal detectado por ocasião da dissertação de mestrado ganha um outro nível de compreensão, a partir do momento em que buscamos entender como a expropriação do fundo público pelo capital está atrelado ao movimento mundial da modernização conservadora, que foi a base do processo de industrialização do Brasil. Não houve revolução, houve continuidade, com algumas diferenças, como a financeirização do capital, e formação dos grandes monopólios.

Para responder ao objetivo geral desta pesquisa, partimos da compreensão de que o Brasil, enquanto país dependente e periférico, assim como os demais da América Latina, estava sob a égide da transição de um capitalismo competitivo para o monopolista, que precisava expandir suas grandes corporações para países com certa estabilidade política e social. Nada mais adequado que os regimes ditatoriais para conseguir as mudanças necessárias que dariam conta das novas formas de acumulação do capital.

Instituída a ditadura militar (1964-1985), o Brasil segue a interiorização rumo a Amazônia com o slogan “integrar para não entregar”. Essa ocupação acontece em grande parte por empresas colonizadoras privadas, algumas delas também com participação de capital internacional. Parte da infraestrutura, como estradas, energia, transporte, telefonia, foi financiada por empréstimos que a União buscou para realizar o investimento e as políticas estruturantes, como POLAMAZONIA, POLOCENTRO etc. Esse endividamento recai, até os dias atuais, sobre o orçamento público da União e sempre mobiliza o capital financeiro, os grandes bancos, os fundos de pensões para que sejam sempre garantidos os pagamentos dos encargos e juros da dívida. Esse lobby é tão forte que no Teto dos Gastos o pagamento da dívida é prioridade, muita mais que educação e saúde para o povo.

Assim, compreendendo o contexto da ocupação de Mato Grosso e este momento em relação ao Brasil e ao resto do mundo, diferente da hipótese inicial da pesquisa que seria a de que somente a partir da eleição de um representante direto do agronegócio, o setor passou a ser prioridade pelo Estado e, nas políticas públicas, identificamos que o setor primário sempre esteve presente, seja direta ou indiretamente nas prioridades do Estado se materializando nas políticas públicas e no orçamento público. O que tivemos, depois da eleição de um grande empresário do agronegócio, assemelha-se com a conclusão de Thompson sobre a Lei Negra: a flexibilização da lei. Isso ocorre ao utilizá-la para diversos fins, principalmente como moeda de troca em favores políticos, corrupção e sonegação de impostos.

A eleição de Blairo Maggi foi uma surpresa para alguns cuiabanos. Mas, a partir da documentação analisada, notamos que a sua imagem e as suas relações tinham sido criadas desde Rondonópolis, passando pela construção de Sapezal, articulando a implantação do Corredor de Exportação com o governo Federal, Rondônia e Amazônia, na busca por créditos mais baratos no mercado financeiro nacional e internacional. O objetivo eram custear a safra dos fazendeiros de várias regiões e as articulações políticas já nítidas com o Poder Executivo e Legislativo, seja federal ou estadual, quando era preciso defender seus interesses e da classe que representava.

A pesquisa de campo em Sapezal trouxe novas inquietações para um futuro próximo: a condição e o perfil dos trabalhadores nas grandes fazendas do agronegócio. Como disse um político em sua entrevista, a riqueza está nas mãos dos homens brancos do sul, mas o trabalho é executado por homens negros, jovens, de baixa escolaridade, do nordeste e sem perspectiva, porque suas vidas são organizadas de acordo com a safra. As condições da safra mudam, não só por causa do tempo de plantar e colher, mas pelas inovações tecnológicas que tornam descartável a força do trabalho.

As relações de poder que construíram a ideologia “Mato Grosso: celeiro do mundo” podem ser identificadas ao compararmos os perfis dos doadores da campanha de Dante de Oliveira em 1994 e 1998 com os perfis dos doadores das campanhas eleitorais de 2002 e 2006, principalmente a de 2002, que apontaram uma articulação de um grupo econômico para a eleição de Maggi, enquanto representante do agronegócio. Esse dado respondeu ao objetivo sobre a coesão do grupo dominante da elite agrária na eleição de um de seus representantes para o governo do estado. Posteriormente, esse representante ampliou sua rede de relações, recebendo doações de diversos segmentos econômicos, reelegendo-se em 2006 e elegendo o seu sucessor. Depois, elegendo-se senador em 2010.

Após eleito, em seu primeiro mandato, envia para Assembleia Legislativa um projeto de lei de um plano para promover o desenvolvimento de Mato Grosso, basicamente renunciando receita. Há um empenho do governo para sua rápida aprovação pela Casa de Leis, o que efetivamente ocorre. A partir de então, o Estado abre mão de um expressivo volume de receita e, conseqüentemente, de recursos para financiar políticas públicas. A justificativa era que essa medida garantiria desenvolvimento para o território, porém essa pesquisa revelou que próximo aos municípios ricos, que possuem empresas com acesso a renúncia fiscal, há municípios que ainda apresentam um baixo desenvolvimento econômico e social, com indicadores preocupantes. Isso demonstra que a riqueza não está repartida de forma equânime para todos, há municípios dependentes dos recursos federal e estadual para executar políticas públicas nacional e estadual. Isso acarreta o não cumprimento do Pacto Federativo no que tange a soberania dos municípios,

fazendo dos mesmos agências executoras sem autonomia. Essa é a realidade do território, escondida por trás do slogan “estado celeiro do mundo”.

Parte desse cenário é resultado da própria política de renúncia fiscal, não há como estabelecer uma política única para territórios diferentes, um município mais desenvolvido economicamente precisa ter outros objetivos traçados, por exemplo, procurando reduzir alguma iniquidade. Já os municípios pobres precisam ser incentivados a gerar novos postos de trabalho e renda. Essa característica ou percepção de universalidade e igualdade da lei, onde todas as empresas poderiam pleitear a renúncia fiscal, dão o caráter de independência frente aos governos, o que torna a lei ideologicamente eficaz e justa, contribuindo para hegemonia da fração da classe do agronegócio no governo de Mato Grosso.

Além dessa distorção, a pesquisa de campo mostrou a fragilidade da lei e dos mecanismos de controle. A lei não traz critérios concisos, robustos e as secretarias que deveriam monitorá-las e avaliá-las são frágeis institucionalmente. Não há tecnologia para controlar as renúncias, são os empresários que autodeclaram os valores renunciados.

A lei, além de legitimar e servir ao poder da classe dos proprietários dos meios de produção, também garantiu a manutenção dos privilégios por meio do Poder Judiciário. Segundo os relatórios dos órgãos de Controle Externo e dos relatos dos técnicos da SEFAZ e TCE há várias ações judiciais com liminares concedidas para manter as renúncias fiscais em sua totalidade ou pela não redução do percentual de isenção. Assim, como na Lei Negra a Lei 7.958/2003 garante a “mediação e reforço das relações de classe existente e, ideologicamente, como sua legitimadora.”. (THOMPSON, 1987, p. 353).

Falar em renúncia fiscal em Mato Grosso, depois de todos os escândalos, prisões e delações, chega a ser frustrante. Por que continuar falando de algo que já havia sido destrinchado civil e criminalmente e, inclusive, já revisto pelo próprio governo estadual? Porém, durante a pesquisa, acompanhada por essa inquietação, também ocorreu a percepção de que a sociedade mato-grossense precisava saber que a riqueza tão disseminada de alguns municípios não é fruto do “trabalho” somente, como ouvimos por diversas vezes em algumas entrevistas e leituras. Essa riqueza é resultado de uma ação específica do Estado, de políticas públicas e relações de poder que se materializam na institucionalidade das normas, das leis e garantem aos capitalistas acesso ao crédito, à renúncia fiscal e a juros mais baixos. Como exemplo desse processo, temos a construção de um porto com a participação de dinheiro público e depois a venda do mesmo porto para a iniciativa privada. Essa riqueza resulta, também, da ineficiência governamental no controle e avaliação da política de renúncia fiscal. Essa ineficiência não é acidental, casual, mas proposital. Demoraram treze anos para que os órgãos de controle externo, interno e outros Poderes

(Assembleia Legislativa e Ministério Público) tomassem uma iniciativa concreta de criticar, investigar a lei (7.958 de 2003) e dar visibilidade para a população de que uma parte da receita pública não estava sendo arrecadada para os cofres públicos - o que ocorria sem acompanhamento. Só depois dessa ação de controle sobre a política, pode-se perceber que a forma como a mesma vinha sendo desenvolvida trazia sérios problemas para o financiamento das políticas públicas. Parte do encaminhamento criminal e civil dos efeitos da Lei 7.958/2003 já foi concluída, outras partes ainda estão em execução pelos aparelhos de segurança, Ministério Público e Judiciário.

Outro impacto dessa lei afeta os municípios que são duplamente prejudicados e para que que os mesmos sejam soberanos e autônomos de fato é preciso que se discuta a política tributária e fiscal do Estado brasileiro. Tanto o governo federal quanto estadual, ao instituir uma política de renúncia fiscal, atingem diretamente a receita dos municípios, fazendo com que essa situação de dependência agrave-se e, principalmente, dificultando o acesso da população às políticas públicas. Dizemos principalmente pois, como identificado na pesquisa, as leis atuais estão reproduzindo a riqueza nos territórios que estão sendo atendidos pelas políticas públicas, seja por meio de investimentos diretos: construção de estradas, meios de comunicação, escolas, hospitais ou por meio do acesso ao crédito, perdão das dívidas, renúncias fiscais etc.

Os financiamentos do SUS e da Educação são duplamente prejudicados quando uma política de renúncia tributária é instituída pelo Estado ao considerarmos que ambas possuem, em um imposto indireto e regressivo, sua maior fonte de receita, o ICMS. A perda de aproximadamente cinco bilhões e trezentos milhões nesse período de 2003 a 2009 impacta diretamente na oferta de ações e serviços de saúde e educação no estado.

Num estado formado por latifúndios, a violência no campo é histórica e letal. Foram onze assassinatos entre 2017 e 2018. Desses, nove ocorreram na chacina no município de Colniza. O suposto mandante queria expulsar os trabalhadores rurais para poder fazer a extração de recursos naturais da área. A violência também atingiu os quilombolas e os indígenas. Conforme o relatório Conflitos no Campo Brasil 2018, foram quinze conflitos em terras indígenas, oito registros de trabalho escravo, sendo sete libertos, e quatro tentativas de homicídios. Além do desmatamento e incêndios provocados na parte do cerrado e da floresta amazônica do Estado, alternando o primeiro lugar com o estado do Pará.

Uma das grandes justificativas do agronegócio é o papel importante que desempenha na balança comercial do país. Mas, se fossem contabilizados todos os financiamentos, perdões de dívida, refinanciamentos, as renúncias e outros benefícios ao setor, será que esse papel se manteria? Só nos governos do PT (2002 – 2016) foram publicadas 16 regras para renegociação de dívidas rurais, seja por meio de leis ou medidas provisórias (MP). Para a safra de 2019/2020, o

governo federal disponibilizou duzentos e vinte cinco bilhões de crédito aproximadamente. Isso, sem mencionar o impacto da Lei Kandir que, desde 1996, isenta o agronegócio do pagamento do ICMS para a exportação de produtos primários ou semielaborados na receita dos estados. Esse tema não foi aprofundado por não ser o objetivo da tese, mas deve ser levado em consideração quando tratamos da construção da ideologia “celeiro do mundo”.

Não há como falar em “celeiro do mundo” e não pensar em alimentos. Não se trata de soja, algodão, mas sim de arroz, feijão, hortaliças, café, frutas, pecuária leiteira, ovos, alimentos que são produzidos pela agricultura familiar, modalidade que só pode se expandir se houver reforma agrária que garanta o acesso à terra. Em 2017, não houve, de acordo com relatório da Comissão Pastoral da Terra, assentamento de nenhuma família sem-terra no país.

Assim, ser “celeiro do mundo” não está no fato de produzir alimentos, mas sim *commodities* para o mercado externo, fruto de uma ocupação que não promoveu a reforma agrária, mas sim a formação de grandes latifúndios e monopólios financiados e beneficiados por políticas públicas e que sempre estão se articulando para manter seus privilégios, “(...) nós estamos sempre aqui, vocês políticos é que mudam.” (Documentário Democracia em Vertigem, 2019). Mas, para a conta fechar, outras políticas públicas deixam de ser financiadas e a população fica à mercê de um Estado mínimo para atender as suas necessidades humanas básicas. É preciso resistir, lutar. Assim fazem os movimentos indígenas, os Sem Terra, quilombolas, movimento dos sem teto, Pastoral da Terra, as Margaridas, as Marielles, todos que têm no campo - ou na cidade - muito mais do que um meio de obter lucro, mas sim a vida, e por ela lutam todos dias.

REFERÊNCIAS

- ALBANO, Valter. **Do caos ao equilíbrio fiscal: uma difícil travessia**, Ed. Entrelinhas. Cuiabá,
- ALMEIDA. HUGO DE. **O desenvolvimento da Amazônia e a política de incentivos fiscais**. Belém: SUDAM, 1978. 33 p.
- ANDRANDE, Gilda Figueiredo Ferraz. **Impactos do novo modelo de financiamento de campanha**. Estadão, 27 de fevereiro 2018. Acessado em 12 de junho de 2018.
- ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. **Estado de reforma: reflexões sobre a experiência de reforma do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá:Tanta Tinta, 2005.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BAER, Monica et al. (1995). **Os desafios à reorganização de um padrão monetário internacional**. Economia e Sociedade, n. 4, junho.
- BAPTISTA, Martha. André Maggi: do cabo da enxada ao centro do agronegócio brasileiro. Cuiabá-MT: Entrelinhas, 2008.
- BARROS, João Roberto. O Racismo de Estado em Michel Foucault. In: R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.15, n.1, p.01-16 Jan.-Abr. 2018.
- BARROZO, João Carlos. **A Colonização Em Mato Grosso Como “Portão de Escape” Para A Crise Agrária No Rio Grande Do Sul**. CLIO – REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA – Nº 32.2. ISSN 0102-9487, 2014.
- _____. **Fronteiras de Mato Grosso: em busca do Eldorado e da Terra Prometida**/João Carlos Barrozo. Cuiabá, EdUFMT, 2017.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Ascensão e Crise do Governo Dilma Rousseff e o Golpe De 2016: Poder Estrutural, Contradição E Ideologia**. Revista de Economia Contemporânea. Economia Contemporânea (2017), Número Especial: p. 1-63
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. 2 ed. – São Paulo, 2002.
- BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**, 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. – 5. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOITO JÚNIOR, Armando. **Estado e Burguesia no Capitalismo Neoliberal**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 28, p. 57-73, jun. 2007
- BONETTI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. 3. Ed. Ver. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. – Jorge Zahar Ed.: Rio de Janeiro, 2001.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Prosas com governadores de Mato Grosso: 1966-2006**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2007.

BRANCO, Guilherme Castelo. **Racismo, individualismo, biopoder**. In: Rev. Filos, Aurora, Curitiba, v. 21, n. 28, p. 29-38, jan./jun. 2009

BRANFORD, Sue; KUCINSKI, Bernardo. **A ditadura da Dívida: causas e consequências da dívida latino-americana**. Editora Brasilense. São Paulo, 1987.

BRASIL. LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966. **Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios**.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012

_____. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, **dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes**.

_____. LEI Nº 8.142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990. **Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências**.

_____. Decreto nº. 3.995, de 14 de dezembro de 1961 **que aprovava o Plano Diretor da SUDENE**.

_____. Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965. **Institucionaliza o crédito rural**.

_____. Lei 5764/71 | Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

_____. http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/dom_helder_camara/, 2018.

_____. **Acordo de colaboração. Submissão ao supremo tribunal federal para controle e homologação**. Requerimentos. Supremo Tribunal Federal. Brasília, 2017.

_____. Lei de Responsabilidade Fiscal (2000). **Lei de responsabilidade fiscal**: Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. — Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, (Série Fontes de Referência. Legislação, n. 30). 2000

BRUNO, Miguel. **Crescimento econômico, mudanças estruturais e distribuição as transformações do regime de acumulação no Brasil – Uma análise regulacionista**. Tese em co-tutela submetida ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e à École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) – Paris. Rio de Janeiro, 2005.

BRUNO, Regina. **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: EDUR, 2009.

BUSTAMANTE, Ana. **Olhar na Fortaleza**. Cuiabá: Midiograf, 2008.

CANTELMO, Wesley; GARCIA, Ricardo Alexandrino; LOBO, Carlos. **Territorialismo e a política de desenvolvimento: estratégias de produção do território no Brasil**. ad. Metrop., São Paulo, v. 17, n. 34, pp. 355-370, nov 2015.

CARMO, Rachel Aguiar Esteva do. **As Etapas do Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. 6º - COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS. SÃO PAULO, 2009.

CASTRO, Sueli Pereira et al. **A colonização oficial em Mato Grosso: 'a nata e a borra da sociedade'**. Cuiabá: EdUFMT, 1994. 290 p.

CARVALHO, Carlos Gomes de. **Governadores: meio século de vida pública**. Cuiabá. Carlini & Caniato, 2007.

CORAZZA, G. **Estado e Economia no Brasil - uma revisão da bibliografia recente**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 1, n.2, p. 189-232, 1981.

CRUZ, Paulo Davidoff. **Dívida Externa, Política Econômica e Padrões de Financiamento: a experiência brasileira nos anos setenta**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Economia e Planejamento Econômico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, maio de 1984.

ELIAS, Norbert. **Introdução a Sociologia**, São Paulo, Editora Livraria Martins Fontes, 1970.

DAHER, Júlia. BASÍLIO, Ana Luiza. **#EducaçãoEmDisputa: #100DiasdeBolsonaro** é uma parceria entre Ação Educativa, Carta Educação e De Olho nos Planos, 2019.

FAGNANI, Eduardo. **Política Social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade**. Campinas, 2005, 601 f. Tese (Doutorado Política) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, 2005.

_____. **Avaliação do Ponto de Vista do Gasto e Financiamento das Políticas Sociais**. In: RICO, Elizabeth. **Avaliação de Políticas: uma Questão em Debate**. São Paulo, Cortez; IEE/PUC/SP, 2009.

FIORI, José Luís. **O Consenso de Washington**. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 4 de setembro de 1996. Patrocínio: Federação Brasileira de Associações de Engenheiros – FEBRAE. 1996.

FERNANDES, Fernandes. **A revolução burguesa**. Rio de Janeiro: Zahar. 1981.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1999.

_____. FOUCAULT, M. **Genealogia del racismo**. La Plata: Altamira, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1978.

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 5ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984.

_____. **Cadernos do Cárcere – Volume 3 Maquiável Notas sobre Estado e Política**. Rio de Janeiro: Editora Civilização, Ebook, 2017

HADLER, João Paulo de Toledo Camargo. **Dependência e subdesenvolvimento: a transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado/ João Paulo de Toledo Camargo Hadler**. – Campinas, SP: [s.n.], 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990.

HALL, Stuart; LUMLEY, Bob; MCLENNAN, Gregor. **Da Ideologia**. Organizado pelo Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1983.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1992

_____. **O novo imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

IANNI, Otávio. **Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979. 140p. (Coleção Sociologia Brasileira, v. 11).

_____. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Editora Civilização Brasileira S. A. Rio de Janeiro, 1979.

_____. **Estado e Capitalismo**. 2ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JUNIOR, Valdemar João Wesz. LEITE, Sergio Pereira. **Estado, políticas públicas e agronegócio no Brasil: Revisitando o papel do crédito Rural**. R. Pós Ci. Soc. v.11, n.22, jul/dez. 2014.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**: 1 ed. Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do Imperialismo**. Zahar Edidores. Rio de Janeiro, 1970.

MACIEL, David. **Ditadura Militar e capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado. Lutas Sociais**, São Paulo, vol.18 n.32, p.64-78, jan./jun. 2014.

MACHADO, João Marcelo Borelli. **A Formação Econômica Brasileira e as cooperativas agrícolas: Dispositivos Jurídicos para a subordinação econômica camponeses**. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Direito, Curso de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

MATTA, Gustavo Correa. **Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz; EPSJV, 2007.

MARTA, José Manuel Carvalho. SANTOS, Dannielle Almeida dos. **A Lei Kandir e o desenvolvimento de Mato Grosso: análise do período 1990-2009**. Revista Brasileira de Gestão de Desenvolvimento Regional. G&DR • v. 10, n. 1, p. 206-228, jan-abr/2014, Taubaté, SP, Brasil

MARX. Karl. **A ideologia Alemã (I – Feuerbach)**. Tradução José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

_____. **O Capital: crítica da economia política: livro I** / Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant’Anna. 15 ed. – Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.

_____. **O capital: crítica da economia política. 1.** ed. São Paulo: Boitempo, 2013-2014.

MATO GROSSO. Decreto n. 435 de 29 de janeiro de 1976. **Cria a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Mato Grosso – CODEAGRI**.

_____. **Impacto dos Programas Federais em Mato Grosso**. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, Cuiabá, 1973.

_____. Lei 3.922 de 20 de setembro de 1977. **Dispõe sobre o Código de Terras do Estado**. Publicado no Diário Oficial em 20 de setembro de 1977. Cuiabá, 1977.

_____. **Relatório Projeto de Colonização como estrutura socioeconômica da fronteira agrícola em Mato Grosso**. Núcleo de Documentação e Informação História Regional (NDIH) e Centro de Ciências Sociais. UFMT, Cuiabá, 1982.

_____. **1º Plano Geral de Governo Estado de Mato Grosso – PAGEMAT**, 1980.

_____. **Frente Cidadania e desenvolvimento. Plano de Metas, Mato Grosso 1995-2006: Plano Estratégico e Programa de Governo**. Cuiabá: SES, 1995.

_____. **Frente Cidadania e Desenvolvimento. Plano de Metas Mato Grosso 1995-2006**. Visão Estratégica & Programa de Governo. Versão 1999-2006. Cuiabá: Governo Estadual, 1998.

_____. Lei 3,177 de 05 de junho de 1972. **Dispõe sobre estímulos a industrialização, cria Fundo de Expansão Econômica e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 08 de junho de 1972.

_____. Decreto n° 951, de 29 de agosto de 1972. **Institui, na Secretaria de Governo e Coordenação Econômica, o Escritório de Incentivos Fiscais** e regulamenta a Lei n.3.177, de 05 de junho de 1972.

_____. **Mensagens à Assembleia Legislativa**. Apresentada por pelos governadores do Estado de Mato Grosso, quando da abertura dos trabalhos legislativos de 1960 a 2002.

_____. **Relatório da Administração Pública - período de 1991 a 1994, governo Jaime Campos**, Cuiabá, 1994.

_____. **Saúde Pública em Mato Grosso. 1995 – 1999 Ações & Perspectivas**. Cuiabá: SES, 2000.

_____. **Desafios da regularização Fundiária em Mato Grosso**. Cuiabá - MT, 19 de agosto de 2009.

_____. **Constituição Estadual**. Cuiabá, 2011.

_____. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Assembleia Legislativa da Renúncia Fiscal e Sonegação**. Cuiabá, 2016.

_____. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Assembleia Legislativa dos Frigoríficos**. Cuiabá, 2016.

_____. **Relatório da Ação Governamental - RAG 2018. RELATÓRIO Sintético da Avaliação dos Programas Coordenação Geral**: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, Cuiabá, 2019.

MENDONÇA, Maria Luísa. **Economia Política do Agronegócio**. São Paulo: Annablume: PPGRI-UERJ, 2018.

MENEZES, Fernanda Queiroz de. **A violência no campo no período da ditadura militar: um recorte na região da prelazia de São Félix Do Araguaia em 1970 a 1980**. Revista Outras Fronteiras, Cuiabá, vol. 1, n. 1, jun., 2014.

MILLS, C. WRIGHT. **A Elite Do Poder**, Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1968.

MONTESQUIEU. **O Espírito das Leis**. file:///Lenin/Rede Local/Equipe/Michele/MONTESQUIEU - O Espírito das Leis2.tx, 2001.

MORENO, Gislaene. **O processo histórico de acesso a terra em Mato Grosso**. Geosul. Florianopolis, v. 14, n. 27, p 67-90, jan/jun. 1999.

_____. **Terra e Poder em Mato Grosso**. Política e Mecanismos de Burla 1892-1992. Cuiabá: EdUFMT/Entrelinhas/FAPEMAT, 2007

MULLER, Pierre. **A Análise das Políticas Públicas** / Pierre Muller, Yves Surel; [traduzido por] Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. - Pelotas: Educat, 2002.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **Economia e política das finanças públicas no Brasil: uma guia de leitura**. São Paulo: Hucitec, 2009. 325 p

O`CONNOR, James. **USA: a crise do Estado capitalista (The fiscal crisis of the state)** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

_____. **O surgimento do Antivalor Capital, Força de trabalho e fundo público**. Novos Estudos nº 22 – outubro de 1988.

_____. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis, Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1991.

_____, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p

OSORIO, Jaime. **El Estado en el centro de la mundialización. La sociedade civil y el asunto del poder.** Fondo de Cultura Económica. México, 2015.

OUTHWAITE, Willian; BOTTO MORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do Século XX.** Zahar. Rio de Janeiro, 1996.

PEREIRA, POTYARA A. P. **Política Social: Temas & Questões**, 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Políticas de satisfação de necessidades no contexto brasileiro. In Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**, 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **O modismo “civil-militar” para designar a Ditadura Militar.** Brasil de fato, 2012.

RAMMINGER. R.; GRASEL, D. **Concessão de incentivos fiscais: impacto dos benefícios do PRODEI em 2001 e 2002 nas finanças públicas do estado de Mato Grosso.** Revista GEPEC Vol. 10 - nº 01 - jan./jun., 2006 p. 51-69

REIS, Tainá. **Ceifando a cana... Tecendo a vida. Um estudo sobre o pós/trabalho nos canaviais.** Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de doutor em Sociologia. São Carlos, 2018.

RIBEIRO. Onofre. **O fim do DERMAT e da CODEMAT.** Publicado em Em: 12/01/1992 às 15:28h por Onofre Ribeiro. <http://onofreriibeiro.com.br/site/>

SANTOS, Milton. 1926-2001 O Brasil: território e sociedade no início do século XXI/. 9º edição. – Rio de Janeiro: Record, 2006.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo Público e seguridade social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Ajuste Econômico, renúncias fiscais e seguridade social.** Revista Política Social e Desenvolvimento, 2015

SALGUEIRO, Eduardo de Melo. **Disputas e debates sobre a colonização do estado de Mato Grosso nas páginas da Revista – Oeste.** Revista de História Regional 16(2): 630-671, Inverno, 2011.

SEVES, Natalia Cabau. **Capitalismo monopolista no Brasil: a implantação do novo padrão de acumulação do capital e a redefinição da hegemonia política no seio do bloco no poder.** Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”. 2013.

SILVA, Lucineia Soares da. **Fundo público e política de saúde: uma análise sobre o financiamento e gastos no Estado de Mato Grosso.** – Cuiabá: EdUFMT, 2015.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século.** São Paulo. Fundação Editora da UNESP, 1999.

_____. **Mortes e acidentes nas profundezas do ‘Mar De Cana’ e dos laranjais paulistas.** Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.3, n.2, Artigo 1, abr./ agosto 2008.

SILVA, Revista geo-paisagem (online) Ano 4, nº 7, 2005 Janeiro/Junho de 2005)

SILVA, Carlos Alberto Franco da. **Grupo André Maggi: corporação e rede em áreas de fronteira**. Cuiabá: Entrelinhas, 2003.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOARES, Murilo Rodrigues da Cunha. **Incentivos Fiscais Nas Décadas de 1950 a 1980 destinados à Região Sudeste**. Consultoria Legislativa. Brasília, 2004.

STARFIELD, BARBARA. **Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília: UNESCO/Ministério da Saúde, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida. **Apresentação Milton Santos, um revolucionário**. OSAL252. Debates: O retorno do território, Ano VI, nº16, 2005.

Vieira, Fernando. **Incentivos fiscais e suas contribuições para o desenvolvimento econômico: PRODEIC em Mato Grosso (2003-2014)**. / Fernando Vieira, Dirceu Grasel. – Cuiabá: EdUFMT, 2018.

WRIGHT, Erik Olin. **Análise de classes**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº17. Brasília, maio - agosto de 2015, pp. 121-163.

_____. **Os impactos das renúncias tributárias no financiamento das políticas sociais no Brasil**. Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC. Brasília, 2015.

Sites utilizados:

Por ((o))eco. Celeiro do mundo, comida importada. 23 outubro 2008. <https://www.oeco.org.br/>

WWW. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi14029913.htm>

<https://www.apesjf.org.br/13336-2>

<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/dom-helder-camara/>

BRASIL. Atlas da Violência 2019, IPEA, 2019.

BRASIL. ATLAS BRASIL http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas/

BRASIL. <http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/44501-programa-nacional-de-imunizacoes-completa-45-anos>

www.sefaz.mt.gov.br

<http://www.seplan.mt.gov.br/>

<http://iomat.mt.gov.br/>